

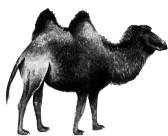
Nº 43

LUGAR

COMUM

Estudos
de mídia,
cultura
e democracia





Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia

é uma publicação vinculada a professores e pesquisadores do Laboratório Território

e Comunicação – LABTeC/UFRJ e à Rede Universidade Nômade.

Av. Pasteur, 250 – Campus da Praia Vermelha

Escola de Serviço Social, sala 33

22290-240 Rio de Janeiro, RJ



EQUIPE EDITORIAL

Alexandre do Nascimento

Gerardo Silva

Alexandre Mendes

Giuseppe Cocco

Barbara Szaniecki

Leonardo Palma

Bruno Cava

Leonora Corsini

Bruno Tarin

Marina Bueno

Fábricio Toledo

DESIGN: Barbara Szaniecki

REVISÃO DE TEXTOS: Leonora Corsini

CONSELHO EDITORIAL

• Alexander Patez Galvão – Rio de Janeiro, Brasil • Ana Kiffer – Rio de Janeiro, Brasil • Antonio Negri – Roma, Itália • Bruno Stehling – Rio de Janeiro, Brasil • Caia Fittipaldi – São Paulo, Brasil • Carlos Alberto Messeder – Rio de Janeiro,

Brasil • Carlos Augusto Peixoto Jr. – Rio de Janeiro, Brasil • Christian Marazzi – Genebra Suíça • Cristiano Fagundes – Rio de Janeiro, Brasil • Cristina Laranja – Londres, Inglaterra • Elisabeth Rondelli – Rio de Janeiro, Brasil • Fábio Malini – Rio de Janeiro, Brasil • Felipe Cavalcanti – Rio de Janeiro, Brasil • Francini Guizardi – Rio de Janeiro, Brasil • Gabriela Serfaty – Rio de Janeiro, Brasil • Gilvan Vilarim – Rio de Janeiro, Brasil • Henrique Antoun – Rio de Janeiro, Brasil • Inês de Araújo – Rio de Janeiro, Brasil • Ivana Bentes – Rio de Janeiro, Brasil • Karl Erik Scholhammer – Rio de Janeiro, Brasil • Márcia Arán – Rio de Janeiro, Brasil • Maria José Barbosa – Belém, Brasil • Maurizio Lazzarato – Paris, França • Micael Herschmann – Rio de Janeiro, Brasil • Michael Hardt – Durham, Estados Unidos • Michèle Collin – Paris, França • Olivier Borius – Paris, França • Patrícia Daros – Rio de Janeiro, Brasil • Paulo Henrique de Almeida – Salvador, Brasil • Paulo Vaz – Rio de Janeiro, Brasil • Pedro Sobrino Laureano – Rio de Janeiro, Brasil • Peter Pál Pelbart – São Paulo, Brasil • Rodrigo Guérion – Rio de Janeiro, Brasil • Sindia Martins dos Santos – Rio de Janeiro, Brasil • Suely Rolnik – São Paulo, Brasil • Tatiana Roque – Rio de Janeiro, Brasil • Thierry Baudouin – Paris, França • Vanessa Santos do Canto – Rio de Janeiro, Brasil • Yann Moulier Boutang – Paris, França

Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e

Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ – Vol 1, n. 1, (1997) – Rio de Janeiro:

UFRJ, n. 43 – maio-ago. 2014

Quadrimestral

Irregular (2002/2007)

ISSN – 1415-8604

1. Meios de Comunicação – Brasil – Periódicos. 2. Política e Cultura – Periódicos. I Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação. LABTeC/ESS.

CDD 302.23

306.2





.....• Editorial

7



.....• UNIVERSIDADE NÔMADA

- Uma reflexão sobre o atual ciclo de lutas do comum no Brasil 15
Alexandre do Nascimento
- O poder do Podemos 21
Raúl Sánchez



.....• NÚCLEO TEMÁTICO “GENERAL CREATIVITY”:
A CRIATIVIDADE E O COMUM

- Máquinas de criatividade: valor e conflito na produção do comum na cibercultura 35
Bruno Tarin
- Gestos, fabricações e cartografias políticas da cidade: sobre os projetos Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas 51
Carolina Ferreira da Fonseca
- A criatividade da multidão: redes, revoltas e afetos 73
Giuliano Djahjah Bonorandi
- Práticas colaborativas em torno do comum: estudo de caso do movimento Concha Ativa 85
Carlos Eduardo Falcão Luna e Isaac Fernando Ferreira Filho
- Criatividade e resistência em Luther Blissett: o nome múltiplo como tática antimidiática 97
Dairan Mathias Paul
- A economia criativa e o urbanismo culturalizado: as políticas culturais como recurso 117
Amanda Wanis
- A cultura e a cidade como bem comum: os casos italianos do Teatro Valle Occupato em Roma e M^C^O em Milão 129
Laura Burocco

• A popularização dos meios de produção e difusão da música, e crise na indústria fonográfica: Revolução do precariado musical e contrarrevolução Manoel J de Souza Neto	149
• Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano Natacha Rena e Paula Bruzzi	163
	ARTE, MÍDIA E CULTURA
• O fim de um consenso: sublevação popular e democracia controlada no Brasil dos megaeventos Alex Martins Moraes	183
• O que pode um rosto? O que pode um braço? O levante brasileiro e a nova estética do protesto Raluca Soreanu	203
	NAVEGAÇÕES
• Agenciamentos antropodigitais, subjetividades e criatividade constituinte Antonino Condorelli	229
• A mercantilização educacional e a ideologia do ensino espetacular Renato Nunes Bittencourt	249
• Tecnoxamanismo: por uma cibernética insurgente Adriano Belisário	265
	RESENHAS
• Comum, entre Marx e Proudhon Resenha de <i>Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle</i> , de Pierre Dardot e Christian Laval Toni Negri	282
• Junkspace e a metrópole biopolítica Resenha de <i>Junkspace: per un ripensamento radicale dello spazio urbano</i> , de Rem Koolhaas Toni Negri	287
	RESUMOS
	293



Editorial

A eleição presidencial foi incerta e teve a disputa acirrada a poucos dias da apuração dos votos. Aceleraram-se as engrenagens da máquina a nos exigir uma posição de “esquerda” e “responsável” para que não houvesse retrocessos. Essa máquina mirou também a subjetividade: por não declararmos publicamente o voto que iria garantir o “futuro do Brasil” ela nos quis fazer excluídos, soldados que falharam na grande e decisiva batalha, traidores de uma luta maior e mais importante. No presente documento rejeitamos todas essas mistificações, o nosso objetivo é bem diferente.

Em primeiro lugar, não concordamos com a pureza dessa dicotomia e de sua pretensão salvacionista. Quem nos pediu voto soube atravessar todas as fronteiras para manter seus pactos, suas políticas equivocadas e seus “pacotes de maldade” contra mobilizações justas e necessárias.

Segundo, afirmamos que o formato de disputa plebiscitária foi engendrado a partir de táticas de ambos os lados (PT e PSDB) que, juntos, trabalham há anos para excluir qualquer ameaça à cômoda dicotomia. O PT chegou a admitir que preferia Aécio no segundo turno para, depois, afirmar que o candidato era a maior ameaça à sociedade brasileira das últimas décadas. “Quem vive de combater um inimigo luta para que ele não morra”, disse Nietzsche em um dos seus conhecidos aforismas.

Terceiro, consideramos que, para além de Dilma ou Aécio, o desafio é constituir um horizonte pleno de alternativas, multiplicar os laboratórios de construção democrática e de novas organizações políticas. É isso que nos move, é isso que chamamos de êxodo constituinte.

Quarto, o leitor não encontrará aqui fórmulas nem receitas para esclarecer o seu voto. Há um excesso de material sobre isso e cada um pode buscar os elementos para definir sua relação com a urna eleitoral. A finalidade dessa intervenção é levantar três pontos que ficaram de fora do embate conduzido pela polaridade. Esses pontos, em nossa opinião, são fundamentais para refletirmos e agirmos no terreno pós-eleitoral, independentemente do vencedor de domingo.

Ponto 1: a “onda conservadora” como paradigma de governo

A aliança entre as forças mais retrógradas do país está bem aninhada com Dilma ou Aécio. Preferem Aécio, mas encontraram solo fértil durante o governo Dilma, com sua utopia neodesenvolvimentista e desprezo pela vida e suas lutas. Diferentemente da Europa, no Brasil a direita não precisa organizar um partido nem apresentar lideranças ultranacionalistas. Ela já está presente na estrutura de classe que domina os territórios, na milícia, nos projetos urbanísticos, nos projetos de desenvolvimento, na militarização dos territórios, na militarização/criminalização das manifestações etc., tudo isso que está bem representado no PT e no PMDB.

Durante os últimos quatro anos houve intensas, corajosas e potentes lutas contra esse tipo de estrutura, mas o governo se posicionou de forma contrária ou cética com relação a todas elas. Dilma comemorou ter “enterrado” os movimentos contra a Copa, enterrando junto todos os direitos dos jovens que, de maneira simples e direta, queriam apenas “um país melhor”. Em plena campanha, qualifica-os como tucanos (o inimigo), dando sinais que não realizará qualquer mudança na relação com os movimentos que não estão sob a tutela do PT.

O caráter de esquerda de um governo está diretamente relacionado com a sua capacidade para abrir-se aos novos movimentos e mobilizações, fortalecendo suas lutas e renovando-se permanentemente. Um poder constituído sem a correlata potência constituinte se transforma na corrupção verdadeira, aquela que está para além dos simples desvios de conduta: a corrupção da própria democracia.

Tornando-se autocentrado e prepotente, o governo, de um lado, continuou alimentando a direita em suas alianças pragmáticas (inclusive com fluxos de bens públicos e dinheiro, como no caso do Rio de Janeiro) e, de outro, impediu um processo de renovação que é fundamental para o avanço da cidadania. O governo está dentro, e não fora, da “onda conservadora”. O resultado das eleições parlamentares não é o efeito de uma “guerra de dois lados”, mas da colheita plantada por alianças, pactos e cumplicidades entre as forças políticas que se alimentam e gerem a estrutura de classe questionada pelos atuais movimentos.

A esquerda continua existindo – como movimento real e desejo de transformação – mas ela não encontra institucionalidades políticas correlatas e é jogada no vazio da representação e de suas falsas batalhas. O governo é o paradigma da crise da representação e da forma como ela reage às novas mobilizações. Deslocar-se da polaridade e construir uma política produzida por muitos e diferentes olhares – pela radicalização democrática e pelas múltiplas perspectivas – constitui um desafio urgente. A “onda conservadora”, só pode ser confrontada por outra

onda: uma maré constituinte que invente novas institucionalidades, para além da guerra santa e fundamentalista das dicotomias corrompidas.

Ponto 2: sobre o exercício dos direitos civis e políticos

Nesse momento, multiplicam-se fotos da militância ocupando as ruas e praças das cidades. Espalham-se chamados para panfletagem, reuniões de campanha, convocação de comícios, doações de adesivos e panfletos. Compartilham-se blogs com diversas opiniões políticas e os perfis do *Facebook* estão mais agitados do que nunca. Tudo isso acontecendo poucos meses após um dos processos mais flagrantes de suspensão do direito de manifestação, opinião e reunião, desencadeado com apoio de todos os governos.

O comício de Dilma estava marcado na Cinelândia, praça que foi palco das mais intensas violações dos direitos civis e políticos de milhares de pessoas. Aécio caminhou em Copacabana, onde recentemente a polícia atacou um ato que acompanhava o enterro do dançarino DG, morto pela polícia. Na Praça Saens Pena, local atualmente ocupado por placas de candidatos, há quatro meses centenas de ativistas ficaram cercados por horas, sem rota de fuga para se proteger da cavalaria da PM, de espancamentos gratuitos e de bombas de gás lacrimogêneo (com potência três vezes maior que o permitido). Nas redes sociais, as opiniões políticas foram monitoradas e objeto de uma série de investigações quem confrontaram a liberdade de expressão. Dezenas de coletivos políticos, culturais e de ativismo foram parar em um inquérito policial que utiliza a mesma retórica da ditadura militar, tendo como testemunha membros da Força Nacional. Na Maré, a ocupação do exército aplica a justiça militar para se proteger de qualquer crítica, enquanto um Museu da cidadania é ameaçado de despejo.

Portanto, perguntamos: os direitos políticos devem ser usados livremente apenas para defendermos os governos, ou teriam como fundamento principal a possibilidade de criticá-los sem sofrer perseguições? Nossa direito de opinião, de crítica e de manifestação é uma conquista das lutas por cidadania ou simples concessão momentânea das autoridades públicas? Poderão os jovens que, corretamente, defendem hoje as conquistas sociais do Governo Lula, organizar-se para lutar por mais conquistas para além do imobilismo do poder e seus pactos?

As lutas no terreno eleitoral devem colocar essa visível contradição para trazer à tona os esforços de negação do direito de crítica por ambos os candidatos. Recuperar os direitos políticos parece ser uma tarefa que diz respeito aos movimentos e que terá que ser exercida, mais uma vez, contra todos os governos. Não queremos liberdade política para aplaudir autoridades públicas de acordo com

o calendário eleitoral. Queremos direitos para, a partir da possibilidade de uma crítica permanente, constituir novos horizontes de igualdade e de organização política da liberdade.

Ponto 3: sobre a agenda perdida

Não só o exercício livre dos direitos políticos, mas toda a agenda dos direitos humanos parece ter sido perdida no segundo momento dessas eleições. Nos últimos debates, já sob o crivo da polaridade, preponderou a pauta econômica e administrativa, sem qualquer consideração sobre democracia, direitos indígenas, quilombolas, LGBT, direito à cidade, ao meio ambiente, direitos sociais, culturais, sexuais, reprodutivos ou por outras concepções de desenvolvimento. A usina de Belo Monte chegou a ser citada como “sucesso”, e a disputa parece ser por quem faz uma grande obra em tempo mais curto, sem qualquer consideração sobre a centralidade dos direitos humanos.

Ao contrário do slogan oficial, que insiste na ideia de que devemos votar “contra retrocesso”, o retrocesso já aconteceu. Os últimos quatro anos foram de recuo total no fortalecimento desse quadro de direitos – e não ouvimos qualquer autocrítica. A ausência da agenda dos direitos humanos reflete a forma como o tema foi tratado nos últimos anos, e como ele deverá ser tratado nos próximos governos. A falta de uma brecha para que os direitos da minoria (que requalificam todo o horizonte político atual) se afirmem no campo eleitoral-institucional demonstra o esgotamento das atuais formas de representação política e explica a péssima qualidade dos debates que ocorreram também nas redes sociais. O vazio foi preenchido por mistificações, embates pueris, paranoia e perseguição.

Afirmamos que a verdadeira “infraestrutura” é a vida e seus direitos. A polaridade não só trabalha para suprimir os direitos de crítica e de organização política autônoma, mas também amesquinha a luta por uma cidadania baseada na diferença e na afirmação dos distintos modos de vida. A multiplicidade da vida e seus direitos não cabem na polaridade, ela precisa criar novas alternativas.

Conclusão: sobre a construção de alternativas

É preciso reafirmar: junho de 2013 foi e é um divisor de águas. Esse divisor de águas, suas brechas e sua composição social (de classe) são e devem ser a base de um novo perspectivismo. Até junho todas as ambiguidades e limitações do governo do PT tinham, pelo menos, uma “justificativa”: a ausência de relações de força que permitisse uma radicalização da democracia e uma virada à esquerda nas políticas públicas e de cidadania.

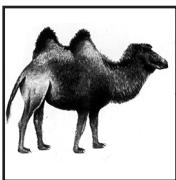
A multidão nas ruas apontou para o esgotamento dos consensos gerados em torno do neodesenvolvimentismo e seus pactos intraelites. A multidão colocou o problema da construção de alternativas reais, não só como forma de fazer política, mas como desejo de novas conquistas democráticas. A polaridade que ora nos avulta não é um dado natural, ela foi paulatinamente construída no terreno da representação. Vejamos, mais uma vez, de que forma:

- a) o PT deliberadamente optou por colocar Aécio no segundo turno para ter o que mostrar diante do horror. Essa estratégia está sendo construída desde 2012, quando houve a tentativa (por PT e PSDB) de impedir legalmente a formação de novos partidos que não orbitassem na polarização, mirando especificamente na REDE (depois usaram os cartórios, já que o STF suspendeu o projeto por ofensa ao pluripartidarismo). Cabe lembrar que no mesmo período PSD, PROS e Solidariedade tiveram seus registros aprovados atendendo os critérios cartoriais, mas orbitando no governismo. Pode-se também argumentar que Marina desconsiderou as dificuldades que teria no registro de filiados, mas não se deve desprezar o ímpeto destrutivo do governismo neste caso.
- b) o problema principal é que a polaridade se constitui por ataque a todas as tentativas ensaiadas para a formação de novos dispositivos políticos, o que fica mais visível a partir de junho de 2013. Há um paralelismo na forma em que se destrói tanto Marina (paulatinamente, desde ao veto à REDE) como o movimento de junho e seus desdobramentos para impedir qualquer sopro de ar por fora da polaridade. No caso de junho, o ataque foi ainda mais violento, com dezenas de coletivos e manifestantes sendo criminalizados. O que está em jogo, mais uma vez, é a liberdade de construirmos nossos próprios caminhos políticos, seja pela via político-partidária ou não;
- c) o terreno pós-eleitoral está sendo construído na mesma linha: trabalha-se para sepultar qualquer antagonismo e completar a restauração. Com o pequeno avanço eleitoral e o indicativo de vitória pelo PT, já aparecem os primeiros textos – de membros da executiva nacional – indicando que o governo deverá ter um “cuidado” com o golpismo dos tucanos (lembrando que os ativistas são considerados “tucanos”). O exemplo de “cuidado” pode ser visto no programa político de Dilma: alterar a Constituição para consolidar o “legado” da segurança pública do grande evento – ou seja, desenhar o Estado como uma máquina de violação de direitos.

Podemos concluir dizendo que o “kettling”, aquela tática policial utilizada nacionalmente como método contra todas as manifestações, é apenas o aspecto

visível de um cercamento mais amplo e difuso, realizado contra qualquer tentativa de construção de horizontes alternativos. Estamos cercados e o desafio dos próximos anos será desbloquear as amarras da polaridade e experimentar, com toda a nossa força criativa, novas formas de fazer política. Que os nossos espaços de encontro, engajamento e de vida se transformem num infinito laboratório de alternativas: eis um desafio que não cabe na política do voto e suas máquinas de captura.

Os editores



Universidade Nômade

■ Uma reflexão sobre o atual ciclo de lutas do comum no Brasil

.....**Alexandre do Nascimento**

Atualmente, como constatam Negri e Hardt (2001), o capital, como relação social, é hegemônico. E, em algumas sociedades, como parece ser o que ocorre no Brasil, a hegemonia do capital é, historicamente, perversa. Ou seja, é prática dos que exercem poderes (econômicos, políticos, culturais), diante de divergências e resistências aos seus interesses, o uso da força, de leis especiais, de informações e educação parciais e tendenciosas, de quebras de contratos sociais, de políticas de exceção. No Brasil, o Estado apresenta-se como estrutura de controle subordinada aos interesses das grandes corporações do capitalismo atual e das formas de exploração que as sustentam. As instituições governamentais, legislativas, judiciais, de mídia e de educação se revelam instituições servidoras dessa relação de exploração, onde a “democracia” deve ter limites antidemocráticos.¹

A mídia corporativa (ou seja, os principais veículos do nosso sistema de comunicação social – emissoras de rádio e TV, jornais e revistas) faz parte desse conjunto de instituições não apenas como com grupo de empresas, ou seja, como estruturas que vivem da exploração do trabalho. Além disso, a mídia corporativa é parte fundamental do Estado. A expressão “quarto poder”² para fazer alusão ao que representa a mídia corporativa na sociedade (o quarto poder do Estado) é bem adequada, pois politicamente é, de fato, isso que se verifica, um poder que, através da produção e disseminação de determinadas informações e formas de ser no mundo, influencia na formação de opiniões e comportamentos. Na sociedade brasileira a mídia é uma escola de formação consumidoresnão-cidadãos. Sua auto-proclamada imparcialidade é facilmente questionada, pois o que se costuma fazer é repercutir os valores, os pensamentos, os interesses e o agir dos grupos sociais que vivem da exploração do trabalho e das demais instituições que existem para

1 A reação do Estado Brasileiro ao movimento que se constituiu a partir das manifestações por transporte público de maio de 2013 e seus desdobramentos ainda inclusos no momento em que este texto foi escrito, é revelador de que a constituição material da democracia é, ainda, um longo caminho.

2 Para uma definição da noção de “quarto poder” ver texto de Reynaldo Carilo Carvalho Netto, disponível em: http://www.observatoriодaimprensa.com.br/news/view/_ed765_o_quarto_poder_e_censura_democratica.

controlar, vigiar e punir alguns, preservar outros e manter o *status quo*. Conteúdos que questionam tais valores e interesses, quando apresentados, aparecem quase sempre acompanhados de críticas, condenações morais e denominações que buscam dar novos significados. Ativistas e manifestantes dos movimentos iniciados em maio de 2013, por exemplo, passaram a ser denominados de “vândalos”, “baderneiros” e até “criminosos”, num flagrante discurso de criminalização do movimento social que questiona inclusive o papel da mídia corporativa na sociedade.

A sociedade brasileira viveu, e talvez ainda viva, um momento revelador do quanto o capitalismo e o Estado no Brasil são racistas, autoritários e violentos, mesmo no mais longo período “democrático” (leia-se, no mais longo período sem golpes de Estado da nossa história republicana). A forma com que o poder se comportou frente aos movimentos de contestação foi a violação de direitos e liberdades, pois que, lançando mão de estruturas repressão, de acusação e de arbítrio, o Estado Brasileiro mostrou-se agressivo a sua própria Constituição, investindo do contra os direitos e os princípios, definidos como “democráticos”, que o regem. As instituições da máquina estatal que fazem a gestão do erário, que legislam e que gozam das prerrogativas de monitorar, acusar, criminalizar, prender, condenar e até matar, em nome da Copa, das Olimpíadas e outros empreendimentos, tornaram nítido que o Estado Brasileiro é estado de exceção quando interesses do capital devem ser atendidos.

Em julho de 2013, precisamente no penúltimo e no último dia da copa do mundo, no Rio de Janeiro³, uma nova investida autoritária de Ministério Público, Poder Judiciário e Polícias, apoiados pelas grandes Redes de Comunicação, elaboraram acusações, decretaram e executaram prisões “preventivas” ativistas, com base em investigações questionáveis. Desse fascismo de novo tipo participaram também partidos políticos que se apresentam como representantes “das classes populares”, dos “trabalhadores” e dos ideais “comunistas”, mas que se mostram apenas representantes do seu próprio interesse de ser/permanecer governo, mesmo que para isso tenham que fazer acordos corruptos com o conservadorismo e bancar violações de direitos. De maio de 2013 a julho de 2014, as instituições da nossa democracia representativa, do nosso ponto de vista, demonstraram ser instituições de corrupção da democracia.

Penso que o desafio das lutas por dignidade (e entre elas destaco a luta contra o racismo) é muito grande, vai além das manifestações e demanda inter-

3 Mais detalhes em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/07/12/na-vespera-da-final-da-copa-do-mundo-19-ativistas-sao-presos/>. Também em: <http://www.redebrasiliatual.com.br/politica/2014/07/mandados-de-prisao-sao-executados-contra-militantes-e-ativistas-no-rio-8381.html>.

venções em todos os espaços que atuamos: ruas, família, escolas, religiões, mídia, internet, empresas, instituições estatais, partidos políticos, movimentos sociais e outros espaços específicos, que são espaços em que se produzem, se disseminam e se repetem valores, medos, preconceitos, discriminações, explorações, desigualdades, tentativas de disciplinarização e controle das singularidades.

Porém, a luta nesses espaços específicos precisa ser uma ação político-cultural para transformá-los em espaços comuns, ou seja, espaços em que as singularidades, como tais, possam se expressar e se relacionar respeitosamente, num constante processo de produção de bem estar, espaços em que todas e todos sejam expressões pensantes e agentes, espaços de produções coletivas.

No enfrentamento desse desafio não vislumbro outro caminho senão o da radicalização da insurgência antropofágica e criativa contra as muralhas do poder constituído. Não sabemos previamente que instituições criar, mas podemos dizer que precisamos devorar as atuais e produzir o novo sem as atuais “elites vegetais” e “catequeses” (ANDRADE, 1990), pois o que nos interessa tornar comum o resultado da nossa produção, aquilo que nas relações que vivemos a elite parasitária se apropria e diz não ser direito nosso. Interessa-nos ocupar e produzir em comum para o comum, nos apropriarmos da produção que nos é expropriada pelas dinâmicas da exploração.

Portanto, fortemente influenciado pela crença na educação como prática de liberdade (FREIRE, 1997), penso que parte importante da ação política é a disseminação, nas ruas, nas redes, nas escolas e nos lugares comuns, de leituras críticas, reflexões, ideias, ações culturais e expressões afetuosa baseadas em valores diferentes daqueles que hoje parecem prevalecer entre nós, que ajudem a motivar/constituir experiências de produção de subjetividades, jeitos de ser, culturas e formas de vida em comum. Não falo aqui de conscientização, ou seja, do que alguns chamam de “elevação do nível de consciência das massas” (SAVIANI, 2009). Porém, do meu ponto de vista, há nesta luta pelo comum um trabalho pedagógico a ser feito em conjunto, na relação que os encontros e as atuais possibilidades de comunicação e cooperação proporcionam. Penso que a perspectiva das escrevivências (EVARISTO, 2007) dos corpos indignados com a exploração, a violação de dignidade, o racismo, a discriminação, deve ser, além do vandalismo antropófago que se afirma nas ruas, a produção de experiências do comum de amor que queremos viver e fazer prevalecer. E se aceitamos que “as lutas determinam de fato o ser, o constituem” (NEGRI, 2003a), penso ser importante que esse vandalismo seja mais que resistência em ato de protesto, mas também exercício criativo de reexistência em comum a partir de outras perspectivas.

A Ética Ubuntu oferece uma perspectiva interessante e, do nosso ponto de vista, adequada para uma definição desse constituir-se coletivamente. Essa é a essência do Ubuntu, o ditado xhosa “Umuntu Ngumuntu Ngabantu”, que pode ser traduzido como “uma pessoa é uma pessoa por causa de outras pessoas” ou “eu sou porque você é, e você é porque nós somos”, indica que só nos realizamos em comum.

Segundo Desmond Tutu⁴, Prêmio Nobel da Paz e Arcebispo Sul Africano, “Ubuntu é a essência de ser uma pessoa”, “que não podemos ser plenamente humanos sozinhos”, “que somos feitos para a interdependência”. A palavra Ubuntu pode, portanto, ser entendida como “o que é comum a todas as pessoas”. Praticar Ubuntu “é estar aberto e disponível aos outros” e “ter consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos”⁵. A pessoa ou instituição que pratica Ubuntu reconhece que existe por que outras pessoas existem. Reconhece, portanto, que existem formas singulares de expressão de humanidade, e que as singularidades, como tais, têm igual valor. A preocupação com o outro, a solidariedade, a partilha e a vida em comunidade são princípios fundamentais da ética Ubuntu. Bas’Ilele Malomalo (2014), nos dá uma explicação:

Do ponto de vista filosófico e antropológico, o ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano. É o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados). Esse pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas... Como elemento da tradição africana, o ubuntu é reinterpretado ao longo da história política e cultural pelos africanos e suas diásporas. Nos anos que vão de 1910-1960, ele aparece em termos do panafricanismo e da negritude. São esses dois movimentos filosóficos que ajudaram a África a lutar contra o colonialismo e a obter suas independências. Após as independências, estará presente na práxis filosófica do Ujama de Julius Nyerere, na Tanzânia; na filosofia da bisoité ou bisoidade (palavra que vem da língua lingala, e traduzida significa “nós”) de TshiamalengaNtumba; nas práticas políticas que apontam para as reconciliações nacionais nos anos de 1990 na África do Sul e outros países africanos em processo da democratização. A tradução da ideia filosófica que veicula depende de um contexto cultural a outro, e do contexto da filosofia política de cada agente. Na República Democrática do Congo, aprendi que ubuntu pode ser traduzido nestes

4 <http://www.beliefnet.com/Inspiration/2004/04/Desmond-Tutus-Recipe-For-Peace.aspx?p=2>

5 *Idem*.

termos: “Eu só existo porque nós existimos”. E é a partir dessa tradução que busco estabelecer minhas reflexões filosóficas sobre a existência. Muitos outros intelectuais africanos vêm se servindo da mesma noção para falar da “liderança coletiva” na gestão da política e da vida social.

A palavra Ubuntu pode, portanto, ser entendida como “o que é comum a todas as pessoas”. Pensado por Antonio Negri (2003a) como forma democrática que pode assumir a multidão, o Comum é Ubuntu, relação social de interdependência, que tem a cooperação, e também a igualdade, como princípios materiais. E se a igualdade é condição, não há Ubuntu e nem constituição do Comum sem aberturas às singularidades, reconhecimento material de sua importância e potencialização de suas capacidades criativas. Assim, parece possível afirmar que uma política de constituição do Comum é afirmação da afirmação da igualdade contra o privilégio, da multiplicidade contra a uniformidade, do respeito contra o preconceito, da convivência contra a discriminação e da criação de meios que assegurem “humanidade” e “dignidade” para os muitos de diversidade.

Neste sentido, me parece importante, pelo ativismo político que se propõe a organizar a luta por e o trabalho na democracia, desde os pontos de vista dos que vivem apenas das suas atividades e nelas querem ser reconhecidos, a apostar e o investimento num devir Ubuntu dos espaços (a serem) tornados comuns.

Referências

- ANDRADE, Oswald. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014.
- EVARISTO, Conceição. “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”. In Marcos Antônio Alexandre (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Ubuntu: Eu sou porque nós somos. Revista IHU On-line n. 353. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br>.
- MALOMALO, Bas’ilele. *Filosofia do Ubuntu*: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2014.

NASCIMENTO, Alexandre. Ubuntu, o comum e as ações afirmativas. *Revista Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*, n. 41. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. *Kairós, Alma Vénus, Multitudo*: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. 18ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2009.

■.....**Alexandre do Nascimento** é professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e autor de textos em <http://www.sentimentanimalidades.net>.

O poder do Podemos

.....Raúl Sánchez

O poder do Podemos. Notas sobre eleições e abdicação

No momento em que finalizo este texto, o monarca espanhol acaba de anunciar a abdicação! evidenciando que as forças do regime se deram conta que devem iniciar já a reforma constitucional para evitar o início de um verdadeiro processo constituinte. Mas à luz de toda evidência, é tarde demais. Eles perderam anos preciosos para fazê-lo.

As eleições europeias já passaram, então nada mais justifica essa espécie de má fé generalizada que se instalou no debate público, concomitante aos mercados e à informação. Não deveria interessar muito, mas quem assina este texto avaliava que, no vazio estratégico da representação eleitoral aberto pelo “austericídio” [as políticas de desmonte dos serviços de saúde, educação, previdência etc., ou “austeridade”] e, sobretudo, pelo movimento do 15-M, o método de construção e as propostas do *Partido X* poderiam servir de genuíno despertador, capaz de desferir um golpe letal no arranjo antidemocrático do regime monárquico de partidos sancionado em 1978. Por isso, votei no *Partido X*, mesmo sabendo-se, já há muitos meses, e sem dúvida desde o surgimento do *Podemos*, que o projeto do *Partido X* estava fadado a um sonoro fracasso eleitoral.

Por isso, não é hora de ataques de medo, incerteza e dúvida, nem entoar algum acre “a culpa é da TV”. Havia, nestas eleições, dois projetos estabelecidos de inovação, mobilização de base e ruptura, o *Podemos* e o *Partido X*, que se pautaram explicitamente pela rejeição dos partidos da dívida e do “austericídio”. Os resultados merecem comentários técnicos, mas são cristalinos.

Apesar disso, tem algo mais importante: o *Podemos* gerou, consolidou e provavelmente contribuirá para expandir uma crença e uma convicção que, inclusive no 15-M, até então eram sumamente minoritárias: é possível assaltar os parlamentos da antidemocracia por meio das urnas; é possível se iniciar um processo constituinte e uma mudança sistêmica por meios fundamentalmente pacíficos. Algo vai mal em termos de subjetividade política, quando a alegria contagiosa também não afeta a quem havia apostado outros métodos e estratégias. Quando se esquece que somente as práticas e seus resultados podem ser determinantes ao fim e ao cabo.

Dizer isto é dar por certo que o *Podemos* é o ator-processo decisivo na sequência que se abre, até as próximas eleições diretas. Então, vale perguntar: em que consiste o poder de *Podemos*? Recordemos que o poder [*posse*], na filosofia de Giambattista Vico, é um dos três elementos que definem o humano, junto com o querer [*velle*] e o conhecer [*nosse*]; definidores do humano enquanto “finitude que tende ao infinito”. O poder *posse* de Vico é poder-potência antes de ser poder soberano, coercitivo, estatal ou explorador. Vamos tomar, em consequência, os aspectos principais em que esse poder-potência se mostra tão presente e inestancável, assim como problemático.

Da Europa à sala de estar

Evoquemos, para começar, o modo em que, como diz Gilles Deleuze, as pessoas se percebem a si próprias no Japão: não o fazem partindo de um eu, de minha casa, meu bairro, meu país... mas sim do cosmos, do planeta, do continente... Hoje, no mapa eleitoral europeu, tudo é desalento e apreensão pelo futuro da democracia, exceto nos países do sul: na Grécia, onde o programa de luta dentro da União Europeia (UE) e contra a austeridade, com a candidatura de Tsipras, da *Syriza* [Coalizão da Esquerda Radical], obteve a maioria e conseguiu reunir consensos no conjunto do país. E, aqui na Espanha, onde tanto a *Esquerda Unida* (IU) quanto o *Podemos*, formalmente aliados à legenda da *Syriza*, se aproximam de 20% dos votos. Tem-se, assim, um dado de tendência importante para a estratégia europeia do *Podemos* e, em geral, para a estratégia das necessárias revoluções democráticas dentro da UE. Nos demais lugares, onde não tivemos experiências como o 15-M ou os *aganaktisménoi* [indignados] da Praça Sintagma, em Atenas, verificou-se uma continuidade ou um fortalecimento dos partidos da austeridade, ou então a consolidação de forças antieuropeias e xenófobas.

Na Itália, o movimento *Cinque Stelle* (Cinco Estrelas, M5S), que fez uma campanha marcada pelo catastrofismo antieuropeu, colheu um golpe duríssimo quando tinha apostado pela superação definitiva do *Partido Democrático* (PD), do premiê Renzi, e, além disso, tem provado do caminho de sua autodestruição ao flertar com o xenófobo e antieuropeu Nigel Farage. A campanha do *Podemos* tem sido bastante prudente diante da agitação irresponsável de um sentimento antieuropeu, como também foi a da IU (apesar de certas posições tomadas no último congresso do *Partido Comunista Espanhol*, que participa da coligação da IU).

Conclusão provisória: o antieuropeísmo reforça o medo de uma maior instabilidade e legitima o *status quo* (caso Italiano) ou reforça poderosamente as extremas-direitas. O europeísmo que vê na UE uma batalha comum por democra-

cia, contra a dívida, a austeridade e a ditadura tecnofinanceira, se vê fortalecido ali onde existem verdadeiros contrapoderes nas ruas e nas redes. Assim, portanto, não lidar com esse dado seria um erro gravíssimo das orientações do *Podemos*. Fazer a batalha junto com *Tsipras* no Parlamento Europeu tem importância decisiva para a democracia, o fim da debitocracia e as aspirações democráticas catalãs, bascas e galegas no reino da Espanha. Nesta legislatura europeia, o parlamento está condenado a ter uma importância histórica, tanto por causa do assalto ultradireitista e fascista, quanto pela batalha pela sobrevivência e dignidade que vêm das propostas emancipadoras do sul da UE.

Da televisão do regime e das redes

É gostoso escutar e ler as âncoras das TVs ultraconservadoras enquanto se acusam uns aos outros por terem deixado o porta-voz do *Podemos*, Pablo Iglesias, infiltrar-se pelo universo televisivo. Não é pouca coisa ele ter tido mais tempo de presença televisiva do que o candidato Cañete. Simultaneamente, é triste que, do ponto de vista dos partidos da rede, se pretenda explicar o êxito do *Podemos* pela mera presença televisiva, contrapondo acriticamente a televisão à rede. Apesar disso, os dados de influência e viralidade nas redes demonstram que o *Podemos* também se impôs nas redes sociais.

Estamos, ao contrário das simplificações, diante de um *feedback* virtuoso entre distintos tipos de redes e processos de rua, que já conhecíamos com o 15-M. Mas não podemos ser ingênuos para não ser paranoicos. O êxito de Pablo Iglesias na televisão se explica, em certa medida, pelo bom trato e experiência prévia de Pablo Iglesias, mas é inexplicável sem observar dois fatores: a exigência de “caras televisivas” do protesto no negócio lucrativo das tertúlias [uma mistura de espaços de debate, cafés e um tipo de jornalismo “Tertuliano” pós-15M] e, *last but not least*, o pacto (implícito ou não, não o sabemos) com uma parte da oligarquia dos meios – Jaume Roures, concretamente – o que proporcionou neste momento decisivo um aval de aceitabilidade à ascensão de Pablo Iglesias e, depois, mais levemente, a aparição pública do *Podemos*. Em seguida, é preciso ter em conta que, apesar do desconcerto e da contradição entre interesses econômicos e interesses coletivos do regime, se busque a maneira de diminuir ao máximo a presença televisiva de Pablo Iglesias e o *Podemos*, combinada com as campanhas de destruição da personalidade pública.

Temos aqui um motivo capital para ampliar as estratégias comunicativas de *Podemos*, os calcanhares de Aquiles da personalização, mas, fundamentalmente, para integrar no dispositivo os saberes e as práticas tecnopolíticas crescidas

com o 15-M e que não se integraram no processo *Podemos*. Não creio exagerar dizendo que a fortuna da empresa constituinte depende disso. Nenhuma ambição política pode levar a agir como se o sistema-rede que foi o 15-M, e a tecnopolítica que nele se inspira, tivesse sido um episódio efêmero e sem efeitos irreversíveis que afetam e predeterminam o processo dos contrapoderes cidadãos e a forma política da ruptura constituinte.

Podemos mais que Podemos nas eleições municipais e das regiões autônomas

As próximas eleições municipais e das regiões autônomas já foram sinalizadas, por distintos lugares, como ocasião para os pactos entre os partidos constituídos, como a IU ou Equo [partido dos verdes], e o processo *Podemos*. Temos que perguntar se estamos diante de uma questão de sentido comum e realismo político, ou ante uma tentativa reflexa de sobreviver e/ou neutralizar o acontecimento. Apesar disso, não custa muito advertir que nos encontramos aqui entre opções excludentes, que dependem de considerações e interesses sumamente díspares. O acontecimento *Podemos* não fez mais do que irromper. Ainda não demonstrou no que pode dar um processo de desintermediação política radical e controle do processo desde “baixo”, enquanto esse “baixo” se enriquece e se expande transversalmente pela sociedade.

As eleições municipais e das regiões autônomas se prestam à segunda fase do processo *Podemos*, mas, ao mesmo tempo, permitem relativizar algumas das invariantes da primeira fase. As principais são:

a) O “efeito Pablo” não é suscetível de dividendos crescentes *sine die*. Na peleja do espaço político, esquecer a finitude do sujeito, a erosão e vulnerabilidade que levam a refregas constantes, mas também esquecer a necessidade de cumprir razoavelmente com o mandato europeu, contraído nas eleições, pode levar a erros decisivos. Não são necessárias apenas faces, do contrário não teria sentido contrapor um movimento sem rosto a uma política baseada em personagens, como bem ensinam os zapatistas. Mas, ao mesmo tempo, não se pode desprezar a singularidade local e contextual das eleições municipais e das regiões autônomas, em que fatores como o arraigamento, a relação com as lutas locais e movimentos etc. são determinantes para decidir os primeiros lugares de uma lista de candidatos, através das primárias. Pablo não vai poder estar em todos os lugares, e terá de contar com as tentativas de apagão televisivo que mencionamos mais acima.

b) O municipalismo é um repertório e uma prática estendidos em muitas cidades e territórios, e parece se configurar como terreno de experimentação decisiva para uma síntese constituinte, entre dispositivos de ataque eleitoral e redes de luta e contrapoder cidadão. E, em boa medida, o potencial de transversalidade do *Podemos* está nessas sínteses, mais do que na dinâmica dos pactos. O que para o *Podemos* poderia ser o mais parecido a uma balzaquiana *peau de chagrin*: tocar o poder para perder vida e energias. Isto é, uma neutralização do processo. Algo tão imaturo em termos de estrutura e funcionamento, como o *Podemos*, não pode se ver obrigado a dedicar seu tempo a decidir se faz pactos com formas-partido como IU ou Equo, se não quiser sair bem lastimoso. Faz mais sentido combinar a irradiação geral e transversal do acontecimento *Podemos* com a construção de processos e candidaturas cidadãs radicalmente democráticas e inclusivas das lutas em que, ao mesmo tempo que se sabe estão avalizadas e nutridas pelos participantes no *Podemos*, cobram no processo aspectos próprios e expressivos de toda a potência política local concatenável.

Desbaratar a formação de uma direita mimética e vitimizadora

A dialética amigo-inimigo, que no caso espanhol tende a sobrepor-se à distinção histórica esquerda-direita, pode apresentar uma última ocasião de unidade e predomínio a uma direita nocauteada. Os promotores de *Podemos* sabem que os processos constituintes recentes na América Latina não só tiveram de inventar formas originais de relação entre movimentos e novas elites de governo, como também tiveram de construir laboriosamente formas de hegemonia transversal, capazes de subtrair o consenso e a obediência das classes médias e populares, diante dos bloqueios oligárquicos.

Mutatis mutandis, a situação se coloca com a mesma intensidade aqui. Um *Podemos* que não se mostre capaz de incluir o adversário político em seu marco hegemônico (e como tal, na subalternidade em que um processo constituinte emancipador inevitavelmente se colocaria) corre o risco de instaurar um processo de reconstituição de uma direita e uma extrema-direita, unidas pelo medo e a reação a um *Podemos* retratado como o eterno retorno da anti-Espanha. Impedir essa operação está no final das contas fora das possibilidades do *Podemos* ou qualquer outro grupo. Mas dificultá-la, sabotá-la, neutralizá-la é sim possível — evitando, por assim dizer, “entrar pelo cano”.

A busca da “matéria escura” abstencionista

A falta de análise em profundidade sobre a composição do voto de *Podemos*, se pode afirmar que este teve um grau considerável de transversalidade social: não somente arrebatou muitos votantes do PSOE e da IU, bem como possivelmente votantes voláteis do PP, como também conseguiu absorver da “matéria escura” do abstencionismo pertinaz. Esta era a tarefa a que tinha se proposto do *Partido X*, com muito maior clareza e antecipação que o *Podemos*, mas foi manifestamente incapaz de levá-la a cabo com êxito.

Agora, entrar de cabeça no espaço político constituído e em sua política de relações tende a gerar uma representação fixa e separada, em particular de Pablo Iglesias, enquanto mais um da “elite”. O cárcere da representação midiática só pode ser fissurado e demolido pela inteligência dos arranjos de rede, que não se criam ad libitum nem mediante consigna política do líder aclamado. Mas não se pode negar com argumentos e dados que o efeito Pablo Iglesias nas televisões permitiu ativar tipos distintos de abstencionismo e distintas gerações de votantes. De modo que, para o “efeito Pablo”, convém recordar o carpe diem, quam minimum credula postero. E isto se traduz, entre outras coisas, em apartar-se de formatos e tópicos de alianças e coalizões de esquerda, do tipo “frente ampla”, “frente de esquerdas”, que carecem dessa capacidade de afetar e ativar a alma eleitoral da “matéria escura” da abstenção, e inclusive podem permitir aos adversários ativá-la no sentido contrário. O êxito da Syriza [Coalizão da Esquerda Radical] na Grécia é importante, mas pretender reproduzi-lo aqui na Espanha convertendo Pablo Iglesias num improvável Alexis Tsipras revelaria uma miopia política inoperável: as potencialidades de transversalidade do projeto político são muito maiores no curto prazo.

Por outra parte, não é exagerado dizer que Syriza e Tsipras são a única via de escape para evitar uma catástrofe política e social ainda maior na Grécia. Enquanto que o campo político no reino da Espanha deve contar com um pluralismo político e social, que vai mais além do formato cultural e político da esquerda. É algo que devemos ao acontecimento 15-M, não tem nada de casual nem de tópico político-cultural. A primeira expedição à matéria escura foi precisamente esse 15-M, e *Podemos* não é, teorias da hegemonia e personalização com um rosto à parte, nada senão efeito diferido, uma histerese desse acontecimento sobre o plano eleitoral, uma fissura incolmável a curto prazo na muralha da China do sistema constitucional de partidos.

Lembrar Robert Michels

Uma semana depois, a onda expansiva ainda não terminou. Ainda não se sabe se os danos ao edifício do regime de 1978 [a monarquia constitucional espanhola pós-ditadura franquista] chegaram a afetar pilares, que obriguem os interessados com instinto de sobrevivência a declarar a ruína iminente do edifício constitucional e aceitar explicitamente as próximas eleições gerais como eleições constituintes. Disto nos alegramos sem ressalvas. No mundo ativista, têm sido muitíssimas as pessoas que apoiaram e/ou se somaram a *Podemos*, partindo de um pressuposto clássico: o que necessita o povo, necessitam os subalternos. Quer dizer, nem tanto uma projeção das próprias convicções políticas mais íntimas, senão de um raciocínio característico das elites políticas do protesto, quando tratam de se colocar no lugar daqueles que menos sabem, que menos tempo têm, e presumivelmente menos empoderados estão: façamos “como se” necessitássemos de um líder carismático, façamos “como se” a simplificação extrema dos problemas resolvesse a questão do empoderamento e da auto-organização social e política dos subalternos antes e depois de ganhar as eleições.

O paradoxo consiste em que tais crenças se convertem numa força material e produzem efeitos bastante limitados de alegria coletiva e, enfim, de empoderamento, quando uma falsa projeção imaginaria num ator televisivo gerando uma transferência de possibilidade e poder coletivo. Agora são muitos se precipitando a demonstrar que o populismo da “cadeia equivalente” e do “significante (Pablo) flutuante” era o ovo de Colombo de que ninguém tinha alertado. Mas esquecemos que o 15-M praticava outro tipo de populismo, o das “máscaras” para escapar da categorização e neutralização, mediante uma política de relação entre identidades fixas e previsíveis. E, se prescindimos das performances televisivas de Pablo Iglesias, *Podemos* e seu “falar popular” não são outra coisa que não máscara de máscaras para inserir-se no centro do mundo da representação dominante (midiática e política). Uma máscara transicional. Que resulta indistinguível e inseparável do metamorfismo subjetivo e organizativo que experimentaram as redes de redes posteriores ao 15-M, em extensão e intensidade de mal-estar e do desejo de mudança real.

Dito de outra maneira: se há algo que experimentar daqui por diante, não é uma reprodução adaptada dos processos populistas latino-americanos (que, por certo, se encontram numa crise de sustentabilidade de gravíssimas consequências continentais), mas sim em todo caso um populismo plebeu, distribuído e suscetível de criar um ou vários sistemas-rede, de ser a chave-mestra da construção dos círculos territoriais, mas também do fora organizativo de *Podemos*. Fora deste

esquema, pesa sobre nossas cabeças a maldição de Weber e Michels, isto é, a que vê, em primeiro lugar, a dialética do reconhecimento entre líder carismático e seguidores [*Anhänger*] derivar numa *Veralltäglichung*, o que poderia ser traduzido como uma “cotidianização”, que tende a dar espaço a um carisma institucionalizado, administrativo e quase ritual, que corresponde de maneira precisa à modalidade do “carisma televisivo”, que tanta importância teve na irrupção do *Podemos*, mas que não se explica sem essa estranha aliança que permitiu que tenha acontecido, por assim dizer, “Pablo até na sopa”; mas também a que cai sob o domínio, em segundo lugar, da dita “lei de ferro da oligarquia” formulada por Michels e que, sem dúvida, está caracterizando o devir de novos governos latino-americanos, interrompendo os circuitos de agonismo e cooperação tão necessários para a transformação do estado e a vitalidade do chamado “poder popular”.

No caso da promotora de *Podemos*, este perigo é, mais além das belas almas e adulações irresponsáveis, um problema sério de que seguramente estão conscientes, mas que nenhuma confiança beata de que “a nós não sucederá” pode estar em condições de evitar. Não faz tanto tempo que ouvimos um “não falhe conosco” para reiterá-lo agora, sobretudo numa crise terminal de regime.

A grande vantagem da nossa situação é que, graças ao espessamento da mutação tecnopolítica criada pelo 15-M, se pode ganhar com um povo/plebe distribuído e empoderado e um ou mais líderes carismáticos desempoderados, porque seu papel, finito, transicional, é o de fazer aríetes decisivos para derrubar o muro de cristal deformador da representação. Limitando-se, como diz o próprio Pablo Iglesias, a “mandar obedecendo”.

■.....Raúl Sánchez é tradutor e participa da rede Universidad Nómada (Espanha).



Núcleo Temático
“General Creativity”:
a criatividade e o comum

Os textos aqui apresentados responderam a uma chamada à reflexão sobre possíveis articulações entre criatividade e comum. A chamada foi publicada no *site* da Universidade Nômade⁶ e é presentemente retomada para nossos leitores. Os artigos agora publicados traçam uma pequena cartografia em torno do tema e de 11 subtemos. Gratos pelas qualificadas contribuições,

Barbara Szaniecki e Bruno Cava

Tema

O tema das “indústrias criativas” apareceu num estudo da Federação das Indústrias do RJ (FIRJAN), de 2008, em que pela primeira vez se mapeava o dito “setor criativo”. Desde então, articulações institucionais entre as esferas municipal, estadual e federal vêm se realizado ao redor do discurso da “economia criativa”. Em junho de 2012, foi criada a Secretaria de Economia Criativa, ligada ao Ministério da Cultura, assim como o Observatório Brasileiro da Economia Criativa (OBEC), em parceria com universidades federais. No Rio de Janeiro, a Prefeitura assumiu o label “cidade criativa” e, no final de 2010, se integrou à rede *Districs of creativity*, formada por 13 “cidades globais” dentre as mais “inovadoras e criativas do mundo”. A elaboração das políticas orientadas pelas indústrias ou economias criativas coincidiu com a chegada de uma série de megaeventos e megaequipamentos esportivos e culturais no país.

As manifestações de 2013 tiveram como estopim demandas de mobilidade urbana, de moradia, de saúde e de educação, como também demandas por qualidade de vida na cidade, no sentido da “produção do comum” [1], de fluxos afetivos e redes colaborativas diretamente enervadas nos territórios produtivos e biopolíticos da metrópole — uma criatividade difusa implicada no caldeamento contínuo de singularidades. A economia criativa, tal como vem sendo aplicada nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, não tem qualquer êxito em nenhuma das demandas citadas.

Nesse cenário de descompasso entre as promessas da economia criativa e a produção da metrópole por seus viventes, é preciso pesquisar e praticar caminhos que não se restrinjam à Economia Criativa atrelada a megaprojetos. É preciso pensar e criar o comum da e na cidade. Como articular criatividade e comum?

6 Universidade Nômade: <http://uninomade.net/tenda/chamada-de-artigos-para-a-revista-lugar-comum-n-o-43/>

Com que práticas, discursos, métodos, linhas de ação, intervenção ou copesquisa? Criatividade, na perspectiva do comum, é o tema desta revista.

As contribuições poderão articular livremente os seguintes subtemas (listagem não-exaustiva), a ser desenvolvidos enquanto investigação sobre a criatividade e a constituição do comum:

Subtemas

1. Economia criativa no Brasil e no mundo: marcos históricos, diferentes concepções ao redor do mundo, institucionalização no Brasil (nos diferentes níveis de governo, na universidade e na sociedade).
2. Alavancadores da economia criativa: a economia criativa é constituída por setores tidos como alavancadores da economia, do artesanato até a arte contemporânea passando pelo design. O marco mais evidente deste processo é a proliferação de instituições como museus, além de inúmeros editais. Como eles, os “setorizados” (do setor criativo), se vêem nesse processo? Se enquadram, negociam, resistem, criam alternativas?
3. Economia criativa, criatividade e novas tecnologias: a economia criativa fomenta e é fomentada pelas novas tecnologias, pela expansão das redes e pelos princípios de conexão e conectividade, geralmente do ponto de vista dos negócios. Que outras redes, conexões e conectividades são possíveis para além dos novos negócios em rede, com suas novas formas de captura e de acumulação?
4. Economia criativa, criatividade e propriedade privada: para além do *Creative commons*, como ficam nessa economia, as formas de compartilhamento como o *copyleft* entre outras formas mais experimentais? como as iniciativas artísticas, culturais e criativas têm se relacionado com a propriedade privada ou compartilhada? Qual é a forma de lidar com a propriedade privada de uma comunidade quilombola ou de uma comunidade indígena?
5. Economia criativa, criatividade e experimentações produtivas e políticas: o fortalecimento das práticas artísticas, culturais e criativas pelo viés da Economia Criativa, com o total apoio do Ministério da Cultura, teve impacto em políticas culturais como a dos Pontos de Cultura entre outras? A “economização” da cultura reduz a sua “politicização”? Em que medida a integração

da cultura ao mercado reduz a potência política de seus agentes? Que experimentações produtivas e políticas tem sido possíveis a partir da criatividade?

6. Economia criativa, criatividade e território: a Economia Criativa tem como marca o desenvolvimento de “clusters criativos”: seriam esses “clusters criativos” adequados para as cidades brasileiras com as suas características peculiares? Haveria outros modelos mais adequados aos nossos conglomerados metropolitanos, hibridações de áreas formais e informais com atividades singularmente espacializadas? Como potencializar a criatividade no território para além dos ditames econômicos?
7. Economia criativa, classe criativa, gentrificação: a capacidade singular de artistas, designers e arquitetos entre outros “criativos” de habitar e recriar bairros degradados inspirou Richard Florida na concepção de uma “classe criativa”. Sua teoria baseada na revitalização do Soho inspirou outros gestores locais. Em que medida a chegada da “classe criativa” em um bairro ou área da cidade implica na saída da população local?
8. Economia criativa, criatividade e megaeventos: A Economia Criativa está atrelada aos megaeventos, a seus megaequipamentos esportivos e culturais e a todo o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo. Em que medida esse modelo corresponde aos desejos e às necessidades dos cidadãos? dos sujeitos que se reconhecem como criativos?
9. Economia criativa, criatividade e subjetividade: à diferença da indústria cultural que, segundo a famosa crítica de Adorno e Horkheimer (mas não apenas) aniquilava a subjetividade do produtor e do consumidor, as indústrias criativas tendem a gerar uma excitação contínua seja na produção seja no consumo. Que subjetividades correspondem e respondem a essa contínua demanda da produção? e que subjetividades a ela resistem?
10. Economia criativa e criatividades alternativas e radicais: Desde 2013, as manifestações nas ruas e nas redes de todo o Brasil mostram uma criatividade generalizada, fruto da multidão e seus processos colaborativos. Podemos falar de uma “General Creativity” (à semelhança do conceito marxista de “General Intellect”? [2]) que tensiona o capitalismo cognitivo, cultural e criativo?

11. Economia Criatividade e Educação: que políticas educacionais, práticas de educação formal e informal têm adotado o paradigma da economia criativa e quais seus efeitos na educação?

■ Máquinas de criatividade: valor e conflito na produção do comum na cibercultura

.....**Bruno Tarin**

Introdução

Procura-se evidenciar, neste trabalho, que, atualmente, configuram-se diferentes máquinas de criatividade. Como máquina não nos referimos somente aos aparatos técnicos, mas também a inovações sociais, culturais, políticas e econômicas. Nesse sentido, estamos em confluência com o pensamento de Deleuze e Guattari que a tecnologia antes de ser técnica é social. Da mesma maneira, Negri e outros operaístas diziam que na base do desenvolvimento tecnológico estão as tensões sociais e as lutas. A máquina, dessa forma, pode ser vista como uma reterritorialização das relações de poder que a precedem, sempre em relação e seguindo os contornos do trabalho vivo e dos conflitos sociais. As máquinas sempre são um dispositivo para a amplificação e relação entre fluxos e forças: seja energia, trabalho, informação, criatividade etc. (PASQUINELLI, 2011). Nesse sentido, sua operação é a excedência, em outras palavras, algo que desencadeia um excedente de produtividade (NEGRI, 2012).

Com efeito, por um lado vivenciamos, atualmente, a aparição de novas máquinas de criatividade para o aumento de mais-valia e a revitalização dos processos de acumulação. Por outro lado as máquinas de criatividade, potencialmente, são expressão e meios de autonomia, dado que na base da constituição das máquinas estão as tensões sociais, assim como elas próprias – máquinas – se tornam o campo de resistência e luta. Nesse sentido, falar de máquinas de criatividade – no plural – implica em afirmar que existe, atualmente, no campo da cultura e arte a produção de diferentes subjetividades e formas de condução do exercício da criatividade que conflitam entre si, tendo funções, operações e desdobramentos distintos – entre: a exploração e a autonomia; o “morto” e o “vivo”, o biopoder e a biopolítica.

Neste contexto não se analisa, neste artigo, especificamente, a questão dos impactos negativos do direito autoral na cibercultura, tema recorrente quando se discute a cultura livre – apesar dessa questão atravessar o trabalho como um todo. Foca-se, antes, nas disputas que ocorrem sobre, e por dentro de, distintas

formas de apropriação e produção do comum em relação com as máquinas de criatividade, tanto no campo discursivo como no desenvolvimento de determinadas práticas. Para tal, o artigo não se concentra exclusivamente sobre o tema da propriedade, concentra-se, primeiramente, na questão das novas relações de exploração. Infere-se que, atualmente, vivenciamos uma experimentação de novas formas de acumulação e extração de mais-valia – assim como de controle sobre o comum – que flexibilizam a questão da propriedade. Contudo, se, atualmente, há uma forte inflexão na captura do comum, há também um crescente grau de autonomia e liberdade implicado na produção biopolítica – que abre-se para a constituição de relações potencialmente autônomas, de tipo novo, em direta conexão com a produção do comum. Entende-se, neste trabalho, que a cultura livre pode ser vista como uma espécie de laboratório onde se produzem subjetividades e práticas que incrustam a produção do comum contemporaneamente. Dessa forma, pode-se dizer que, a cultura livre, como veremos, comporta alguns dos principais elementos – em disputa – das relações de poder contemporâneas.

Ascensão do capitalismo cognitivo

Se até os anos 1970, o modo de produção capitalista encontrava-se fortemente baseado na indústria, dali para frente surgiram modalidades totalmente novas de produção e trabalho que permitem delinear um deslocamento de determinadas atividades, antes cristalizadas na economia industrial, para novas formas produtivas de caráter imaterial. O imaterial mais do que representar, somente, a produção de serviços e bens intangíveis muda também as relações tradicionais de divisão entre produção, circulação e geração de valor (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Durante o período fordista a relação entre lucro, renda e trabalho, ou seja, a valorização do trabalho era estabelecida a partir de uma unidade de medida quantitativa que estava atrelada a produção material, o lucro era baseado na relação entre receitas e custos. Essa medida era estabelecida, de algum modo, através da relação entre o tempo necessário para a produção e a quantidade de mercadorias que eram produzidas. Já no capitalismo cognitivo a valoração tende a atrelar-se a formas diversas de trabalho que não são necessariamente correspondentes com o tempo de trabalho formal, há, portanto, uma quebra na medida tradicional do valor-trabalho. É o tempo de vida dos “trabalhadores” que é investido na produção imaterial (FUMAGALLI; MEZZADRA, 2011). O trabalho e a obtenção de valor, tendencialmente, deixam de se concentrar nos espaços formais de trabalho e se expandem em direção a todos os níveis das relações sociais (DELEUZE,

1992), é a própria vida que é posta a trabalhar, é a própria vida que se torna produtiva e que adquire valor dentro do sistema capitalista contemporâneo.

O capitalismo cognitivo, podemos afirmar, está atrelado a uma tecnologia de poder distinta do fordismo, enquanto o segundo se atrela à subjetividades disciplinares, o capitalismo cognitivo encontra na tecnologia de controle, como descrita por Deleuze (1992), seu ambiente de atuação mais sinérgico, tendo as tecnologias digitais e a rede como alicerces de seu exercício. Sistematicamente a tecnologia de controle pode ser caracterizada, segundo Deleuze (1992), na passagem do modelo da fábrica para o da empresa: não se trata mais do disciplinamento dos corpos e mentes em espaços fechados para a realização de tarefas mecânicas, e sim da modulação e mobilização de afetividades, do intelecto e das capacidades criativas articuladas de forma complexa em rede. O controle se exerce sobre e dentro de uma gestão contínua dos fluxos e se lança sobre todas as dimensões da vida, interpretando-a, assimilando-a e finalmente, se reproduzindo junto com ela (PELBART, 2009). As barreiras entre trabalho, lazer e vida privada se borram.

No capitalismo cognitivo o que se explora são os atos criativos, o que adquire valor não é mais – hegemonicamente – o trabalho mecânico, e sim as inovações que dão forma aos produtos mas também e principalmente porque criam novas formas de organização do trabalho, novas relações com o maquinário e novas tecnologias. Segundo Virno:

As metamorfoses dos sistemas sociais do Ocidente durante os anos 1980 e 1990 podem ser sintetizadas de modo mais ou menos pertinente com a expressão: comunismo do capital. Isso significa que a iniciativa capitalista orquestra em seu próprio benefício precisamente aquelas condições materiais e culturais que asseguravam um calmo realismo à perspectiva comunista. (VIRNO, 2003, p. 74, grifo nosso)

O capitalismo cognitivo, em grande parte, se caracteriza pela absorção das inovações e de parte das reivindicações dos movimentos sociais e trabalhistas dos anos 1960 e 1970, como a “recusa ao trabalho” e a desmedida entre tempo de trabalho e remuneração, a produção de mídia alternativa e de modos organizativos em rede assim como os novos modos de vida da contracultura. Contudo, essa absorção passou por uma reestruturação onde foram excluídos sistematicamente os elementos revolucionários das transformações propostas e realizadas por esses movimentos. O capitalismo cognitivo pode, assim, ser visto, em parte, como a tentativa constante de neutralizar o conflito capital-trabalho, ou seja as relações antagônicas – os outros irredutíveis do capital – e encontrar estratégias de explo-

ração da cooperação social e do comum. Dessa maneira o elemento novo e central no capitalismo contemporâneo é a tentativa constante de reduzir a mercadoria e *commodities* a criatividade, a espontaneidade, o trabalho vivo – ou seja, aquilo que está em constante transformação e que não é organizado pelo capital – em algo estático a ser sistematicamente explorado e capturado.

Multidão e comum

Como dito, pode-se afirmar que atualmente estamos sobre a predominância da sociedade do controle ou biopoder, predominância, visto que esta tecnologia não substitui as outras. Não se trata, portanto, de uma visão evolucionista, posto que as distintas tecnologias de poder coabitam nos mesmo tempos e espaços, sendo a questão, uma variação da intensidade com que se realizam, sendo cada uma mais presente durante determinado período e em determinado contexto, se tornando a tendência. Pode-se afirmar assim que o biopoder ou a tecnologia de controle, mesmo que não venha substituir as outras tecnologias, as reorganiza e abrange, de modo que sirvam melhor a exploração e captura da vida. Contudo, como dito anteriormente, o biopoder está em constante relação com o desenvolvimento de subjetividades autônomas, não sendo uma força que totalizaria as relações sociais. Nesta parte do artigo tentaremos observar algumas características do sujeito coletivo que se coloca enquanto produtor de tais subjetividades autônomas, mas também que é mobilizado para a extração de lucro.

Para Hardt e Negri, a multidão é “formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital, e, assim potencialmente como a classe daqueles que recusam o domínio do capital” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 147), dessa forma é na composição do trabalho imaterial que emerge a multidão, tendo, do ponto de vista sociológico, sua base material na centralidade da comunicação e da cooperação sobre redes aplicadas aos modos de produção contemporâneos. Retomando e atualizando o conceito desenvolvido por Espinosa, Negri caracteriza a multidão, como um conjunto de singularidades que não se anulam, pelo contrário mantêm sua força própria e produzem diferença numa “[...] dinâmica relacional, que permite construir, ao mesmo tempo a si mesmas e ao todo” (NEGRI, 2003, p. 142). A multidão, nesse sentido, contém um princípio auto-formativo, ou seja, a multidão ao criar está ao mesmo passo se criando, assim como se auto-organizando, cuidando, governando a si e os outros. Portanto, não necessita de uma causalidade externa, na multidão a causa se torna ato, um processo da própria multidão. A multidão, segundo Negri, se configura por um processo aberto cuja dimensão ontológica se ampara no trabalho não apenas como produção de mercadorias,

mas sim num conceito de trabalho que abrange as lutas por melhores condições de vida e, principalmente, por diferentes modos de vida que se materializam na desconstrução de certos tipos de relações de poder codificadas, para a afirmação de outras relações mais horizontais e democráticas, relações estas que tem na manutenção e produção do comum sua finalidade e método (NEGRI, 2003; LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Dessa forma, a multidão e o comum não podem ser desarticulados, são conjuntamente partes constituintes da produção biopolítica que:

Deixa perfeitamente claro que o comum é ao mesmo tempo pressuposição e resultado: não pode haver cooperação sem a vigência de uma partilha; [...] A produção da multidão projeta o comum numa espiral virtuosa expansiva (HARDT; NEGRI, 2004, p. 437).

A multidão, dessa forma, produz uma verdadeira economia afetiva, em que o comum não é efeito nem transcendência e sim uma força viva. Como afirma Pelbart: “esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas que, nos seus poderes de afetar e de ser afetado e de constituir para si uma comunialidade expansiva, **desenha as possibilidades de uma democracia biopolítica**” (PELBART, 2009, p. 139, grifo nosso).

Nesta perspectiva, a multidão, pode e deve se afirmar como uma potência para além das formas de valorização, regulação e controle do capital que opera no interior de uma lógica de mercado baseada no controle sobre os fluxos imateriais através da mercantilização da vida. Como apresentado na introdução e na primeira parte desse artigo, atualmente existe um conflito entre diferentes apropriações do comum, dessa forma e, com efeito, não basta apenas meramente afirmar o comum, a multidão e a produção biopolítica como novas categorias – novo paradigma – do trabalho e da produção atuais, esse momento parece já ter ficado para trás. Afinal, não apenas o capital se deu conta da existência do comum e da multidão, como já arrumou para eles um lugar bem confortável como fonte de valorização dele próprio, capital. A questão que se coloca, dessa forma é: como as forças vivas podem se autovalorizar⁷ e organizar? É certo que não temos uma resposta acabada para essa questão, contudo iremos realizar uma série de análises,

7 Negri descreve, no texto *Capitalist Domination and Working Class Sabotage* (2005), a autovalorização como: “When we say self-valorisation, we mean that the working class sets in motion an alternative on the terrain of production and reproduction, by appropriating to itself power and by re-appropriating wealth, in opposition to the capitalist mechanisms of accumulation and development” (p.255).

especificamente no caso da cibercultura, com o intuito de aprofundar esse debate que se materializa no conflito entre distintas máquinas de criatividade.

A emergência do comum na cultura livre

Pode-se dizer que o próprio termo ou conceito cultura livre, a vasta gama de ações realizadas nesse âmbito, assim como as posições discursivas nesse campo, estão inseridas em conflitos enraizados no próprio campo da cultura livre, ou dito de outra forma existe uma disputa “interna” entre os modelos alternativos ao tradicional *copyright*. Assim fica evidente que o conflito atual que envolve os direitos de cópia e a produção e circulação de conhecimento e cultura, por certo, não pode ser reduzido a um binarismo *copyright* versus *copyleft*, e mesmo não seria certo colocar todos que estão contra a propriedade intelectual no mesmo “saco”.

Segue-se agora o mapeamento e as análises dos três discursos e práticas estudados, a saber, o *Creative Commons*, a arte livre e o *copyfarleft*. Como dito anteriormente, nosso intuito é produzir um olhar sobre as subjetividades que estas três diferentes perspectivas produzem. Para tal, são utilizados materiais produzidos por pessoas ligadas a cada uma dessas perspectivas. Materiais que não foram necessariamente produzidos em consonância com o nosso intuito mas que foram utilizados como “pistas” para o desenvolvimento da pesquisa.

Creative Commons, em grande parte, por ter se tornado praticamente hegemônico no campo da cultura livre – no sentido ter se tornado a grande referência teórica, ter tido maior visibilidade, publicidade, abrangência e utilização do seu ferramental – das três proposta estudadas, foi a única que sofreu diversas e severas críticas publicamente. Contudo, pode-se dizer que não foi somente por sua visibilidade que o *Creative Commons* sofreu tantas críticas. Seu caráter ambíguo e sua forma de se apresentar discursivamente traz em si diversas contradições, colocando conjuntamente e defendendo diversas vezes argumentos conflitantes e por vezes simplificando demasiadamente debates complexos, na tentativa de realizar uma espécie de síntese do conflito atual inerente a cultura livre. Como o próprio Lessig afirma: o *Creative Commons* é um projeto para planejar a paz – entre os que são a favor do endurecimento da propriedade intelectual e os que não são, mas também entre as diferentes visões dentro da cultura livre – e “não pretende jogar polêmicas complexas nas pessoas” (LESSIG, 2005, p. 40).

Essa questão de não jogar polêmicas complexas nas pessoas se materializa na categorização que o *Creative Commons* realiza ao separar conteúdos que interessariam somente a advogados, outros aos técnicos e outros aos leigos e artistas amadores. Também se materializa na categorização de suas licenças que

na prática acabam por separarem as obras e os autores por amadores – que não tem interesse comercial – e profissionais – que tem interesse comercial. Mansoux (2012), membro do coletivo *Copyleft Attitude*, nos auxilia nessa questão ao dizer que mesmo que essa categorização seja baseada em casos concretos de uso das ‘licenças Creative Commons’ na “vida real”, estas fortalecem e se baseiam em clichês e estereótipos, realizando uma separação arbitrária entre usos para projetos comunitários, como da “amadora” cultura *wiki*, que deveriam utilizar uma ‘licença Creative Commons’ que seja compatível com o *copyleft*; projetos comerciais, como de músicos, que utilizariam uma licença de livre circulação e remix mas sem uso comercial, estabelecendo um modelo de negócio para maximizar a atenção para os seus serviços sem abrir mão dos benefícios da proteção de sua obra para ganho exclusivo. projetos institucionais, como museus, que permitiriam somente a circulação das obras sem a possibilidade de remix e nem de uso comercial, para aumentar a sua visibilidade mas mantendo um controle completo sobre as obras que justifique a sua finalidade e existência. Na avaliação tanto de pessoas ligadas a arte livre como ao *copyfarleft*, esta separação é inconveniente, desnecessária e acaba por gerar uma falta de envolvimento das pessoas com as questões de fundo – gerais – da cultura livre, ou seja, além da questão formal do licenciamento e dos interesses e direitos individuais.

Ao se analisar os discursos e práticas do *Creative Commons*, depara-se constantemente com uma visão do *commons* (comum) como a produção de um espaço dinâmico e autogerador que possa abastecer e expandir o mercado de uma maneira muito mais eficiente que o tradicional *copyright*. O incentivo a criatividade se dá a partir de uma visão do comum como somente a “criação de uma coletividade de obras culturais publicamente acessíveis” (LEMOS, 2005, p. 84) e gratuitas. Esta inflexão, como o próprio Lessig afirma é muito importante, atualmente, para o mercado, pois ter um espaço dinâmico é muito melhor do um regime “acomodado” de *copyright*. Em suas palavras “*free resources, or resources held in common, sometimes create more wealth and opportunity for society than those same resources held privately.*” (“recursos gratuitos ou recursos mantidos comuns criam às vezes mais riqueza e oportunidades para a sociedade que recursos mantidos privados”) (LESSIG, 2001, p. 86). Valorizar o comum é necessário, visto que este gera “[...] um espaço onde a criatividade pode prosperar” (*ibid.*, p. 23, tradução nossa) e porque o comum “[...] reduz o custo da inovação” (*ibid.*, p. 57, tradução nossa), assim é recuperada a tradição liberal anglo-americana, como a lição, aprendida e retirada, de Adam Smith evidencia: “[...] *innovation is best when ideas flow freely*” (“A inovação é de melhor quando as ideias fluem livremente.”) (*ibid.*, p. 71)

Pode-se dizer que a base da visão de comum para o *Creative Commons* é uma reformulação do famoso e glorioso ‘sonho americano’, onde todos devem ter igualmente o direito – poderíamos dizer o dever, ou melhor, a necessidade – de participarem do mercado e em última instância de competir livremente dentro das dinâmicas do capitalismo. O empreendedorismo, o esforço e a determinação individuais, traduzidos e sintetizados como a capacidade criativa, seriam o motor e a medida do bem-estar privado, que nessa visão, em última instância, se somados revertem-se no bem-estar de toda a sociedade. Dessa maneira, tenta-se fortalecer uma refundação do liberalismo, adaptado a cibercultura e as novas relações sociais. Refundação necessária – para o capitalismo – tendo em vista as recentes e sucessivas crises. O setor econômico da cultura – especificamente, mas não unicamente – atravessa um momento de grande dificuldade para conseguir maneiras efetivas de se valorizar. A economia dita ‘criativa’ atravessa uma crise profunda que não vem encontrando uma saída viável e socialmente aceita por meio das dinâmicas ditas do século XX. A tradicional indústria cultural de massa e conceitos de propriedade e mercado muito fechados, estão passando por críticas e ataques sistemáticos – vide a força da “pirataria” atualmente. O valor no setor da cultura e da arte se encontra, atualmente, fortemente calcado na indexação de conteúdos e não mais na sua produção, como o modelo Google mostra. A captura da produção em e do comum assume, dessa forma, uma dimensão essencial para a produção de valor e lucro.

O coletivo *Copyleft Attitude* ou a arte livre, assim como o *Creative Commons*, buscou produzir uma licença que se encaixasse nas leis atuais de direito autoral, contudo diferentemente do *Creative Commons* que produziu diversas licenças, sendo umas incompatíveis com outras, criando dessa forma uma outra instância e complexidade burocrática, o *Copyleft Attitude* focou em princípios e regras simples que devem ser respeitadas por todos igualmente. As razões para isto estão no fato destes terem uma preocupação de criar e fortalecer um repositório comum de obras intelectuais que possa ser facilmente acessado por todos, ou seja, há uma inflexão nos direitos coletivos ao invés dos direitos individuais. Apesar disso, pode-se dizer que a grande inflexão, da arte livre, não está nos aspectos jurídicos ou na simples liberação do potencial criativo – que atravessam os debates da cultura livre como um todo. O *Copyleft Attitude* foca suas ações na apropriação dos termos da cultura livre para que estes levem ao desenvolvimento de interesses estéticos próprios ligados ao *copyleft*. A posição ética dessa forma deveria servir como um suporte para a criação artística, ou seja, a ética deve influenciar a estética, o que essa perspectiva chama de ‘liberdade aplicada’. Na

prática esta ‘liberdade aplicada’ se materializa numa visão onde não basta, não é suficiente, somente disponibilizar livremente ou gratuitamente obras culturais, é necessário criar um contexto, um ambiente e obras que direcionem os fluxos criativos para o fortalecimento do comum.

Diferentemente do *Creative Commons*, o coletivo *Copyleft Attitude* assume uma posição ética bem destacada. Parte do pressuposto que “encontrar uma alternativa ao *copyright* é uma necessidade, mas isso tem que ser feito com um propósito significativo e não como um meio de legitimar a transformação das práticas em rede dentro das indústrias culturais.” (MANSOUX, 2012, p. 213) Esse propósito significativo para a arte livre, pode-se afirmar, é baseado numa posição: universalista em sua essência, como Cramer (2012) afirma. As motivações para a formação de um repertório comum de cultura e arte deveriam emergir de valores que não poderiam ser relativizados culturalmente ou economicamente.

Pode-se dizer que os valores que devem ser a base para o desenvolvimento da cultura livre, são, para o *Copyleft Attitude*, a fraternidade e o altruísmo. Há em seu discurso uma visão “utópica” tanto da internet quanto das práticas da rede e dos seus usuários. Uma visão que estabelece que o comum só existe, de fato, quando há uma comunidade politicamente solidária e bem informada, regras claras e indivíduos que tenham direitos iguais. Nessa perspectiva, o homem seria naturalmente propenso a compartilhar, sendo a arquitetura da internet – meio ambiente – perfeita para isso, pois permite que o compartilhamento se dê de uma forma “pura”, afinal tanto a internet quanto seus usuários seriam movidos pela generosidade e a troca dadivosa. O problema para o avanço da cultura livre seria a ganância individual dos detentores de *copyright*, conjuntamente com a má gestão e leis que bloqueiam a essência da rede. Como se verifica nessa afirmação: “Cultura livre não é só possível como é inevitável, porque procede de uma lógica não material consoante com a digitalização da cultural mundial por meio de práticas que evoluem em paralelo com e na internet” (MOREAU, 2012, p. 164) Essa visão encontra fortes ressonâncias com algumas afirmações do *Creative Commons*, apresentadas anteriormente.

Se afastando da perspectiva do *Creative Commons*, mas mantendo ainda um caráter “utópico” sobre as práticas da rede, em outra passagem, Moreau afirma que a arte livre e a cultura livre – caso esta acolha integralmente os princípios do *copyleft*, como a arte livre o faz – não seriam passíveis de uma assimilação vazia. Não seria possível utilizar a cultura livre como um fetiche para o mercado, ou não seria possível subsumir as práticas da rede dentro da indústria cultural: “porque não há nenhuma recompensa, nenhum efeito multiplicador financeiro,

nenhum retorno sobre o investimento.” (MOREAU, 2012, p. 162) O fato de todos terem direitos iguais perante a licença da arte livre, o que inclui o direito de uso comercial das obras, evitaria naturalmente o uso comercial exclusivo e abusivo. Todavia essa visão pode ser problematizada, porque exclui as novas formas de captura do comum que estão sendo praticadas atualmente, assim como parte de um princípio de igualdade formal ignorando a desigualdade substancial, como o *copyfarleft* ressalta.

O *copyfarleft* parte da constatação de que vivemos sobre uma desoladora desigualdade material, assim a separação entre imaterial e material não encontra amparo dentro dessa perspectiva. Separação que tanto o *Creative Commons* quanto a arte livre tem como base em suas propostas e assim acabam por animar. Mais do que não encontrar amparo no *copyfarleft*, a separação material e imaterial é sistematicamente desconstruída em todos os conteúdos elaborados por Dmytri Kleiner. Pode-se dizer que este é o ponto nodal de suas análises e base de seu projeto para a cultura livre.

Um dos aspectos inovadores e que distancia o *copyfarleft* das outras perspectivas analisadas – e de grande parte do movimento da cultura livre – é que este não tem uma preocupação específica em elaborar uma licença que se enquadre na lei. Sua proposta, em realidade, vai na contramão de uma longa tradição filosófica e jurídica calcada na igualdade formal. O *copyfarleft* ao introduzir na centralidade dos debates da cultura livre, a luta de classes e as desigualdades econômicas propõe que sejam tratados de forma diferenciada os trabalhadores, daqueles que empregam e utilizam trabalho assalariado e subordinado nas suas produções. A diferenciação, contudo não se dá, somente, em termos individuais. Toda a proposta do *copyfarleft* se baseia na animação de formas cooperativas de trabalho. Como o próprio Kleiner afirma, o *copyfarleft*: “deve desenvolver meios de criar e reproduzir relações produtivas com base no comum” (KLEINER, 2010, p. 8, tradução nossa) A diferenciação dessa forma se dá entre usos endógenos, oriundos do comum e voltados para o comum, de usos exógenos, voltados para fora ou para capturar o comum.

Como se pode verificar, a proposta do *copyfarleft* para a produção do comum é centrada na criação de formas organizativas cooperativas engajadas na luta social. Não há interesse algum para o *copyfarleft* em formar somente um repositório comum de bens intelectuais. Em realidade, Kleiner é bastante crítico a esse tipo de posicionamento, posto que a exploração faz parte do sistema produtivo capitalista, onde a produção da cultura livre está inserida. Dessa forma, somente a ênfase na liberação do imaterial, ou mesmo as regras do *copyleft*, como o ‘efeito

viral', não são suficientes para irromper com a exploração do comum e a condição de servidão dos trabalhadores. Como pode-se verificar:

So long as commons-based peer-production is applied narrowly to only an information commons, while the capitalist mode of production still dominates the production of material wealth, owners of material property, namely land and capital, will continue to capture the marginal wealth created as a result of the productivity of the information commons. (KLEINER, 2010, p. 21)⁸

A produção do comum, nessa perspectiva, deve sempre ter uma dimensão de luta política, ser uma prática revolucionária baseada na autovalorização daqueles que são os produtores – trabalhadores. Kleiner se refere ao comum como o ‘comum produtivo’ (*productive commons*), este termo mostra sua profunda preocupação que a produção do comum tenha uma utilidade, seja uma ferramenta da luta de classes. O comum deve ser produtivo de riqueza para os trabalhadores, nesse sentido o imaterial e o material não podem ser separados, a ênfase na liberação do imaterial, deve ser vista, somente, como um caminho para a diminuição da desigualdade material – econômica e social – e deve ser sempre acompanhada de mecanismos que fujam da exploração capitalista. Como esta passagem deixa claro, ao dizer que o *copyfarleft* tem como objetivo:

[...] the creation of a productive commons that producers can use to accumulate mutual wealth, and thus work towards realizing their historic role of creating a society free of economic classes. [...] When we employ a commons of productive assets, which have no individual owners but are collectively owned, we retain the wealth we create, and thus the possibility for a new society is within our grasp. (KLEINER, 2010, p. 50, grifo nosso)⁹

8 Enquanto a produção-peer com base no comum é restrita ao commons informacional, ao mesmo tempo que o modo capitalista de produção continua a dominar a produção de riqueza material, os proprietários de bens materiais, ou seja, terra e capital, vão continuar a captar a riqueza marginal criado como resultado da produtividade do commons informacional. (KLEINER, 2010, 21 p.)

9 [...] A criação de um commons produtivo que os produtores possam usar a acumular riqueza mútua, e, portanto, trabalhar no sentido de perceber o seu papel histórico de criação de uma sociedade livre de classes econômicas. [...] Quando contratamos um comum de ativos produtivos, que não têm proprietários individuais, mas são de propriedade coletiva, mantemos a riqueza que criamos, e, assim, a possibilidade de uma nova sociedade fica ao nosso alcance. (KLEINER, 2010, p. 50, grifo Nossso)

Conclusão

O capitalismo cognitivo, como apresentado no início do artigo, é fortemente baseado na captura da produção biopolítica e do comum, de fato, o papel desenrolado pela produção de conhecimento e relações afetivas, cada vez mais, se transforma na força produtiva fundamental dos modos de produção atuais. Afinal, a invenção, a produção de conhecimento e as relações afetivas, pode-se dizer, só se efetivam num ambiente onde haja liberdade, cooperação e exercício da criatividade, elementos e riquezas que o capital não consegue produzir (NEGRI, 2006). O trabalho no capitalismo cognitivo se torna “um evento, um Kairós, é invenção do tempo [...] está ancorado na liberdade.” (*ibid.*). A liberdade de criar em e o comum assume, dessa forma, um papel fundamental nos novos modos de produção e trabalho, assim como nas novas formas de acumulação capitalísticas:

O comunismo do capital é a forma assumida pela relação social capitalista na época em que esta se baseia inteiramente na captura do comum. Para dizer-lo em outros termos, cada vez menos o capital organiza a cooperação social com antecedência, de cima para baixo, e cada vez mais deve organizar sua captura a posteriori (ROGGERO, 2012).

O capitalismo cognitivo assume, assim, a dimensão de um comunismo do capital, onde não há uma destruição da relação social de exploração, mas sim seu enevoamento. O comunismo do capital se caracteriza, portanto, como a tentativa de operar capturas de subjetividades e apresenta uma imagem de civilidade, é a dimensão do biopoder do capital, “onde o capital se quer não simplesmente como comando, mas estilo de vida” (NEGRI, 2006). Dessa maneira, o comunismo do capital incorpora certos aspectos e críticas das lutas, sendo uma tentativa de neutralização do conflito capital-trabalho, onde são colocados em simbiose elementos tanto das novas esquerdas, quanto do neoliberalismo. Diante desse cenário, pode-se dizer que, artistas multimídia, escritores, jornalistas, músicos, cineastas, programadores, designers, professores e ativistas são uma parte importante para os processos de acumulação contemporânea, afinal estes são sujeitos bastante ativos na cibercultura, na cultura de compartilhamento e na produção de subjetividades. Afinal, estes trabalhadores realizam um trabalho que só se efetua na ‘troca’ e no compartilhamento e cada vez mais estão inseridos e produzem os modos de vida na rede.

Esses modos de vida na rede assim como sua produção: seja conteúdo ou arquitetura – em realidade no paradigma da rede os dois se misturam; e as disputas por distintas perspectivas sobre o comum, assim como a configuração

de determinadas máquinas de criatividade, que atravessam a cibercultura, e em especial a cultura livre configuram uma parte importante do terreno sobre o qual o comunismo do capital se lança. Todavia, como dito anteriormente, também são elementos constituintes da possibilidade de uma democracia biopolítica, baseada na criação de novas relações que escapem das relações de exploração mas também de assujeitamento e constrangimento da produção do comum.

Historicamente uma das principais – ou a principal – bandeiras da luta comunista foi a abolição da propriedade privada, contudo como afirma Hardt: “o comunismo é definido não apenas pela abolição da propriedade privada, mas também pela afirmação do comum – a afirmação da produção biopolítica autônoma e livre, a criação contínua e independente de uma nova humanidade.” (HARDT, 2011, p. 16). Dessa forma, a luta comunista não pode ser pensada somente em termos da abolição da propriedade material, a luta pela abolição da propriedade no comunismo é também a luta pela afirmação do comum, ou seja, um projeto político baseado na proliferação de liberdades, cooperação autônoma, assim como produção de subjetividades, inteiramente novas, antagônicas ao capital, uma nova humanidade que não se produz nem no paradigma do privado e nem no do público – estatal. Não se trata, ao menos somente, de acabar com a propriedade, é necessário instaurar novas práticas que substituam as relações de exploração, mas também de assujeitamento, em realidade no contexto da produção biopolítica e na luta pela produção do comum não se pode separar estas.

A produção do comum, portanto, está ancorada em práticas que se afastam completamente de uma perspectiva do comum como conciliável com a produção capitalista. A inflexão de uma visão do comum como sendo somente um repositório de bens imateriais acessíveis a todos, não reflete as dimensões de fuga dos dispositivos de poder operada na produção biopolítica. A liberação do imaterial como crítica da propriedade intelectual é certamente um dos aspectos centrais hoje na produção do comum mas, como apresentado anteriormente, não basta somente liberar o imaterial, afinal a exploração do comum se colocam como dinâmicas parasitárias a esse movimento.

Pasquinelli (2012), afirma que o consenso criado em torno de uma ideologia do livre – digitalismo – ofusca a possibilidade de uma nova prática que consiga ver para além das telas e da utopia que o sistema técnico digital e/ou uma cultura de troca tenderiam a – naturalmente – dissolver as desigualdades. Partindo-se da constatação que o gesto positivo de compartilhamento está constantemente sendo assediado pelo capital, e que a atividade individual de baixar livros, músicas, imagens e filmes não alcança transformar a balança da desigualdade

material, Pasquinelli (2008a) afirma que somente uma ferramenta afiada como a sabotagem¹⁰ pode revelar e conter a dimensão parasitária do comunismo do capital. Nesse contexto, o conflito portanto não deve ser evitado, e sim exacerbado. O comum, nessa visão, se constitui, atualmente, como uma prática subversiva, ou seja, uma alteração da ordem e do poder estabelecidos, sendo dinâmico e estando em constante transformação, pois se ancora na produção biopolítica. Dessa forma, no contexto da produção do comum, não há espaço para uma visão utópica sobre a cibercultura, o digital, a rede, a criatividade, a geração de valor e o comum, antes se tem claro que na produção biopolítica existe uma relação imanente entre criatividade, valor e conflito, podendo, inclusive, ir-se além afirmando que criatividade = valor = conflito e vice-versa (PASQUINELLI, 2008b).

Referências

- COCCO, G. Trabalho sem Obra, Obra sem Autor: A constituição do comum. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
- CRAMER, F. O mal entendido do *Creative Commons*. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue. 2012.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34. 1992.
- FUMAGALLI, A; MEZZADRA, S (orgs.). *A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HARDT, M. O *Comum no Comunismo*. 2011. Disponível em: <<http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/O%20Comum%20no%20Comunismo.pdf>>. Acesso em: 5 de jan 2013.
- HARDT, M; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- KLEINER, D. *The telekommunist manifesto*. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2010.
- LAZZARATO, M; NEGRI, A. *Trabalho Imaterial – formas de vida e produção de subjetividade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.
- LEMOS, R. *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

10 A sabotagem, segundo Negri (2005) assume uma dupla dimensão: por um lado é ataque, por outro é criação de novos mundos. A sabotagem, enquanto autovalorização e autodeterminação, é a separação com a totalidade do capital e a quebra da relação capitalista, uma força criativa para a produção de outras humanidades, uma ferramenta que através da destruição: liberta.

LESSIG, L. *Cultura Livre: Como a Grande Mídia Usa a Tecnologia e a Lei para Bloquear a Cultura e Controlar a Criatividade*. 1 ed. São Paulo: Trama, 2005.

_____. *The future of ideas: The fate of the commons in a connected world*. Nova York: Random House, 2001.

MANSOUX, A. Livre como queijo – confusão artística acerca da abertura. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

MOREAU, A. Sobre arte e cultura livre. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Orgs.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

NEGRI, A. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Domination and Sabotage: On the Marxist Method of Social Transformation. In: *Books for Burning: between civil war and democracy in 1970's Italy*. Londres: Verso.

_____. O comunismo do capital global. Revista *Global Brasil*, Rio de Janeiro, n. 07, 2006.

_____. Metamorfose – arte e trabalho imaterial. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Orgs.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

PASQUINELLI, M. *Machinic Capitalism and Network Surplus Value: towards a political economy of the Turing Machine*, out. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/nljAVo>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

_____. *Animal Spirits: a bestiary of the commons*. Rotterdam: NAI Publishers, 2008a.

_____. Guerra Civil Imaterial: Protótipos de Conflito dentro do Capitalismo Cognitivo. *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro, n. 25-26, 2008b.

_____. (2012) A ideologia da cultura livre e a gramática da sabotagem. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

PELBART, P. (2009) Vida Capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras.

ROGGERO, G. (2012) A autonomia do saber vivo: relação e ruptura entre instituições do comum e comunismo do capital. In: COCCO, G; ALBAGLI, S. (Org.) *Revolução 2.0: e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (2003) Gramática da Multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas. [Acesso em: 5 jan. 2012] Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/19683449/GRAMATICA-DA-MULTIDAO>>.

■.....**Bruno Tarin** é Mestre e Doutorando pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. E-mail: brunotarin@gmail.com

Gestos, fabricações e cartografias políticas da cidade: sobre os projetos Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas

Carolina Ferreira da Fonseca

Credibilidades políticas: injunções cidade-mídia

Os regimes de ação e visibilidade da cartografia urbana contemporânea apontam densos e profundos imbricamentos com o sentido de mídia. Ambas, cidade e cartografia, assumem a categoria de mídia em associações pleonásticas frente às injunções técnico-informacionais proeminentes nas tramas cognitivas e culturais. Elas sobrepõem os estatutos de veículo, instrumento, canal, mensagem e forma de distribuição de determinado posicionamento ético-político-estético num vigoroso e intensivo processo de produção de sentidos.

Isto recoloca e recodifica os modos de apreensão dos processos urbanos em curso, donde a enunciação dos sujeitos e práticas impacta na consolidação de uma representação consensual. No rastro de Benjamin, rondamos a questão das implicações entre técnica, reproduzibilidade e percepção, adotando para tanto, o seguinte pressuposto: “A forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo em que seu modo de existência” (1994, p. 169). A relação entre modos de existência e percepção no escopo de uma análise materialista histórica – que se debruça sobre o imbricamento entre técnica, estética e política – abre frentes de problematização pertinentes na pauta cartográfica. Interessa entender como a consolidação da cidade-mídia, operada pelos atravessamentos comunicacionais e informacionais, institui existências na cidade; existências estas produtos e produtoras de modos de percepção engendrados historicamente.

Os engendramentos cognitivos e simbólicos produzem e são produzidos exponencialmente pelas propriedades da tecnologia informática para impulsionar flutuações de sentidos urbanos, num processo de inversão, reconversão e dissussão que abalam o estatuto do real, a sua dimensão de realidade imediata implicada na temporalidade do presente. A injunção Rio de Janeiro, cidade-olímpica, UPPs, mobilidade, favelas e novos estádios justapõem numa mesma cartografia territoriais urbanos absolutamente paradoxais, donde a existência efetiva de um tem-

significado a anulação e ausência de outro¹¹. Entretanto, todos estes povoam um mesmo espaço-tempo, em que múltiplas práticas cartográficas restituem a coexistência destes territórios.

De Certeau constrói uma discussão acerca das credibilidades políticas, formulando uma arqueologia do crer e sua relação com a visibilidade. Os avatares e o tráfico do crer configuram-se pelo movimento das técnicas de fazer crer – remetidas em primeiro plano às ordens religiosas e sua doutrina, em segundo plano à política, seus partidos e ideologias, e às inúmeras pregnâncias entre ambas – cujo refúgio contemporâneo é a *mass* mídia, os espaços sacralizados para o lazer e o turismo, ou seja, a cidade espetáculo.

O grande silêncio das coisas muda-se no seu contrário através da mídia. Ontem constituído em segredo, agora o real tagarela. Só se vêm por todo o lado notícias, informações, estatísticas e sondagens. Jamais houve uma história que tivesse falado ou mostrado tanto. Jamais, com efeito, os ministros dos deuses os fizeram falar de uma maneira tão contínua, tão pormenorizada e tão injuntiva como o fazem hoje os produtores de revelações e regras em nome da atualidade.

Os relatos do-que-está-acontecendo constituem a nossa ortodoxia. Os debates de números são as nossas guerras teológicas. Os combatentes não carregam mais as armas de ideias ofensivas e defensivas. Avançam camuflados em fatos, em dados e acontecimentos. Apresentam-se como os mensageiros de um “real”. Sua atitude assume a cor do terreno econômico e social. Quando avançam, o próprio terreno parece que também avança. Mas de fato, eles o fabricam, simulam-no, usam-no como máscara, atribuem a si o crédito dele, criam assim a cena da sua lei. (DE CERTEAU, 1994, p. 287).

Frente ao atual combate entre imagens, visibilidades, técnicas de fazer crer, informação, e mais especificamente, cartografias, nos termos aqui explorados, cidades são instauradas e plasmadas como fatos e dados. As cartografias contemporâneas detêm tal espessura da ortodoxia teológica do real, e incidem sobre a produção urbana por efeito de blindagem e mitificação. Cartografias “mensageiras do real”, animações midiáticas que traficam o crer nos processos de subjetivação contemporânea e ocupam uma posição privilegiada no rol das credibilidades políticas. Parafraseando o autor: “Jamais houve uma *cartografia* que tivesse falado ou mostrado tanto. Jamais, com efeito, os ministros dos deuses as fizeram falar de uma maneira tão contínua, tão pormenorizada e tão injuntiva como o fazem hoje os produtores de revelações e regras em nome da atualidade.”

11 A título de exemplo, citamos a remoção da Vila do Recreio II, cortada pelo novo traçado do BRT; e das comunidades Metrô Mangueira e do Morro da Providência próximas ao Maracanã.

Tal multiplicação refere-se à radical transformação dos equipamentos coletivos de subjetivação, inseridos nas esferas de trabalho, vida cotidiana, lazer, pesquisa, transporte, entre inúmeras outras ações urbanas que se encontram embebidas da figuração cartográfica. Associamos a radicalidade desta conjuntura técnico-informacional à cidade que emerge na produção cartográfica. Neste engendramento, a dimensão de mídia incorpora-se enquanto indissociabilidade entre discurso, imagem, enfim, os modos de expressão, de conteúdo e de figuração inseridos num processo de comunicação.

Nesta efervescência comunicativa alteram-se os modos de ação política e o sentido de participação, a dimensão midiática pós-massiva reposiciona cidades, sujeitos e gestos, num intrincado jogo de representações. Para introduzir os desdobramentos entre cartografia e mídia, partimos das formulações do professor André Lemos; e das colocações do professor Ângelo Serpa. Ambos professores foram entrevistados durante a pesquisa de campo (2010) e suas respectivas perspectivas funcionam como disparadoras de questões e pretendem conduzir nossa leitura dos casos expostos a seguir:

Esses fenômenos (os processos de colaboração on-line) tem ganhado importância pelo fato de dar aos cidadãos o poder de produzir e distribuir informações sobre o espaço urbano de forma autônoma e livremente, ao modo como encontramos nos “jornalismo cidadão”, na Wikipédia, no crowdsourcing e crowdfunding ou nas recentes “revoluções 2.0” iniciadas em países árabes e tomando novas proporções hoje no Brasil (junho de 2013), com a manifestação em algumas capitais contra o aumento das tarifas de transportes urbanos. (...) A história da geocolaboração é necessária para que se compreenda a mudança (social, cultural, técnica e econômica) do papel da cartografia. Desde o século XVI, os mapas são instrumentos de poder, dominados por grupos políticos e por burocratas técnicos. Embora as bases cartográficas sejam sempre produzidas por especialistas, a utilização dos mapas modificou-se com o advento das redes telemáticas e com a web 2.0. Essa mudança faz dos leitores e usuários não apenas consumidores, mas produtores de discurso sobre o espaço. Podemos aqui estabelecer um paralelo entre a dinâmica dos meios de massa, que caracteriza os mapas tradicionais (análogicos, feitos por cartógrafos profissionais, cuja emissão é controlada e cujos utilizadores são leitores), e as TIG e bases cartográficas, que podem ser apropriadas pelos usuários a partir de uma comunicação transverbal, aberta e colaborativa. (...) Se os mapas podem ser considerados meios (uma mensagem, um canal, um emissor e um receptor), aqueles tradicionais estão para as mídias de massa, enquanto os digitais, para as mídias “pós-massivas” (...) Elas (TIC) são utilitários potenciais a serviço da promoção social, inovações técnicas e econômicas, renovação cultural e transforma-

ções políticas. Essas ideias constituem a fundação do mapeamento colaborativo atual. (LEMOS, 2013, p. 218 – 224)

*E o lugar finalmente? Qual a importância do lugar nisso tudo? E na verdade quando analiso o discurso dessas pessoas e grupos, os caras das rádios comunitárias em Salvador, das rádios livres e piratas em Berlim, a liderança comunitária do bairro da Ribeira, enfim, todos que conversei e estudei, eu quero entender como o lugar aparece nessas representações? Que representações de lugar tem esses grupos? E há lugar e há encontro, porque aquela ideia que a técnica isola, separa, segregá, não se efetiva. Há representações coletivas de lugar que se constituem a partir de um processo de apropriação da técnica e da transformação da técnica em tecnologia com produção de conteúdo, seja pra rádio, pra vídeo, essas representações são produzidas para serem colocadas a disposição de um público, ainda que um público pequeno em geral. Então, eu tendo a concordar com isso que a cartografia, com a revolução da técnica se torna mídia, mas isso não impede a discussão que vai haver sempre uma mídia hegemônica e uma mídia digamos assim mais alternativa, contra hegemônica, comunitária, como se fala aqui em Salvador. (...) Eu tenho medo que a cartografia dessas formas hegemônicas mate essas outras. Eu acredito que a cartografia como mídia é poderosa, mas seria interessante que ela pudesse estabelecer **um conflito, a contraposição**, eu acho que no Brasil é urgente dar acesso geral e irrestrito e condições mínimas para que as pessoas possam se apropriar da técnica, não é milagrosamente que isso vai acontecer. **Pra mim a diferença fundamental é essa, a gente está falando de mídia que dá acesso a todos para todos como produtor, ou é só acesso como consumidor?** (SERPA, 2010, entrevista concedida à pesquisadora)*

O enfoque aqui pretendido envolve a discussão sobre a mídia a fim de entender como essa dimensão midiática das cartografias incorpora-se no processo de produção das cidades, de constituição dos sujeitos e de instauração das políticas de subjetivação na contemporaneidade. É premente observar as inúmeras lacunas abertas nas pontuações selecionadas e articuladas de forma segmentada, entretanto, elas se inserem na presente problematização como disparadoras de reflexões.

As tensões entre hegemonia x emergência e dominação x insurgência, são explicitadas na pergunta final de Serpa “a gente está falando de mídia que dá acesso a todos para todos como produtor, ou é só acesso como consumidor?” A oposição entre produção e consumo não condensa o emaranhado de sentidos deflagrados com as transformações em curso. Mesmo no contexto das mídias massivas, em que De Certeau propõe o conceito de táticas enquanto a operação

dos usuários, tal oposição não opera absoluta. O autor fala em “produção dos consumidores”, uma expressão paradoxal a fim de rejeitar a passividade do consumo e apontar para as maneiras de fazer, as formas de apropriação imprevistas, um tipo de astúcia e combinatória capaz de reverter os seus sentidos previstos. Serpa aponta uma pista quanto à possibilidade de tensionar as representações hegemônicas, referindo-se ao estabelecimento do conflito e da contraposição.

Lemos levanta as tecnologias informacionais e comunicacionais (TIC) como potenciais utilitários na “promoção social, inovações técnicas e econômicas, renovação cultural e transformações políticas”. A passagem de leitor e usuário, como gestos mais afinados ao consumo para produtor e distribuidor de informações espaciais urbanas, é uma evidência desses potenciais. Duas posições específicas que nos instigam a pensar as políticas ativadas na dispersidade cartográfica contemporânea – em que se imbricam espaço virtual (internet) e espaço urbano. A tensão produção x consumo e a efetividade de tais potenciais requerem uma abordagem específica a fim de entender como em cada caso como se dão tais relações.

A produção da cidade contemporânea perpassa tais imbricações num incessante conflito de regimes de visibilidade e ação, absolutamente centrais nos modos de produção do capitalismo cognitivo. Tornar visível, propagar as existências, comunicar os processos urbanos assume um valor decisivo nas disputas pela hegemonia do capital nas cidades e pela sua acumulação de natureza flexível. O capital simbólico, em composição com o trabalho imaterial (NEGRI e HARDT, 2003), figura referentes culturais em cartografias insurgentes e hegemônicas – para citar apenas parcialmente as dominâncias aqui perseguidas – cujo acesso e acumulação convertem ‘capital de visibilidade em capital simbólico’ (RIBEIRO, 2010).

Este processo é operado pelos diversos modos do trabalho imaterial converter energias sociais, processos políticos, cotidiano, sujeitos, territorialidades, legislações em informação. Nesse ínterim configura-se a dimensão midiática da produção da cidade via produção cartográfica, que não se restringe aos canais midiáticos notadamente sabidos, televisão, internet, rádio, jornal impresso; transfigura a própria cidade e suas múltiplas territorialidades em mídia. Ela, a cidade, é a fonte da informação, mas é também nela que discursos e imagens encontram canais de efetivação de sentidos, de saberes e de subjetivações, inserindo-os ora nas vertentes de caráter insurgente e resistente, ora nas vertentes de caráter hegemônico.

Solos culturais e Guia cultural de favelas

Da composição dos sujeitos

Figura 1: Cronologia da estrutura do Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas



Fonte: <http://www.solosculturais.org.br/>

A imagem expõe a cronologia das ações do projeto e os demais sujeitos de natureza institucional implicados nessa trama. Em 2012 foi realizada a etapa Solos Culturais, que envolveu o grupo mais numeroso (100 participantes) e constituiu-se como um curso de extensão em Produção Cultural e Pesquisa Social ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste, encadeiam-se três frentes de trabalho: um curso de formação em pesquisa e produção cultural, convergente com a segunda frente, deflagrada com a realização de intervenções estéticas nos territórios envolvidos no projeto e a terceira definida pelo mapeamento de práticas e hábitos culturais dos jovens das cinco favelas.

Todo o processo foi sistematizado na publicação homônima ao projeto, cuja estrutura oferece um relato de cada uma destas frentes remetidas respectivamente aos capítulos Conceito, Programa e Pesquisa. A publicação e o *site*, ambos intitulados Solos Culturais, são os suportes de compartilhamento do processo. O Guia cultural de favelas dá prosseguimento ao trabalho desenvolvido em 2012 e 2013 com um grupo de 40 produtores e gestores culturais, denominado de “Coletivo de arte e território do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro”. Esta etapa consiste num levantamento mais específico, articulado em linguagem multimídia (registro das práticas e manifestações, entrevistas com seus líderes, membros e etc.), que poderão ser visualizados num mapa colaborativo destes seis territórios.

Uma populosa trama de subjetivações é formada com a participação de dezenas de jovens de seis territórios populares e pacificados do Rio de Janeiro: Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Complexo da Penha, Manguinhos, Rocinha e Maré. A juventude é adotada como categoria sociopolítica, a favela, território de onde procedem os jovens, categoria empírica e a cultura categoria analítica. A composição destas três categorias deflagra o objetivo do projeto, a constituição desses jovens como gestores culturais. (DIAS, 2013, p. 44)

SOLISTAS: avatar dos jovens atuantes no projeto, com faixa etária entre 15 e 29 anos, interessados ou engajados em práticas culturais, nos termos do projeto agentes culturais, protagonistas dos movimentos culturais das favelas e/ou integrantes de algum projeto sociocultural em andamento. Num dos relatos dos articuladores do projeto¹² identificamos com maior precisão essas nomeações:

O grupo com o qual iria trabalhar e que ajudei a formar na seleção dos jovens, era bem plural. Idades, experiências culturais e formações escolares bem diferenciadas. Muitos já eram agentes culturais em seus territórios (DJs, dançarinas, jornalistas comunitários, fotógrafos, ritmistas de escola de samba) e outros diziam não ter nenhuma experiência cultural (opinião que reavaliaram mais à frente quando ampliaram o conceito de cultura a partir dos encontros de formação). Mas também não tinham conhecimento e nem experiências de produção cultural e era exatamente isso que queriam conquistar ao fazer parte do grupo de “solistas”. (CONCEIÇÃO, 2013, 69)

12 Função desempenhada por profissionais ligados à pesquisa social e atuação cultural, na sua maioria graduados e pós-graduados nestas áreas. Para cada território um articulador local, cujo papel era coordenar o grupo, nos termos adotados pelo projeto, encontramos mediador, provocador, interlocutor, todos sintetizam a prerrogativa de exercitar a autonomia e o protagonismo dos jovens. Noções muito centrais no arranjo conceitual e metodológico, que problematizaremos a seguir.

Cem jovens de cinco favelas cariocas, cultivando saberes e transformando a cidade.¹³

*A juventude brasileira parece desejar mais que um projeto social. Em coletivos ou aglomerações desorganizados, as últimas gerações reocupam as ruas, opinam deliberadamente, dançam desinibidas. Na **onda da valorização juvenil**, o projeto Solos Culturais se funda num modelo pautado nos novos. Isso quer dizer que nos compomos de corpos pouco maduros, prontos apenas para mutar, descobrir, experimentar. Aos 24 anos, assumi a produção técnica do projeto como um todo. Aí, imposto pelo velho modelo e resistindo à demanda do próprio coração, assumi o produtor cultural – instituído, formal, formado, pronto, cristalizado. Naturalmente, e entendendo o desenvolvimento das atividades de intervenção dos territórios, me libertei rapidamente da capa encardida do antepassado e **me deixei sem casca, líquido**. Só assim, me coloquei como agente **processual**, como ser **inventivo**, como voz **dissonante** e, paralelamente, **coletiva**.* (VIEIRA, 2013, p. 103)

*O Solos, para mim, foi uma grande oportunidade que eu pude ter. Um jovem morador de uma Comunidade do Rio de Janeiro, onde todos visam como favelado, dizer que na minha Comunidade existiu um curso no qual eu fui qualificado por Produtor Cultural. Isso pra mim é só motivo de **inspiração e orgulho**. Poder dar um grande passo na minha vida. Já participei de produções de comerciais e novelas que me ajudaram muito no Guia.* (Solista do Complexo da Maré)¹⁴

*Na verdade fui selecionado para participar do projeto por ser um **protagonista da arte e cultura no território**, o projeto vem **legitimiar** essas ações como produtoras de cultura aqui na região.* (Solista da Penha, 2014)¹⁵

A subjetivação solista enreda-se nos liames entre práticas culturais, juventude e protagonismo. O sujeito aí implicado constitui-se pela passagem entre jovem protagonista para profissional da cultura, mais particularmente *produtores autogestores* (SANTOS, 2013, p.58), *jovens da favela empoderados para habitar*

13 Disponível em <http://www.solosculturais.org.br/>.

14 Depoimento de Gil Lira obtido a partir de contato estabelecido via *facebook*. Com a localização da comunidade Solos Culturais na rede social, foram contatados alguns participantes do projeto (ao todo 20). Foi enviado um grupo de perguntas pelo *chat* da rede e apenas 2 enviaram respostas. Ambos encontram-se atualmente vinculados à segunda fase do projeto, a preparação do Guia Cultural de Favelas.

15 Depoimento de Wallace Bidu obtido de forma semelhante ao anterior.

a cidade como um todo (CARDOSO, 2013, p. 77), inseridos nos contornos da *nova era de produtores, de caráter colaborativo e criativo* (SILVA, 2013, p. 98). Ou seja, descrever a composição desse sujeito significa lidar com o próprio processo de subjetivação desdobrado do projeto.

Processo de tornar-se sujeito inscrito nesse conjunto de referências subjetivas, valores e formas de resignificar e reposicionar a existência dos jovens urbanos pobres ligados às favelas cariocas no rol dos regimes de visibilidade e suas respectivas legitimidades. O mapeamento enquanto instância de culminância da mobilização que por sua vez derivou na elaboração do Guia Cultural de Favelas figura o instrumento de pleito da transformação das representações destes territórios e das práticas culturais aí engendradas.

Encadeamos discursos de três jovens engajados no “Solos Culturais” a fim de levantar a adesão às referências guias do projeto, tais como protagonismo, autonomia, autogestão, que ressoa nos depoimentos também como um modo gestão de si. Sentidos como processual, inventivo, dissonante e coletivo; inspiração e orgulho, e a convicção do protagonismo como critério seletivo para integrar a equipe de participantes conspiram ativações dessas subjetividades. Nesse caso, tornar-se sujeito pelas sedimentações, transformações e modulações processuais desencadeadas com a experiência em curso. Os rebatimentos políticos destas ativações serão interrogados a seguir, no tópico sobre os gestos cartográficos e as práticas políticas.

A Secretaria de Estado de Cultura (SEC) do Rio de Janeiro, na sua apresentação enquanto instituição integrante do “Solos Culturais”, demarca alguns pontos de inflexão quanto à atual gestão da secretaria. Tal apresentação também configura a apresentação de alguns pressupostos do projeto. O principal ponto citado é a criação de um setor específico denominado de Gerência de Culturas Urbanas, integrante da Coordenadoria de Diversidade Cultural, pautada pelo objetivo de construir ações específicas para os territórios populares.

Editais como os de Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, de Criação Artística no Funk, de Cultura Digital, de Mestres e Grupos de Cultura Popular, de Apoio a Microprojetos Culturais e o de Apoio à Produção de Eventos, voltados para as várias linguagens artísticas, contemplaram jovens artistas e empreendedores culturais que, em muitos casos, pela primeira vez, recebiam recursos públicos para realizarem suas atividades. (...) Em outra frente, a SEC investiu na construção de equipamentos públicos de excelência em alguns desses territórios, como as Bibliotecas Parque de Manguinhos e da Rocinha. E está prevista, ainda em 2013, a inauguração de uma nova Biblioteca Parque no

Complexo do Alemão. (...) O “Solos Culturais” potencializa a produção cultural local, a exemplo de ações patrocinadas pela SEC, como o “Arraiá da Paz”, organizado pelo “Voz da Comunidade”; o “Sarau do Alemão”, produzido pelo Grupo Pensar; o “Memórias do PAC”, que promoveu o registro das obras desse programa pelas lentes de jovens moradores das comunidades que passaram por essas intervenções; ou como a “Via Sacra da Rocinha”; o “Favela Festival”, promovido pela CUFA (Central Única de Favelas) e, ainda, iniciativas como os festivais “Tela Cine Brasil” e o de artes cênicas, “Tempo Festival”. (RATTES, 2013, apresentação do projeto)¹⁶

A explicitação dos eixos de atuação da SEC (2010 – 2014) insere novos elos nesta trama de sujeitos e práticas. Ao justapor tantas ações ligadas aos territórios populares, notamos uma densa rede de mobilizações culturais e artísticas correlatas ao “Solos Culturais” e seu posterior desdobramento em Guia Cultural de Favelas. Simultaneamente à constatação da densidade da rede, nos deparamos com o dado da ausência de investimentos formais e a predominância de financiamento de origem própria (muitas vezes adotando formas de trabalho voluntário para viabilizar produções), levantado pelo mapeamento das práticas e hábitos sistematizados pelo projeto.

Ou seja, as evidências propagadas pela SEC correspondem a um recorte parcial, um modo superlativo de disseminar as informações quanto às ações políticas desenvolvidas que não operam como clareza no sentido de dimensionar de fato a presença de políticas públicas nesses territórios. Para tanto, seria fundamental confrontar esse recorte com um panorama de implementação de política estaduais (e seus respectivos recursos) na cidade como um conjunto articulado.

Quando apenas são citados projetos referência, e até mesmo propagados como âncoras políticas, incorre-se na leitura isolada de mobilizações em territórios populares do Rio de Janeiro. Desconstrói-se o intrincado nexo do jogo de investidas políticas de natureza cultural disseminadas pela cidade e pelo Estado enquanto conjuntura. A própria leitura escalar no âmbito desses territórios encontra-se comprometida novamente com o pressuposto dos territórios pacificados, inseridos na cartografia política da cidade por determinações mais amplas, do que o próprio mérito destes territórios e suas articulações internas.

16 Adriana Scorzelli Rattes, Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

Diante das pistas quanto à noção de cartografia política da cidade, lançadas por Vera Telles (2014) definimos como abordagem metodológica, pressionar esta iniciativa pelo ângulo das conjunturas. Deslocar a perspectiva dos 6 territórios isoladamente e tentar vislumbrá-los primeiro enquanto recorte qualificado pela estratégias de pacificação e gestão do território (leia-se critério de escolha: implementação das UPPs); e segundo, como um amálgama de territorialidades implicadas no intensivo processo de transformação urbana desencadeado no Rio de Janeiro (pré Copa e Olimpíadas).

Essa opção metodológica desenquadra o foco das práticas e hábitos culturais *per si*, consideramos inquestionáveis seus valores e sentidos e passamos a perseguir as formas de propagação e legitimação do sentido de cultura na cidade do Rio de Janeiro, inscrita em singular conjuntura. Esse passo reposiciona nossos argumentos e esse alerta pretende prevenir quanto à associação direta entre a análise crítica do projeto Solos Culturais e seu rebatimento para o objeto de mapeamento sobre o qual se debruça. Insistimos, o mapeamento das práticas e hábitos culturais dos territórios populares é absolutamente central no processo de democratização do acesso à cidade. A nossa inquietação refere-se ao nexo entre pacificação, mapeamento e legitimação das práticas existentes, com estreitos rebatimentos entre profissionalização, mercado e gestão.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS: princípios centrados na formação e fortalecimento de redes de estudantes e intelectuais, na promoção de indicadores e outros repertórios de representação das favelas como forma de orientar políticas públicas. Quanto ao “Solos Culturais” e a composição dos sujeitos, os diretores pontuam:

O nome Solos Culturais reflete essa visão compartilhada pela Secretaria e pelo Observatório de Favelas: busca promover o entendimento de que as favelas são solos férteis de onde brotam diferentes saberes e práticas culturais. “Solo” remete a chão e cultivo, mas também às ações individuais dentro de um coletivo, como o solo de um músico em uma orquestra. Solos e solistas são os protagonistas do projeto. (BARBOSA e DIAS, 2013, p.11)

As evidências mais relevantes desta passagem são a noção de solos, de inspiração musical e agrária, um atravessamento entre favela, território e fertilidade e entre orquestrações de indivíduos e coletivos para a emergência de subjetivações protagonistas, pois que solistas; a declaração quanto ao alinhamento entre o Observatório de Favelas e a SEC (RJ), partilha consensual da noção tema do projeto, demanda outras averiguações quanto aos alinhamentos políticos.

Dos regimes, gestos e ações

Figura 2: Site do projeto Solos Culturais



Fonte: <http://www.solosculturais.org.br/>

Para acionar a dimensão das ambiguidades do Solos Culturais e do Guia Cultural de Favelas revelou-se decisivo extrapolar as publicações sínteses de cada um (*sites* e livros). Nestas, rastreamos a consistência teórico-analítica, de significativo teor crítico quanto aos pressupostos da democratização do acesso aos bens culturais e à própria cidade; do fortalecimento de práticas locais e expressões culturais das favelas, enquanto territórios onde se imbricam arte e vida; do aprofundamento do sentido de cultura, incorporado como sinônimo de modos de vida destituídos de hierarquia e de reprodução de desigualdades, mas prenhes de singularidades; do questionamento da produção de cultura institucionalizada, sinônimo de obras e equipamentos monumentais e da homogeneização das múltiplas manifestações, dada sua tributação à lógica produtivista e utilitarista.

A partir desse conjunto de princípios analíticos, pleiteia-se a dimensão contestatória das representações hegemônicas das favelas¹⁷, engendradas pelas alcunhas da carência/ ausência (sem ordem, lei e civilidade), da precariedade; e neutralizadas por estereótipos quanto ao quesito cultural, traduzido como celeiro de talentos e fonte de culturas extraordinárias, fórmulas para a dedução de culturas exóticas e folclorizadas. O vigor e a consistência de tais formulações teó-

17 É recorrente, ao longo do livro *Solos Culturais*, a menção à definição do IBGE de 1990, que classificava as favelas como *aglomerados subnormais* e à definição do Ministério das Cidades de 2010 que as define como *assentamentos precários informais*.

rico-metodológicas revelam a envergadura superlativa quanto a possibilidade de tensionar os modos de ação política disseminados nessa complexa relação entre formação, investigação e mapeamento. Os indícios das ambiguidades deslizam das enunciações dos financiadores e das conexões destas duas iniciativas com a conjuntura urbana definida nas tramas cognitivas e culturais do Rio de Janeiro. Ambos explicitam os mecanismos adotados pelo capitalismo contemporâneo para investir, atacar, ativar e capitalizar os territórios urbanos.

Adotamos como procedimento reflexivo e tensionador a interposição e encadeamento descontínuo das enunciações do projeto Solos Culturais; das reflexões sobre as cartografias políticas da cidade¹⁸; das pautas e discursos atrelados a outros sujeitos e projetos imbricados na conjuntura citada. Trata-se de uma edição a fim de friccionar as diferentes posições políticas, fazê-las vibrar, ecoar impasses e dúvidas e, por fim, expor um estado de crise que se desdobra das implicações entre cidade, cultura a partir de alguns atravessamentos cartográficos.

Gestos cartográficos para reclassificações: quando pobre vira classe média e rico

A partir de um vasto levantamento etnográfico, concentrado especialmente nas favelas de São Paulo, com fortes intercorrências com o fenômeno das favelas pacificadas do Rio de Janeiro, Telles (op. cit.) formula uma composição intrigante, *disparatada* é o termo que adota. De um lado a pobreza celebrada, transformada em mercado e negócio, cujos indícios mais evidentes são favela *tour*, protagonismos recorrentes em novelas globais, grifes de restaurantes internacionais denominadas pela insígnia da favela; cursos de educação financeira promovido pela Bolsa de Valores e curso de empreendedorismo pela *Odebrecht* disponibilizados nestes territórios, e toda a implementação de um circuito cultural muito importante no rol dos megaeventos.

De uma forma geral, mobilizações que abarcam Ong's, organizações diversas da sociedade civil, Agências multilaterais e entidades públicas de todas as esferas (municipal, estadual e federal). Esse arranjo vai se multiplicando e conformando duplos operatórios aderentes ao léxico do mercado para a reclassificação do sujeito anteriormente tipificado como pobre, criminoso, violento, ilegal, e inúmeras outras atribuições num novo registro pautado pelas seguintes noções:

18 Tal expressão deriva do colóquio intitulado “Espaços, mercados, controles: campos de tensão e cartografias políticas da cidade” realizado pela socióloga Dra. Vera da Silva Telles em 2014 e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q4MtmKMeopc>. As formulações da professora foram transcritas para integrarem o arcabouço analítico das nossas tramas.

A pobreza aparece como solução, os pobres comparecem como operadores do mercado local, empreendedores capazes de acionarem e alavancarem o desenvolvimento comunitário e a construção de alternativas promissoras e celebradas para as patologias da pobreza. Criatividade, capacidade infinita de transformar necessidades em oportunidade (linguagem mercadológica), janelas de oportunidade. Programas sociais na lógica do chamado empreendedorismo, igualmente festejado com a extensão do consumo popular, turbinado pela dita democratização dos mecanismos de crédito e financiamento, quer dizer endividamento. Pobre vira, portanto, a classe média emergente ou nova classe média, cujos critérios de organização são inteiramente mercadológicos, formas de medir, classificar e categorizar o mercado de consumo popular. (TELLES, 2014)

Que venham os desafios dos grandes eventos no Rio, que os jovens dessas comunidades estão preparados para superá-los! (PETROBRÁS, 2013)¹⁹

Eles vão se indagar: “Não temos cinema, teatros, bibliotecas, museus, mas temos muitas coisas bacanas. A gente pensava que era pobre, mas era rico”.²⁰

Três posições, distintas enunciações quanto às formas de classificar e nomear a pobreza urbana confrontada pelas novas injunções do capital. O empreendedorismo ressoa na tônica da superação da juventude defendida pela Petrobrás, conquistado com a aquisição de uma competência, viabilizada pelo projeto financiado por ela. O distintivo da superação é associado por Telles a uma teologia da redenção, calcada em desempenhos individuais ou fragmentários, que despotencializam e despolitizam as formas de enfrentamento direto e conjunturais dos impasses sociais.

A enunciação da Petrobrás, assim como a constatação de Barbosa, denotam faces desse léxico mercadológico. O pobre que na verdade é rico, faltava-lhe apenas as lentes ideais para mapear seus valores; e tais lentes, neste caso de natureza cartográfica, descortinariam a possibilidade de superar desafios da ordem dos grandes eventos mundiais. Barbosa e Petrobrás apresentam direções convergentes com sutis, mas relevantes diferenças.

A Petrobrás espelha o desejo de capitalizar a energia social da juventude num discurso supostamente vitorioso-virtuoso. Barbosa reverbera a tônica da superação, com pretensões mais singelas. Admitimos alguns termos dessa superação, via transformação do entendimento de si, transformações de estigmas pelos veios da estima e do empoderamento. Ainda assim, ou mesmo diante dessa po-

19 Trecho extraído do texto de abertura do livro *Solos Culturais*, publicação síntese do projeto.

20 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/o-mapa-da-cultura-na-favela-7489814#ixzz38EDrR6yr>.

sitividade do discurso de Barbosa, tal posição requer um exame mais minucioso a fim de entender as extensões e distensões dos seus engendramentos políticos.

Das fabricações: do guia cultural de favelas ao mapa de significações culturais

Telles coloca lado a lado algumas cenas urbanas, que tem lógicas próprias buscando as ressonâncias entre a promoção do empreendedorismo popular, a gestão do risco e a liberação de espaço para o mercado. Trata-se, a seu ver, da governabilidade dos espaços via gestão das populações (e seus movimentos) e intensificação do uso de dispositivos de criação de mercados.

Quando colocamos na cartografia urbana, as fronteiras ficam todas meio embaralhadas. Mas são lógicas e matrizes de produção e gestão de espaços, por acumulação e despossessão, usando aqui dois mecanismos propostos por Harvey, ao lado da pobreza transformada em mercado. O Bradesco, Branco do Brasil, Odebrecht, Net estão todos lá. No Rio de Janeiro, na hora que entram as UPPs e pacificam a primeira coisa que chega são as operadores a Net, a Oi, a Claro, a Vivo; o Sebrae com cursos de empreendedorismo; os bancos, as grandes empresas, o Carrefour. Todas essas ocorrências são matrizes de como se fabrica mercado, a partir da figura do pobre como seu principal operador e de formas de controle e gestão dos espaços chamados de risco.

Objetos ganham sentidos múltiplos. O celular vira mediação na produção estética de autorrepresentação visual e sonora por parte dos jovens. Onde o sentido único parece se instaurar acaba por se transformar em dobraduras de apropriações e, não raramente, em um dispositivo de mobilização de atos e linguagens afirmativas de pertencimentos ao território. Queremos destacar que os objetos e as práticas de consumo são reconfigurados nas favelas, uma vez que ganham a forma de dispositivos de comunicação de subjetividades. Está feito o jogo semiológico em que nos identificamos no mapa de significações culturais para além de localizações imediatas dos acontecimentos. (BARBOSA, 2013, p. 22)

Nessa mesma oficina sobre roteiro, Julia usou os filmes *Ameaçados* e *Cadê os Amarildos?* para exemplificar e auxiliar as suas explicações. Outro ponto que não foi deixado de lado foi a utilização das câmeras de celular como armas jurídicas e de denúncia para a sociedade, e sobre os impactos dessa tecnologia para as mobilizações sociais, dentro e fora das favelas. O debate seguiu em

frente e teve também, como assunto, o Marco Civil da Internet e os impactos para o uso da rede.²¹

Telles parece concluir sua analítica com a chegada das empresas e a fabricação dos mercados, via dispositivos de gestão de territórios e populações. Uma verificação fundamental para entender as lógicas de produção da própria cidade e orientar as suas próximas especulações sobre o que denomina de *cartografias políticas da cidade*. A citação de Barbosa é recortada de uma discussão, pautada pela voracidade e sedução do consumo dos territórios das classes C e D (2013, p. 21-24). É como se partisse da fabricação defendida por Telles, mas cercando a questão pelo ângulo das reconfigurações, dobraduras e apropriações. Se adotarmos como guia a acepção de Certeau quanto às *maneiras de fazer, de empregar* engendradas pelos consumidores, tomada por ele como um tipo de *fabricação* (DE CERTEAU, 1994, p. 39), somos novamente interceptados pela encruzilhada. A própria coincidência do termo fabricação detona ambivalências desafiadoras no plano da articulação teórico-analítica.

O mapa de significações culturais, defendido por Barbosa cujo correspondente por certo não se trata da materialização do Guia Cultural de Favelas – mas que pode reverberar elos do seu processo de construção, correlato ao processo de formação em pesquisa social e produção cultural – opera pela noção de jogo semiológico. Na perspectiva de Barbosa, *investir nesse jogo* significa a afirmação do sujeito ativo e criativo, a partir da contestação de invisibilidades e das disputas simbólicas de imaginários e representações. A última citação enuncia parte do conteúdo trabalhado durante os *workshops* com os jovens para a etapa final de elaboração do Guia Cultural de Favelas. A própria fonte audiovisual, os filmes *Ameaçados* e *Cadê os Amarildos?* embaçam a tônica da fabricação de mercado, como dado de dominância estritamente regulatória (gestão e governabilidade). De dentro de um curso viabilizado pela parceria com o projeto Favela Criativa e com a UPP Social parte-se para a discussão da morte do pedreiro Amarildo Dias de Souza no dia 14 de julho de 2013, cometida pela UPP, a mesma instituição que crivou os territórios a serem mapeados pelo Guia Cultural de Favelas.

A convocação de Telles quanto a emergência de articular essas questões no plano teórico-analítico, refere-se à contundência da violência letal empreendida contra esses mesmos sujeitos, a mesma pobreza celebrada continua sendo morta e removida de forma violenta. Persiste a pergunta *Cadê os Amarildos?* Na sua visão, trata-se de mecanismos *disparatados* de composição do social. Este dispa-

21 Disponível em: <http://www.favelacriativa.rj.gov.br/guia-cultural-de-favelas-ta-rolando/>.

rate entre discurso celebratório e redentor da pobreza e militarização das formas de gestão das populações e espaços de risco resignatum novo regime discursivo.

Este regime parece desativar o campo semântico e político no qual ganhava potência crítica e analítica as noções de exclusão e segregação, já que todos pobres estariam integrados pelo consumo. Entretanto, os problemas que essas noções apontam não foram desativados no campo social, apenas no campo discursivo. Figurações da cidade inclusiva e criativa compõem esse mesmo regime e começam a fazer parte dos programas sociais que circulam pelo sul global. Eles ganham força, ao mesmo tempo em que se intensificam de forma abrupta, violenta e letal os dispositivos de controle e repressão, que atuam como dispositivos de gestão e produção desses territórios. (TELLES, 2014)

O Guia faz parte do Programa Favela Criativa. Será uma ferramenta de busca e construção de itinerários, além de elaborar roteiros e fornecer informações sobre cada ponto de cultura e criação artística. Um mapa interativo, móvel e colaborativo das práticas culturais desses territórios.²²

Favela Criativa é resultado da parceria entre o poder público e a iniciativa privada que conta com recursos de mais de R\$ 14 milhões, provenientes da Secretaria de Estado de Cultura, de patrocínio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro e da Light, do Programa de Eficiência Energética da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, e de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento–BID e do MinC, através do Programa Caminho Melhor Jovem, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. É formado por um conjunto de projetos que oferece aos jovens agentes culturais formação artística e especialização em gestão cultural e estabelece canais de diálogo entre eles, possíveis parceiros e patrocinadores potenciais. O Programa se propõe a: Oferecer formação artística a jovens e agentes culturais; Capacitar jovens agentes para que se tornem gestores e empreendedores culturais; Desenvolver a sustentabilidade de empreendimentos e projetos culturais; Criar uma rede permanente de agentes culturais, possíveis parceiros e patrocinadores potenciais; Contribuir para o desenvolvimento cultural, social e econômico das favelas; Contribuir para o processo de pacificação; Contribuir para a formação de um jovem cidadão consciente de sua responsabilidade social.²³

22 Disponível em <http://observatoriodefavelas.org.br/projetos/guia-cultural-de-favelas-solos-culturais/>.

23 Disponível em <http://www.favelacriativa.rj.gov.br/o-programa/oquee/>.

São evidentes os rebatimentos entre o novo regime discursivo tratado por Telles e as proposições do programa Favela Criativa, do qual o Guia Cultural de Favelas integra como a principal iniciativa do eixo de atuação definido como Economia Criativa. No rol das engrenagens cognitivas e culturais do capitalismo contemporâneo, a desativação da política via mitificação da criatividade; a neutralização do cidadão via consumidor; parecem-nos pares fatalistas, entretanto, suas implicações são notórias. Algumas máximas dessas implicações poderiam ser sintetizadas – com certa ironia – na seguinte sucessão: Não basta ser pobre, tem que ser jovem. E não basta ser jovem, tem que ser protagonista. São cadeias de associações subjetivas, que remetem às vertentes do empreendedorismo, mas simultaneamente nos arremessam ao fenômeno dos protestos desencadeados desde 2013, intensivas investidas de contestação e lutas alastradas pelas ruas da cidade, neste caso jovens num exercício político de disputa pela cidadania.

Cartografias políticas da cidade

Diante do disparate e no sentido de entender os nexos entre dispositivo de exceção, formas controle e produção de mercado, a pesquisadora pontua sobre a exigência de colocar a cidade como plano de referência a partir da formulação de uma epistemologia urbana, capaz de precisar a sua geometria fractal frente à lógica expansiva dos mercados. Toda uma constelação de práticas abarcadas pelos dispositivos, que convertem os territórios da pobreza em oportunidade de mercados. Este processo não se instala em qualquer lugar, é preciso interrogar os lugares em que esses territórios se situam na cartografia urbana. Estes territórios, cuja primeira associação às figuras do crime e da violência autoriza sucessivas experiências de confronto, são espaços problemáticos situados no coração dos circuitos da circulação da riqueza.

No Rio de Janeiro é escandalosamente evidente, não é qualquer lugar que vão implantar tudo isso. Em São Paulo, instalaram a primeira versão paulista das UPPs em Paraisópolis, a segunda maior favela da cidade, no coração do Morumbi, o bairro mais rico de São Paulo. Um enclave na beira da marginal, onde está arraigado o circuito globalizado, prédios inteligentes, sedes dos grandes bancos, sedes das empresas multinacionais, shoppings de luxo. É o coração da cidade global. É uma favela antiga, não dá pra eliminar, dá pra incorporar ao mercado. No Rio de Janeiro são as favelas pacificadas, dotadas dos credenciais para serem incluídas na Cidade Maravilha. A coisa agora está fazendo água, está vazando. Em cada caso, entram em operação dispositivos para tornar seus espaços governáveis, seus habitantes operadores de mercados locais, de

modo que situações de mercado vem sendo produzidas e fabricadas como dispositivo de gestão da ordem. (TELLES, 2014)

A sofisticação da sociedade nacional, com a incorporação de dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e de consumo exige a abertura para novas representações do mundo e formas de nele viver. Logo, o estímulo à formação de profissionais com os perfis para *atividades criativas e sofisticadas*, e não apenas para os trabalhos manuais, é uma necessidade social, sendo um dever do Estado e do Mercado. Espera-se que até as Olimpíadas de 2016 o Território Criativo da Maré seja uma referência, transformando este conjunto de 16 favelas, com cerca de cento e 30 mil moradores, num polo de cultura e educação, funcionando num espaço de dois quarteirões à beira da Av. Brasil.²⁴

O debate não é se o policiamento comunitário é bom. Agora o mapa das UPP's do Rio de Janeiro, ele é muito claro, você tem toda região hoteleira, da zona Sul, você tem o Morro da Providência em função do Porto Maravilha. Você tem o entorno do Maracanã e você tem a Cidade de Deus, único lugar em toda Jacarepaguá que não está na mão da milícia. O mapa das UPPs é um mapa revelador de um projeto de cidade, uma concepção de cidade, onde há uma retomada militar dos territórios, para viabilizar uma cidade investimento, uma cidade empresa. É isso que está em jogo. (FREIXO, 2012)²⁵

As credenciais impõem-se como arbítrio, regime de legitimidade e de visibilidade, operadores de autoridade e hierarquização da própria pobreza. A cartografia figura nessa trama como um dos acessórios ao processo de pacificação, para viabilizar a incorporação de vastos e labirínticos territórios, seus sujeitos e modos de vida. A cartografia política da cidade pressupõe uma leitura conjuntural, impedindo nossa leitura do projeto “Solos Culturais” e do Guia Cultural de Favelas na direção das associações destes com uma rede mais abrangente de referências. Um espalhamento de linhas, sentidos políticos coletados desde a enunciação isolada de um jovem envolvido no projeto até a enviesada trama que interpõem a escalada global do capital depreendido das agências multilaterais.

O revés de uma cartografia enquanto escriturística a contrapelo, pulveriza-se nas práticas cotidianas deslocadas para o campo da profissionalização e for-

24 Disponível em <http://observatoriodefavelas.org.br/projetos/politicas-urbanas-projetos/territorio-criativo-da-mare-2/>.

25 Trecho de depoimento do deputado federal Marcelo Freixo disponível no documentário “Domínio Público” disponível em <http://catarse.me/pt/dominiopublico>.

mação. Esta conjugação disparatada (para usar um termo da nossa interlocutora) levanta mais dúvidas do que conclusões. O vínculo entre território, propriedade e Estado (supostamente moderno) sustém fortes elos nestes engendramentos contemporâneos. O Guia Cultural de Favelas insere-se nas dominâncias hegemônicas do projeto de cidade empresa, seu crivo é equivalente ao crivo estatal que deflagra áreas de intervenção e ocupação.

As credenciais apresentam correspondências contundentes, o que credencia determinado território a integrar o programa de polícia comunitária e polícia pacificadora, autoriza também a atuação dos cartógrafos *ordinários* (CERTEAU, 1994). Deslimites entre cartografia de Estado e cartografia para o Estado, aglomeradas em fronteiras coincidentes na cartografia política da cidade. O território criativo da Maré associa sofisticação, criatividade, nacionalismo e novas representações do mundo. Seu endereço postal já não parece ser um problema de áreas de risco, encontra-se legendado pela referência Av. Brasil, eixo de ligação aeroporto internacional cidade Olímpica. Caberia detalhar que legendas fixam as inserções conjunturais dos outros 5 territórios do Guia Cultural de favelas. Mas podemos partir pela negativa, onde poderíamos encontrar um Guia Cultural para as outras setecentas e 20 favelas cartografadas pelo IBGE no mesmo Rio de Janeiro, não exatamente o mesmo, pois que não partilham dos credenciais da cidade maravilha? Não há guia, apenas significações anônimas, pois que estão em qualquer lugar e não pulsam no coração da cidade global.

Referências

- BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.
- CARDOSO, D. “Um passeio pelo projeto”. In: J. L. Barbosa, e C. G. Dias (orgs.), *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.
- CONCEIÇÃO, W. S. “E quando ninguém tiver um olho na terra dos cegos? Sobre um aprendizado mútuo em produção cultural”. In: J. L. Barbosa, e C. G. Dias (orgs.), *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.
- DIAS, C. G. “A metodologia formativa do Solos Culturais.” In: J. L. Barbosa, e C. G. Dias (orgs.), *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- HARDT, M.; NEGRI, T. *Império*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEMOS, A. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Atopos)

RIBEIRO, A. C. T. “Dança de sentidos: na busca de alguns gestos”. In: P. B. Jacques e F. D. Britto, (orgs.) *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, D. “Apreendendo uma proposta metodológica” In: J. L. Barbosa, e C. G. Dias (orgs.), *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

VIEIRA: G. “Por outra construção da produção cultural no Brasil: um olhar sobre a execução das intervenções dos solos culturais nos territórios”. In: J. L. Barbosa, e C. G. Dias (orgs.), *Solos Culturais*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013..

Sites

<http://www.solosculturais.org.br/>

<http://observatoriodefavelas.org.br/projetos/politicas-urbanas-projetos/territorio-criativo-da-mare-2/>

<http://observatoriodefavelas.org.br/projetos/guia-cultural-de-favelas-solos-culturais/>

<http://www.favelacriativa.rj.gov.br/o-programa/oquee>

<http://oglobo.globo.com/cultura/o-mapa-da-cultura-na-favela-7489814#ixzz38EDrR6yr>

■.....**Carolina Ferreira da Fonseca** é designer formada pela UFU, mestre em processos urbanos contemporâneos pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFBA e doutoranda no mesmo programa, onde desenvolve a tese “Tramas cartográficas contemporâneas: sobre política, representação e cidade”. Integrou o grupo fundador da revista Redobra e participa do coletivo editorial Sociedade da Prensa. Atualmente é professora da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A criatividade da multidão: redes, revoltas e afetos

.....Giuliano Djahjah Bonorandi

Desde 2010, com a eclosão da revolta egípcia na Praça Tahir, passando pelos centros urbanos da Tunísia, Espanha, Estados Unidos, Turquia, Brasil e México, podemos nos fazer a seguinte pergunta: como descrever o processo de mobilização que faz movimentar uma série de indivíduos em direção a rua para ocupar praças, realizar manifestações massivas e inventar novas formas de contestação sem um modelo centralizado de organização política?

Essa pergunta pode se desdobrar em questões mais específicas que remetem às novas formas de organização coletiva, à crise da representação da forma-partido, ao papel dos afetos na condução das crenças e desejos individuais, e na análise das interações em rede entre atores dispersos no bojo de uma sociedade extremamente midiatizada e conectada. E principalmente, que efeitos estes novos arranjos produzem na sociedade. Seriam eles capazes de mudar a relação de forças dos poderes instituídos?

Antes, porém, é importante pensar em qual o papel que o uso das novas tecnologias da informação cumprem nesse processo, notadamente no arranjo técnico que hoje chamamos de Internet. É muito significativo seu caráter aberto, onde historicamente, novos usos foram sendo criados para efetivar processos de cooperação. Pois se nos anos 1980, a Internet, saindo de um contexto militar, integrou as universidades com o objetivo de alavancar a pesquisa científica, foram os grupos de discussão que conseguiram levar adiante uma série de conversas de ONGs e movimentos sociais, povoando o ciberespaço com conversas voltadas para a organização de protestos e coordenação de ações coletivas, que fizeram emergir as comunidades virtuais perante um contexto midiático cada vez mais concentrado nos oligopólios empresariais (ANTOUN, MALINI. 2013)

Se nos anos 1990 os EUA alavancaram a disseminação da Internet com a sua Supervia da Informação, com o objetivo de expandir o comércio eletrônico e transformar o mundo em um grande mercado consumidor unificado diminuindo as distâncias entre a oferta e demanda; o uso criativo das ferramentas de comunicação foi capaz de produzir a solidariedade global ao movimento zapatista e os enxames das manifestações antiglobalização. A Web foi capaz de reunir na

homepage o que estava disperso nas listas de discussão e conectar diretamente iniciativas distantes e sequer conhecidas entre si.

Se na virada do milênio, a bolha *pontocom* implodiu o sonho do comércio eletrônico global e fez emergir uma indústria da intermediação que se apropria das relações ponto a ponto para gerar valor; a inteligência coletiva e conectada do ciberespaço já tinha inventado a atualização dinâmica dos *blogs*, formas de compartilhamento de arquivos cada vez mais eficientes e maneiras de publicar e gerir as informações autonomamente. A chamada web 2.0 insere no contexto socioeconômico a participação e a instantaneidade das interações se tornando uma máquina de mobilização de afetos e de produção de crenças e desejos. As redes sociais surgem como meios facilitadores das relações entre indivíduos. A mineração de dados se torna a ferramenta básica de extração de valor dessas relações. A emergência de Google, Facebook e Twitter como atores centrais nesse novo momento da Internet nos dá os indícios para compreender como a relação entre pares ganha centralidade. Nesse contexto, mais do que mensagens, é a relação entre nós por onde estas circulam, as análises de seus padrões de repetição, e as interações entre atores distintos sobre seu conteúdo que importam.

Essa emergência produz uma disseminação das redes sociais por todos os setores da sociedade e uma inserção cada vez maior destas no cotidiano das relações sociais em geral. Podemos tomar como exemplo o Facebook, uma das redes sociais mais hegemônicas, que propõe a visualização de um fluxo contínuo de informações variadas, sem um critério determinante que opere a ordenação e o destaque dado para estas. Os usuários são expostos a este fluxo sem começo e sem fim, determinado pelo algorítimo do *software* que comanda a “*timeline*”. Ele se comporta, portanto, como um espaço cotidiano de mídia, como a televisão, que convida os usuários a ver o que há de novo, o que está acontecendo, quais são as últimas informações relevantes. Porém, o que determina estas informações, ao contrário do que acontece nos meios de massa, onde uma editoria jornalística e uma curadoria de entretenimento definiam a ordem e o devido destaque aos produtos midiáticos, é um filtro supostamente determinado a partir das afinidades pessoais e gostos pessoais de cada usuário. Cada usuário, portanto, tem seu próprio fluxo de informações personalizado, sua própria rede. E a tendência deste fluxo é propor uma miscelânea entre as diferentes redes na qual o usuário se relaciona: logo após a foto do almoço de família o este pode ser convocado para uma manifestação, por exemplo. As ferramentas de redes sociais são cada vez mais um meio genérico do cotidiano para mediar as mais diferentes relações sociais.

É por isso que para Nunes (2014) a emergência destes movimentos é possível, ela se dá no conjunto das mais variadas relações em rede:

It is also, and more crucially, because networked organisation is an everyday reality for everyone, including those who oppose it on principle, [...] To put it somewhat more dramatically: even if a return to the party-form were found to be the solution, the party would no doubt have to emerge from existing networks (NUNES, 2014, p. 11)²⁶

Após essa constatação é necessário voltar nossa atenção para o modo de organização dessas mobilizações, o que significa pensar como o pensamento estratégico e a ação coletiva são possíveis nas redes. Nunes (2014) e Toret (2012), ao analisarem estes fenômenos, vão pontuar que existem modos de organização específicos ao contrário de uma visão que do senso comum de que estas mobilizações não possuem organização alguma, são completamente horizontais e nascem exclusivamente por geração espontânea. Ambos indicam conceitos novos para pensá-las.

O primeiro deles é a ideia de sistema-rede. O sistema-rede é um modo para denominar um determinado conjunto de ações em rede que se aglutina sobre determinados acontecimentos. O sistema-rede é uma interação de diversas camadas de rede que se influenciam mutuamente. Por exemplo, nas manifestações do 15M espanhol, momento mais significativo da eclosão das mobilizações na Espanha, podemos identificar uma camada das redes sociais, uma camada da mídia tradicional e outra camada das ruas que se efetuou nas manifestações e nas *acampadas* nas praças dos centros urbanos. Todas essas camadas são independentes entre si, mas em determinado momento se conectam, influenciam uma a outra gerando efeitos que se propagam por entre elas.

Os sistemas-redes são dinâmicos: sua extensão, seus nós, suas conexões se modificam a todo instante, por isso é impossível se obter uma descrição fixa de seus atributos. Mas é necessário tentar entender como eles se modificam, que outros sistemas-rede ele incorpora ou cria, que dinâmicas influenciam sua construção. Eles possuem, portanto, uma topologia policêntrica e mutante. (TORET, 2012).

26 “E é também, ainda mais crucial, que por estar a organização em rede na realidade cotidiana de todos, incluindo-se quem se opõe a esta a princípio [...] Para colocar de maneira mais dramática: mesmo se um retorno a forma-partido fosse considerado uma solução, o partido, sem dúvida, emergiria das redes existentes” (tradução nossa)

Outra invenção conceitual é que mais do que não ter liderança alguma, esses sistemas-rede possuem uma liderança distribuída. Sua dinâmica ao longo do tempo produz, não necessariamente lideranças individuais, mas lideranças narrativas que guiam as ações estratégicas de movimentos distribuído. É um movimento distinto, portanto, dos movimentos sociais clássicos com afiliações e centralização do comando de ações, mas onde seus participantes se unem sob determinados tópicos, atividades ou identidades coletivas para sincronizar suas mobilizações. Para Nunes, a liderança distribuída serve para dissipar uma oposição entre o unitário e o múltiplo, o vertical e o horizontal e é necessário pensar em como essas forças se equilibram:

The discussion ceases to be about how to achieve absolute horizontality, which will have been demonstrated to be impossible, or how to eliminate leadership, representation and closure, and becomes about how to negotiate them, what balances to strike between openness and closure, dispersion and unity, strategic action and process and so forth (2014, p. 13)²⁷

Para aprofundarmos o entendimento da topologia das redes e da liderança distribuída cabe identificarmos alguns pressupostos. Baran (1964) cunhou a definição de três topologias de redes para propor redes de comunicação que fossem menos vulneráveis a ataques nucleares. As redes centralizadas, as redes descentralizadas e as redes distribuídas. A rede centralizada teria um nó central que intermediaria todas as relações da rede, todo nó passa por um centro para chegar a outro nó. As redes descentralizadas se caracterizariam pela presença de muitos centros (*hubs*) onde nós periféricos precisam passar por estes para se conectar uns aos outros; e a redes distribuídas seriam as redes em que não haveriam *hubs*, mas uma topologia que possibilitasse a cada nó se conectar um ao outro sem a necessidade de passar por um intermediário, um rede igualitária.

Barabasi (2005), ao analisar a rede de links entre *websites* no final dos anos 1990, verificou que as redes que se auto-organizam aleatoriamente como a Internet possuem a tendência de, ao crescerem, se tornarem redes descentralizadas com um alto grau de criação de *hubs*: uma pequena quantidade de nós que tende a concentrar a intermediação das conexões a partir da lei da potência. Em

27 “A discussão deixa de ser sobre como conquistar uma horizontalidade absoluta, que será demonstrada como impossível, ou como eliminar a liderança, a representação e o fechamento, e se torna sobre como negocia-lás, que equilíbrios a atingir entre abertura e fechamento, dispersão e unidade, ação estratégica e processos e assim em diante” (Tradução nossa)

outras palavras, as redes distribuídas tendem a se concentrar a uma proporção que segue a Lei de Pareto: 20% dos nós tenderiam a obter 80% das conexões.

Essas premissas são importantes para pensarmos o tipo de topologia que caracterizaria as redes dos sistemas-rede que emergem nos movimentos sociais citados. Eles seriam sistemas distribuídos, naturalmente horizontais? Ou obedeceriam à lei de potência com uma tendência inequívoca em formar centros de intermediação?

É nesse momento que a topologia mutante e a liderança distribuída aparecem como conceitos interessantes para superar a dicotomia horizontalidade/verticalidade. As redes que se criam e se modificam em casos como o do Brasil e da Espanha – com muitas diferenças entre si – se formam de modo descentralizado e com a formação de *hubs*, mas exatamente por possuírem uma diferenciação interna contínua, esses *hubs* – as lideranças distribuídas – se modificam, modificando ao mesmo tempo a topologia e a dinâmica da rede. Defini-las, portanto, como descentralizadas ou distribuídas se torna um tarefa ambígua como aponta Nunes

Apart from the continuous appearance and disappearance of nodes, these network-systems also display the continuous formation, transformation and dissolution of clusters, the continuous quantitative and qualitative transformation of ties, and consequently the continuous appearance, growth, shrinking and disappearance of hubs, from the quantitative point of view (number of ties) as well as the qualitative (their nature and strength). Besides, the proliferation of ties constantly produces redundancy, creating alternative paths between nodes that counteract the tendency for hubs to become critical to the network's functioning. 39 This continuous internal differentiation entitles us to describe them as distributed, even if, especially in their sparser peripheries and among small-degree nodes, we have something closer to a decentralised architecture. (2014, p. 2)²⁸

Desse modo, a emergência de fenômenos políticos disseminados em rede em conjunto com ferramentas de monitoramento permite a evolução de suas aná-

28 “Além do contínuo aparecimento e desaparecimento desses nós, esses sistemas-rede também demonstram uma contínua formação, transformação e dissolução de *clusters*, uma contínua transformação quantitativa e qualitativa de laços, e consequentemente, o contínuo aparecimento, crescimento e encolhimento de *hubs*, do ponto de visto quantitativo (número de laços) e qualitativo (sua natureza e força). Além do mais, a proliferação dos laços produz constantemente redundância, criando caminhos alternativos entre nós. [...] Essa diferenciação interna contínua nos permite descrevê-la como uma rede distribuída, mesmo que, especialmente em suas periferias mais esparsas e entre seus nós de grau baixo, tenhamos algo mais próximo de uma arquitetura descentralizada.” (tradução nossa)

lises, nos limites da abertura das arquiteturas das ferramentas utilizadas para interação. Nunes distingue o sistema-rede de movimento-rede para definir uma parte do sistema-rede que se reconhece e produz uma auto-reflexão, denominando e criando meios de autoconhecimento. Na experiência espanhola é necessário dar destaque para essa capacidade de parte do sistema-rede em se reconhecer, criar conceitos sobre si, em suma, produzir uma narrativa a partir das próprias experiências e das análises das interações em rede.

Toret e o grupo Dataanalysis15M, no trabalho “*Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas*”, narram o processo de emergência do 15M como fenômeno político. Uma das principais conclusões deste estudo é o caráter extremamente afetivo das interações. Através das análises de rede e das construções semânticas das mensagens na rede social Twitter, constatou-se que os *tweets* relacionados ao 15M possuíam o dobro da carga emocional de uma mensagem comum e isso lhes dava um poder de viralização maior. Através de uma interface on-line²⁹ é possível ver os afetos envolvidos como empoderamento, medo, indignação, felicidade e tristeza no decorrer dos acontecimentos.

Este fato nos permite fazer uma associação do afeto aos modos de organização, emergência e transformação dos sistemas-rede de manifestações como o 15-M na Espanha e de Junho de 2013 no Brasil. São movimentos que surgem por contágio emocional a partir de determinados eventos que disparam determinadas propagandas afetivas entre as camadas de interação. Essa dimensão rompe de uma maneira abrupta com o modelo clássico de movimento social apoiado em convocações, ideologias e afiliações partidárias ou sindicais.

Essa ruptura, porém, não é capaz por si só de dar uma forma e um nome, mesmo que provisório a estas conexões. É necessária uma sincronização afetiva entre corpos e cérebros. É aí que entra a capacidade tecno política da multidão de indivíduos conectados pelas tecnologias da informação. A individualização de um evento como o 15-M ou como o junho de 2013 no Brasil se desenvolve no “uso tático e estratégico de ferramentas digitais para organização e automodulação da ação coletiva” (*Idem*). Uma capacidade que se traduz no campo performático para produzir eventos, e de se adaptar e se modificar a partir ou em função destes.

Toret, por exemplo, identifica as *bandadas de hashtags*, que relatam as proporções de como os nós da rede passavam de uma *hashtag* a outra durante as manifestações. Podemos considerar a *hashtag* como um dos elementos de sincronização afetiva, que reúne os nós na camada da Internet sob determinado afeto. Uma prática recorrente entre os ativistas espanhóis foi a de criação de *pads*,

29 <http://assets.outliers.es/15memociones/>

um editor de texto coletivo para sincronizar a emissão de *tweets* em determinado momento. Eram criadas diversas mensagens com uma *hashtag* específica, e eram articulados entre diversos coletivos e atores um enxame na rede social e chegar aos *Trending Topics*, a métrica que o Twitter utiliza para elencar os assuntos principais em um dado instante da rede. Essa prática é um exemplo do caráter ativo performático destes movimentos, com o objetivo de pré construir acontecimentos, cenários e protagonismos coletivos que gerem e modulam os sistemas-rede. Nesse aspecto, Toret chama atenção para o processo de aprendizagem que o sistema-rede foi capaz de construir sobre si mesmo a partir de experiências anteriores e que evolui nessa capacidade de produzir campanhas coordenadas no interior das camadas de interação se apropriando e inventando usos para essas ferramentas.

Podemos associar toda essas características citadas acima aos conceitos de Comum e Multidão, que Hardt e Negri desenvolvem para dar conta das especificidades da produção e extração de valor nas condições do capitalismo contemporâneo. Para eles a Multidão é exatamente essa capacidade criativa de autogoverno das singularidades que se organizam diante de um poder disperso que tenta modular e controlar a produção do Comum.

A multidão deve ser entendida então, não como um ser mas como um criar – ou melhor, um ser que não é fixo nem estático mas constantemente transformado, enriquecido e constituído pelo processo de criação. Esse é um tipo peculiar de criação, na medida em que não há um criador que se coloque atrás desse processo. Através da produção de subjetividade, a multidão é ela mesma autora de seu tornar-se outro perpétuo, um processo ininterrupto de transformação coletiva (HARDT, NEGRI, 2009, p. 173)

É necessário destacar a transformação que o capitalismo tardio desenvolve na passagem de um poder disciplinar para uma sociedade de controle (FOUCAULT, 1993; DELEUZE, 1992). A Multidão e o Comum emergem como conceitos diante de um investimento na produção cognitiva de indivíduos imersos em redes de computadores, fluxos de informação instantâneos e contínuos e circulação intensa de dados e imagens e são reflexo desse momento histórico onde afetos, códigos, ideias e formas de comunicação – formas de vida comum – são alvo de expropriação. Não por acaso que toda a indústria do entretenimento, da publicidade, e da intermediação cria uma máquina poderosa de propagação de afetos, de produção e captura de crenças e desejos.

É notável, portanto, que os sistemas-rede emergentes nas revoltas citadas identifiquem e proponham modos organizativos de produção de afetos, e como

uma contraposição a estas máquinas, criem suas máquinas, seus métodos, suas próprias técnicas de produção. A capacidade de conectar, agrupar e sincronizar corpos e mentes entre redes sociais na Internet e redes humanas nas ruas é indicio de uma potência desta Multidão em investir na produção da sua própria subjetividade.

Our reading not only identifies biopolitics with the localized productive powers of life – that is, the production of affects and languages through social cooperation and the interaction of bodies and desires, the invention of new forms of the relation to the self and others, and so forth – but also affirms biopolitics as the creation of new subjectivities that are presented at once as resistance and de-subjectification. (HARDT, NEGRI, 2009, p. 58)³⁰

A ideia de produção maquinica da subjetividade que se expressa no pensamento de Deleuze e Guattari é útil para identificarmos nos arranjos técnicos de comunicação determinadas condições, determinadas linhas de força, que operam agenciamentos nas construções destas subjetividades e nas suas interações.

As máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. A consideração dessas dimensões maquinicas de subjetivação nos leva a insistir, em nossa tentativa de redefinição, na heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção de subjetividade (GUATTARI, 1992, p. 11)

Guattari (1992) identifica nessa heterogeneidade a capacidade que as máquinas de subjetivação têm de produzir efeitos de individualização coletiva. Por isso a centralidade dos meios de comunicação como elemento maquinico fundamental na sociedade contemporânea, e a abertura para possibilidades tanto homogeneizantes de dominação como de experimentações para criação de novos mundos.

Entretanto, tal evolução maquinica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. O melhor é a criação, a invenção de novos Universos

30 “Nossa leitura não identifica a biopolítica com poderes localizados e produzidos sobre a vida – ou seja, a produção de afetos e linguagens através da cooperação social e da interação dos corpos e desejos, a invenção de novas formas da relação entre o eu e os outros, e por aí em diante – mas também afirma a biopolítica como a criação de novas subjetividades que são apresentadas de uma só vez como resistência e desubjetivação.” (tradução nossa)

de referencia; o pior é a mass-mídia embrutecedora, a qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos. As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e de nos fazer entrar em uma era pós-mídia, caracterizada por uma reapropriação e uma resingularização da utilização da mídia. (GUATTARI, 1992, p. 15)

Essa noção também pode se traduzir na capacidade de produção de mundos a partir de uma filosofia do acontecimento que se distingue de uma filosofia que se baseia na distinção entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, mas identifica o acontecimento como elemento de transformação e de produção. Nesse entendimento, o capitalismo, por exemplo, não vende produtos, mas produz e mercantiliza mundos nos quais os produtos se inserem. Em contraposição a isso, possibilidade de uma individuação coletiva é, portanto, a capacidade de produzir e efetuar novos mundos.

O mundo possível existe, mas não existe mais fora daquilo que o exprime: os slogans, as imagens capturadas por dezenas de câmeras, as palavras que fazem circular aquilo que “acaba de acontecer” nos jornais, na internet, nos laptops, como um contágio de vírus por todo o planeta. O acontecimento se expressa nas almas, no sentido em que produz uma mudança de sensibilidade (transformação incorporal) que cria uma nova avaliação: a distribuição dos desejos mudou. Vemos agora tudo aquilo que nosso presente tem de intolerável, ao mesmo tempo em que vislumbramos novas possibilidades de vida (são esses os dois sentidos da globalização que a luta fez aparecer). (LAZZARARO, 2006, p. 21)

O pensamento de Gabriel Tarde e sua monadologia e de Gilbert Simondon e os processos de individuação iluminam essa concepção ao retirar do indivíduo suas aspirações universais e sua submissão às grandes estruturas. Isso significa a possibilidade de pensar as relações micro-políticas como constituintes da produção de subjetividades, da construção de mundos, da criação de afetos. A invenção ganha, portanto, centralidade, o que não elimina as forças que as linhas molares exercem sobre estas, mas, pelo contrário, modifica o olhar que podemos investir sobre elas.

O universo não é o resultado de uma composição de movimentos mecânicos, mas de um vitalismo imanente da natureza. É sobre tal base de materialismo espiritualizado que se deve compreender que ‘toda coisa é uma sociedade’, ou seja, todo indivíduo (físico, vital, humano) constitui a composição de uma infinitade

de outros indivíduos que se juntam, sob formas políticas sempre singulares, fundadas nos desejos e crenças. (LAZZARATO, 2006, p. 29)

A partir das experiências das revoltas em rede que ocorreram no Brasil e na Espanha podemos pensar diferenças e singularidades destas manifestações de individuações coletivas em rede. O acontecimento faz parte dessas emergências e do desenvolvimento dos afetos envolvidos nestes casos. Na Espanha, por exemplo, a crise financeira europeia, a situação do desemprego, as remoções de casas, criam condições de possibilidade para a organização dos afetos em torno de uma crítica ao modelo de democracia vigente. *Democracia Real Já!*, gritam os espanhóis, identificando prontamente uma crise de representação dos partidos como ponto de partida para a invenção de uma narrativa sobre o evento.

No Brasil, a violência de um crescimento econômico desigual, a aproximação de um mega evento como a Copa do Mundo, que produziu expectativa e desilusões e uma violência policial institucionalizada, fez emergir os protestos que tomaram as ruas em junho de 2013. Existem muitas diferenças entre esses dois exemplos, já que acontecem em conjunturas distintas. Mas o que queremos destacar, em primeiro lugar, é a capacidade de se influenciarem mutuamente, ao ponto de todos estes fenômenos poderem ser denominados como “revoltas globais conectadas” mesmo que sejam respostas afetivas a situações locais, diferentemente do ciclo de lutas do final dos anos 1990, dos movimentos antiglobalização, onde as demandas eram voltadas para uma crítica aos organismos multilaterais e ao processo de globalização como um todo.

A gênese e explosão destas revoltas passam pela respostas a determinados eventos, e se materializam na capacidade tecnopolítica de se relacionar quase que instantaneamente com determinados acontecimentos. Em outras palavras, a invenção de práticas de produção de narrativas de forma coletiva e distribuída permitem recriar as interpretações dos fatos, permitem criar e influenciar a mobilização de corpos e mentes diante de determinadas situações.

Obviamente que não se pode subestimar a capacidade dos meios massivos de fazer o mesmo: mobilizar afetos e criar mundos. No Brasil esta complexidade pode ser identificada na apropriação por parte da mídia e do governo dos protestos, nas tentativas de direcionamento da demandas, no jogo das imagens para a criminalização do anonimato e de um suposto vandalismo.

É necessário aprofundar a análise das diferenças na produção destes protestos. Na distinção de Nunes nos parece que o processo espanhol desenvolveu um movimento-rede autorreflexivo mais robusto e com uma capacidade maior de organização distribuída entre as atividades coletivas. No Brasil, enquanto que

todo o processo é aparentemente mais explosivo e espontâneo, a reinvenção de coletivos de mídia autônomos nas periferias para a transmissão e registro dos protestos conseguiu produzir novas imagens diante de contexto midiático extremamente concentrado fortalecendo a crítica ao papel da imprensa nas tentativas de conduzir a narrativa dos acontecimentos.

Parece-nos também importante saber que efeitos estes movimentos são capazes de produzir no contexto políticos após determinados períodos de resfriamento. Gutierrez (on-line, 2014) cita as micro-utopias que o 15-M foi capaz de produzir, entre eles: as ferramentas de hibridização de processos analógicos e digitais, novos grupos de comunicação, ferramentas de participação social e inteligência coletiva, experiências de um pós sindicalismo em rede a partir do fenômeno da *Mareas Ciudadanas*. No Brasil, a criação de novos coletivos de mídia, as greves independentes de sindicatos de garis, professores, rodoviários entre outras categorias sugerem a invenção de um pós-sindicalismo similar. Mas a violência policial e o imenso poder de definição da agenda pela concentrada mídia nacional são desafios a serem superados.

Na Espanha o contexto eleitoral também parece efetivar novos atores políticos. O Podemos, um dos partidos surgidos no rastro das manifestações elegeu cinco eurodeputados na últimas eleições. Mas uma outra experiência, o Partido X, apesar de não ter eleito ninguém, merece destaque devido a sua auto denominação como um “Não Partido” e por seus métodos de participação política e de elaboração de programas de governo em rede. Um não partido que reivindica a política participativa e o *copyleft* como princípio, inventando a ideia de um partido como um sistema operacional de código aberto, que abre a construção de suas práticas e oferece seus métodos para serem copiados e modificados.

Parece-nos o maior desafio dos novos movimentos em rede investir o olhar para estes efeitos: quais são as invenções, as novas relações, os novos modos de ver e dizer que se produzem? Isto porque nos parece necessário instigar uma problematização que identifique as diferenças entre uma máquina de propagação de crenças e desejos da publicidade, da mídia de massa, dos Estados-Corporações e suas técnicas e esta máquina da multidão que se propõe a criar outros afetos. Seriam elas iguais buscando objetivos diferentes? Ou a primeira pré-determina e modula continuamente seus efeitos e a última se abre inequivocamente para invenção de novas práticas? É possível opor um maquinismo vivo e autopoietico a máquinas de repetição vazias? Respondendo a essas indagações poderemos identificar na criatividade da multidão a potência para a criação de novas institucionalidades capazes de dar conta de novos mundos possíveis.

Referências

- ANTOUN, H.; MALINI, F. *A Internet e a Rua. CiberAtivismo nas Redes Sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- BARABÁSI, A. *Linked*. São Paulo: Hemus, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GUATTARI, F. *Caosmose, um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 43, 1992.
- GUTIERREZ, B. *Spain's Micro-Utopias: The 15M Movement and its Prototypes*. Disponível em: <http://guerrillatranslation.com/2013/05/16/spains-micro-utopias-the-15m-movement-and-its-prototypes/>. Acesso em 14/07/2014.
- HARDT, M. NEGRI, A. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- LAZZARATO, M. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NUNES, R. *Organization of the Organizationless: Collective Action After Networks*. Londres: Mute Books, 2014.
- TORET, J. Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M In: *Tecnopolítica, Internet Y R-Evoluciones Sobre La Centralidad De Redes Digitales En El #15M*. Barcelona: Icaria Editorial, 2012.

■.....**Giuliano Djahjah Bonorandi** é mestre em comunicação em cultura e doutorando do Programa de Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ).

■ Práticas colaborativas em torno do comum: estudo de caso do movimento Concha Ativa

Carlos Eduardo Falcão Luna

Isaac Fernando Ferreira Filho

Introdução

Ocupar os espaços públicos, sejam eles físicos ou virtuais, é uma demanda preemente àqueles que desejam conduzir suas vidas com autonomia e tentam resistir ao avassalador poder do capital financeiro. Multinacionais e governos estatais se apoderam do que é público e agenciam uma estrutura de poder que opri me os menos abastados e mantém o privilégio dos poderosos.

A articulação de várias pessoas neste contexto é fundamental para que não se sintam sozinhos em sua luta pela subsistência e por uma vida mais autônoma. O ato de aglutinar envolve estabelecer um comum que faça com que todos lancem mão de suas habilidades, seu capital intelectual e saibam utilizar as tecnologias disponíveis a seu favor.

Neste artigo relataremos o caso do movimento Concha Ativa, movimento de ocupação da concha acústica da UFPE. Um espaço localizado dentro de um estabelecimento público federal, que se encontrava ocioso e que necessitava, urgentemente, da intervenção de atores sociais, sejam ligados à comunidade acadêmica, a comunidade do entorno ou a cena cultural do Estado.

Pretendemos apresentar este modelo de ocupação transcorrendo sobre a aglutinação em torno deste comum, sobre quais tecnologias e recursos são aproveitados em nome desta articulação, quais os resultados até aqui deste movimento e como ele está situado numa macroestrutura de ocupação de espaços públicos, de alternativas de sobrevivência no mercado cultural e no resgate de valores como a colaboração, a ancestralidade e a sustentabilidade num sentido amplo, garantindo bem-estar e realizações para além do que está limitado por dinheiro em moeda corrente.

Concha Acústica da UFPE

A Concha Acústica é um espaço que foi criado para atividades artísticas dentro da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O espaço é, dentro

da estrutura organizacional da universidade, vinculado ao centro de convenções. Desde que foi criada ela abrigou calouradas dos alunos dos cursos de graduação da universidade e também foi alugada para alguns shows. Com a nova política da UFPE de não se ter mais calouradas no campus e com o centro de convenções priorizando eventos de maior porte em suas instalações, o espaço ficou obsoleto, gerando sua gradativa deterioração.

O espaço físico que compreende a Concha Acústica da UFPE é composto da própria concha acústica (que tem uma funcionalidade de palco), de frente ao palco há um espaço com arquibancadas onde cabem cerca de 3.000 pessoas sentadas, dois espaços denominados iglus³¹ onde há banheiros e salas, que podem ser utilizadas para reuniões e bastidores, e também uma área verde no entorno.

O cenário no início da segunda década dos anos de 2000 era de um aparelho com potencial para abrigar ações e eventos, mas que precisava de uma intervenção urgente, intervenção esta que nem o centro de convenções da UFPE nem a reitoria da universidade demonstravam querer organizar.

A Concha Acústica como comum

Nos anos de 2012, a Produtora Colaborativa – PE – ocupou a Concha Acústica oportunizando ações com o objetivo de transformar o espaço, antes abandonado, em um espaço ativo de trocas culturais baseadas nos princípios da economia criativa, autogestão e conhecimentos livres.

A partir de então a produtora adotou o local como sede e foi elaborada, de forma colaborativa, uma série de ações como mutirões para a limpeza do espaço, mapeamento da área verde, cursos de formação e eventos culturais que serviriam para movimentar o espaço e agregar atores sociais em torno de um comum, no caso a Concha Acústica.

Uma vez que houve iniciativa para o processo de reativação da Concha Acústica, que atores sociais poderiam ser aglutinados e definitivamente assumirem o local como comum? Os principais interessados foram a comunidade acadêmica, os artistas e cidadãos dos bairros circunvizinhos a universidade, pontos de cultura, coletivos e cidadãos interessados em artes, tecnologia e processos colaborativos.

Através dos esforços destes interessados surgiu o Movimento Concha Ativa, que viria a dividir entre seus integrantes as tarefas necessárias para reati-

31 O nome iglu é dado devido à semelhança, no formato côncavo, com um iglu dos esquimós.

var e otimizar o uso da Concha Acústica. Debruçaremos-nos sobre o Movimento Concha Ativa na próxima seção.

Movimento Concha Ativa

Organizado em torno da produtora cultural Colaborativa.PE³² o Movimento Concha Ativa passou a utilizar um dos iglus da Concha Acústica como local de reuniões, formações e repositório de equipamentos. Este espaço também foi equipado com um kit telecentro, doado pelo Centro de Recondicionamento de Computadores do Recife, vinculado ao grupo Marista de Educação (CRC/Marista). A chegada do kit com 11 computadores (compostos de gabinetes, mouses, teclados e monitores) possibilitou a promoção de cursos de formação em tecnologias livres além de dinamizar os trabalhos da produtora e agentes envolvidos no movimento.

Entre estes agentes os mais ativos são, além da produtora cultural Colaborativa. PE, o ponto de cultura Coco de Umbigada, situado em Olinda, no bairro do Guadalupe, que promove ações ancoradas na preservação da memória da ancestralidade negra e resistência de religiões de matriz africana, além de abrigar a rádio livre comunitária Amnésia; a TV comunitária Canal Capibaribe (primeira TV comunitária do Nordeste); o Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) ligado a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o ponto de cultura Laboratório Laia, sediado no município de Camaragibe, que promove eventos ligados a cultura popular e ações cineclubistas.

Além destes, ao longo de dois anos de ocupação outros coletivos foram agregados ao movimento, como o Tear Audiovisual, que promove ações cineclubistas em Olinda, e na própria concha, e o Oxe HackLab que pesquisa Metareci-clagem³³, segurança na rede e soluções em *software* livre e hardware livre.

Todos esses atores e entidades passaram a buscar, juntos, soluções para movimentar cotidianamente a Concha Acústica e a compartilhar da vontade de

32 “A tecnologia social das Produtoras Culturais Colaborativas reúne um conjunto de metodologias e ferramentas digitais livres para organizar espaços de inclusão digital em empreendimentos autogestionários que oferecem produtos, serviços e saberes utilizando *softwares* livres dentro dos preceitos do comércio justo e da economia solidária. A implantação das metodologias que compõem essa tecnologia social depende apenas de dois requisitos essenciais: a existência de, pelo menos, um espaço físico acessível aos participantes e do compromisso real de um grupo de trabalho em investir energia para empreender nesse espaço”. (JATOBÁ, 2014, p. 40)

33 Rede de iniciativas e métodos relativos a apropriação crítica de tecnologia para a transformação social.

otimizar as ações de seus pontos de cultura e empreendimentos culturais. A partir de então se passou a pensar em uma maneira de utilização dos recursos materiais e simbólicos onde as atividades exercidas tivessem sustentabilidade econômica gerando protagonismo e autonomia para estes grupos. Comecemos no tópico a seguir a destrinchar os recursos tecnológicos utilizados.

Ferramentas Tecnológicas

Para garantir a autonomia e estimular a produção colaborativa em torno de um comum, é preciso que as ferramentas que viabilizem estas atividades sejam também facilitadoras desta comunhão. Definir uma linha de trabalho e um norteamento ideológico requer o uso de ferramentas que tenham livre acesso, liberdade para customizações e adaptações às necessidades, e que minimizem os custos para todos os envolvidos. Nas seguintes sessões versaremos sobre o papel dos ambientes de livre de gestão, divulgação e acervo, utilizados pelo movimento Concha Ativa, e sobre os *softwares* livres utilizados para a execução autônoma e colaborativa dos projetos.

Ambientes Livres

Os ambientes livres para a gestão de projetos culturais, tecnológicos e acadêmicos são utilizados para o planejamento, divisão de tarefas, catalogação de acervo, divulgação, mídia livre, planilha de custos, tabelas de oferta e demanda, gestão de banco comunitário, etc. Estes ambientes virtuais são mantidos por doação espontânea ou editais públicos para criação, desenvolvimento e manutenção das páginas. Os mais utilizados pelos coletivos que formam o movimento Concha Ativa são o Corais³⁴, iTEIA³⁵, Escambo³⁶ e Pernambuco Nação Cultural³⁷.

O “Corais” é um ambiente virtual que proporciona uma gama elevada das etapas de desenvolvimento, execução e prestação de contas de um projeto, podendo, inclusive, ser configurado para dar conta de empreendimentos que praticam o comércio justo e a economia solidária, como a gestão de bancos comunitários e extratos de movimentações em moeda social. Além destas funcionalidades pode ser alimentada e acessada uma árvore do conhecimento que é escalonada por temas, onde conhecimentos sobre diversos assuntos são compartilhados.

34 <http://corais.org/>

35 <http://iteia.org.br/>

36 <http://escambo.org/>

37 <http://nacaocultural.com.br/>

A ferramenta permite a divisão de tarefas específicas e estimula a colaboração, através de texto colaborativo, possibilitando a participação de atores sociais presentes fisicamente ou virtualmente em espaço e tempo distintos, dinamizando assim a produção. O “Corais” é totalmente gratuito e constantemente desenvolvido através de um projeto de *metadesign*³⁸, que recebe as demandas de aperfeiçoamento dos usuários.

O iTEIA é um canal onde podem ser feitas a catalogação de material e a divulgação de produção cultural nas mais diversas linguagens, como eventos culturais, encontros e congressos. No iTEIA é cadastrado um usuário e um projeto, ao qual este usuário está ligado, permitindo dar-se os créditos a cada participante da obra e espalhar para os demais usuários do canal e para usuários de outras redes sociais³⁹ como o Facebook e o Twitter. Os produtos culturais ainda podem ser acessados e remixados livremente, via política de licenças do *creative commons*⁴⁰.

O Pernambuco Nação Cultural é um portal financiado pelo governo do Estado de Pernambuco criado para funcionar como acervo cultural digital, direcionado para as produções do referido Estado. As suas funcionalidades e condições de uso e acesso são idênticas às do iTEIA.

O Escambo.org é um ambiente virtual criado para estimular trocas entre iniciativas culturais que compartilhem dos ideais de comércio justo e economia popular solidária. Lá, além dos empreendedores culturais exporem seus produtos, serviços, saberes e demandas, ainda pode-se fazer o cálculo do custo a preço aberto que compõe as ofertas e indicar as moedas sociais que cada coletivo aceita.

Contudo, não só a gestão pode ser organizada através de plataformas livres, os *softwares* livres também são os mais indicados para projetos colaborativos e solidários, pelos mesmos motivos indicados na introdução deste capítulo.

Softwares Livres

O *software* livre proporciona liberdade para o desenvolvimento de ambientes criativos. Essa liberdade vai desde a não preocupação com licenças (ou a preocupação com licenças que permitam a remixagem e o uso compartilhado da obra) como também a possibilidade de executar programas eficazes em computadores de hardwares modestos. Há possibilidades também de alterações nos pro-

38 Projeto que abriga esforços em rede para o desenvolvimento da Plataforma Corais <http://corais.org/metadesign/>

39 O iTEIA permite conexão com outras redes, onde o conteúdo postado é compartilhado automaticamente para as suas conexões.

40 Todas as licenças *Creative Commons* estão disponíveis em <http://corais.org/node/984/>

gramas a serem usados e também na replicação das soluções desenvolvidas pelos usuários. Como falado no início do capítulo o estímulo da produção em torno do comum é um dos trunfos do *software* livre. Na dissertação de mestrado de Aracele Torres⁴¹ em História da Ciência e da Técnica (USP), é trazida uma tradução, do trabalho de Christopher M. Kelty⁴², sobre o que o comum do *software* livre:

O Software Livre é público de uma maneira particular: é um modo autodeterminado, coletivo e politicamente independente de criação de objetos técnicos muito complexos que são tornados pública e livremente disponíveis para todos -um-commons, na linguagem comum (KELTY, apud TORRES, 2013, p. 98).

Vários *softwares* livres são utilizados na execução dos projetos ligados ao movimento Concha Ativa, os que mais se destacam são: *Audacity* e *Ardour* (edição e captação de áudio), *Kdenlive* (edição de vídeo), *Jack* (gerenciamento da placa de som), *Darksnow* e *Icecast* (rádioweb), *Gimp*, *Inkscape*, *Scribus* (diagramação, vetorização e edição de imagens), entre outros menos utilizados pela maioria, mas que também suprem as demandas de maneira eficaz.

Semestralmente são ministrados cursos de formação e os *softwares* servem como importantes ferramentas no auxílio dos cursos de design, fotografia, produção cultural e *streaming*. Todos oferecidos na Concha Acústica.

No capítulo a seguir trataremos do modelo econômico acordado entre os atores sociais e respectivos coletivos para agregar valor aos produtos, serviços e saberes e balizar as trocas de maneira a tornar os empreendimentos solidários viáveis economicamente e garantir a sustentabilidade e a continuidade das ações no espaço da concha acústica da UFPE.

Gestão de recursos

Os recursos em estruturas organizacionais dizem respeito a recursos simbólicos e recursos materiais “Os recursos são propriedades estruturadas de sistemas sociais, definidos e reproduzidos por agentes dotados de capacidade cognoscitiva no decorrer da interação” (GIDDENS, 2003, p. 20). Nos processos culturais utilizados no movimento Concha Ativa existem valores compartilhados como o trabalho colaborativo, a autogestão, o comércio justo, a valorização das culturas populares e ancestrais, o apoio ao trabalho autoral e o desenvolvimento local.

41 Mestre em História da Ciência e da Técnica pela USP, desenvolveu dissertação sobre o *software* livre.

42 Historiador, Professor Associado da Universidade da Califórnia

Como um todo o trabalho evolui sob esses prismas e assim são geridos todos os recursos disponíveis, de maneira coerente e garantindo a eficácia dos projetos.

Os conceitos de Economia Criativa e Economia Popular Solidária, são guarda-chuvas conceituais que abrigam esta gama de recursos. Conceituá-los-emos a seguir.

Economia Criativa

A economia criativa⁴³ é o arranjo econômico que contempla atividades artísticas, tecnológicas e educacionais, que visem sua sustentabilidade através de soluções que não sejam necessariamente a compra e venda de produtos e serviços nos moldes da economia de mercado (leia-se acumulo de capital e margem de lucro).

Neste setor os empreendimentos valorizam a incorporação de capital humano unindo profissionais que empregam seu trabalho e seus saberes em torno de processos colaborativos que geram resultados financeiros, mas também agregam aprendizado e capacitação enquanto se está em pleno processo. Ou seja, o profissional se capacita enquanto faz e faz conforme se capacita.

Na economia criativa se emprega a política de degradar ao mínimo o meio ambiente, de aproveitar e de ressignificar objetos em desuso, convertendo-os em produtos de valor simbólico e econômico.

Para que o ambiente da economia criativa seja otimizado, apenas a congregação destes conceitos desejáveis pode não ser suficiente. A sistematização dos processos, sobretudo os que dizem respeito a valoração de recursos materiais, dentro do movimento Concha Ativa é balizada pela metodologia da economia popular solidária, destrinchada a seguir.

43 “A economia criativa reúne um conjunto de setores culturais cuja abrangência varia entre países e visões políticas. Para a UNESCO, a economia criativa diz respeito à economia voltada ao patrimônio natural e cultural, aos espetáculos e celebrações, às artes visuais e artesanato, aos livros e periódicos, ao audiovisual e às mídias interativas e ao design e aos serviços criativos. Neste mergulho pelo “Corais”, contemplamos estes setores e também aqueles originalmente vinculados à economia da cultura (música, dança, teatro, circo, etc.) e a produção de infraestrutura tecnológica, em especial, o *software* livre. A economia criativa tem relação direta com a economia do conhecimento, a economia movimentada pelo exercício do direito de expressão criativa, o que reforça a importância de manter viva a possibilidade de troca livre, direta e aberta entre as culturas”. (FERREIRA FILHO, LUNNA *et al.*, 2014).

Economia Popular Solidária

A economia popular solidária (SINGER, 2002) diz respeito a uma série de práticas econômicas que valorizam o comércio justo, a autogestão, refuta a exploração do trabalho, o acúmulo do capital econômico e a noção de lucro. Na economia solidária o escambo, o preço aberto⁴⁴ e o desenvolvimento local são fundamentais para a sustentabilidade dos empreendimentos criativos.

No movimento Concha Ativa as trocas se dão através de duas tabelas, uma de ofertas (aquilo que o coletivo tem pra oferecer de produtos e saberes⁴⁵) e demandas⁴⁶ que vão desde a adoção da área verde do entorno da Concha Acústica até o apoio na produção de eventos.

Para mediar essas trocas foi criada a moeda social “concha” da qual o indivíduo, que assume a demanda, se credita e a qual pode ser usada para adquirir alguns produtos e serviços da produtora Colaborativa.PE que oferta esses serviços ao movimento. O extrato e todas as movimentações realizadas em moeda social concha são publicados na plataforma Corais (sessão 3.1).

Esta metodologia permite que não apenas com dinheiro em moeda corrente se realizem os eventos e se desenvolvam os empreendimentos solidários. Através da troca, do comércio justo e da colaboração, várias ações podem ser realizadas, sem serem degradantes ao meio ambiente, nem exigirem o dispêndio de uma quantidade muito volumosa de recursos financeiros.

As atividades que o movimento Concha Ativa realiza, oriundas de todos os processos relatados até aqui, serão destrinchadas no próximo capítulo, para que possamos analisar, na prática, como funcionam o uso das tecnologias livres, a gestão dos recursos em economia solidária em torno do comum no dia a dia da ocupação.

Ações na Concha Acústica da UFPE

Conforme o colocado exposto no capítulo 2, o movimento Concha Ativa agrega diversos pontos de cultura, coletivos, TV Comunitária, rádio WEB, telecentros, *hacklabs* e diversos atores sociais interessados em cultura. Vários deles promovem ações em suas localidades semanalmente. Pretendemos aqui falar das

44 O cálculo do preço aberto é a descrição dos insumos, da logística e da força de trabalho a ser empregada nos produtos e serviços ofertados. A partir da transparência destes custos os agentes da troca podem negociar o pagamento de parte do serviço via trocas solidárias, diminuindo assim a necessidade do uso de moeda corrente.

45 Exemplo na prática <http://corais.org/conchativa/node/76660>

46 Exemplo na prática <http://corais.org/conchativa/node/76663>

duas principais ações (incluindo-se aí os cursos de formação) executadas por estes atores no espaço comum da Concha Acústica da UFPE, são eles o São Sambas e o Palco Livre.

São Sambas

O São Sambas é um evento mensal em que se apresentam grupos da cultura popular. Conjuntos de coco, nações de maracatu, afoxés e outras manifestações de matriz africana. Por conta da recomendação da universidade para iniciar os shows musicais apenas a partir do fim do horário das aulas, criou-se como solução a realização de uma ação cineclubista chamada de Cine Concha, cuja curadoria é assumida pela TV Comunitária Canal Capibaribe e traz, em geral, documentários e programas televisivos que retratam a resistência e ancestralidade da cultura popular.

Todos os processos de criação de material de divulgação, da própria divulgação e da produção do evento em si, são realizados de forma colaborativa entre os atores envolvidos com as tarefas sendo divididas pelo “Corais” e são utilizados *softwares* livres para a confecção dos cartazes, *flyers*, *teasers* e também para a transmissão ao vivo do evento. Além de todos eles ficarem armazenados no acervo cultural digital do portal iTEIA⁴⁷.

Os grupos que se apresentam são escolhidos de acordo com a viabilidade dos mesmos, e em geral são encontros bastante movimentados, agregando a comunidade acadêmica com os envolvidos, mais diretamente com o movimento Concha Ativa. Na próxima seção falaremos do Palco Livre, que por ser um festival de bandas, demanda processos de seleção que envolvem pontuação através das práticas solidárias que a iniciativa cultural propõe-se a executar.

Palco Livre

O Palco Livre é uma seletiva de bandas ou músicos solo que visa selecioná-los para o festival anual “Expoidea: a feira do futuro”⁴⁸. A edição de 2013 da Expoidea foi realizada no mês de outubro/2013. Neste período ocorreram sete seletivas dentro da programação do Palco Livre.

Para participar do Palco Livre as bandas precisam criar um perfil na Plataforma Corais, solicitar participar do perfil do movimento Concha Ativa no Co-

47 Perfil da Colaborativa.PE no iTEITA: <http://www.iteia.org.br/colaborativape>

48 Feira que envolve tecnologia, meio ambiente e inovação. Mais detalhes em <http://expoidea.com.br>

rais e preencher um formulário de inscrição. A partir daí, o sistema de pontuação se dá através de publicação de conteúdos no iTEIA, Pernambuco Nação Cultural, quantidade de acessos a estes conteúdos e quantidade de trocas solidárias da entre a iniciativa cultural e o movimento Concha Ativa.

Em cada edição mensal do Palco Livre quatro bandas são selecionadas para se apresentar na concha. Além de poder divulgar o trabalho através da apresentação, as bandas têm os seus shows transmitidos ao vivo via internet. Também é feita a gravação destes shows que são armazenados no perfil da Expoidea no iTEIA, o que permite a banda acessar e promover estas apresentações em períodos distantes do dia em que foi exibido no Palco Livre.

No dia da Expoidea quatro bandas selecionadas, a partir deste processo, se apresentam fechando a cultural do evento. Portanto, além de ser uma atividade que estimula a colaboração entre os agentes, o Palco Livre dá suporte a um evento anual maior, oportunizando as bandas a impulsionarem as suas carreiras artísticas.

Conclusão

Neste recorte tentamos expor como o movimento Concha Ativa se articulou em torno de um comum, agregando diversos atores sociais motivados pela vontade de ressignificar o local e se utilizar de seus próprios recursos intelectuais, materiais e tecnológicos para promover a otimização de um espaço cultural obsoleto. Uniram-se para adquirir empoderamento e ir além dos limites de um aparelho encravado na estrutura física da Universidade Federal de Pernambuco.

Não devemos nos limitar a situar o movimento Concha Ativa só como uma ação dentro da UFPE, devemos entender esta ocupação e as ações que são fruto dela como ações estruturantes porque atingem, a partir de uma microestrutura, as macroestruturas da demanda por espaços públicos e da necessidade dos coletivos em não depender de intermediadores, como as grandes gravadoras, por exemplo.

Em seu conceito de dualidade da estrutura, Anthony Giddens (2003), aponta que as estruturas só podem ser colocadas como tal, no momento em que elas estão em movimento e em plena modificação, deixando de lado um certo tipo de misticismo sociológico que denota a determinação das estruturas. As estruturas são estruturadas e estruturantes, e é isto o que acontece a cada momento de ocupação que a Concha Acústica da UFPE vivencia. Um mosaico de trocas que visa desenvolver o local e as necessidades dos coletivos envolvidos, mas que ao mesmo tempo estão inconformados e vislumbram um cenário muito mais inclusivo para os espaços públicos e para o mercado da cultura como um todo.

Referências

- COHEN, I. Teoria da estruturação e práxis social. In: Anthony. Giddens e Jonathan Turner (orgs.) *Teoria Social Hoje*, 1^a edição, São Paulo: UNESP, 1999.
- DOMINGUES, J. M. *Teorias sociológicas no século XX*. 3^a edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FILHO, I. F. F.; LUNA, C. E. F. et al. *Coralizando: um guia de colaboração para a economia criativa*. Disponível: <<http://corais.org/colabor>>, 2014>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 1^a edição, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JATOBÁ, P. H. *Desenvolvimento de Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Gestão Colaborativa: Casos de Cultura Solidária na Economia Criativa*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. 202 p., 2014.
- LUNA, C. E. F.; CABRAL, T. S.; MORAES, J. G. de. *A Nova Configuração da Indústria da Cultura e o Papel dos Agentes na Gestão de Carreiras e Políticas Para a Cultura*. IV Encontro Nacional da Ulepicc – Brasil. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://ulepiccbrasil4.com.br/anais/pdf/gt4/LUNA,_CABRAL,_MORAIS_a_nova_configuracao_da_industria_da_cultura_e_o_papel_dos_agentes_na_gestao_de_carreiras_e_politicas_para_a_cultura.pdf. Acessado em: 28 de agosto de 2014.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1^a edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TORRES, A. L. *A tecnoutopia do software livre: uma história do projeto técnico e político do GNU*. Dissertação de Mestrado para o curso de História da Ciência e das Técnicas, Universidade de São Paulo, 2013.

■……… **Carlos Eduardo Falcão Luna** é bacharel em Ciências Sociais pela UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) e desempenha as atividades de articulação, comunicação, produção cultural e gestão de projetos no coletivo Tear Audiovisual. Desempenha também atividades ligadas ao movimento #ConchaAtiva junto a Produtora Colaborativa.pe e demais coletivos, telecentros, pontos de cultura, TV's e Rádios Comunitárias inseridas na rede. Prestou serviços de pesquisa social para a Igreja Presbiteriana do Pina (Recife/PE) e Noar Linhas Aéreas. Participou do grupo de pesquisa em economia solidária na UFRPE, foi monitor no projeto de extensão Arte e Linguagem na Zona da Mata Sul de Pernambuco e é extensionista da Ciranda Filosófica, projeto ligado à pós-graduação em direitos humanos da UFPE.

■……… **Isaac “yzak” Filho** é licenciado em Ciências Sociais (UFPE) e pesquisador independente em tecnologias livres. Atualmente é técnico em inclusão digital no Centro de Recondicionamento de Computadores do Recife trabalhando com telecentros comunitários e conteúdos de formação em tecnologias livres. É idealizador do Coletivo Marista de Tecnologias Livres. É colaborador da rede PE Livre, rede MetaReciclagem, coletivo TearAudiovisual e Oxe HackLab. Coordena oficinas sobre tecnologias livres, metareciclagem e desconstrução de tecnologia.

Criatividade e resistência em Luther Blissett: o nome múltiplo como tática antimidiática⁴⁹

.....Dairan Mathias Paul

Introdução

Em 2014, Luther Blissett (L. B.) completa 20 anos desde a sua primeira utilização. Nascido em Bolonha, na Itália, o “Projeto Luther Blissett” dura de 1994 até 1999, ano em que o grupo que originou o Projeto realiza uma espécie de suicídio simbólico, renunciando o nome e formando o coletivo de escritores Wu Ming Foundation. Estes, por sua vez, lançam romances de cunho histórico e passam a travar uma luta contra os direitos autorais.

O artigo foca-se na primeira fase do Projeto⁵⁰, pois é nesse período que se forma o nome múltiplo Luther Blissett, junto com a ideia de utilizá-lo para criar situações abertas. A identidade de L. B., portanto, era inclassificável, uma vez que qualquer pessoa poderia ser um Blissett, bastando nomear-se como tal. É assim que nascem ações de ativistas Italianos sob a sua alcunha: histórias falsas foram criadas, geralmente tendo o nome de Blissett como protagonista, e posteriormente noticiadas, escancarando o jornalismo frágil praticado pela mídia da época.

Em um primeiro momento, contextualizaremos o nascimento de L. B. nos Centros Sociais Italianos no início da década de 1990. Após, vamos considerar as influências artísticas que permeiam a criação dos nomes múltiplos. Por fim, analisamos duas peças criadas por Blissett contra um programa de TV Italiano e um jornal da época.

49 Este artigo é baseado na monografia do autor (PAUL, 2013), orientado pela professora Aline Roes Dalmolin.

50 Roberto Bui, um dos idealizadores do Projeto, explica a diferença entre o nome Luther Blissett e o Projeto Luther Blissett: “o Projeto era a *network* original, a *network* das pessoas que começaram a usar o nome no meio dos 90. Enquanto, por exemplo, as pessoas que usam o nome Luther Blissett agora não são parte do Projeto Luther Blissett, elas simplesmente são Luther Blissett. O Projeto Luther Blissett era uma das possíveis organizações de Luther Blissett. De qualquer maneira, o Projeto Luther Blissett estava planejado para terminar em 1999. Era uma paródia, uma caricatura da economia soviética, com os planos de cinco anos. E também porque cinco anos era tempo suficiente para se conseguir resultados, conquistas concretas, e não era tempo demais” (SALVATTI, 2002, s/p).

Dos Centros Sociais às *networks*

O Projeto Luther Blissett nasce nos *Centri Sociali Ocupati e Autogestiti* (CSOA ou simplesmente Centros Sociais), resquícios do movimento de 77 que desenvolvem as ideias pós-movimento Operaísta. Estes espaços de movimentações políticas e culturais desenvolveram-se ao longo de uma série de ocupações ilegais em propriedades públicas abandonadas, com hospitais, escolas e fábricas. Segundo estimativas de Klein (2001), há 150 Centros Sociais na Itália, sendo o maior e mais antigo situado em Milão, o *Leoncavallo*. Os CSOA eram compostos sobretudo por jovens e ativistas de esquerda que promoviam eventos culturais e políticos – daí a sua referência como *spazi Liberati* (espaços livres), uma espécie de quartel-general para um novo movimento de oposição que crescia no país.

Duas características próprias desses Centros eram a autogestão e o auto-financiamento. As construções ocupadas (chamadas de *squats*) eram dirigidas por uma comissão de gestão (os *comitati di gestione*) sem lideranças ou delegados, composto por pessoas envolvidas na ocupação. Decisões são tomadas através de assembleias, onde todos participantes tinham direitos iguais em qualquer discussão. Estas, por sua vez, aconteciam uma vez por semana, como forma de dividir informações e coordenar a extensa lista de atividades dos CSOA, que iam desde shows de bandas *underground* até projeção de filmes e oficinas de *workshop*. Todas eram financiadas pelos participantes, sendo que alguns eventos tinham o intuito único de arrecadar orçamento para a realização de projetos específicos – eram as *iniziative di auto-finanziamento*, iniciativas de autofinanciamento.

Uma observação de Klein (2001, s/p) relaciona os Centros Sociais a esferas políticas paralelas. Isto porque os CSOA Italianos, “mais do que tentar ganhar poder estatal, provêm serviços estatais alternativos – como creches e advocacy para refugiados – ao mesmo tempo em que confrontam o estado através da ação direta”. Lembramos que o contexto em questão refere-se ao biopoder, que se alarga para toda a vida social do cidadão, moldando papéis sociais e noções de identidade. Nesse sentido, o desafio dos Centros Sociais é criar uma identidade autônoma e subversiva que confronte o poder metropolitano – porque o poder se reproduz “através das relações sociais e dos modos com que as pessoas experimentam o tempo e o espaço da cidade” (CAPORALE, 2006, p. 5, tradução nossa). Sendo assim, os CSOA, por meio de ferramentas da autogestão e produção independente, promovem usos alternativos de espaços e ressignificam locais onde a vida social se reproduz.

O Projeto Luther Blissett origina-se a partir desse meio. Para compreendermos melhor seu nascimento, levaremos em conta duas ressalvas pontuadas por

Deseriis: a peculiaridade da situação sócio-política Italiana no começo da década de 1990 e a emergência da Internet como meio de comunicação de massa.

A Itália dos anos 1980, bem como uma série de outros países, sofreu a influência da política neoliberal – ainda que o país estivesse no comando do primeiro-ministro Bettino Craxi, de centro-esquerda. Após uma série de revoltas na década de 1970, Fiat volta a ser controle sobre seus trabalhadores. Nesse sentido, a turbinada no desenvolvimento econômico Italiano ocorre paralelamente a um processo de corrupção que assola todo o país.

No contexto mundial, a queda do “socialismo real” acaba por deslegitimar um sistema baseado na oposição entre regimes democráticos e comunidade. Sendo assim, a política pós-guerra da Itália amparava-se nessa separação: havia a Democracia Cristã, de direita, e o Partido Comunista, de esquerda. Com a derrocada do socialismo russo, expõem-se as “fragilidades do sistema partidário” (MORO, 2004, p. 57) e uma série de acusações de corrupção vem à tona sob o nome “Operação Mão Limpas” (*Mani Pulite*), expedindo 2.993 mandados de prisão devido ao pagamento de propina para a concessão de diversos contratos públicos. Ao total, 6.059 pessoas estavam sob investigação, entre empresários, administradores locais, parlamentares e primeiros-ministros. Dez suspeitos cometeram suicídio.

A operação *Mani Pulite*, dadas as suas limitações (Silvio Berlusconi, por exemplo, foi primeiro-ministro até 2011, apesar de ser um dos investigados), consegue frear o avanço crescente da corrupção no país. Neste contexto, é importante percebermos a descrença política que abate a Itália, somado ainda a uma série de dívidas públicas e um mercado estagnado que exclui a geração mais jovem (DESERIIS, 2010). É assim que os Centros Sociais aparecem como uma oportunidade para que estudantes possam praticar suas habilidades com as novas tecnologias midiáticas que surgem, bem como se reunir para organizações políticas e também prover serviços sociais autofinanciados. Contribui para a vontade de realizar experimentos midiáticos uma certa insatisfação com a imprensa da época, já que, segundo Garcia (2011, p. 119), não há, na Itália, “uma distinção entre imprensa de qualidade e imprensa ‘popular’ do tipo sensacionalista, entre ‘broadsheet’ e tabloide”. Essa mistura, para Stalder (2000, s/p), seria característica do próprio país, uma vez que “eventos peculiares da história Italiana embaraçaram a distinção entre ‘cultura séria’ e ‘cultura popular’ muito antes do pós-modernismo e sua cultura de pastiche tornarem-se conversa de intelectuais”.

A utilização de novas mídias nos Centros Sociais nos leva ao segundo ponto proposto por Deseriis (2010). O contexto da década de 1990 é marcado pela

difusão em massa dos primeiros celulares e também da Internet, assim como o decréscimo no custo de aparelhos eletrônicos, aproximando a produção amadora da profissional. É assim que muitos integrantes do Projeto Luther Blissett – originalmente universitários de Roma, Viterbo e Bolonha dos cursos de comunicação, sociologia, artes, literatura e filosofia – tornam-se “profissionais da mídia” (DESERIIS, 2010). Poucos já são jornalistas formados, de modo que a produção é eminentemente amadora.

Ao adquirir câmeras digitais e celulares, os integrantes dos Centros Sociais montam uma infraestrutura independente de comunicação baseada nos princípios da autoprodução e autodistribuição de vídeos, textos críticos e músicas – especialmente hip hop, punk/hardcore e bandas de reggae. Também contribui para esse crescimento a criação da Cybernet, uma *network eletrônica* que abrigava cerca de 30 BBS (*Bulletin Board Systems*). O BBS era um *software* que funcionava como um provedor, ao ser configurado no computador e, em seguida, ligado a uma rede telefônica através do modem. Era uma espécie de forma embrionária da Internet e, entre suas principais funções, a mais útil para os CSOA Itálicos era a troca de mensagem entre seus membros.

Por fim, consideramos também a estética dos Centros Sociais. Segundo Caporale (2006), os CSOA reelaboraram o conceito caótico do *punk* aliado a uma tecnologia de guerrilha provinda dos *hackers*. Ao mesmo tempo, eles também desenvolvem uma série de novas estéticas e performances, bebendo na fonte de movimentos *avant-garde* do último século que se preocupavam em abolir a separação entre “alta” e “baixa” cultura. Essas práticas artísticas podem ser aproximadas de Blissett se as pensarmos em termos de *network*, da forma com que são organizadas. *Networks* são redes de difusão, de relacionamento. Um exemplo são os *Bulletin Board Systems* citados anteriormente, ou seja, as formas embrionárias de Internet nos CSOA. Portanto, dentro da cultura dos BBS, um *networker* seria “qualquer pessoa capaz de gerar áreas de discussão e compartilhamento sem censura (ao menos, aparentemente)” (BAZZICHELLI, 2010, p. 70, tradução nossa). Em suma, a rede funciona como uma ferramenta para compartilhar experiências e conhecimentos, tendo importância crucial na organização de coletivos.

Bazzichelli (2010) analisa Blissett à luz do conceito de *network*, mas adicionando a ele uma dimensão artística. Desse modo, as *networks* seriam práticas de arte com um viés crítico no imaginário político. São justamente essas experimentações nos anos 1980 e 1990 que darão origem às atuais redes sociais da Internet. Segundo a autora, práticas *avant-garde* de arte, como a *mail art*, o Neoísmo e o Projeto Luther Blissett foram um prelúdio da estrutura das platafor-

mas Web 2.0 – ou seja, aquelas que se baseiam no conhecimento compartilhado, tais quais as comunidades *wiki*. Desse modo, entendemos que as *networks* citadas não são determinadas primordialmente pela tecnologia, mas pela “criação de plataformas de compartilhamento e de contextos de troca entre indivíduos e grupos” (BAZZICHELLI, 2010, p. 68, tradução nossa), o que torna possível a definição de *networking* como “uma prática de criar *nets* (redes) de relações e como uma estratégia cultural que objetiva gerar conhecimento compartilhado (...)” (BAZZICHELLI, 2010, p. 68, tradução nossa).

As outras duas *networks* citadas pela autora – o Neoísmo e a *mail art* – possuem uma série de características em comum com Blissett. Elas incluem: 1) sua criação assentada em movimentos de grupos⁵¹; 2) o objetivo de redefinir o conceito de arte através de intervenções coletivas; 3) oposição a uma identidade rígida; 4) a substituição da “alta arte” através de práticas cotidianas que se utilizam da ironia; 5) a difusão de uma filosofia compartilhada que questione a instituição midiática e o sistema de artes, evidenciando suas falhas e vulnerabilidades ou colocando-as em crise. Ademais, Deseriis (2010) também identifica na *mail art* e no Neoísmo importantes influências estéticas no Projeto Luther Blissett, tendo, inclusive, participantes em comum nos grupos. Traçaremos um breve panorama sobre essas duas *networks*, a fim de identificarmos as semelhanças com Blissett.

A *mail art*, ou arte de correio, nasceu ao longo da década de 1960 e é considerada a mãe das *networks* (BAZZICHELLI, 2008). Seu fundador é Ray Johnson (HOME, 1999; DESERIIIS, 2010), artista que enviava por correio os seus trabalhos (desenhos e mensagens carimbadas) a uma lista fixa de amigos. A *mail art* chega a ser denominada de “*network eterna*” pelo artista e sociólogo francês Robert Filliou devido à circulação de suas mensagens e também pelo seu mote principal – as relações. Isto porque ela enfatiza o aspecto do “presente”, uma vez que a arte é postada pelo correio e enviada a alguém. Dessa forma, criam-se relacionamentos espontâneos que se tornam centrais, posteriormente, para o entendimento da *network*. É nesse sentido que Bazzichelli (2008) se refere à *mail art* como ainda viva nos dias de hoje, se pensarmos nela como um mecanismo de relacionamento em nossa vida cotidiana.

Diversos “trabalhadores culturais”, conforme denomina Home (1999), constituíam a rede de *mail art*. Através do correio, com baixo custo, trocavam

51 A autora fala em “*grassroots networking structure*” (BAZZICHELLI, 2010, p. 70). *Grassroots* é um termo sem tradução no português e refere-se a movimentos populares, de grupos ou comunidades, com uma causa em comum. No caso de Blissett, sua origem remonta aos Centros Sociais italianos, conforme vimos anteriormente.

anotações, ideias, fotografias e notícias. Já nos anos 1970, pequenas listas de interessados nessas trocas cresciam, de modo que, progressivamente, milhares de indivíduos – da América do Norte, da Europa, do Japão – passaram a se engajar nessa “nova forma cultural” (HOME, 1999, p. 113) de distribuição de arte.

É dentro da *mail art* que proliferam os usos dos nomes múltiplos. Embora a primeira utilização não tenha ocorrido nesse meio, foi o nascimento de Monty Cantsin por Al Ackerman e David Zack, dois *mail artists*, que popularizou a ideia de criar personalidades compartilhadas.

A criação de Cantsin guarda algumas similaridades com Blissett, como, por exemplo, o desejo de torná-lo famoso. Essa compreensão de Blissett como um mito pop, de modo a utilizar lendas urbanas e estratégias publicitárias para construir uma reputação e inseri-lo na cultura pop é definida como mitopose. Tal narrativa aberta a todos se baseia “no maior número possível de ‘retoques’ e intervenções subjetivas” (BLISSETT, 2001, p. 17).

A estrutura (tanto de Blissett como de Cantsin) funciona como uma *network* por seguir dois princípios (BAZZICHELLI, 2010): 1) o de abertura (*openness*, situações abertas), em que os processos de decisão que levam às ações dos nomes múltiplos são feitos coletivamente e não por uma autoridade central; e 2) o faça-você-mesmo (*do-it-yourself* ou DIY), a atitude de criar e construir de forma independente. O segundo termo é emprestado do movimento *punk* nos anos 1970, tido como uma forte subcultura *underground*.

Monty Cantsin, portanto, foi um nome múltiplo criado por *mail artists*, nascido nesse “meio” e espalhado principalmente por Montreal, no Canadá, e Baltimore, nos Estados Unidos. Cantsin foi também, simbolicamente, o “fundador” do Neoísmo (BAZZICHELLI, 2008). Isto porque, segundo Home (1999), esse movimento surge quando Istvan Kantor tem contato com o conceito de Monty Cantsin em 1978, e passa a desenvolvê-lo na sua volta à Montreal. Desde então, a *mail art* serve como canal de propaganda do Neoísmo, difundindo-o pela América, Europa e Austrália (BAZZICHELLI, 2010; 2008).

Luther Blissett, operário da arte: estética neoísta e psicogeografia

O Neoísmo – cujo nome é uma brincadeira com as vanguardas artísticas, juntando o prefixo *neo* com o sufixo *ismo* – passa a ser conhecido principalmente pelos textos de Stewart Home⁵², mesmo que eles estivessem muito relacionados à

52 Home é um autor britânico que participou do Neoísmo durante certo tempo, até romper com o movimento. Em 1994, funda a Aliança Neoísta, uma *network* constituída somente por ele. Foi através da Aliança que o autor colaborou com o Projeto Luther Blissett, escrevendo textos sobre

sua experiência pessoal com o movimento, de acordo com outros Neoístas (BAZZICHELLI, 2008). Desse modo, não há exatamente uma definição ou história linear do movimento artístico.

Em entrevista, Home (2004), explica que o Neoísmo era propagado para as pessoas através da *mail art*, como já citamos, mas também por amigos que divulgavam os chamados Festivais de Apartamento – ou seja, “eventos em que artistas sem público se juntavam e faziam performances uns para os outros” (HOME, 2004, p. 74), acontecendo, geralmente, na casa das próprias pessoas, com duração de uma semana. Apesar das performances e conferências, o objetivo principal, segundo Bazzichelli (2008), era simplesmente criar encontros pessoais entre os colaboradores neoístas. O cunho desses eventos, portanto, refere-se mais à celebração do que à performance em si.

Temos então que uma das características centrais da estética neoísta é a adoção de pseudônimos coletivos: além de Monty Cantsin, existiram outros, como Karen Eliot – frequentemente utilizado por Stewart Home –, Coleman Healy e tENTATIVELY a cONVENIENCE. No entanto, outro elemento a ser destacado é a importância do plágio, reelaborado a partir do *détournement* situacionista e entendido como uma “forma de atacar a propriedade privada” (HOME, 2004, p. 47). Stewart Home, após se afastar do Neoísmo e fundar a sua própria *network*, – a Aliança Neoísta – junta-se a Graham Hardwood e cria os Festivais do Plágio, realizando sua primeira edição em Londres, no ano de 1988. Estes eventos eram derivados dos Festivais de Apartamento, do Neoísmo, com a diferença de que, nos últimos, o plágio era apenas um elemento da discussão – nos festivais da Aliança Neoísta, eles são o tema principal. Discutiam-se questões como autoria e originalidade.

Tais tópicos serão evidenciados com maior ênfase no Wu Ming Foundation, o coletivo de escritores que sucede Luther Blissett e trata exclusivamente de temas como direitos autorais. No entanto, o debate dessas ideias já era caro à L. B., como podemos atestar no seguinte trecho: “é evidente que toda a produção textual (...) outra coisa não é, nem pode ser, do que o produto de cruzamentos

o Neoísmo e participando de *pranks*, como o que foi feito contra o programa Quem o Viu?. A respeito de Blissett, Home (2004, p. 77) destaca: “eu comecei a escrever como Luther Blissett enquanto articulava uma crítica do anarquismo. Isso significa que Luther Blissett conseguiu uma reputação bizarra na Inglaterra, onde estava mais associado à ultra-esquerda metaleira do que com a subcultura do punk rock, como aconteceu no resto da Europa. Eu também estive envolvido na tradução inglesa da crítica da facção debordista da Internacional Situacionista, Guy Debord Está Realmente Morto. Assim, para nós da Inglaterra, Luther Blissett tinha uma íntima relação com o processo de refazer a passagem entre teoria e prática”.

intertextuais, de sínteses entre produtos culturais diferentes (...) e que não podemos mais pretender ser ‘autores’ de nada, exatamente porque somos autores de tudo” (BLISSETT, 2001, p. 70). A ideia por trás da linha de raciocínio expressa por L. B. relaciona-se com a renúncia do nome próprio, da identidade – em outras palavras, a formação de um nome múltiplo. Mas há uma diferença entre ele e o plágio, conforme sublinha Nimus (2006, p. 33), pois o último ainda pode ser entendido como uma forma de arte, ao passo que o nome múltiplo infere justamente que “não existem ‘gênios’, e, por isso, não existem ‘proprietários legítimos’, existe apenas troca, reutilização e aperfeiçoamento de ideias”.

Nesse sentido, a crítica do nome múltiplo, no contexto de fala da autora, refere-se ao universo artístico – mas não seria exagero estendermos essa compreensão ao jornalismo. A ideia de que “não há gênios” serve como metáfora para uma crítica ao monopólio da fala por jornalistas e pessoas especializadas, legitimadas a adentrar o universo midiático – uma questão cara à Blissett e que será retomado em suas críticas.

Outra contribuição neoísta e que também provém do situacionismo é a psicogeografia. Essa técnica foi esboçada primeiramente nos anos 1950 pelos Letristas, que viam na arquitetura uma ferramenta para a transformação da vida. Para tanto, os situacionistas modificavam os mapas das cidades traçando novas rotas através de uma técnica exploratória chamada deriva, cuja origem remonta ao *flâneur* e às deambulações surrealistas. Debord (2007) explica que esse método consistia em vagar livremente pela cidade, guiando-se por caminhos desconhecidos e refletindo sobre os usos do seu espaço social. Pretende-se comprehendê-la de maneira diferente e quebrar “seus códigos de relacionamento impostos pelos mecanismos de controle” (RICARDO, 2012, p. 73).

Ao longo dos anos 1980, a psicogeografia será renovada pela Associação Psicogeográfica de Londres⁵³ (APL), que tinha membros em comum com o Projeto Luther Blissett, como, por exemplo, Stewart Home. A APL atualiza a versão

53 A Associação Psicogeográfica de Londres (APL) foi uma invenção de Ralph Rumney durante a conferência que formou a Internacional Situacionista, a partir da unificação de duas vanguardas (Internacional Letrista e Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista). O nome foi inventado durante a própria convenção para aumentar o internacionalismo do evento, escreve Home (1999, p. 52), já que Rumney seria o único inglês no local. No entanto, a APL, com a dissolução da IS, passa a ter vida própria e ganha força especialmente a partir dos anos 1990, tendo como principal membro o próprio Stewart Home. Uma vez que este também participava do Projeto Luther Blissett, podemos entender que as influências da psicogeografia no nome múltiplo partem do teórico e ativista inglês.

situacionista da deriva, adicionando outro componente: a transmissão ao vivo de informações através de radiodifusão e telefones (DESERIIS, 2010).

Podemos exemplificar isso através da Rádio Blissett, um veículo comunitário de Bolonha em que todos os redatores se chamavam Luther Blissett “e utilizavam a primeira pessoa do singular para se referir, sem distinção, às façanhas próprias e às dos outros, o que chamou a atenção também da imprensa nacional” (BLISSETT, 2001, p. 36). A rádio transmitia ao vivo o “patrulhamento” de diversos Blissetts que colocavam a deriva em prática andando a pé e contatando o estúdio através de cabines telefônicas. Os ouvintes também poderiam ligar para o programa e direcionar o que a patrulha deveria fazer, e em qual local.

A experiência deu certo e foi levada até Roma, onde, devido ao tamanho da cidade, foi necessário o uso simultâneo de celulares e carros patrulheiros pelos Blissetts na rua (DESERIIS, 2010). Em um caso específico do dia 17 de junho de 1995, dezenas de Blissetts (artistas e *performers*) entraram em um ônibus noturno carregando confetes, bebidas e sons portáteis. Uma verdadeira festa *rave* móvel foi armada e transmitida ao vivo pela Rádio Blissett através das pessoas que realizavam a cobertura por celular. O acontecimento dura até a polícia bloquear a passagem e obrigar os participantes a descerem do ônibus. Eles discutem com os policiais e um deles chega a disparar tiros para o alto, que são ouvidos por milhares de pessoas devido à transmissão pela Rádio Blissett⁵⁴. Devido às discussões, 18 pessoas são detidas. Quatro acabam sendo processadas por desacato à autoridade e só serão absolvidas em 2002 (WU MING FOUNDATION, 2008).

Posteriormente, a história obteve ampla divulgação e possibilitou o reconhecimento de Blissett como um coletivo de resistência oriundo dos centros sociais. A *performance* ficou conhecida como Ônibus Neoísta, e a referência ao movimento artístico não foi feita à toa, uma vez que certas características dele são evidentes, como a ênfase no humor. Esse tipo de resistência “divertida” cria zonas de liberação cuja essência “é a intensificação da existência compartilhada por uma multidão de singularidades” (OLIVEIRA, 2006, p. 118). A *rave*, especificamente, tem por característica principal a fugacidade e a intensidade radical. “Viver para festejar implica uma forma própria de estar no mundo que não se coaduna com empregos formais, em que o foco está no horário de trabalho e não no horário reservado ao lazer” (OLIVEIRA, 2006, p. 119).

54 Um trecho de áudio com os tiros dos policiais pode ser escutado no site oficial da Wu Ming Foundation, em <<http://www.wumingfoundation.com/bus17061995.mp3>>. Acesso em: 31 ago 2014.

Estes momentos de fuga da realidade são uma tática relacionada por Oliveira (2006) às Zonas Autônomas Temporárias (conhecidas como TAZ – *Temporary Autonomous Zone*), conceito desenvolvido pelo teórico libertário Hakim Bey em fins dos anos 1980 e amplamente difundido no meio *underground*. Consiste em zonas de libertação que necessitam de um meio concreto para existir, valendo-se de um constante processo de reterritorialização. Elas prescindem da mediação, uma vez que desejam “experimentar a existência de forma imediata” (BEY, 2011, p. 34). Se compararmos com Blissett, podemos entender que este *explora* a mediação – sendo que ela se refere aos jornalistas, onde a própria instituição midiática pode ser vista como TAZ, uma zona de experimentação.

Dentro desse contexto, Oliveira (2006, p. 45) classifica a TAZ como uma forma de resistência frente ao biopoder, uma vez que “a desordem não prevista, a indisciplina dos corpos, abala as estruturas da sociedade de controle”. Nesse sentido, também podemos considerar a ação de Blissett como resistência – um ativismo, ainda que não no sentido clássico do termo, já que ele não representa a figura de uma pessoa. Como o próprio se define, “L. B. é apenas um nome, uma marca adotada por centenas de pessoas que muitas vezes sequer se conhecem ou se comunicam uma com as outras. L. B. não é um grupo ou um movimento, mas um *pop star coletivo*” (BLISSETT, 2003, p. 93). A diferença no protesto de Blissett em relação a outros é que este não se dá diretamente contra o sistema, porque “ele/ela trabalha dentro da mídia de massa, produzindo notícias falsas, lendas urbanas e tentando colocar em curto-círcuito as contradições internas do espetáculo”.

Dessa forma, concordamos com a caracterização de Oliveira (2006) em relação às resistências: ao passo que os zapatistas, por exemplo, confrontam o sistema de forma direta, temos também resistências que se situam em uma esfera paralela, como as *raves*, os CSOA, a criação das TAZ. Blissett é resistência *híbrida*: há confronto indireto com o sistema, pois se dá *dentro* dele, e há criação de esferas paralelas *fora* dele, como no caso do Ônibus Neoísta. Há a influência do movimento operaista dos anos 1970, através da colaboração entre trabalhadores imateriais e a utilização dos meios de comunicação. Mas há também as vanguardas artísticas, que buscam experimentos e derrubam a seriedade da militância política. Luther Blissett, portanto, é um operário da arte.

As narrativas falsas de Luther Blissett: táticas antimidiáticas contra o biopoder

Neste item, traremos dois *pranks* efetuados por Blissett e caracterizaremos suas ações como oriundas da mídia tática, em oposição à mídia alternativa.

O conceito de *prank* (trote) é utilizado por Salvatti (2010) como um golpe que rompe ordens autoritárias e hierárquicas, sendo dotado de aspectos artísticos, políticos e humorísticos.

Cada peça será analisada a partir de duas dimensões⁵⁵ propostas por Mazetti (2008a) a fim de diferenciar a mídia tática da alternativa. Os relatos utilizados na análise estão disponíveis no *site* do Projeto Luther Blissett e foram traduzidos⁵⁶. De acordo com as dimensões de Mazetti (2008a), os *pranks* analisados serão: 1) prostituta soropositiva (dimensão espaço-temporal e midiática); 2) *Quem o Viu?* (dimensão discursiva e política).

Na primeira ação, Luther Blissett envia uma carta para o jornal *Il Resto del Carlino*, “o tabloide mais popular da Bolonha” (DESERIIS, 2010, p. 85). No relato da peça, L. B. explica que o ataque foi feito contra um jornal de direita que continha discursos racistas e homofóbicos contra gays, prostitutas africanas e transexuais (BLISSETT, 1995).

A fim de ridicularizá-lo, Blissett cria uma história fantasiosa de uma prostituta soropositiva que contamina seus clientes furando camisinhas. A ideia é disseminar uma onda de pânico moral e observar até que ponto a mídia pode contribuir na profusão do medo, especulando a respeito do fato sem checá-lo.

No dia 19 de outubro de 1995, *Il Resto* publica a carta⁵⁷ enviada por Blissett passando-se pela prostituta com o seguinte título: “Carta alarmante para o nosso jornal. Começam as investigações oficiais”. A matéria enfatiza que o conselho editorial do jornal normalmente recusa cartas anônimas, mas decidiu publicar esta devido ao seu conteúdo chocante. O texto ainda adiciona que a notícia será publicada “sem nenhum comentário, pois não é nosso dever verificar a verdade. Antes, é dentro da competência da polícia, para o qual nós já entregamos a carta original” (BLISSETT, 1995, s/p) e que, se a história for verdadeira, a autora da carta é uma “disseminadora de pragas” consciente. Por fim, matéria consulta a

55 A categoria “espaço-temporal” é originalmente denominada por Mazetti de “perspectivas derivadas de Certeau”. A modificação foi apenas estilística. Já a dimensão discursiva chamava-se “entre o moderno e o pós-moderno”, mas, ainda que o autor não aprofunde um debate entre esses dois momentos históricos, preferimos trocar o nome da categoria para evitarmos possíveis equívocos.

56 Site do Projeto: <<http://www.lutherblissett.net/>>. Acesso em 31 ago 2014. Para mais detalhes das traduções dos relatos, ver PAUL (2013).

57 Disponível na íntegra em:<http://www.lutherblissett.net/archive/110_en.html>. Acesso em 31 ago 2014.

opinião de três especialistas: um grafologista, que observa os traços de escrita no texto e analisa a personalidade do indivíduo, um psicólogo e um imunologista.

No dia seguinte, Blissett critica essa escolha em um comunicado à imprensa: “nenhum desses ‘especialistas’ pode entender alguma coisa, mas não se esqueça que eles têm uma graduação e uma reputação!” (BLISSETT, 1995, s/p). Ele também comenta o discurso do jornal contra prostitutas, transexuais e soropositivos e diz que o veículo publicaria qualquer notícia referente a estes temas a fim de difamá-los. Por fim, Blissett (1995, s/p) destaca que “qualquer um pode inventar o próximo furo do *Carlino*”, bastando ler um livro de grafologia, fazer certos erros de digitação e criar situações cotidianas banais.

Para analisarmos a dimensão midiática do *prank*, elucidamos três pontos de Mazetti (2008a): as competências, a relação com os meios e a relação com a mídia convencional. A mídia tática preza pela experimentação, herança provida de movimentos artísticos como o Neoísmo e o Dadaísmo. É por isso que, diferentemente da alternativa, a tática não se preocupa com a eficiência de suas ações. Daí também deriva a crítica à fala especializada, questionando *quem* pode fazer o quê, de modo a valorizar e incentivar a produção amadora.

No caso de Blissett, tais características são observadas na sua origem, os Centros Sociais. Isto porque o Projeto Luther Blissett não é formado somente por profissionais formados, mas estudantes de Sociologia, Artes, Filosofia e Comunicação. A facilidade em adquirir novas mídias – câmeras de vídeo, softwares de edição –, graças à difusão de aparelhos eletrônicos nos anos 1990, quebra a barreira entre produções amadoras e profissionais, possibilitando que os membros do Projeto pudessem executar suas ações.

A mídia alternativa tende a se profissionalizar a fim de angariar credibilidade perante seu público, valorizando a eficiência do seu conteúdo e prezando por um padrão de qualidade – os “pré-requisitos para a participação no universo midiático – da expressão corporal frente a uma câmera de vídeo ao domínio da técnica do *lead* no jornalismo, por exemplo.” (MAZETTI, 2008a, p. 31) A sua posição em relação à mídia convencional é reativa (*idem*, p. 84), pois ela busca “oferecer um modelo ‘melhor’” no seu conteúdo, o que denota uma visão instrumental dos meios de comunicação.

Tal preocupação não perpassa a mídia tática, pelo fato de que ela enfatiza a forma em detrimento do conteúdo de sua mensagem. Sua relação com as mídias é reflexiva, pois questiona e implanta dúvidas quanto aos seus usos. A tática não pretende se consolidar como uma alternativa em relação à hegemônica, justamen-

te por se colocar fora da disputa de conteúdos entre mídia alternativa vs. mídia hegemônica.

Vimos que a motivação inicial para a realização do *prank* foram os discursos preconceituosos de *Il Resto*. Para contornar essa situação, L. B. não se foca no conteúdo. Uma mídia alternativa poderia escrever matérias que denunciam falhas na cobertura feita pelo periódico contra as prostitutas ou enviar cartas reivindicando as matérias preconceituosas. No entanto, o comunicado de Blissett não diz como se deve tratar a cobertura de casos de pânico moral. Pelo contrário: deixa que a mídia aja por si mesma e assuma a importância de um conteúdo sem checá-lo, chamando a fala de especialistas. A revelação da farsa ridiculariza a matéria e o próprio jornal, tornando absurdas as análises dos especialistas – o que leva ao questionamento de quem pode adentrar no universo midiático. Nesse sentido, o *prank* parece querer demonstrar o quanto fácil é ludibriar os jornalistas do *Carlino* – “qualquer um pode construir o furo de amanhã”, lembra Blissett (1995, s/p). Sua relação com a mídia é exploratória, pois valoriza os aspectos que constroem e dão significados à notícia.

Quanto à dimensão política do *prank*, ainda levando em consideração o contexto da peça, podemos classificá-la como uma ação de antipoder – pois ele é uma mudança circunscrita na esfera cultural, nas relações cotidianas e no desenvolvimento de uma nova potência de vida, de forma que “anule todas as formas de autoritarismo e ative a participação”. Um antipoder que não almeja qualquer forma de poder. Aplicado à Blissett, essa relação estende-se aos meios de comunicação e aos seus regimes de verdade que são *esvaziados* e não *substituídos* por outros – visto que não há uma busca por uma nova verdade e tampouco por outro poder.

A análise da relação de L. B. com o poder também se liga à sua ideologia. De acordo com Mazetti (2008a), a mídia tática é incerta quanto a esse aspecto: por vezes, sua postura ideológica não é clara, pois ela busca mais confundir do que denotar um ponto de vista explícito. Essa consideração é aplicável à Blissett, pois o *prank* da prostituta soropositiva não lança uma crítica formal que detalhe maneiras corretas de “como” cobrir alguma notícia relativa a minorias. No entanto, nos parece inegável que há uma postura ideológica pelo fato de que L. B. se opõe a determinadas práticas sensacionalistas, o que motiva seus *pranks*. A diferença é que estes aspectos podem ser apreendidos nos seus relatos ou comunicados posteriores à realização das peças, e não nas ações propriamente ditas. Entendemos que a finalidade das fraudes reside muito mais no seu processo de experimentar

narrativas coletivas e ridicularizar o regime de verdade da instituição midiática do que apresentar-se propriamente como uma alternativa a ela.

A mídia alternativa crê em uma ideologia que, geralmente, se opõe a de veículos mais tradicionais. É isso o que as legitima perante seu público, juntamente com seu logocentrismo, ou seja, a utilização de argumentos racionais baseados na racionalidade – o que não é o caso da mídia tática, que preza pelo humor. A mídia alternativa também deseja tomar o poder e alcançar o maior número possível de leitores, tornando suas ações universais. Já as de Blissett são localizadas – basta pensarmos que elas possuem veículos definidos, como a carta que é endereçada a *Il Resto del Carlino*.

O segundo *prank* foi aplicado contra o programa *Quem o Viu?* (*Chi l'ha visto?*, no original), um *reality show* que existe desde 1989 e é transmitido até os dias atuais pela Rai 3, canal pertencente à empresa estatal RAI. *Quem o Viu?* conta com a ajuda dos telespectadores que enviam informações à redação na busca de pessoas desaparecidas, de adolescentes que fogem de casa a pacientes fora do hospício. A crítica direcionada na peça é contra a vigilância ao estilo do panóptico foucaultiano. Conforme o próprio Blissett (2001, p. 45), “no programa *Quem o Viu?* celebra-se, de forma até aberta, uma das características do Poder: a capacidade de espionar qualquer um”.

Para a realização do *prank* foi inventado o personagem Harry Kipper, um artista britânico que recentemente visita a Itália e desaparece ao realizar uma performance. A fim de disseminar a história, um *release* via fax⁵⁸ é enviado no dia 3 de janeiro para a agência de notícias ANSA. No dia seguinte, jornais locais como *Il Messaggero Veneto* publicam o texto sem nenhuma mudança em relação à mensagem original. O *release* explica o sumiço do quando fazia um tour pela Europa de bicicleta, e que amigos próximos a Kipper contaram a sua intenção de viajar ligando diferentes cidades por uma linha imaginária a fim de formar a palavra “ART”. Harry teria conseguido traçar o “A” de Madri a Londres e Roma, e depois o R, através de Brussels, Bonn, Zurich, Geneva e Ancona. Seu desaparecimento ocorre quando estava prestes a completar a letra “T”. No fax ainda estava o contato de “artistas” próximos a Kipper, que o hospedaram durante sua viagem (ou seja, outros membros do Projeto Luther Blissett).

Dias depois, a equipe do programa contata o Blissett que enviou o fax e diz estar interessada em cobrir o caso. Os jornalistas do *reality show* apuram o caso e entrevistam os diversos “amigos de Kipper” (ou seja, Blissetts) que hos-

58 Texto disponível na íntegra: <http://www.lutherblissett.net/archive/030_en.html>. Acesso em: 31 ago 2014.

pedaram o artista em suas casas enquanto ele viajava. Uma das fontes sugere que Kipper estava até mesmo em Londres, no que a equipe viaja até lá e entrevista Stewart Home, outro Blissett. *Quem o Viu?* chega a filmar na cidade o que seria a “casa velha de Kipper”. No entanto, quando o programa estava prestes a ir ao ar, a farsa é descoberta pela equipe do *reality* devido a alguns boatos que davam conta do caso ser fictício. No entanto, o caso toma conta dos jornais, visto que um *release* do episódio de *Quem o Viu?* sobre Kipper já tinha sido enviado à imprensa semanas antes.

A dimensão discursiva deste *prank* será analisada a partir da produção de discursos com efeitos de verdade. Nesse sentido, a mídia tática opõe-se a essa prática por estimular ações de desinformação – isto porque ela questiona seu lugar de fala e não precisa se legitimar. Já a mídia alternativa, baseada em práticas jornalísticas, necessita dessa legitimação perante o seu público-leitor. Portanto, ampara-se em uma concepção de verdade.

Os regimes de verdade, como característica inerente a diferentes sociedades, vinculam-se ao exercício de poder e são transmitidos por aparelhos políticos e econômicos (FOUCAULT, 2007). No caso dos meios de comunicação, não se trata de um processo unilateral verticalizado, pois há um reconhecimento do receptor do discurso – o “contrato paradigmático fiduciário” (ALSINA, 2009, p. 48) entre mídia e público, onde o jornalista atua no esforço de angariar credibilidade. Os efeitos de verdade baseiam-se na convicção do leitor e funcionam quando o “direito à palavra” do jornalista é validado (CHARAUDEAU, 2012).

Dentre as estratégias para se construir um discurso credível ao público, constam técnicas jornalísticas, como a consulta a especialistas e a utilização de dados e aspas. Charaudeau (2012) enumera três procedimentos para se obter um efeito de autenticidade: a) designação identificadora, b) analogia e c) visualização. O primeiro consiste em mostrar as provas dos fatos, seja através de testemunhas ou documentos (como a transcrição da carta da prostituta soropositiva). A imagem, em especial, eleva o grau de realidade das provas. No caso da analogia, utiliza-se a reconstituição dos fatos quando estes não são possíveis de serem mostrados, com detalhamentos e comparações. Por fim, a visualização mostra o que é invisível a olho nu ou o que geralmente não é audível. Estes procedimentos acabam também por funcionar como um constante processo de autolegitimação do jornalismo.

O *prank* de *Quem o Viu?* é considerado por Blissett (1995) como a melhor prova do quão efetiva a tática do nome múltiplo pode ser, por demonstrar a eficácia da articulação em rede com os membros de Bolonha, Udine e Londres.

Ao percorrer as cidades atrás dos amigos de Kipper, *Quem o Viu?* recorre ao procedimento de designação do qual trata Charaudeau (2012). Isso inclui *testemunhas* (a entrevista com fontes) e a utilização, em especial, de *imagens* (a filmagem da antiga casa do artista, em Londres).

Por fim, tomando como base a dimensão espaço-temporal, entendemos que a mídia *tática* é assim denominada em oposição à mídia alternativa, que é *estratégica*. Esta, por sua vez, desenvolve-se em um centro de poder circunscrito em determinado lugar, pois necessita de um espaço próprio, isolado de outros, a fim de que nele se administrem relações exteriores com inimigos (CERTEAU, 2012). Mazetti (2008a) cita o jornal *Le Monde Diplomatique* como exemplo de mídia alternativa, mas esse modelo pode ser estendido a publicações do Brasil, como *Carta Capital* e *Caros Amigos*. Tais mídias são estratégicas por se valerem de um lugar de fala: o espaço do jornal são as próprias páginas do veículo. É por isso que elas atuam sob o seu tempo, de acordo com sua periodicidade, e não necessitam de oportunidades para emitir críticas.

Já a mídia tática tensiona o terreno inimigo na falta de um lugar para si e acaba dependendo de ocasiões. Joga com *insights*; atua em momentos de surpresa. É efêmera e oportuna – a “arte do fraco” (CERTEAU, 2012, p. 95), que “utiliza” o tempo, quando pode, a seu favor, por não ter sua total posse. Como consequência da falta de um lugar próprio, as táticas possuem grande potencial de mobilidade e invisibilidade.

No caso do *prank* descrito, ele existiu pois segue a lógica de um *reality show* que busca pessoas perdidas, sendo criado a partir dele. Portanto, utilizou o programa a seu favor, atuando no lugar do outro: o *prank* não existiria se não fosse a própria mídia a propagá-lo. Ele também é efêmero, uma vez que se refere a um episódio do programa, tendo um tempo próprio para que a peça terminasse.

Considerações finais

Mazetti (2008a, 2008b) pontua que a crítica feita pela mídia tática enquadra-se no que os pesquisadores franceses Cardon e Granjon denominam de crítica expressivista. Ela se dá em oposição à crítica contra-hegemônica, típica da mídia alternativa, que se preocupa com questões ideológicas e políticas dos meios de comunicação. Dentre as pautas dessa corrente, estão a denúncia da função propagandista da mídia tradicional, questionamentos acerca de alianças da imprensa com grandes corporações, perseguição das empresas jornalísticas ao lucro.

A crítica expressivista, por sua vez, encontra lugar nas ações de Blissett, e rechaça o monopólio da fala por especialistas ou profissionais. Sua abordagem

quanto à mídia é processual, uma vez que enfatiza não os resultados concretos das ações, mas o caminho percorrido. “O objetivo se torna redistribuir e generalizar a capacidade dos atores sociais de tomar posse dos meios de simbolização e de representação do seu mundo social” (MAZETTI, 2008b, p. 10). Não se almeja uma reforma do sistema midiático ou uma transformação do jornalismo para que represente mais fielmente a realidade, mas, sim, o estímulo à apropriação coletiva da mídia. De acordo com Cardon e Granjon (2003 *apud* MAZETTI, 2008a, p. 63), o conceito de multidão, desenvolvido por Hardt e Negri, encontra seu lugar neste tipo de crítica, uma vez que “se opõe à arquitetura de dominação e resistência definida pela tradição marxista que dá base à crítica contra-hegemônica” Trata-se de singularidades múltiplas que não se veem representadas em nenhum formato – e Luther Blissett é, justamente, uma multiplicidade; uma multidão ao mesmo tempo individualizada pelo anonimato e unida pela figura comum de L. B.

Nesse sentido, Deseriis (2010) considera Blissett como a figura do poder comum, justamente porque ele se baseia na cooperação e na força-cérebro de diversos trabalhadores imateriais. Representa o excesso, a criatividade-além que o biopoder não consegue capturar, diluído em singularidades. Sendo assim, mais do que um mero zombador da mídia, Luther Blissett e seu exército invisível configuram-se como resistências biopolíticas.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BAZZICHELLI, Tatiana. *Networking: the Net as Artwork*. Digital Aesthetics Research Center: Aarhus University, 2008.
- _____. Towards a critique of social networking: practices of networking in grassroots communities from mail art to the case of Anna Adamolo. In: *Interface: a journal for and about social movements*, Volume 2 (2): 68-78, 2010.
- BEY, Hakim. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad, 2011.
- BLISSETT, Luther. *Guerrilha psíquica*. São Paulo: Conrad, 2001.
- _____. *How Luther Blissett held the homophobic hacks up to ridicule*. 19 oct 1995.
- CAETANO, Miguel Afonso. *Tecnologias de resistência: transgressão e solidariedade nos media táticos*. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2006.
- CAPORALE, Alesandra. Video activism and self representation in the Itálian social-movements. In: *Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, pp. 02-11. Rio de Janeiro, Editora PPGSD-UFF, 2006.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012 [1980].
- CHARAudeau, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DESERIIS, Marco. Lots of money because I am many': The Luther Blissett project and the multiple-use name strategy. In: B.O. Firat and A. Kuryel (eds.). *Cultural Activism: Practices, Dilemmas and Possibilities*. Thamyris/Intersecting: Place Sex and Race, 2010, Vol. 21. Amsterdam: Rodopi, pp. 65–93.
- DEBORD, Guy. Da geografia urbana. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Deriva, psicogeografia e urbanismo unitário*, pp. 34-47. Porto Alegre: Deriva, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23^a ed. São Paulo: Graal, 2007.
- GARCIA, Fernanda Di Flora. *Sobre os Centros de Permanência Temporária na Itália e a construção social da não-pessoa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de Campinas, Campinas, SP, 2011
- HOME, Stewart. *Manifestos neoístas*: greve da arte. São Pauo: Conrad Editora, 2004.
- HOME, Stewart. *Assalto à cultura*: utopia subversão guerrilha na (anti)arte do século XX. São Paulo: Conrad, 1999.
- KLEIN, Naomi. Squatters in white overalls. *The Guardian*, United Kingdom, 8 jun. 2001. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2001/jun/08/globalisation.comment>>. Acesso em: 31 ago 2014.
- MAZETTI, Henrique Moreira. *Ativismo de mídia*: arte, política e tecnologias digitais. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *O expressivismo como contestação midiática*. In: 17º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação COMPÓS., 2008, São Paulo. Anais do 17º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo: UNIP, 2008b.
- MORO, Sergio Fernando. *Considerações sobre a Operação Mani Pulite*. Revista CEJ (Brasília), v. 26, p. 56-62, 2004.
- NIMUS, Anna. *Copyright, copyleft e creative anti-commons*. Berlim, 2006. Anticopyright. Disponível em: <<http://www.midiaeindependente.org/es/blue/2011/08/496280.shtml>>. Acesso em: 31 ago 2014.
- OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. *Corpos indisciplinados*: ação cultural em tempos de biopolítica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PAUL, Dairan. *O guerrilheiro Luther Blissett: criação de táticas antimidiáticas contra o biopoder*. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Ciências da Comunicação. Santa Maria: UFSM, 2013.

RICARDO, Pablo Alexandre Gobira de Souza. *Guy Debord, jogo e estratégia: uma teoria crítica da vida*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SALVATTI, Fabio. *O prank como opção performativa para a rede de ativismo político contemporâneo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas. São Paulo: USP, 2010.

_____. "Não há „depois da revolução“, o processo é contínuo, já começou..." [Entrevista disponibilizada em 11 de novembro de 2002, a Internet]. 2002. Disponível em: <<http://www.wumingfoundation.com/Itáliano/salvatti.html>>. Acesso em: 31 ago 2014.

STALDER, Felix. *Digital identities patterns in information flows*. Talk given at the Intermedia Departement, Academy of Fine Arts, Budapest, 2000. Disponível em: <http://felix.openflows.com/html/digital_identity.html>. Acesso em: 31 ago 2014.

WU MING FOUNDATION. *Wu Ming Foundation*: quem somos, o que fazemos. 2008. Disponível em: <http://www.wumingfoundation.com/Itáliano/bio_portugues.htm>. Acesso em: 31/08/2014.

A economia criativa e o urbanismo culturalizado: as políticas culturais como recurso

.....Amanda Wanis⁵⁹

Introdução

“Em recente encontro internacional de especialistas em políticas culturais, uma funcionária da UNESCO lamentou o fato de que a cultura é invocada para resolver problemas que anteriormente eram da competência das áreas econômica e política. No entanto, ela prosseguia, o único meio de convencer os líderes governamentais e empresariais de que vale a pena apoiar a atividade cultural é argumentando que ela reduz os conflitos sociais e promove o desenvolvimento econômico.”

Yúdice, 2013

Nas últimas décadas, a cultura tem ganhado destaque nas agendas internacionais de atores públicos principalmente no que se refere ao planejamento urbano e desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, a cultura deixa de ser um fator neutro e passar a ser parte decisiva na gestão de cidades, que passa por nova transformação para tentar se adequar à realidade das produções imateriais. Desse modo, as transformações espaciais ultrapassam as dimensões físico-territoriais e passam a estar relacionadas mais diretamente com aspectos das culturas locais.

Os megaeventos esportivos também caminham nessa lógica e são utilizados como mola propulsora para a reestruturação e recuperação econômica dos lugares. Neste cenário, encontra-se também a cidade do Rio de Janeiro, sede dos maiores eventos esportivos mundiais. Seus agentes públicos e representantes da coalizão local trazem a percepção do momento de oportunidade de ‘Re’ construir a imagem da cidade moldada nos novos paradigmas internacionais. Essa chamada ‘Re’ construção simbólica da cidade, no entanto, tem sido produzida à revelia da multiplicidade e complexidade da cidade, apoiada em conceitos e princípios que pautam projetos e ações que, muitas vezes, vêm impulsionando processos

59 awanis@gmail.com

de gentrificação, com dinâmicas concomitantes à construção da chamada cidade-espetáculo e cidade-mercadoria.

Entre esses processos, destacamos o espaço que as políticas culturais vêm ocupando nas agendas públicas e sua relação com as transformações urbanas. Em meio a uma trajetória descontínua, frágil e disputada por distintos atores sociais, conceitos como da economia criativa ganham significados e status de política pública reforçando a ideia de cidade-empresa-cultural, ressignificando o papel do estado no desenvolvimento da cultura. O ideário de Cidade Criativa, difundido por agentes internacionais e posto em prática por atores locais, impulsiona o discurso econômico, trazendo a cultura à centralidade da pauta urbana, como justificativa de valor, tornando-se, então, ferramenta de mobilização de recursos econômicos.

No Rio de Janeiro, esse ideário ganha espaço à medida que agentes públicos entendem a cultura como recurso na construção de uma imagem-marca de um “Rio mais criativo” e “amigável aos negócios”. No entanto, esses processos não são uma peculiaridade da cidade do Rio de Janeiro, percebemos a utilização das políticas culturais como recurso para a renovação tanto da economia como do espaço urbano em inúmeras cidades ao redor do mundo. No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, esses processos vêm sendo, por um lado, acelerados por este momento de sediar megaeventos internacionais e, por outro, tem servido como estratégia de adesão social ao projeto de cidade que vem sendo implementado nos últimos anos.

A cultura como recurso e o urbanismo culturalizado

Segundo Yúdice (2013), “o papel da cultura expandiu-se como nunca para as esferas políticas e econômicas”, e é nesse contexto que o autor traz a ideia de cultura como recurso para melhorias sociopolíticas e econômicas, em um momento de decadente envolvimento político e conflitos que envolvem a cidadania. A cultura se expande para além da ‘cultura-valor’ – no sentido de ser culto ou inculto – para além da ‘cultura-alma coletiva’ – no sentido antropológico – e, por fim, para além da ‘cultura-mercadoria’⁶⁰ – no sentido dos Bens Culturais – e passa a se posicionar entre o instrumento social e desenvolvimento econômico, servindo, portanto como recursos a questões externas a própria compreensão daquilo que se entendia como cultura.

60 Conceituação de cultura proposta por Guattari e Rolnik (1982)

Segundo Arantes (2009), desde 1976, Daniel Bell já diagnosticara que o maior risco que aquela versão do capitalismo corria era o da “ingovernabilidade”, devido a essas multiplicidades culturais convertidas em disputas. Percebe-se então a necessidade de utilizar a cultura como recurso para uma coesão social construída na qual a ideia de tolerância e homogeneia permeiam os modelos de construção de cidades. Neste sentido, um novo contexto é posto na relação cultura e espaço urbano, conforme afirma Otília Arantes (2009) a cultura deixou de ser uma contrapartida, “instrumento neutro de práticas mercadológicas”, e passou a ser parte decisiva no planejamento urbano.

Dessa relação, também destaca Vaz (2004), a história urbana evidencia que as estruturas, formas e imagens da cidade se adequam às transformações de ordem econômica e social. A autora reitera ainda que após a radical transformação pela qual as cidades passaram no período da industrialização/urbanização, adequando-se às novas condições de produção material, atualmente, as cidades parecem passar por novo ciclo de renovação, mas agora para se adequarem à produção imaterial, pautada nos aspectos culturais locais.

Desse modo, as transformações espaciais ultrapassam as dimensões físico-territoriais e envolvem de modo crescente as apropriações de ordem simbólica (VAZ, 2004). Portanto, questões identitárias, de imagem e culturais tomam o centro da construção do lugar para diferenciá-lo no panorama internacional.

Nesse sentido, há um interesse de que se construa uma ideia de diversidade cultural, o que traria um conjunto de culturas determinadas – sem que necessariamente todas as possibilidades culturais fossem contempladas com a mesma intensidade –, a partir de um consenso normalmente estabelecido por uma coalisão de atores dominantes. Esse consenso vem sendo construído através da chamada ‘vocação’ da cidade, da ‘cultura da cidade’, das ‘singularidades da cidade’, ou ainda da construção de uma imagem-síntese da cidade (SÁNCHEZ, 2010) enquanto *cidade criativa*. Segundo Molho (2012), a ideia deste tipo de cidade constitui-se um mito, que dá uma aparência coesa a este sistema complexo, conflituoso e dissociado em que se encontra a cultura.

Já para Arantes (2009), a cultura ganha um novo significado, um papel motor na sua relação com a gestão de cidades, a ideia de cultura se torna diretamente vinculada à mobilização de um star system arquitetônico e a “conjunto de empreendimento urbano e investimentos culturais de porte industrial” (ARANTES, 2009, p. 49) se torna forte elemento de atração de investimentos para a cidade.

Para a autora, é a simbiose entre imagem e produto que caracteriza a cidade-empresa-cultural, na qual cidades, em redes globais via competitividade econômica, obedecem a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima. Sánchez (2012), Arantes (2009) e Vainer (2009) falam da formação de um sentimento de pertencimento, de um consenso e sensação de cidadania capaz de mobilizar toda a população de forma hegemônica em torno desse objetivo. Para Arantes (2009), algumas atividades culturais estimulam essa sensação, e criam uma atmosfera que indica a saúde do lugar para os negócios. Nessa lógica, grandes franquias culturais ganham atenção das gestões municipais como alternativa a uma requalificação urbana que qualifique como boa a atmosfera, tanto para as pessoas como para os negócios, como é o caso do Museu Guggenheim.

Essa readequação urbana na qual a cultura se destaca como estratégia principal e a ênfase das políticas urbanas recai sobre as políticas culturais (VAZ, 2004), resulta em ambientes de consumo seja de equipamentos ou de atividades culturais, ao que Meyer (*apud* VAZ, 2004) denomina “urbanismo culturalizado”.

A economia criativa e as políticas culturais

Conforme observamos, a cultura tem se expandido para áreas muito além daquilo que definíamos como cultura, sua relação com a formação das cidades torna-se decisiva no planejamento urbano. No entanto, a atual fase do capitalismo, pautado nos aspectos simbólicos e culturais de consumo, também traz ao centro das questões econômicas os aspectos culturais. Entendendo o capitalismo como um processo de reprodução da vida social – através da produção de mercadoria –, percebemos a criação de um conjunto de regras que garantam sua característica dinâmica e revolucionária de organização social. Essas regras acabam por criar novas necessidades, explorando a capacidade de trabalho e o desejo humano, transformando espaços e acelerando o ritmo de vida (HARVEY, 2012). É nesse contexto de permanente reprodução e reinvenção do sistema social que a economia criativa se torna recurso possível para a reestruturação do capital na economia moderna (PIRES, 2009).

A construção da chamada “economia criativa” vem se configurando como um conjunto de ideias que dão suporte a atividades específicas produtoras de bens e serviços que têm como aspecto estruturador o singular, o simbólico e o intangível – a arquitetura, o design e o audiovisual são bons exemplos. O termo economia criativa tem sua origem em meados dos anos 1990; no entanto, sua prática não é recente e pode ser reconhecida anteriormente a esse período, especial-

mente nos debates da Escola de Frankfurt nos trabalhos de Adorno e Horkheimer os quais, ainda em 1969, na publicação intitulada Dialética do Esclarecimento, abordavam na perspectiva crítica as chamadas indústrias culturais⁶¹ e a padronização da produção de bens e serviços culturais, constituindo uma forte referência no debate internacional a respeito da relação entre cultura, política e economia.

Segundo John Howkins⁶², em recente entrevista para o site “Criaticidades”, a economia criativa está relacionada a uma questão de compra e venda de experiências ainda não vividas, o que, na indústria criativa, é mais uma questão de produção do que de venda. E, no caso brasileiro, é na venda dessas experiências onde se concentram os maiores desafios, uma vez que encontramos uma rejeição de cerca de 80% dos projetos para captação de recursos via lei de incentivo federal⁶³.

Não podemos, no entanto, deixar de perceber que as questões que envolvem o ideário de economia criativa engendram-se, ainda, em um campo de disputas políticas e econômicas no qual a lógica que se mantém reproduz aquela dos mercados capitalistas: a valorização passa pela legitimação mercadológica, que tenta padronizar e espetacularizar também o intangível, além de favorecer a produção desigual dos ativos econômicos, em geral concentrada nos grandes produtores de conteúdo.

No Brasil, o tema é timidamente introduzido no Ciclo de Encontros desenvolvido pela então criada Superintendência da Economia da Cultura, em 2001, que gerou a publicação *Economia da Cultura, a força da indústria cultural no Rio de Janeiro*. A publicação possui maior valor político do que conceitual, uma vez que ainda se buscavam dados sobre a então chamada economia da cultura. Contudo, é em 2004, com a primeira conferência sobre o tema realizada pela UNCTAD, que o tema se intensifica. Segundo Miguez (2007):

A rigor, este evento acabou por tornar-se um marco significativo na trajetória da temática, na medida em que, a partir das suas recomendações, questões envolvendo a economia criativa e as indústrias criativas passaram a ocupar espaço cada vez maior tanto na agenda de outras organizações do sistema das Na-

61 As indústrias culturais podem ser entendidas como empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de conteúdos simbólicos, em um processo contínuo que gera impactos econômicos na produção de riqueza, trabalho e divisas de exportação. A indústria fonográfica, cinematográfica, e editorial são bons exemplos de indústrias culturais.

62 Autor da primeira publicação inteiramente dedicada ao tema *The Creative Economy: How People Make Money From Ideas*, Inglaterra, 2001

63 Dados de 2006 do Ministério da Cultura

ções Unidas – a exemplo da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), da Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (SU/SSC) e, mais recentemente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – como, também, na agenda de outras instituições internacionais multilaterais, da Comunidade Europeia e de muitos outros países que não apenas o Brasil (MIGUEZ, 2007).

Nos anos seguintes com a eclosão de inúmeras gerências de economia criativa de diversas instituições como SEBRAE e BNDES e a publicação da pesquisa da FIRJAN sobre a cadeia da indústria criativa no Brasil em 2008, o tema entra definitivamente nas agendas dos governos e instituições.

Embora o tema permeie os setores de desenvolvimento econômico, e, talvez por isso, vemos o tema eclodir em instituições como UNCTAD, SEBRAE, BNDES, FIRJAN, é no setor cultural e especificamente na sua inserção na pauta da política cultural que a economia criativa ganha destaque no cenário nacional.

Em 2009, o então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, insere a economia criativa em um dos cinco setores estratégicos do Governo Municipal. O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Cultura, cria a incubadora de negócios *Rio Criativo* e a coordenadoria de economia criativa. Em 2010, a gestão municipal participa da candidatura à cidade membro da rede de cidades criativas *DC Network*. Em 2011, o Ministério da Cultura cria sua Secretaria de Economia Criativa sob a gerência de Cláudia Leitão. Mas é na gestão da Marta Suplicy, a partir de 2012, que o tema ganha centralidade no Ministério da Cultura.

No âmbito nacional, destacamos aqui algumas políticas culturais implementadas nos anos de 2011 a 2014. A primeira iniciativa do MINC foi o edital relacionado a criação dos *Criativa Birô*, segundo a própria instituição, a casa do empreendedor criativo brasileiro, onde receberia auxílio para elaborar modelos de negócios. O edital foi lançado em 2011 com orçamento previsto de 6 milhões para criação de cinco escritórios em todo o Brasil. Segundo o Portal Brasil, anunciado em 18 de maio de 2012, seriam inaugurados escritórios nas 12 cidades-sede da copa, no intuito de “deixar a casa arrumada para a possibilidade de negócios que teremos em 2014” conforme anunciou a então Secretaria da Economia Criativa, Cláudia Leitão. Ainda Segundo a Matéria, Rio e São Paulo seriam os escritórios referência e receberiam cinco milhões cada para implementação do escritório. A expectativa era de implementação no Rio de Janeiro até o fim de 2013, no entanto a mudança de gestão na secretaria parece ter reformulado o programa e não foram encontradas novas informações sobre o andamento do programa como um todo.

Outro programa importante da pasta foram os *Observatórios da Economia Criativa*, em parceria com o CNPQ e as Universidades, a OBEC, foi criado em 2012 teve previsão, segundo o portal oficial do governo, de 12,4 milhões de reais em investimentos. A previsão era implementar ainda no mesmo ano 14 observatórios priorizando também as cidades sedes da copa, dentre elas as que já contavam com os escritórios referido acima.

Em 2013 foram lançados mais dois editais, o Edital de apoio à formação para profissionais e empreendedores criativos com previsão de investimento de 1 milhão de reais, Edital de fomento a incubadoras de empreendimentos da economia criativa com previsão orçamentária de cinco milhões de reais e ainda o Termo de Cooperação Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) 27 Arranjos Produtivos Locais Intensivos em Cultura (APLs).

Já em 2014, foram lançados três editais, o Edital de seleção para participação de empreendedores criativos no I Mercado de Indústrias Culturais Do Sul – MICSUL, no qual foram selecionados iniciativas criativas a participar da evento com sede na Argentina, o orçamento não foi divulgado. Foi lançado também o Edital Vitrines Culturais com o objetivo de expor o artesanato brasileiro nos showrooms montado nas cidades sede da copa, o orçamento para tal também não foi informado. O outro edital chamado Concurso cultura 2014 prevê 18 milhões para a escolha de trabalhos artístico-culturais para promover a cultura brasileira também no período da Copa do Mundo 2014.

Desse modo, percebemos como as ideias da economia criativa entraram não apenas nas agendas dos gestores públicos, mas também na plataforma de política cultural do governo Federal. Observamos que é na adoção de políticas culturais como política voltada para economia criativa que as questões econômicas ganham papel central na sociedade contemporânea brasileira e, para, além disso, como os megaeventos com sede no país tem sido o motor para a inserção da economia não apenas no planejamento urbano, mas também na cultura, em uma tríade cultura-economia-cidade, sem que, no entanto esses três aspectos sociais tenham o mesmo poder, quando não, autonomia.

A relação cultura-economia-cidade no ‘momento’ rio

Para entendermos a relação que se estabelece entre cultura-economia-cidade e, portanto, como a cultura tem servido de recurso para a adesão social do projeto de cidade olímpica, percebemos, através de discursos de atores da gestão municipal (WANIS, 2013), que há uma predominância simbólica no entendimento da cidade, neste chamado ‘Momento Rio’, como uma vitrine internacional de

uma cidade reinventada sob as bases simbólicas para atração de negócios e talentos, cuja tendência é utilizar a ‘cultura local’ e a ‘criatividade regional’ para promoção da cidade como ‘vitrine’ para o mundo (WANIS, 2013).

Após o anúncio da vitória do Rio de Janeiro na disputa pela sede dos Jogos Olímpicos de 2016, observamos uma série de mudanças que objetivaram promover transformações não apenas na dimensão urbanística, mas também imaterial da cidade, para tomar o posto ‘virtuoso’ de cidade-sede. Esse processo, no entanto, não constitui uma peculiaridade carioca. Os megaeventos esportivos têm se tornado globais, sendo acompanhados de projeções midiáticas extraordinárias, de modo que as “coalizões de atores vinculados ao projeto olímpico percebem o megaevento como um espetáculo em escala mundial com vistas à promoção da cidade” (GOMES, 2012), entendendo-o como grande janela de oportunidades.

Nessa perspectiva, a cidade passa a ser tratada como produto, difundido com o objetivo de captar investimentos internacionais. O projeto de desenvolvimento da cidade se volta estritamente à sua performance econômica, pautando as ações na lógica do funcionamento de uma grande empresa (op. cit.). Portanto, os megaeventos estão no centro da disputa de poder no mercado internacional de cidades, utilizados como mola propulsora do desenvolvimento e da recuperação econômica. Nesse sentido, os megaeventos se estendem a outras zonas que não apenas a esportiva, e também aos mercados imobiliários, de entretenimento e turismo. Nessa estratégia de promoção e venda da cidade, a criação de imagens-síntese é fundamental, e de forma conexa a outras imagens acaba por construir a marca da cidade ou a ‘cidade-marca’, redefinindo “representações sobre o espaço por meio de transformação e construção de imaginários em diversas escalas” (op. cit.).

Nessa perspectiva, principalmente, a gestão municipal irá perseguir a imagem de estabilidade política e econômica, inserindo a ideia de controle e segurança para investimentos: “uma cidade pronta para receber o mundo”, conforme evidenciado no dossiê de campanha. A estratégia da gestão municipal, mas também de outras instâncias de governo e instituições privadas, passa a ser a de aproveitar ao máximo as oportunidades que o ‘momento Rio’ proporciona. É sob essa ótica que a *economia criativa* ganha força nas agendas dos atores políticos tanto na esfera municipal do Rio de Janeiro, quanto nas esferas estadual e federal, acelerando o processo do chamado “urbanismo culturalista” (WANIS, 2013).

Essa aceleração fica evidente quando analisamos as políticas culturais criadas para a área do *Porto Maravilha*, região a qual passa por grandes transformações, não apenas físicas, mas também simbólicas, e que é o carro chefe no projeto de ‘requalificação’ da cidade.

Além de ações consorciadas e inúmeras transformações urbanas, que trazem consigo conflitos desde a ordem habitacional até a econômica, percebemos a tentativa de construção de políticas culturais que corroborem o processo de legitimação das transformações daquele território. O programa ‘Porto Maravilha Cultural’, noticiado no site portomaravilha.com.br, mesmo sem um documento oficial que indique quais são suas diretrizes, foi implementado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP) com a função de articular ações do poder público e privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população e a valorizar o patrimônio histórico local.

Este programa, que não nasce de uma secretaria de cultura, podendo, portanto tomar outras conotações além da área cultural, parece estar em consonância com os esforços da gestão pública municipal, em construir uma imagem de cidade ‘boa para os negócios’ utilizando a cultura como fator decisivo na competição por investimentos, vale lembrar que é nessa região que estão sendo implementados dois grandes equipamentos culturais de projeções internacionais como o Museu MAR, inaugurado em 2013 e o Museu do Amanhã, projeto arquitetônico do Espanhol Santiago Calatrava, usados como âncora para ‘re’construção simbólica do lugar.

Desde 2013 foram implementados três editais, Prêmio Porto Maravilha Cultural totalizando 3,8 milhões para projetos realizados na região; Edital de Restauro do Patrimônio Cultural Imóvel totalizando 12 milhões exclusivamente para recuperação de fachadas de edifícios privados; e Edital para pequenos Negócios em parceria com o SEBRAE, sem divulgação do investimento disponível para o edital. Parte desses recursos é proveniente da Lei Complementar 101/2009 determina a aplicação ao menos 3% dos recursos arrecadados com Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs) na recuperação e valorização desse patrimônio e no fomento à atividade cultural.

Esses editais, no entanto, estão a serviço do processo de legitimação das transformações daquele território, conforme declara o presidente da CDURP:

A população volta a frequentar a Região Portuária atraída pelos novos equipamentos culturais, pelos eventos que ganharam espaço nesta área e pela redescoberta da importância estratégica com suas raízes históricas. A inauguração do Museu de Arte do Rio (MAR) e a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana falam por si. A dimensão de nossas intervenções de mobilidade urbana em suas 34 frentes de obras começa a ser com-

preendida. (Alberto Silva presidente da CDURP em matéria que comemorava dois anos dos CPACS em portomaravilha.com.br)

Percebemos, portanto, que as políticas culturais tem servido também para legitimar os intensos processos atuais de mercantilização da cultura, potencializando a cidade em sua performance econômica, além de legitima um projeto de cidade que tenta dar uma aparência coesa a este campo complexo, conflituoso e fragmentado em que se encontra a cultura, produzindo uma identidade representativa de uma coalizão de atores dominantes, que se beneficiam com a produção e venda dessa imagem-síntese, utilizando grandes franquias culturais como alternativas à requalificação urbana.

A reconstrução simbólica pela qual tem passado a cidade do Rio de Janeiro tem sido conduzida à revelia da multiplicidade e complexidade da própria cidade, em um processo de espetacularização e mercantilização não apenas da cultura, mas também da cidade, transformando-a em uma cidade-empresa-cultural. Tais processos culturais, com sua natureza complexa, tem sido estimulados, pelas políticas culturais, que sejam produtos de rápido consumo.

Referências

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.
- ARANTES, Otília. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). 5^a ed. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BENHAMOU, Françoise. A Economia da Cultura. Tradução Geraldo Gerson de Souza. Cotias, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- BIENENSTEIN, Glauco. “O espetáculo na cidade e a cidade no espetáculo: grandes projetos, Megaeventos e outras histórias”. *XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro. Maio de 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GOMES, Talitha. *A cidade transformada em marca: investimento simbólico no projeto Rio 2016 e suas estratégias urbanas*. Niterói. Dissertação defendida na Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2011.

- GUATTARI, Félix; ROLINK, Suely. “Cultura: um conceito reacionário”. In: *Cartografias do desejo*, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- HARVEY, David. “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. *Espaço & Debate, Revistas de estudos regionais e urbanos Cidades: estratégias gerenciais* Luís Octávio da Silva (org.) e Maria Cristina da Silva Leme (org.) n. 39, NERU, 1^a edição; 1996 ano XVI.
- _____. *Condição Pós-Moderna*. 22^a ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HOWKINS, John. *The Creative Economy: How People Make Money From Ideas*. Pinguim Press, 2007.
- MIGUEZ, Paulo. “Repertório de fontes sobre economia criativa”. Parte integrante do projeto de pesquisa *Economia – em busca de paradigmas: (re)construções a partir da teoria e da prática*, financiado pela FAPESB, e no. Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/repertorio_economia_criativa.pdf> Acesso em: 15/07/2012.
- MOLHO, Jérémie. *From cultural policy to creative city governance: the urban roots of a new instrumentalization of culture*. Université d’Angers: ESO, 2012.
- PIRES, Vladimir Sybilla. “Ideias-força no pós-fordismo e a emergência da economia criativa”. *Liinc em Revista*, v. 5, n. 2, set., 2009, Rio de Janeiro, p. 215-230. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 13/06/2012.
- PRESTES, Luiz Carlos. Filho. “Cultura e Economia – a articulação necessária entre indústria e poder público”. In: *Economia da Cultura – A força da indústria cultural no Rio de Janeiro*: E-papers 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Dança de Sentidos: na busca de alguns gestos”. In: BERENSTEIN JACQUES, Paola; BRITTO, Fabiana Dultra. *CorpoCidade. Debates, ações, articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. “Relativa prosperidade, absoluta indigência”. *Carta Capital*, n. 734, p. 46 e 47, 2013.
- SÁNCHEZ, Fernanda. “City Marketing: A nova Face da Gestão da cidade no final de século”. In: *Cidade do Espetáculo. Política, planejamento e City Marketing*. Curitiba: Editora Palavras, 1997.
- _____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2^a. ed, Chapecó: Argos, 2010.
- _____. “A ‘cidade olímpica’ e sua (in)sustentabilidade”. *Le Monde Diplomatique* (Brasil), v. 5, p. 30-33, 2012.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Políticas Culturais Urbanas*. Lisboa: ICS-UL, 2007.

- VAINER, B. Carlos. “As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que pode o poder local?”. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. v. 1, mai, 2001, Rio de Janeiro.
- _____. “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). 5^a ed. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VAZ, Lilian; JACQUES, Paola. “Reflexão sobre os usos da cultura nos processos de revitalização urbana”. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*, 2001, Rio de Janeiro.
- _____. “A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos?”. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA? Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, (2004) – Ana Fernandes, Paola Berenstein Jaques (Org.), Salvador: PPG-AU, 2004.
- WANIS, Amanda. A Concentração dos Espaços Culturais na Cidade do Rio de Janeiro – Uma comparação preliminar entre a formação urbana da cidade e o papel da cultura. In Espaços culturais e turísticos em países lusófonos: Cidade e Turismo. Luiz Manuel Gazzaneo – organizador.– Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011.
- _____. “Cidades Criativas: A construção de um ideário e sua influência na cidade do Rio de Janeiro”. Niterói. Dissertação defendida na Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.
- YÚDICE, George. *A conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. 2^a ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

Sites consultados

- www.unesco.org
www.districtsofcreativity.org
www.unctad.org
www.cultura.gov.br
www.cultura.rj.gov.br
www.rj.gov.br
www.criaticidades.com.br
portomaravilha.com.br
www.brasil.gov.br

■.....Amanda Wanis é bacharel em Produção Cultural pela UFF, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFF, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na mesma instituição. É também pesquisadora do grupo Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU/UFF), pesquisadora colaboradora do Grupo de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa e pesquisadora associada do OBEC/RJ – UFF.

A cultura e a cidade como bem comum: os casos italianos do Teatro Valle Occupato em Roma e M^C^O em Milão

.....Laura Burocco

Introdução

Em uma evento ocorrido em maio de 2014 no Rio de Janeiro, uma palestrante comenta a tomada das ruas por parte dos manifestantes cariocas nas chamadas “Jornadas de Junho” (em referência a junho de 2013) dizendo: “O que a gente que está na rua quer? Quer ter respeitado o próprio direito à vida! Queremos viver de forma tranquila, andar seguro nas ruas, não ter que trabalhar loucamente por não ter tempo por nada.”⁶⁴

Imediatamente, pensei nos primeiros anos da década de 2000, quando da introdução do co.co.pro, o *contrattodicollaborazione a progetto* (contrato de colaboração a projeto), sistema que mudava radicalmente as relações de trabalho na Itália, pondo fim a uma série de direitos trabalhistas e também trazendo a piora das condições de vida de muitos jovens e não-trabalhadores em troca da tão desejada flexibilidade que, apesar de ser vista como positiva em muitos aspectos e por muitos jovens profissionais, acabou se revelando uma faca de dois gumes. Assim, a frase pronunciada pela palestrante ecoava em mim mais que como uma reclamação do que como um grito de alarme, já escutado e vivenciado pessoalmente em tantas conversas sobre tempo, qualidade de vida, reconhecimento, finanças e felicidade em 2003, quando decidi sair da Itália.

Além disso, o que despertou a minha atenção foram as razões que levaram a palestrante, convidada para debater sobre a temática de moradia como explicitação do direito à cidade, um argumento amplamente debatido nos últimos anos nas cidades brasileiras, iniciou a fala dela com uma colocação sobre trabalho, tempo, qualidade de vida.

64 A pergunta foi feita por Mariana Medeiros, ativista carioca, durante a conferência “A Cidade e o Levante da Multidão” realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), no dia 28 de maio de 2014, com a participação de Antonio Negri. Muitas das observações tratadas neste artigo trazem apontamentos de uma série de colóquios com o sociólogo italiano organizados naquela semana de sua estada no Rio.

As respostas vieram logo em seguida, quando Antonio Negri coloca ampla ênfase na questão do trabalho, do comum, e da extensão/transferência da fábrica à cidade entendida como o conjunto das ações e relações sociais nela existentes. Nas suas palavras:

O modo de produção capitalista, não é mais apenas da fábrica, mas mudou-se para a forma de agir da sociedade. A sociedade manifesta a sua atuação dentro do trabalho, e a forma de trabalhar influencia a vida do indivíduo. Porque hoje não trabalhamos mais, vivemos trabalhando dentro deste viver que em nós resiste, é dominado e tenta resistir.⁶⁵

O trabalho vai agora, além do trabalho. Vai além dos horários predefinidos da fábrica. O que um trabalhador flexível faz é trabalhar sempre. Não existe mais sábado ou domingo, nem horários dentro dos quais se pode ou não estar disponível. A disponibilidade, uma vez atribuída apenas a categorias específicas de profissionais, parece agora ter se tornado a norma a ser oferecida por parte de todos os trabalhadores aos próprios clientes, ou chefes. A liberdade do trabalhador é trocada pelo celular, o carro da empresa. O trabalhador ganha o carro, mas perde o tempo. Em relação ao pagamento, antes chamado salário, a ilusão do trabalhador flexível de ganhar mais, aparece apenas como distorção da realidade quando, sendo verdade que os pagamentos são mais altos, mas não compensam menos benefícios trabalhistas que a “carteira assinada” garantiu (pensa-se, por exemplo, na situação de mulheres com filhos, ou nos efeitos na empregabilidade de mulheres “em risco” de engravidar). Os conceitos tratados remetem ao que o filósofo francês Michel Foucault (1988) define como biopoder, ou seja, o controle do Estado exercido não apenas sobre as ideologias e a consciência, mas também sobre o corpo dos indivíduos.

Neste sentido, quando a palestrante declara querer ter respeitado o próprio direito à vida, pode estar se referindo à gestão do próprio tempo, da própria afetividade e, principalmente, do próprio corpo. Na minha experiência pessoal, assim como aquela de pessoas próximas de mim, o grito de alarme foi lançado em defesa de vidas que se viam reduzidas a uma quase exclusiva função produtiva, e não pelo prazer da criação/criatividade pessoal, mas para satisfazer um ritmo produtivo cada vez mais desumanizante, ou para dar conta de uma situação econômica que não oferecia escolha a não ser duplicar ou triplicar dentro de um, dois, três co.co.pro, a fim de conseguir pagar as próprias contas básicas. Não estamos longe

65 Antonio Negri, fala na conferência “A Cidade e o Levante da Multidão”, Rio de Janeiro, maio de 2014.

da atual situação vivenciada por muitos trabalhadores que moram nas principais cidades brasileiras.

Existe, contudo, uma diferença entre a visão de Foucault e a visão de Negri em relação ao biopoder. Se Foucault desenvolve uma visão pessimista de uma sociedade formada por indivíduos reprimidos e controlados, Negri reverte este poder em uma potência positiva que se manifesta nos êxodos, nas formas alternativas de resposta que a multidão, formada por um conjunto de singularidades, tem a capacidade de criar como resposta. O biopoder e a biopolítica são pensados em termos positivos, como força vital, ontológica e constitutiva. Assim, Negri afirma:

Quando as relações pessoais do dia a dia vêm sendo influenciadas e oprimidas pelas regras do mercado, cria-se uma resistência que não é movida pela consciência do bem que emerge, mas porque o mesmo desenvolvimento capitalista em exigir uma convivência forçada acaba criando uma nova antropologia humana. (NEGRI, 2014)

Para fugir desta alienação as pessoas criam novas formas de autonomia da vida, novos movimentos sociais criadores de liberdades através da definição de um “nós” que seja subversivo para construir e não, pelo contrário, para destruir. O resultado é a definição de um poder constituinte mais forte do que um poder destituinte, animador de uma vontade de desenvolvimento que vai muito além da criação de riqueza porque baseado na criação de um novo capital cognitivo, que se baseia não apenas na visão da mercadoria como geradora de capital único, mas no reconhecimento que o conhecimento, as relações e a informação (competências cognitivas e relacionais) seriam as principais fontes de geração de valor. (LAZZARATO, 2003)

Apesar de a palestra ter acontecido no Rio de Janeiro, em um contexto onde este poder constituinte está se manifestando de diferentes formas ao redor da cidade, quero tratar neste artigo de duas experiências ocorridas na Itália – no Teatro Valle, em Roma e no M^C^O em Milão – que, voltando à minha reflexão sobre a fala da militante carioca, vejo como o resultado (não a conclusão) de uma trajetória dos “novos movimentos” que começaram na Itália desde 2000, sendo o mais conhecido San Precario, o santo protetor dos trabalhadores precários, e o May Day, a *street parade* que agora se realiza em muitas cidades europeias com altíssima adesão a cada dia primeiro de maio como comemoração /parodia do dia dos trabalhadores.⁶⁶ As duas experiências representam uma antropologia humana

66 Para mais informações sobre San Precario e May Day, cf. Barbara Szaniecki (2014), p. 86-95.

que assume o conhecimento como um bem coletivo – um comum – cuja troca não implica perda mas ao contrário contribui para aumentar o valor próprio do conhecimento em um processo de construção em continuo movimento.

No artigo pretendo focar no entendimento da cultura como um bem comum; no valor do trabalho coletivo entendido como um trabalho vivo capaz de produzir um surplus; e na relação entre cultura e direito à cidade assim definido por David Harvey (2008) como um “um direito coletivo mais que um direito individual, já que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização”.

Os casos do Teatro Valle Occupato e do M^C^O: histórico do processo de ocupação

O Teatro Valle Occupato em Roma e o M^C^O em Milão tornaram-se, especialmente o Teatro Valle pelo seu compromisso desde abril de 2014 na formulação do comum dentro de uma definição jurídico legislativa, uma referência na Europa na gestão do comum.

Tudo começou com a publicação, em julho de 2011, de um documento de critica à gestão da cultura e das profissões artístico culturais por parte das instituições do governo italiano, assinado por um coletivo chamado “*Lavoratori dell'Arte*” (Trabalhadores das Artes).

A falta de ética profissional, a total incapacidade de estabelecer critérios objetivos de avaliação para o reconhecimento dos trabalhadores culturais, a intencional falta de mudança geracional, a exaltação de indivíduo em detrimento de formas de trabalho que desencadeiam processos colaborativos e, finalmente, a falta de atenção sistemática para práticas que não sejam de natureza econômica e do mercado, não só na Itália levou não apenas a um sistema incapaz de abrir-se para a menor mudança, mas também a processos irreversíveis induzidos de desprofissionalização, criando as condições para uma separação perigosa entre esfera pública e da produção cultural. Mais. Além disso, a continuação da implementação dessas modalidades, muitas vezes invalida qualquer tipo de oposição, sufocando a confiança na mudança e tornando vácuos todos os esforços para perseguir-la.”⁶⁷ (tradução livre)

67 Documento dei Lavoratori dell'Arte – 22/07/2011, Versão original em italiano disponível em: <http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2/54/117>. Acessado em julho de 2014.

A carta descreve uma situação de frustração dos profissionais das áreas das artes e da cultura que leva os mesmos à formulação de uma proposta de uma solução alternativa (poder constituinte).

Em resposta à situação acima, os trabalhadores dos sectores das artes e cultura questionaram os processos institucionais de produção cultural, levantando questões sobre a relação entre arte e esfera pública. A incapacidade das instituições para criar um sistema capaz de suportar a nova geração deu origem ao surgimento de grupos autônomos e auto-organizado, a fim de proporcionar alternativas reais e destacar as limitações e deficiências das próprias instituições.

As críticas são direcionadas às condições trabalhistas, (precárias ou flexíveis dependendo da angulação que se quer olhar); à falta de recursos para a realização e para a pesquisa, que acaba forçando os trabalhadores da arte a se autofinanciar e de certa forma a elitizar o trabalho criativo e intelectual, ou até desistir ou ter que sair do país por causa da falta de reconhecimento do próprio capital cognitivo (é o caso da chamada “fuga de cérebros”). As demandas são pelo reconhecimento de uma economia que permita uma produção realmente independente, no respeito da liberdade de expressão, fora de uma lógica de acúmulo e de lucro, e se juntam a uma vontade de denunciada desvalorização da cultura italiana. “Investimos para manter o nosso papel e, em troca, recebemos o pagamento de uma infinidade de subprodutos do que sabemos fazer. Subprodutos, que compõem o verdadeiro mercado da indústria da cultura italiana.”

A carta foi publicada cerca de um mês depois da ocupação do Teatro Valle em Roma (14 de junho de 2011) por parte de trabalhadores das artes e da cultura que exigiam que o Teatro fosse mantido em funcionamento e público através da participação popular com uma gestão transparente. O mesmo ato físico de ocupar é considerado como uma prática política coletiva, um gesto de reapropriação e de estabelecimento de um espaço público de discussão que quer propor um novo processo constituinte: a ativação de outra forma de fazer política que não precisa de delegação; a construção de outra maneira de trabalhar, criar e produzir e dar vida a uma ideia de direito que vai além do Estado de Direito.



Foto: Teatro Valle, Roma

fonte: <http://fforfuture.wordpress.com/2013/01/11/tv-come-teatro-valle-occupato/>

Três elementos chamam a atenção nestes novos movimentos: a tomada de consciência de como os trabalhadores das artes são explorados, exatamente como qualquer outro trabalhador precário, que leva à pergunta sobre os porquês da incapacidade deste setor em se identificar, e se juntar, com os protestos e lutas dos outros trabalhadores; o reconhecimento da produção artística e cultural como uma produção comum, ou seja, como fruto do encontro entre a singularidade do artista e a dimensão social, cooperante e coletiva; a afirmação desta produção comum contra a sua apropriação privada, reconhecendo plenamente o caráter social, reticular e comum do ato de criação e de fruição da cultura.

Depois de dois anos e meio da ocupação e a constituição da “Fundação Teatro Valle Bem Comum” em setembro de 2013, cada vez mais se definindo como uma vanguarda na Itália e na Europa na discussão sobre a definição política e jurídica dos bens comuns, as formas de governança, o estado da doutrina e da jurisprudência, e das decisões administrativas para serem utilizados como precedentes práticos e teóricos. Um dos resultados deste compartilhamento de inteligência política e de participação é a Assembleia Constituinte da Câmara dos Comuns, realizada em maio de 2014 em Nápoles. A Assembleia reabre a discussão trazida pela Commissione Rodotà⁶⁸ que em 2007 já propunha uma reforma do

68 Disponível em: http://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_1_12_1.wp?previosPage=mg_1_12&contentId=SPS47624.

Livro III do Código Civil de Propriedade e avança em novos desdobramentos.⁶⁹ Neste momento, o Teatro está fechado para reforma pelo Ministério da Cultura e pela Soprintendenza (o correspondente do IPHAN na Itália) e se decidiu prosseguir com a redação de uma Convenção, através de um processo público e compartilhado, entre a Associação Teatro di Roma e Fondazione Teatro Valle para cobrir o projeto de melhoria do Teatro Valle. Foi acordado um cronograma de três áreas: jurídica, técnica e de gestão; processos participativos; desenho artístico cultural. Este acordo expressou a determinação de transformar também esta etapa de reforma do espaço físico em um processo de formação e participação dos cidadãos, e por isto foi requerido o reconhecimento jurídico da Fundação com o intuito de criar um observatório sobre as obras em sinergia com o projeto Cantiere Scuola. A Fondazione Teatro Valle Bem Comum continua suas atividades através de reuniões e grupos de trabalho, reorganizando projetos de produção e treinamento de forma independente e temporariamente nômade.

Seguindo a experiência do Valle, o coletivo M^C^O (Macao) levantando questões parecidas, ocupa entre 5 e 15 de maio de 2012 a Torre Galfa em Milão.



Foto: Torre Galfa, Milão

fonte: <http://art-leaks.org/2012/05/12/macao-belongs-to-everyone-lets-protect-it/>

69 Mais informações estão disponíveis em: <http://www.exasilofilangieri.it/2014/05/10/sabato-10-5-fatti-bene-costituente-dei-beni-comuni-napoli/>.

A ocupação teve um valor simbólico pela escolha do prédio localizado no epicentro financeiro e representativo da cidade e – também por isso – teve muito curta duração. Apesar de ninguém que teria alguma chance de permanecer no arranha-céu, os cinco dias criaram um importante momento de mobilização interna em relação às pessoas mais próximas do M^C^O e de adesão externa do grupo a uma rede de indivíduos difundida por toda a Itália para substanciar a ideia de cultura como um bem comum.

Na experiência de Macao, a cidade, assim como as artes e a cultura, se torna um comum para ser preservado e compartilhado. O simbolismo da torre: “um vácuo arranha-céu, inerte, inútil para o tecido social, um símbolo da lógica insensível e arrogante de especulação, retorna à cidade, resgatado por uma multidão de cidadãos que querem demonstrar como é possível se imaginar e construir uma forma diferente de fazer arte, cultura e pesquisa cooperando”⁷⁰ “Nós não queremos um espaço com implicações anteriores, como um museu, um teatro ou um cinema, e nós não queremos apenas reapropriar um espaço público usado para a cultura. (...) Levantamos o nosso jogo porque estamos interessados em um conceito artístico e cultural, que é muito mais amplo e ligado ao tecido urbano e social”.

Queremos mostrar como a indústria cultural produz disparidade, em Milão, assim como em outros lugares, tanto no trabalho quanto no tecido urbano. O que a economia-evento deixa no chão – a partir da Feira de Móveis até a EXPO, a Bienal de Veneza e do Fórum delle Cultura em Nápoles? Basicamente nada, nem para os cidadãos ou sequer para os chamados criativos. Ele exige trabalho de graça e ocupação de espaço público. Produz gentrificação.

As declarações de algumas pessoas que participam do Coletivo evidenciam um interesse maior nas questões relacionadas às transformações urbanas, à utilização e consumo de espaço público e aos fenômenos de gentrificação de bairros centrais populares (como Isola ou Calvairate), pelos quais a cidade de Milão está passando também em consequência do megaevento previsto para 2015, a Exposição Internacional.

Após a expulsão da Torre, no dia 15 de maio 2012 Macao continua seguindo uma vontade denunciatória das contradições que compõem a cidade ocupando o Palazzo Citterio, um edifício do século XVIII situado no centro histórico de Milão e abandonado por 40 anos. O edifício está incluído no projeto “Grande Brera” que quer transformar a Academia de Belas Artes e a Pinacoteca em um

70 Todas as declarações foram extraídas do website do M^C^O: <http://www.macaomilano.org/>.

museu estilo “Louvre Italiano”. O projeto fracassou devido ao sistemático desvio de milhões de euros destinados à construção do museu, por parte dos responsáveis (públicos e privados) pela obra. Esta ocupação também dura apenas dois dias, mas cria um caso político e determina uma forte oposição, seja do setor político, seja da mídia (controlada pelo primeiro ministro), ao ponto de o Ministério da Cultura enviar o exército para desocupar o palácio.

Mesmo assim, no dia seguinte à evacuação do Palazzo Citterio, Macao – ao invés de desistir, espalha-se pela cidade, assumindo uma configuração nômade, mantendo reuniões e grupos de trabalho itinerantes, reforçando a estrutura organizacional interna e refletindo sobre padrões de produção e práticas democráticas internas. Após cerca de um mês de movimento errático pela cidade e diferentes encontros com representantes da municipalidade de Milão, no dia 16 de junho Macao entra na antiga Bolsa do Matadouro, em Viale Molise, um prédio Art Nouveau sem uso durante anos, também destinado – similarmente ao Palazzo Citterio – a um projeto de reforma nunca sequer começado.



Foto: MACAO no Matadouro, Milão. Laura Burocco, janeiro 2014

Nesta nova ocupação, a composição de Macao é mais heterogênea do que a inicial e permanece compacto o desejo de produzir e promover arte, e não apenas de se tornar um palco de exibicionismo artístico e intelectual.

Nas assembleias destas ocupações se discute principalmente sobre participação, democracia, e as regras que garantam a todos o direito de se expressar e de contribuir para um crescimento comum. Não há como entender cultura se não como o aprimoramento da contribuição do conhecimento, da experiência mas, sobretudo, “do vivido”, dos sentimentos e paixões de todos que contribuem para um resultado comum. Da mesma forma, não pode se entender democracia como um mero conjunto de regras, mas deve-se entender como um sistema de partilha de conhecimentos – tanto especializado quanto prático – que requer que o indivíduo coloque o próprio rosto, o próprio corpo, assim como a modalidade das ocupações deixa evidente. As mulheres e os homens (“jovens”, como são chamados pela mídia) que participam de Macao não estão à procura de um espaço aonde se fechar e desenvolver as suas atividades; eles querem “abrir aos cidadãos” uma série de espaços na cidade que a propriedade, tanto pública como privada, tem mantido sequestrados por décadas. “Temos de tomar os espaços públicos e transformá-los em um lugar político” afirmam integrantes de Macao. O ponto de partida parece ser a necessidade de minar a ideologia do individualismo e da propriedade privada. Por esta razão, essas práticas de reapropriação, cuidados e devolução dos bens comuns (ou seja, não individuais), representam uma forma de acesso não baseadas na propriedade, mas sobre o uso e sobre relações coletivas e cooperativas.

Assim como o Teatro Valle organizou o encontro “*La Constituente dei Beni Comuni*” realizado em Nápoles em maio 2014, para falar da definição de novas formas jurídicas do comum Macao organizou uma pesquisa interna cujo título “69.300 horas” faz referência às horas de “surplus” de atividade que as pessoas investiram na criação daquele espaço. Os resultados da pesquisa foram apresentados num seminário público e oferecem uma identificação de quem são as pessoas que estavam participando do processo coletivo⁷¹. Os resultados falam que mais de 70% são agentes culturais; 30 a 35% deles recebe um salário abaixo da linha de pobreza (300,00 euros por mês), enquanto outros 30% acima de 2000 euros. O que deixa a pergunta sobre as razões da falta de uma faixa intermediária, com salários de cerca 800 euros por mês.

71 Mais informações disponíveis em: *La costituente dei beni comuni*, Napoli <http://www.exasilofilangieri.it/2014/05/10/sabato-10-5-fatti-bene-costituente-dei-beni-comuni-napoli/>; e *La produzione artistica e culturale nella città fabbrica, sistemi di cattura e pratiche di lotta*, Milano http://issuu.com/macaomilano/docs/69300_ore?e=6047552/8132068#search.

O que as duas experiências trazem para o debate

O que aproxima as experiências do Teatro Valle e do M^C^O pode ser resumido na novidade desta nova temporada: a coincidência entre cultura, democracia e participação. A mudança não tem donos e nem chefes; é feita de forma coletiva e quer atribuir um diferente sentido ao tempo dentro da produção.

O Teatro Valle, assim como o M^C^O, tornam evidente a afirmação do comum (seja com uma maior referência à cultura ou à cidade), como um elemento central da mudança que se opõe a um modo de vida construída e dominada pela produção de subjetividade capitalista, exclusivamente baseada na capacidade de produção entendida como relação trabalho/mercado.

Mas o que define o comum? É possível, neste contexto, identificar duas abordagens distintas: uma italiana, que tende a dar uma definição dentro de um quadro jurídico teórico; outra anglo-saxã, inspirada na experiência dos movimentos sociais de oposição à política neoliberal que assumem uma expressão no movimento *No Global*.⁷² Na Itália, Stefano Rodotà, define o comum como: “Os bens comuns são aqueles bens funcionais ao exercício dos direitos fundamentais e ao livre desenvolvimento da pessoa, e devem ser protegidos e preservados em favor das gerações futuras.”⁷³

Guido Viale expressa uma definição do comum ligada à questão da impossibilidade de privatização do mesmo:

*O bem comum é um recurso de cuja utilização ninguém pode ser excluído sob pena de privação (pela pessoa excluída) de um componente essencial dos seus direitos de homem e do cidadão. Assim, no mundo moderno, juntamente com recursos que são condições essenciais da vida e da sua reproduzibilidade, tais como a água e o ar, você pode colocar produtos artificiais, como o acesso à energia elétrica, mobilidade, serviços de saúde, ou faculdades superiores do homem, como a informação, a cultura, a arte, etc.*⁷⁴

72 Cf. “I Beni comuni, questi sconosciuti”, disponível em: http://www.dirittoerovescio.it/?page_id=563, acessado em junho de 2014.

73 Comissão sobre bens públicos instituído pelo Ministério da Justiça em 21 de junho de 2007. Vide nota 9.

74 Guido Viale, La democrazia dei beni comuni, Micro Mega on-line, março 2012, disponível em: <http://temi.repubblica.it/micromega-on-line/la-democrazia-dei-beni-comuni-2/?printpage=undefined>, acessado em julho de 2014.

Neste sentido, a gestão dos bens comuns deve ser compartilhada: todos os potenciais utilizadores devem poder participar nas decisões relativas à forma em que o bem é utilizado. Esta forma de gestão exclui a propriedade privada e envolve, tanto na reivindicação quanto no exercício do direito adquirido, formas de controle extenso e de gestão participativa, tornando evidentes os limites da democracia representativa como entendida pelas instituições contemporâneas.

Por isso, a defesa dos bens comuns, que hoje une muitos movimentos sociais, culturais e acadêmicos, não apenas na Itália, mas no mundo,⁷⁵ não se qualifica como uma volta ao passado – quando tudo ainda não precisava ser comercializado e privatizado em nome de um progresso entendido como sinônimo de eficiência e lucro – mas leva à necessidade de pensar uma gestão completamente nova, que não seja reduzida a uma simples transferência de propriedade sob o controlo do estado. É preciso afirmar a diferença marcante entre o público e o comum: a propriedade “pública” de um bem comum, especialmente se ela é vista como propriedade do Estado ou das suas articulações territoriais, não oferece nenhuma garantia de compartilhamento entre os beneficiários. Comum não é sinônimo de público, especialmente quando público é entendido como “algo que pertence ao Estado”. É preciso ir além da definição das relações entre pessoas e bens, principalmente como uma relação regulada pelo direito de propriedade, esta é uma abordagem obsoleta que responde a um entendimento jurídico tradicional que impede o desenvolvimento de qualquer caminho alternativo. Por estas razões, a definição de novas formas jurídicas torna-se necessária pela fruição do bem comum. É preciso, portanto, definir novas formas, também jurídicas, pela fruição do bem comum.

As ocupações italianas expressam uma revolta à inércia do Estado, assim como uma negação de confiança nas possibilidades de que o Estado possa mudar a própria atitude, posição que aparece evidente nos *slogans* presentes nas duas ocupações:

75 Vide por exemplo o caso do Equador com o Flok Society, um projeto de pesquisa, para desenvolver políticas públicas e ações que promovam a economia do conhecimento social. Mais informação disponível em: <http://flosociety.org/>.



Fotos: Palazzo Citterio, Milão “A vossa política cria o vazio” (no alto)
e Teatro Valle, Roma “Como é triste a prudência, trabalhadores das artes” (abaixo)

A indignação, raiva e frustração que as pessoas sentem convergem em uma força cooperativa e criativa que se expressa através das ocupações dos espaços físicos e na procura nestes espaços de uma ruptura, um êxodo das formas sociais do capitalismo. As ocupações assumem, portanto, o papel de se tornar um instrumento adequado para colocar na agenda o alarme para uma democracia em perigo.

*A ocupação, configurando uma ação da conquista física do espaço, define uma noção intimamente jurídica porque a posse, como situação de facto corresponde à propriedade, é o principal elemento justificativo da mesma. Desta forma a ocupação se capad de afirmar a soberania física, se torna uma força constituinte capaz de subverter a ordem estabelecida.*⁷⁶

Assim, a conquista física do espaço requer a utilização do próprio corpo que remete não apenas à fisicidade, mas também à singularidade de cada um, criando uma multidão feita de muitas individualidades cujas diferenças têm a capacidade de gerar uma potência. Esta potência é algo de incontrolável pelo Estado e pelo capital, remete à dualística definição do trabalho entendido como labor e como fazer⁷⁷ e cria um *link* com a questão urbana definida pela extensão das relações sociais que da fábrica saem para a cidade. De acordo com o antropólogo francês Mark Augé “hoje mais do que nunca precisamos de um grande canteiro de obras de emendas, no sentido do trabalho que era próprio das costureiras tempos atrás. Um trabalho de costurar as roupas rasgadas ou cerzir meias com buracos”⁷⁸ para reconstruir as relações sociais que se criam na cidade contemporânea da forma que esta sendo planejadas, construídas e administradas⁷⁹. São nos encontros, seminários, oficinas promovidas dentro destes espaços sociais que a teoria encontra a prática, em particular sobre as questões de cidadania, bens públicos, do direito. São nestes espaços que se criam novas formas de sociabilidade e novas formas de governança geradoras de um surplus de valor.

“69.300 horas” é o título da investigação conduzida pelos participantes de M^C^O, e representa o número total de horas gastas por essas pessoas ativamente em Macao. São horas roubadas à “produtividade” do indivíduo tal como visto na limitada relação produtivista mercado/trabalho. Em comparação com a amostra analisada, significa que cada indivíduo acumulou 34 horas de trabalho

76 Ugo Mattei, Soggetto politico nuovo – Forza Costituente della occupaçao”. Disponível em: <http://doppiocieco2.wordpress.com/tag/diritto/>. O encontro alegre de Antonio Negri, ou Spinoza.

77 Cf. Creating Common Wealth and Cracking Capitalism. A Cross-Reading, de Michael Hardt e John Holloway. Revista Herramienta n. 49, jun-jul 2011. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-49/creating-common-wealth-and-cracking-capitalism-cross-reading>. Accessado em 27 de julho de 2014.

78 Il nostro diritto alla città, disponível em: <http://comune-info.net/2013/03/il-nostro-diritto-all-a-citta/>.

79 Il nostro diritto alla città, disponível em: <http://comune-info.net/2013/03/il-nostro-diritto-all-a-citta/#comment-239184>, acessado em julho de 2014.

por semana dentro do espaço além das horas de trabalho na sua área de atuação. São estas pessoas, representantes de uma nova classe trabalhadora, assim como foram os artesãos e muitos trabalhadores temporários da Comuna de Paris no século XIX, que produzem, decompõem e reproduzem a vida urbana. Se muitas fábricas desapareceram, junto com elas houve redução da classe trabalhadora industrial, assim como classicamente entendida. Pelo contrário a classe criativa, produtora de um capital cognitivo, alimentadora de uma poderosa economia criativa, principalmente urbana, está se definindo cada vez mais como nova classe econômica e social. Segundo David Harvey: “Muitos deles são precários, muitas vezes móveis, difícil de organizar, de se sindicalizar, uma população que sofre mudanças contínuas, mas que, no entanto, tem um enorme potencial político.”

Conclusões

Primeiramente com a ocupação do Teatro Valle em Roma, e mais tarde com Macao em Milão e muitas outras ocupações em cinemas, teatros e clubes, estamos assistindo em toda Itália a uma tomada da palavra por parte da geração dos precários, a chamada “geração TQ” (a geração dos Trinta-Quarenta anos). São estes os trabalhadores flexíveis e móveis resultantes da aplicação da Lei Biagi de 2003 que introduziu o co.co.pro (contrato de colaboração por projeto, mencionado no início do artigo), que mudou bastante a organização do trabalho na Itália, a maioria das pessoas que estão mobilizando estes espaços, com o apoio de pessoas mais velhos, ou mais jovens.

Nas assembleias dessas novas agregações são discutidas participação, democracia direta; as regras e salvaguardas para garantir a todos a oportunidade e o direito de se expressar e trazer a sua contribuição para o coletivo; assim como é estimulada uma reflexão sobre o significado constitucional da reconquista dos bens das artes e da cultura como comum e a definição jurídica deles, o que parece constituir avertência específica italiana. Além disso, estes “vagalumes” dentro dos próprios “encontros alegres” nas “áreas obscuras” da cidade estão trazendo à superfície vários elementos da vida urbana contemporânea como confirma a chamada ao seminário nacional *Fare Pubblici, forme di rappresentazione e nuove cartografie della città esposizione* (Fare Pubblici – Formas de representação e novas cartografias da cidade Exposição) ocorrido em Milão em abril de 2014. “Tentamos entender como as pessoas, que constituem o público, lidam com uma

série de aspectos, entre os quais: a produção cultural, tempo, território, as relações humanas e ao imaginário.”⁸⁰

A lentidão gradualmente prevalece sobre a velocidade, torna o tempo mais humano; tenta acalmar o conflito entre as próprias paixões e as próprias obrigações produtivas; cria uma ruptura com as formas temporais impostas pela produção industrial. O consumo compartilhado quebra a obrigação de linkar o tempo exclusivamente a uma função produtiva definida dentro dos parâmetros capitalistas do mercado. Não surpreende que uma exortação comum como “Vai trabalhar!” cause revolta a este tipo de subversivo. Assim como não é novidade que a mídia ao redor do mundo continue a definir estas mulheres e homens que participam destas experiências de êxodo e que muitas vezes são os mesmos que ocupam as ruas de várias cidades, como meninos, apesar deles serem mulheres e homens adultos.

A reapropriação compartilhada de um bem comum, mesmo o mais geral e abrangente como a cultura, para torná-lo acessível a todos, é um processo que requer, e ao mesmo tempo promove, a ‘territorialização’ de processos (SANTOS, 2006). A defesa dos bens comuns leva a uma relação com o mundo dos objetos e o ambiente físico em que vivemos menos instrumental, menos cínico, que vise menos a um mero funcionalismo para incluir a dimensão afetiva, emocional, estética e nisso se aproxima do direito à cidade e assim como definido por David Harvey (2008), não apenas como “o direito de controlar os processos de urbanização, mas o direito de transformar a nós mesmos transformando a cidade para adequá-la aos nossos desejos.”

Concluindo, podemos dizer que, se o capital exercita o próprio biopoder sobre a vida dos indivíduos, os indivíduos demonstram a própria capacidade de resistência à produtividade urbana através da biopotência na união do trabalho vivo de cada singularidade, criando um reconhecimento político baseado na heterogeneidade e no entendimento da democracia como expressão real da diferença da multiplicidade.

Referências

ANDREOTTI, B. *Biopoder, Biopolitica e Multidão: Uma análise do desdobramento conceitual de Foucault em Antonio Negri*, 2012. Disponível em: <http://periodicos>.

80 Disponível em: <http://www.macaomilano.org/appuntamenti/fare-pubblici>, acessado em julho de 2014.

uniso.br/ojs/index.php?journal=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=645, acessado em: julho de 2014.

BOTERO; C.; DURAN S.; GUTIERREZ B.; SAENZ P.; SOLER P.; VILA D. *Cultura libre y abierta. Propuestas de política pública para la economía social del conocimiento*. Disponível em: https://floksociety.co-ment.com/text/tLUaKJev7zt/comments_frame/4u8kTPuF7nL/?, 2014.

CASANOVA Stua L. *Un ritratto. Chi sono i lavoratori dell'arte di Macao?* Publicado in AffarItáliani.it, disponível em Italiano em: http://www.affarItáliani.it/Milão/il-ritratto-chi-sono-i-lavoratori-220512.html?refresh_ce, 2012.

COMUNIAN, R. *Rethinking the creative city: the role of complexity, networks and interaction in the urban creative economy*. Urban Studies, 48(6), 2010.

FLORIDA, R. *The rise of the creative class*. Ed. Paperback, 2002.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FUCHS, C. Cognitive capitalism or informational capitalism? The role of class in the information economy. In: *Cognitive capitalism, education and digital labor*, Michael Peters e Ergin Bulut (eds.), Nova York: Peter Lang, 2011.

HARVEY, D. The right of the City, *New Left Review* 53, September-October 2008. Disponível em: <http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>.

_____. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, Ed. Verso, 2012.

HARDT, M.; HOLLOWAY, J. Creating Commonwealth and Cracking Capitalism. A Cross-Reading. Revista *Herramienta* n. 49, jun-jul 2011. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-49/creating-commonwealth-and-cracking-capitalism-cross-reading>, acessado em 27/07/14.

HARDT M.; NEGRI A. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Hamish Hamilton, 2005.

LAZZARATO, M. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Trabalho e capital na produção dos conhecimentos: uma leitura através da obra de Gabriel Tarde. In: Giuseppe Cocco, Alex Patez Galvão, Gerardo Silva (orgs.). *Capitalismo Cognitivo. Trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

MATTEI, U. *Soggetto politico nuovo – Forza Costituente della occupazione*, 2012. Disponível em: <http://doppiocieco.blogspot.com.br/2012/05/forza-costituente-delloccupazione.html>.

MONTARULI, V. *La funzione sociale della proprietà nella Costituzione Italiana e nella Convenzione europea per La salvaguardia dei diritti dell'Uomo*, 2008. Disponível em: <http://www.diritto.it/docs/26291-la-funzione-sociale-della-proprietà-nella-costituzione-Italiana-e-nella-convenzione-europea-per-la-salvaguardia-dei-diritti-dell-uomo>.

NEGRI A.; HARDT M.; HARVEY, D. Commonwealth, an exchange, *Artforum* 48, n.3, p. 210-221, 2009.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SZANIECKI B. *Outros monstros possíveis: disforme contemporâneo e design encarnado*. São Paulo: Ed. Annablume, 2014.

VIALE, G. *La democrazia dei beni comuni*, março de 2012. Disponível em: <http://temi.repubblica.it/micromega-on-line/la-democrazia-dei-beni-comuni-2/?printpage=undefined>, acessado em: julho de 2014.

Páginas on-line:

FATTI BENE. COSTITUENTE DEI BENI COMUNI, assemblea #5 e redigentesuindividuazione, affermazione e governo dei benicomuni. Conflitto e pratiche della decisione 2014, disponível in Italiano in <http://www.exasilosfilangieri.it/2014/05/10/sabato-10-5-fatti-bene-costituente-dei-beni-comuni-napoli/>

I BENI COMUNI, QUESTI SCONOSCIUTI, Sulla definizione dei benicomuni. Disponível in Italiano in http://www.dirittoerovescio.it/?page_id=563#fnref-563-4

Documento dei Lavoratori dell'Arte (pubblicato il 22/07/2011)

<http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2/54/117>

Comunicato dei Lavoratori dell'Arte (pubblicato il 25/09/2011)

<http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2/55/118>

Il nostro diritto alla città, Disponível in Italiano in: <http://comune-info.net/2013/03/il-nostro-diritto-all-a-citta/#comment-239184> acessado em Julho 2014

Macao, chemacello! 2013. Publicado in Exibart, disponível in Italiano in <http://www.exibart.com/notizia.asp?IDCategoria=1&IDNotizia=39348>

Macao, 2012. Publicado in Struggles in Italy, disponível in English in <http://strugglesinitaly.wordpress.com/2012/05/23/en-macao/> acessado Julho 2014

Macao belongs to everyone, let's protect it!, 2012. disponível in English in <http://art-leaks.org/2012/05/12/macao-belongs-to-everyone-lets-protect-it/>

TV- TEATRO VALLE (OCCUPATO), 2013. Disponível in English in

<http://fforfuture.wordpress.com/2013/01/11/tv-come-teatro-valle-occupato/>

Commissione Rodotà – per la modifica delle norme del codice civile in materia di beni pubblici (14 giugno 2007) – disponível in Italiano, http://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_1_12_1.wp?previosPage=mg_1_12&contentId=SPS47624

69300 ORE. La produzione artistica e culturale nella città fabbrica. Sistemi di cattura e pratiche di lotta. Disponível in Italiano in http://issuu.com/macaoMilão/docs/69300_ore?e=6047552/8132068#search

Lavoratori dell'Arte, 2011. Uma série de documentos disponíveis in Italiano sobre o processo de definição dos trabalhadores das artes <http://www.undo.net/it/my/d903714347694af092af40046b9d45b2>

Le lotte per i beni comuni muovono il diritto disponível in Italiano in <http://www.teatrovalleoccupato.it/le-lotte-per-i-beni-comuni-muovono-il-diritto-rassegna-stampa-aggiornata-al-21-febbraio> acessado Julho 2014

Websites:

<http://flopsociety.org/>

<http://furiacervelli.blogspot.com.br/p/scoop.html>

<http://www.teatrovalleoccupato.it/>

<http://comune-info.net/>

<http://www.macaoMilão.org/>

<http://www.domusweb.it/en/art/2012/05/12/macao-chronicle-of-an-occupation.html>

Laura Burocco é pesquisadora em Políticas Urbanas e Desenvolvimento. Nascida na Itália, morou no Rio de Janeiro entre 2004 e 2011, período em que coordenou um projeto sobre gênero e direito à moradia do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Entre 2012 e 2014, residiu na África do Sul, em Johannesburgo, atuando no IBSA Working Group in Human Settlements (Grupo de Trabalho em Assentamentos Informais entre Índia, Brasil e África do Sul), do South African Cities Network – Sacities. É formada em Direito pela Universidade de Milão, possui especialização em Políticas Internacionais e Desenvolvimento pela Universidade de Roma, pós-graduação em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e um MBE em Habitação pela Universidade de Witwatersrand – WITS, de Johannesburgo. Atualmente é doutoranda pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ.

A popularização dos meios de produção e difusão da música, e crise na indústria fonográfica. Revolução do precariado musical e contrarrevolução

.....Manoel J de Souza Neto

Introdução

A música passou no início do século XXI por tensões sociais, econômicas e políticas decorrentes da micronização da tecnologia e a desintermediação dos meios de difusão, encontrando-se em uma fase de transição. Enquanto as músicas regionais e independentes passam por uma forte ampliação da difusão na internet, do outro lado, as gravadoras e artistas renomados acumulam prejuízos. Novos *players* empresariais formados por setores de telefonia celular, *sites* e provedores disputam os frutos dos criadores com as mídias tradicionais. Em meio aos debates, relacionados a sustentabilidade da cena independente em um ambiente desregulado, todos procuram pela sobrevivência, em uma atividade que, pelo excesso de produção, teve substancial queda na taxa de lucro observada, comparada a enorme ampliação das atividades musicais, formando uma massa de criadores que se revela como o precariado (COCCO, 2012, p. 20-22). Aparentemente, muito já foi dito sobre a produção, difusão e consumo da música, tendo sido, após a internet, analisados os aspectos da reprodução técnica da música, como fez Amadeu (2009) ao parafrasear Benjamin (1936), da mesma forma foram refletidas as novas formas de consumo, ou circulação livre, como fizeram Lessing (2004) e Anderson (2006). Porém, os paradigmas surgidos ainda precisam ser aprofundados, descritos historicamente e nominados, para que sejam verificados seus efeitos.

Mudança tecnológica, popularização dos meios de produção e difusão: revolução

Se a indústria fonográfica, como uma série de processos da Cadeia Produtiva da Economia da Música⁸¹, é formada pelas principais etapas de pré-produção,

81 Uma cadeia produtiva pode ser entendida como uma rede de interrelações entre vários atores de um sistema industrial, que permite a identificação do fluxo de bens e serviços através dos

produção, distribuição, comercialização e consumo (PRESTES, 2005, p. 30-31), o desenvolvimento histórico se deu através de quatro períodos da economia política da música, os quais, segundo Atalli (1995, p. 51-52), estariam divididos em redes: ritual sacrificial, representação, repetição e pós-repetição (composição). A música, como objeto do capitalismo, foi aprisionada em dominação material por mega corporações ao longo do século XX, característica da transição das fases econômicas de representação, para repetição (ATTALI, 1985, p. 87-95), sendo considerada uma indústria de baixa inovação e, no entanto, de alta intermediação atravessando as relações entre artistas e o público. Com o novo século, as mudanças tecnológicas (micronização de equipamentos e formas novas de difusão como a internet), popularização ou o acesso aos meios de produção, geraram novos concorrentes em um mercado anteriormente dominado pelas *majors*. Com os custos de distribuição caindo a quase zero no comparativo do CD para os *downloads* de produtos marginais, a queda teria por efeito o abalo da rede estabelecida, de consumo/difusão e de oferta/procura, isso graças a uma infinidade⁸² de novos produtores/emissores responsáveis pela superprodução (MARX; ENGELS, 2001, p. 37), gerando um ambiente concorrencial, reforçando as teses dos autores clássicos da economia que tratam da teoria do valor (ROBINSON, 1979, p. 217).

Anteriormente, a distribuição era regulada por monopólio ilegal através do Jabá, propina paga para difusão nos veículos de comunicação que, ao evidenciar uma ínfima parte do mercado, esconderia todos os demais produtos gerando uma economia da escassez (BELISÁRIO; TARIN, 2012, p. 127). Modo de produção anterior que, sendo monopolista, obrigava o artista a procurar por contratos com gravadoras ou não conseguiria nem distribuição, nem difusão. Mercado da velha indústria que, por outro lado, forçava consumidores ao pagamento de altos preços nos CDs em um mercado cartelizado. A queda da rentabilidade na música, alardeada por muitos artistas e pelas *majors*, se justificam, mas as teorias e números aplicados são baseados em dados forjados, pois não seriam tais argumentos referentes à pirataria as razões da crise⁸³. Na realidade, a queda na taxa de lucro

atores diretamente envolvidos, desde as fontes de matérias primas até o consumidor final do produto do objeto em análise. (FENSTERSEIFER, citado por PRESTES, 2005, p. 23).

82 No mundo as *majors* produziram em toda a história menos de 1% de músicas do que a demanda reprimida liberou com a internet.

83 A ABPD somava dados de *downloads* de música de todos os usuários, contabilizava junto contrafação, falsificação, pirataria, com a produção legítima e independente chamando-a de “pirataria” em seus relatórios.

unitário do objeto musical teria por origem a super concorrência⁸⁴. O atual mercado simplesmente não fornece níveis de *optimal prices* para o lucro das *majors*, considerando que existem novos consumidores ouvindo novos artistas independentes e que boa parte dos usuários de música que ouvem o parco material das *majors* é usuário de serviços gratuitos. Teses⁸⁵ que, ao serem aplicadas, derrubam argumentos de que a pirataria teria levado a indústria fonográfica à quase falência, sendo outras as razões da quebra (ALLEN, 2011), em especial, o excedente de produção musical que não encontra o consumidor.

A velha revolução do autor-produtor. A liberação dos meios e o nascimento do precariado da música.

Aquilo que se imagina novidade, no debate da cena de música independente pós internet, chamada de cultura livre e seu braço na música livre, derivam do ideal da cena musical Punk e seu lema *Do-it-yourself*, que para a maioria surge nos anos 1970 (no Brasil tinha um equivalente na MPB dita independente). Porém, já em 1934, Walter Benjamin (2011), identificando a máquina da indústria cultural capaz de distribuir música em “conserva” como uma mercadoria, eliminando seu caráter revolucionário, sugere conceitos como autor-produtor e consumidores de arte como colaboradores inseridos na esfera de produção em relação direta com os artistas sem atravessadores com vias a socializar os meios de produção intelectual. Portanto, as tecnologias existentes na atualidade vêm sendo inspiradas por pensadores que acreditavam em uma arte com maior autonomia. Com a popularização dos meios de produção e difusão ocorrida no início do século XXI, os lucros do setor da música migraram para outras formas de entretenimento, para o mercado de nichos (ANDERSON, 2004), para as pontas, cenas/artistas independentes (DE MARCHI, 2012) e para as cenas regionais (LEMOS, 2008; SOUZA NETO, 2004). Pode-se inferir que Benjamin já falava 80 anos antes daquilo que se aplicaria à música na atualidade, gerando uma economia de trocas simbólicas através de financiamento coletivo (*crowdfunding*), gravações caseiras (*homestudios*), sites de *downloads* de arquivos digitais usados por artistas para divulgação em redes sociais onde são endossados e distribuídos por seus

84 Somente o projeto Genome do site Pandora localizou até o começo de 2014 mais de 130 milhões após a internet, comparando com os parcos 3,5 milhões de obras musicais registradas pela antiga indústria fonográfica.

85 Oberholzer-Gee e Strumpf (2009) afirmam serem necessários mais de 5.000 *downloads* de uma música para que se deixe de vender um único CD, contrariando os discursos proferidos na mídia e as decisões judiciais que criminalizavam usuários de internet.

amigos e fãs⁸⁶, convertendo-se em moeda para coletivos, festivais e gravadoras *indies*. Portanto, artistas que conquistaram autonomia-relativa das multinacionais através da autoprodução de espetáculos, vendas de CDs diretamente nos shows e difusão de música *on-line*, que tiveram enorme avanço com as licenças alternativas *Creative Commons*, somados aos arquivos de *mp3* e com o *p2p*. O que provocou a renegociação das formas de circulação e de trocas simbólicas, diante do espaço anteriormente monopolizado por algumas décadas pelos mídias (BAUDRILLARD, 1995, p. 173-175). A indústria fonográfica perdendo a capacidade de ditar produtos, diante da cultura livre (LESSIGN, 2004, p, 28), simplesmente ruiu, abrindo portas para os novos concorrentes que são os milhões de criadores das multidões interconectadas. Se anteriormente as transformações da economia da música relatadas por Attali (1985), marcadas pela repetição dos produtos (catálogos), o que Adorno (2011) tratava por *Evergreens* e *Hits* (ADORNO, 2011, p. 104-117), pertencentes aos poucos donos dos meios de produção difundidos na mídia, tornavam as *majors* independentes dos artistas, ditando gostos, revelando um sistema fechado autopoético, onde a racionalização da produção transformava artista em objeto da máquina, e os sistemas das cadeias produtivas da economia da música sequer citavam o compositor como parte da estrutura (PRESTES, 2005, p. 154), com a liberação das emissões de trocas simbólicas, são as pessoas e os artistas (99%) que independem dos mediadores antigos⁸⁷.

Broadcast yourself

Todo o alarde feito pelas *majors* de que a pirataria estaria “matando a música” foi simplesmente concorrência dos novos donos dos meios de produção e difusão, cenários marcados pela enorme diversidade musical. O fenômeno foi causado por excessivo controle de multinacionais sobre os criadores e emissores de conteúdos em regime de *broadcasting* (BRANCO, 2014), revertidos os significados no enfrentamento para *Do-it-yourself* e deste, com a ruptura do monopólio de trocas simbólicas e com a conquista de meios, o novo lema lançado pelo *Youtube* fundindo os anteriores em *Broadcast Yourself* (SOUZA, 2012). A nova onda gerou um mercado de redes flexíveis entre usuários, artistas, gravadoras independentes e *majors*, devido à conexão generalizada, ocorridas pelas redes

86 O músico Leoni (2009) afirma que “Os fãs são a nova gravadora. No negócio agora tudo depende da relação entre o artista e seus fãs, especialmente os ‘uber’ fãs, aqueles que compram todo o merchandising, vão a todos os shows e divulgam suas bandas favoritas”.

87 Cf. LEONI. Manual de sobrevivência no mundo digital. E-book. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/desenvolveti/ebook-manualdesobrevivencianomundodigital>>.

virtuais que promoveu a liberação do polo de emissão controlada pela mídia de massas, da demanda reprimida vinda da produção descentralizada de conteúdo para as multidões e, entre elas, onde “a internet ‘desintermedia’ as relações; o ser humano pode se comunicar de forma global” (BRANCO, 2014), gerando a produção do comum, que:

Não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos de produção. (NEGRI; HARDT, 2005, p. 266)

Porém, anteriormente ao efeito da internet, outro fenômeno foi mais relevante com a micronização tecnológica, gerando o barateamento e popularização dos meios de produção sendo possível, atualmente, que: donos⁸⁸ de *i-phones*, *androids*, *smartphones*, que tenham acesso a sites de *downloads*, *p2p*, *youtube*⁸⁹, e tenham contas em redes e novos espaços de sinergia virtuais (LEMOS, 2003), controlem mais ferramentas de produção e difusão musical do que a velha indústria fonográfica e do audiovisual detinham no passado. Qualquer um que disponha de um investimento baixo torna-se para além de consumidor, como previsto por Enzensberger (1970) em Baudrillard (1995, p. 1987), “produtor/emissor” de conteúdos de audiovisual e música, revertendo os modos de produção, retomando o papel do mestre artesão (MARX; ENGELS, 2001, p. 29-39) ou proletariado que expropriado de seu posto com a revolução industrial, reconquista os meios e sua autonomia, diante das corporações que se tornaram no século XX atravessadoras das emissões e trocas (BAUDRILLARD, 1995, p. 174) de fluxos comunicacionais. O autor como produtor, previsto por Benjamin (1934).

Sobreviver de vento? Da fase ritual ao surgimento do precariado

Retornando a Atalli (1985), as fases anteriores de representação, repetição e pós-repetição ainda existem nos centros urbanos, enquanto nas sociedades autóctones, não podendo ser descartadas as hipóteses da função ritual sacrificial ainda estarem presentes. Diferenciam-se as fases do desenvolvimento cultural, econômico e social por ocorrerem de formas distintas e por não seguirem no mes-

88 Pesquisa realizada considerou que em 1991 os recursos existentes em um iPhone custariam por unidade mais de U\$3,56 milhões, sendo estimados na atualidade desta pesquisa em U\$3.000 mil, portanto menos de 1.000 vezes menos se existisse algo similar 23 anos antes (SWANSON, 2014).

89 32% dos vídeos consumidos no youtube seriam feitos pelos músicos “amadores” (SOUZA, 2012).

mo sentido evolutivo como proposto pelos positivistas e eurocentristas, portanto, precisam ser vistas com ressalvas as etapas propostas por Attali (1985) perante diferenças existentes entre os povos, diante das alteridades e subjetividades. Ainda assim, segundo estas teorias, estaríamos então observando uma transição, pois se desenvolvem nas redes virtuais trocas de arquivos musicais com capital simbólico que pode ou não encontrar moeda real para conversão. Esta economia de trocas simbólicas, ou estágio de pré-socialismo musical, se revela uma fase da economia alternativa às fases de repetição e pós-repetição daquelas apresentadas por Atalli (1985), mas dialogam com Anderson (2006) e Lessing (2006), ao proporem economias de nichos e de livre circulação. Para além das redes virtuais, tenta-se, na prática, converter em moeda as ações, em trocas de serviços, espaços independentes, moedas alternativas, shows em circuitos de nichos que negam o mercado das *majors*, portanto, ao menos em parte, se enquadram no conceito de que “o comum que interessa é necessariamente antagonista” ao sistema capitalista tradicional (CAVA, 2012). Seria uma nova economia precária, porque “o novo produtor de cultura das periferias faz parte de um precariado global: são os produtores sem salário nem emprego” (BENTES, 2010). Segundo Cocco (2012), “O trabalho se tornou imaterial e cognitivo (cultura) e precisa dos serviços para manter-se tal”. A nova realidade de trabalho improdutivo devido a livre circulação de objetos condiciona os criadores a uma competitividade adaptativa Darwinista, constatada no manifesto *Freemusic* de Samudralam (1994), com a qual cada um se depara com uma Esphinge no espelho, que lança uma pergunta que exige respostas das quais depende obter chances de vida, ou não, diante da pergunta mortal⁹⁰: como sobreviver sendo apenas mais um no formigueiro?

No capitalismo das redes (...) terreno de conflito entre o novo tipo de trabalho (imaterial) e o novo regime de acumulação (cognitiva). O conflito entre capital e trabalho passa por uma outra dinâmica. Em seu cerne não se encontra mais o salário, mas a “partitura”. (COCCO, 2012, p. 20)

A incapacidade de adaptação de alguns artistas vem levando a questionamentos, surgidos de artistas como David Byrne (2013). Outros como Santi (2010)

90 Ghosemajumder (2002, p. 35) afirma que a disposição do público para pagamento de serviços de *download* de música ilimitada legalizados não passam de dispêndios de U\$ 4,99/mês (padrões nos EUA e UE que não se aplicam ao restante do mundo). Diante disso onde fica a distribuição de pagamentos de royalties de música legal para o meio musical, considerando que somente o Pandora já tem mais de 130 milhões de música diferentes em catálogo? Quem vai ganhar dinheiro com música on-line?

se perguntam: música livre de quê?⁹¹ Resta economia, renda e emprego neste mundo de competitividade adaptativa Darwinista? Outro que não seja em um regime colaborativo? Mantendo as esperanças, Marx acreditava no esgotamento do capitalismo, o que não ocorreu no regime pós-fordista, mas as novas utopias localizadas se formam, heteropias, na concepção de Foucault, apontando como novas protagonistas a sensibilidade e a criatividade (LEITÃO, 2011, p. 8). O sistema que surge permite utopias e heteropias coletivas, mas também anuncia a brutalidade e luta pela sobrevivência que se acentua na ambivalência destes tempos, lembrando Bauman (1999).

Consciência de classe

O acesso a tecnologias de produção e difusão permitem a geração de músicos/ouvintes a se autoproduzir, a criação permite a reflexão sobre a prática, antes isolados, agora conectados trocando informações e, donos de novos meios, são empurrados para novas formas de organização social e consciência de classe. Conforme Marx e Engels, “um determinado desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção corresponderia certas expressões ideológico-culturais” (1952, p. 414-424). Baixar uma música, trocar um arquivo digital, quebrar direitos autorais, compor e divulgar de forma independente, associar-se a outros em rede, gerando hábitos de produção e consumo “disfuncionais” (CANCLINI, 1993, p. 78) revela-se um motim (des)organizado, guerrilha, torna-se um ato político e revolucionário, um *Fork Bomb*⁹², como proposto em *CopyFight*, uma sabotagem dos sistemas reguladores de “propriedade intelectual”. Uma desobediência civil que não começou na internet, apenas transbordou (ocorriam na cena musical *punk* e *indie* desde os anos 1970 através de festivais, zines, *demotapes*). Uma estratégia subversiva tal qual anteriores, como os *hippies*, movimentos das culturas populares, ou revolucionários. Política das diferenças, que efetivam uma teoria da “acção simbólica”, ao “desviar os medias no seu poder de reação em cadeia” (BAUDRILLARD, 1995, p. 177). Aquilo que Castells (1999) chamou de “socie-

91 Uma pergunta que remete ao conceito de “Precariado Produtivo” que seria um trabalhador precário, sem emprego, mas que produz. O precariado se difere muito pouco de outros conceitos como explorado, excluído ou escravo.

92 Fork Bomb é uma técnica de ataque a computadores na qual processos se replicam indefinidamente até esgotar a capacidade de processamento de um determinado sistema. –(:(){};:& };;) – uma sabotagem similar dos sistemas reguladores de “propriedade intelectual” (BELISÁRIO; TARIN, 2012, p. 3).

dade em rede”, não pode ser destituída de seu significado político, revolta popular (CHOMSKY, 2002, p. 67- 71).

No capitalismo cognitivo, essa dinâmica comum se torna o campo de disputa por excelência. Sob a perspectiva marxista, o conceito de comum descende do conceito de general intellect, mas para ir além da dimensão intelectual e englobar a produtividade das relações afetivas, de cuidado, linguísticas e mesmo antropológicas. Mais que produzir objetos, no comum se produzem sujeitos, isto é, formas de vida a partir de formas de vida. (BELISÁRIO; TARIN, 2012, p. 128)

O acesso e socialização dos meios de produção levariam a revolução do proletariado (MARX; ENGELS, 2001, p. 45-60), em disputa pela forma, que é a expressão objetiva da produção material, e sua reversão, para uma nova economia baseada em “Valor de Uso” e não mais de “Valor de Troca”, portanto, estaríamos diante de uma disputa pelo simbólico (BAUDRILLARD, 1995, p. 146) e significante na gênese da estrutura, capaz de reverter a cadeia de significados na superestrutura, não apenas da música, mas de todas as redes. Ou não?

Esse deslocamento não é linearmente libertador ou emancipador. Ele apenas define o marco de um novo conflito. Na execução virtuosa, nos lembra Virno, temos sempre uma prestação pessoal, quer dizer os elementos ambíguos próprios da mobilização produtiva da vida. Abre-se o horizonte de uma atividade livre e criativa, mas também cria-se uma nova condição servil. (COCCO, 2012, p. 19)

Comparando a uma “zomba da lógica mercantil” demonstrados em hábitos de produção e consumo “disfuncionais” (CANCLINI, 1993, p. 78), estariam efetivamente preocupados os músicos e ouvintes em realizar uma “ação simbólica”? Seriam resistências estes atos? Fica evidente o entusiasmo compartilhado de alguns dos pensadores contemporâneos com os subversivos coletivos culturais, assim como Becker (1963) ao tratar da resistência e conflitos de *Mods* e *Rockers* nas praias de Kent na Inglaterra em meados dos anos 1960. Em oposição a qualquer uma dessas visões, Mattelart e Neveu questionam suas interpretações, todas de uma só vez, com uma pergunta simples:

É preciso dar-lhes um valor subversivo? Sugerir mais modestamente que elas contêm uma crítica latente dos valores instituídos? Ou não passam de inconscientes passatempos que o capitalismo autoriza fora do tempo da escola e da fábrica? (MATTELART; NEVEU, 2006, p. 66)

Mas se as revoltas seriam efetivamente processos de resistências, afinal onde estariam tantos artistas, hackers, ativistas, e membros de coletivos, cultura digital, midialivristas, fóruns e cooperativas, no momento de real enfrentamento do sistema vigente? Após tantas coalizões de autores reivindicando politicamente seus direitos autorais, *Copyright*, pressionando governos pelo controle da internet, ainda pode se acreditar que a criatividade, experimentalismo e o ativismo andam juntos com a exploração do comum, portanto se convertendo em bem de domínio público? (CRAMER, 2012, p. 129). Seriam as movimentações do precariado tentativas de se incorporar ao sistema de acumulação, como bem lembrou Cava (2012), grupos, que na realidade efetivam um altercapitalismo. Indiferente a realidade dos movimentos da sociedade civil, ou das supostas resistências e subversões atribuídas as “zomba da lógica mercantil” e hábitos de produção e consumo “disfuncionais”, o capital segue sendo o capital. E neste momento artistas que se libertaram de um sistema dominado por *majors*, estão a formar novas dependências com as plataformas de emissão, tais quais: redes sociais, coletivos, festivais, provedores, empresas de *software*, grandes portais de internet, telefonia e novos serviços de *Apps* musicais que surgem todos os anos⁹³.

Contrarevolução e considerações finais

Enquanto no plano ideológico e acadêmico mil teorias tentam explicar a música pós internet, diante desse conflito, o “Império Contra-Ataca” (STURM, 2013) as forças econômicas defensoras do *Laissez-faire*, vêm procurando uma contrarrevolução, procurando resistir aos novos meios tecnológicos (LEMOS, 2008, p. 199). Com a diluição do objeto material por conta da música digital distribuída em redes, as *majors* vislumbram ainda no ano de 1999 que a “Música será um serviço, não um produto” (JONES, 1999), como afirmou Jim Griffin (executivo da Geffen Records/ Universal Music Group). Enquanto procuram por outras tecnologias que lhes permitam a manutenção dos monopólios, buscam através de amarranções jurídicas e medidas protetivas através de tratados internacionais de direitos autorais, internet, comércio, e até de controle social a quebra da neutralidade das redes, bem como de direitos humanos. Justificadas por Jack Valenti, presidente da MPAA⁹⁴ como a “guerra contra o terrorismo” (LESSING, 2004, p. 37). As antigas indústrias de conteúdos de audiovisual e música, hoje associados a novos serviços,

93 Somente em 2013, surgiram os seguintes serviços de música: Bop.fm; Mindie; Upbeat; DistroKid; Jukely; Turntable Live; Whyd; iTunes Radio; Twitter Music. Fonte: The Revolutionary New Music Apps You Missed In: 2013 – fastcolabs.com.

94 Associação dos Estúdios Cinematográficos Estadunidenses.

como empresas de tecnologia, telefonia, equipamentos, provedores, cabeamento, satélites, estão sabotando o espírito livre que fundou a internet. Convertendo a rede em um sistema de distribuição de produtos controlada, medida que se efetivada irá afetar a autonomia relativa alcançada por aqueles que detêm os meios de produção cognitiva, não apenas com ampliação da precarização do trabalho, mas com limitações das trocas simbólicas. Espalham-se Leis como a Sinde espanhola, pretendendo controlar “a centralidade do valor imaterial, – logo cultural, na acepção de cultura como processo social imanente de criação, combinação e propagação de valores”, estratégia de grupos que pretendem “disciplinar o fluxo de informações, conhecimentos, músicas, imagens, livros, de todo o tipo de conteúdo passível de apropriação e lucro, sempre sob o marco do *copyright*” (Direito do Comum. In: BELISÁRIO; TARIN, 2012, p. 129). As disputas entre o precariado da música, e aqui inclui-se audiovisual e outras manifestações que disputam na atualidade dos mesmos meios com os grupos hegemônicos corporativos internacionais, revelam a contrarrevolução das forças capitalistas que pretendem se impor ao mundo. O início da idade média digital, ou como afirmou Lessing (2004) a cultura “está se tornando cada vez menos livre”. Temas que retornarei em outros artigos.

Referências

- ADORNO, Theodor W. *Introdução a Sociologia da Música*. São Paulo: Unesp, 2011.
- ALLEN, David. Historical album sales decline and the false sales spike of CDs. 2011. Disponível em: <<http://www.pampelmoose.com/2011/07/historical-album-sales-decline-and-the-false-sales-spike-of-cds>>. Acesso em: 02/01/2012.
- AMADEU, Sérgio; PERPETUO, I. Franco (Orgs.). *O Futuro da Música, Depois da Morte do CD*. São Paulo: Momento Editorial, 2009.
- ANDERSON, Chris. *The Long Tail*. Forget squeezing millions from a few megahits at the top of the charts. The future of entertainment is in the millions of niche markets at the shallow end of the bitstream. Disponível em: <http://archive.wired.com/wired/archive/12.10/tail_pr.html>. Acesso em: 05/06/2013.
- ATTALI, Jacques. *Noise. The Political Economy of Music*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1985. p. 87-95
- _____. *Ruidos. Ensayo sobre la economía política de la música*. México: Siglo veintiuno editores, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

- BELISÁRIO, Adriano. TARIN, Bruno. (Orgs.) *{Copyfight :|: Pirataria & Cultura Livre}* Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reproducibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Cultura de Massas*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. Conferência pronunciada no instituto para o estudo do fascismo, em 27 de abril de 1934. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011. p. 120-136.
- BENTES, Ivana. *Midiativismo. Formação Livre e em Fluxo*. Rio de Janeiro: Overmundo, 25/12/2012. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/midiativismoformacao-livre-e-em-fluxo>> Acesso em: 26/12/2012.
- _____. *Redes Colaborativas e o Precariado Produtivo*. 2010. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/culturaepensamento/files/2010/02/const-comum_Ivana-bentes.pdf>. Acesso em: 02/01/2013.
- BRAGATTO, Marcos. *A viagem é outra*. 2013. Disponível em: <<http://www.rockemgeral.com.br/2013/12/30/a-viagem-e-outra/>>. Acesso em: 02/02/2014.
- BRANCO, Marcelo. “*Brasil está na rota das revoltas hiperconectadas*”. 06/01/2014. Entrevista concedida a Jimmy Azevedo. Disponível em: <<http://jers.uol.com.br/site/noticia.php?codn=150736>>. Acesso em: 07/02/2014.
- BULI, Liv; HU, Victor. *Data Science and the Music Industry: What Social Media Has To Do With Record Sales?*, 2012. Disponível em: <<http://www.hypebot.com/hypebot/2012/12/data-science-and-the-music-industry-what-social-media-has-to-do-with-record-sales.html>>. Acesso em: 12/05/2013.
- BYRNE, David. ‘The internet will suck all creative content out of the world’ – The boom in digital streaming may generate profits for record labels and free content for consumers, but it spells disaster for today’s artists across the creative industries. *The Guardian*, Friday 11 October 2013 15.53 BST. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/music/2013/oct/11/david-byrne-internet-content-world>>. Acesso em: 12/01/2014.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Gramsci e as culturas populares na América Latina. In: COUTINHO, Nelson Carlos; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 61-84.
- CAVA, Bruno. *O comum – exploração 2.0*. Universidade Nômade. 2012.
- CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as pessoas?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CIOFFI, Mariana. *The music industry in Brazil: an invitation to further studies*. MUSIC INDUSTRY STUDIES – University of Liverpool School of Music. 2011.

CNCDA/ECAD: *o império contra-ataca em São Paulo* – 13 de setembro 2010. Disponível em: <<http://arakinmonteiro.wordpress.com/2010/09/07/cncdaecad-o-imperio-contra-ataca-em-sao-paulo-13-de-setembro/>>. Acesso em: 12/02/2013.

DE MARCHI, Leonardo. Discutindo o papel da produção independente brasileira no mercado fonográfico em rede. In: HERSCHEMANN, Micael. A. (Org.). *Nas bordas e fora do mainstream musical: novas tendências da música independente no início do séc. XXI*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, FAPERJ, 2011.

DE MARCHI, Leonardo. Inovação e institucionalização na indústria fonográfica brasileira: Um estudo de caso das estratégias de negócio de músicos autônomos no entorno digital. *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación*. Eptic, Vol. XIV, n.2, May – Ago. / 2012

DOYON, Mark. *Think of Your Music as a Service, not as a Product*. 2013. Disponível em: <<http://www.musicthinktank.com/blog/think-of-your-music-as-a-service-not-as-a-product.html>>. Acesso em: 11/01/2014.

DUNN, K. C. *Never mind the bollocks: the punk rock politics of global communication*. Review of International studies, 34, 2008, p. 193-210. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/232027772_Never_mind_the_bollocks_the_punk_rock_politics_of_global_communication>. Acesso em: 02/01/2012.

EL PAÍS. *Os senhores da rede colonizam a arte*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/02/cultura/1391378847_427986.html>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

FENSTERSEIFER, Jaime F.; GOMES, Júlio e do Couro. In: PRESTES, Luiz Carlos. *Cadeia Produtiva da Economia da Música*. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

FINE, Ben. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FRANCESCO, Laurie Di. *Mudanças estratégicas e proposta de um novo modelo econômico na indústria fonográfica*. 2007. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Administração) Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibmecrj.br/sub/RJ/files/ADM_lauriefrancesco_jun.pdf>. Acesso em: 15/06/2008.

GHOSEMAJUMDER, Shuman. *Advanced peer-based technology business models*. Thesis (M.B.A.) Massachusetts Institute of Technology, Sloan School of Management, 2002. Includes bibliographical references (leaf 58). Sloan School of Management. 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1721.1/8438>>. Acesso em: 28/01/2014.

GOMES, Makely O. Prefácio. RUIZ, Téo, LEMINSKI, Estrela. *Contra Indústria*. Curitiba: Na Marra, 2006.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Multidão, guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

- HECKE, Caroline. 10 maneiras de descobrir novas músicas na internet. 26 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/musica/42496-10-maneiras-de-descobrir-novas-musicas-na-internet.htm>>. Acesso em: 15/01/2014.
- IAN, Janis. From The Majors To The Minors. 2000. Disponível em: <<http://www.janisian.com/reading/majors.php>>. Acesso em: 26/01/2014.
- IAN, Janis. From The Majors To The Minors. Performing Songwriter Magazine. 2000. Disponível em: <http://www.janisian.com/article-from_the_majors_to_the_minors.html>. Acesso em: 26/01/2014.
- JONES, Christopher. Digital Music at the Crossroads. Wired, 1999. Disponível em: <<http://www.wired.com/culture/lifestyle/news/1999/04/19171>>. Acesso em: 02/01/2011.
- KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- LEMOS, André. Cyber cultura, alguns pontos para compreender nossa época. In: LEMOS, A. CUNHA, Paulo. (ORGs) *Olhares sobre a cyber cultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- LEMOS, Ronaldo *et al.* *Tecnobrega*: O Pará, reinventando o negócio da música. Rio de Janeiro. 2008.
- LEONI. Então você quer fazer sucesso no mundo da música? Aqui estão as novas regras. 2009. Disponível em: <<http://musicaliquida.blogspot.com.br/2009/07/entao-voce-quer-fazer-sucesso-no-mundo.html>>. Acesso em: 12/05/2010.
- LEONI. Manual de sobrevivência no mundo digital. E-book. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/desenvolveti/ebook-manualdesobrevivencianomundodigital>>. Acesso em: 10/11/2012.
- LESSING, L. Free Culture. How big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity. The Penguin Press: New York, 2004.
- MACHADO, A. MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios Livres*. A reforma agrária no ar. Brasiliense. São Paulo, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- MARX; ENGELS In: BARBOSA, Walmir. Estado e poder político em Marx. Disponível em: <http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/estado_poderpolitico_marx.pdf>. Acesso em: 17/06/2012
- MILLION and counting. 08/10/2011Disponível em: <<http://www.marsbands.com/2011/10/97-million-and-counting/>>. Acesso em: 10/11/2011.
- MORAN, Ian P. Punk: The Do-It-Yourself Subculture. *Social Sciences Journal*, v. 10, Iss. 1, Article 13, 2010. Disponível em: <<http://repository.wcsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1074&context=ssj>>. Acesso em: 10/01/2011.

-
- OBERHOLZER, Felix. STRUMPF, Koleman. *The Effect of File Sharing on Record Sales An Empirical Analysis*. Harvard Business School UNC Chapel Hill. 2004. p. 36-51
- PARRA, Henrique Z. M.; ORTELLADO, Pablo; RHATTO, Silvio *et al.* *Movimentos em Marcha. Ativismo, Cultura e Tecnologia*. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://pimentalab.milharal.org/files/2013/05/movimentos-em-marcha-livro.pdf>>. Acesso em: 02/01/2014.
- PRESTES, Luiz Carlos. *Cadeia Produtiva da Economia da Música*. Rio de Janeiro: PUC, 2005.
- QUERETTE, Emanoel. *Economia Criativa – Panorama do Mercado da Música no Brasil e no Mundo*. CICTEC: Recife, 2013.
- ROBINSON, Joan. *Contribuições à Economia Moderna*. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.
- SALAZAR, Leonardo. *Música LTDA*. Sebrae: Recife, 2010.
- SHUKER, Roy. *Vocabulário de música pop tradução*: Carlos Szlak. São Paulo: Hebra, 1999.
- SOUZA, Tiago Alves Nogueira. O Consumo de Músicas via Youtube. Jun 14, 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/tiagont/o-consumo-de-msicas-via-youtube>>. Acesso em: 02/01/2013.
- STURM, Heloisa Aruth. Império Contra-Ataca. RIO – O Estado de S.Paulo. 2013. <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-imperio-contra-ataca-,1002125,0.htm>
- SWANSON, Bret. How much would an iPhone have cost in 1991?. 3 de fevereiro de 2014. <<http://www.techpolicydaily.com/communications/much-iphone-cost-1991/>>. Acessado em: 07/02/ 2014.
- WACHOWICZ, Marcos; RIBEIRO, Márcia C.P; COSTA, José Augusto Fontoura; PRONER, Carol. Estudos de Direito de Autor e Interesse Público. *Anais do VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público*, Gedai, UFPR, 2012.
- WHILE Artists are Bitching About Spotify Royalties... Google, YouTube and Grooveshark are in the Getaway Car.... 16/01/2014. <<http://thetricordist.com/2014/01/16/while-artists-are-bitching-about-spotify-royalties-google-youtube-and-grooveshark-are-in-the-getaway-car/>>. Acesso em: 20/01/2014.
- WISNK, José Miguel. Barulho. O Globo – RJ, Segundo Caderno, em 05/02/2011.

■.....**Manoel José de Souza Neto** é diretor do Musin – Museu do Som Independente/ Paraná. Contato: neto.manoeljdesouza@gmail.com.

■ Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano

Natacha Rena

Paula Bruzzi

Arte e política, corpo e cidade⁹⁵

Para o filósofo francês Jacques Rancière, os conceitos de arte e política possuem uma origem comum, tanto um quanto o outro estão fundados sobre o mundo sensível. O autor desenvolve tal teoria com base no que ele denomina “partilha do sensível”, conceito que descreve a formação política a partir do encontro dissonante das diversas percepções individuais. Em suas palavras: “denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15). Ou seja, tal conceito refere-se ao comum – entendido como o conjunto de elementos que são compartilhados em sociedade, tais como linguagens, ideias, símbolos e relações – e às possibilidades de participação a que este se presta. Esta seria, para ele a “estética” presente na base da política. Estética esta que “não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade da arte, pelo pensamento do povo como obra de arte” (RANCIÈRE, 2005, p. 16). Essa estética primeira, além de subjazer à prática política – que se baseia justamente no conflito e no dissenso, é a base para a compreensão das chamadas “práticas artísticas”, sendo estas, para ele, “‘maneiras de fazer’ que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e de formas de visibilidade.” Torna-se claro o potencial de tais práticas enquanto referência para a construção de significações e como meios de ativação de processos críticos na comunidade. Dentre as três formas do sensível que o autor destaca enquanto formas de relação entre a arte e a construção de sentido na comunidade, destaca-se a superfície de signos pintados referente à potência da bi-dimensionalidade ou do plano. Depreende-se da teo-

95 Agradecimentos às agências de fomento a pesquisa e extensão CNPQ e Fapemig, que apoiam a pesquisa Cartografias Emergentes da qual as autoras fazem parte.

ria de Rancière que o campo estético, por constituir lugar privilegiado por onde prosseguem lutas em outros tempos centradas nas ideias de emancipação, assume papel privilegiado nas batalhas contemporâneas. Segundo ele, a relação entre estética e política coloca-se “no nível do recorte sensível do comum da comunidade, das formas de sua visibilidade e de sua disposição”, sendo este, o ponto a partir do qual se podem pensar as intervenções políticas dos artistas. Para ele, o incentivo de múltiplas manifestações artísticas dentro das comunidades seria característica inerente ao regime político democrático.

Também no debate sobre uma arte (potente e crítica), destaca-se o pensamento de Chantal Mouffe (2007), que a comprehende enquanto construtora de formas de dissenso. A autora defende a ideia de que o espaço público seria fundado essencialmente em antagonismos, e constituiria, por isso, um espaço político. Mouffe contribuiu, assim, para a discussão do espaço público enquanto palco de necessidades individuais conflitantes, e para o papel da arte crítica enquanto explícitadora das batalhas e tensões nele presentes. O reconhecimento dessas ideias seria, segundo Rosalyn Deutsche (1998), essencial para o surgimento de uma política espacial democrática. As considerações de tais autoras mostram-se extremamente importantes na análise das cidades contemporâneas, – que acabam por apresentar, na maior parte dos casos, uma dinâmica contrária – e do papel da arte critica enquanto instrumento de ressignificação de seus contextos. Nota-se, nos grandes centros urbanos, uma nítida intenção “pacificadora” por parte das esferas de poder. Intenção esta que engloba, segundo Paola Berenstein Jacques (2011), além da questão securitária, justamente o esvaziamento dos conflitos, citados por Mouffe enquanto inerentes ao funcionamento do espaço público. O movimento que se observa nestes locais é, assim, em direção à construção de um espaço – e de uma população – homogêneos, baseados em uma realidade urbana pautada no consenso. Ou seja, criam-se espaços “públicos” desprovidos de seus elementos básicos: a diferença, e o inevitável estado de tensão inerente à existência da mesma. Sem tais características a cidade torna-se um ambiente apolítico, um corpo vazio, e, portanto, sem vida. O que se tem é a própria negação do conceito de *pólis* – que se baseia, justamente, na cidade enquanto local privilegiado da vivência política – e a construção, em seu lugar, de um ambiente cenográfico, falsamente homogêneo e consensual. Este espaço-cenário configura o que poderíamos chamar de “cidade-espetáculo”, em uma concepção na qual a cidade, em busca de um lugar de destaque no contexto geopolítico global enquanto cidade turística, histórica ou cultural, implanta processos de pacificação e homogeneização que geram espacialidades extremamente ineficazes em termos de apropriação real.

O espaço urbano transforma-se, assim, em uma espécie de simulacro, no qual a construção de uma imagem “ideal” é priorizada em detrimento da consideração das necessidades e especificidades locais. Esta situação acaba por anular as possíveis relações de identificação, vivência e apropriação da cidade por parte da população, desencadeando um processo de alienação entre as pessoas e o território urbano. Tal alienação poderia ser interpretada tanto quanto corporal – já que a cidade-imagem prioriza a contemplação ótica em detrimento da apropriação tátil – quanto como social e política – a partir da premissa de que os espaços urbanos, se transformados em cenário, deixam de constituir lugares de encontro e de estímulo à vida coletiva.

Pode-se intuir que, tanto o processo de pacificação quanto o de espetacularização a ele atrelado, relacionam-se a estratégias de controle do comum, – ou de sua expropriação, para usar as palavras de Bárbara Szaniecki e Gerardo Silva (2010a) – no sentido de moldar hábitos e desejos da população em prol da construção de espaços pasteurizados, que atendam às exigências do mercado. Frente a esse quadro acreditamos fortemente que uma possível forma de resistência resida na potência das manifestações artísticas críticas. A arte territorial e potente, expandida do conceito de *site specific* ou *land art*, construída através de processos colaborativos bastante diferentes da arte pública institucionalizada, constituiria um instrumento consistente na revelação e questionamento das suas contradições, gerando deslocamentos semânticos e outras formas de leitura da realidade. Neste sentido, as manifestações artísticas críticas podem funcionar como experiências sensíveis de reflexão e constituir formas de micro-resistência, que apontem para novos modos de construir e habitar a cidade.

Dentre os questionamentos que permeiam a atividade artística contemporânea, vemos especial relevância naquelas que lidam com a questão do corpo e, mais especificamente, com a experiência corporal urbana. Isso se deve à hipótese de que a vivência corporal, ou a experiência tátil da cidade representa, em contraponto à sua contemplação acrítica, uma forma de apropriação mais completa da mesma por parte de seus usuários. Acredita-se que o corpo represente, não só um instrumento ativo de mudança da realidade urbana, mas também uma espécie de base na qual a cidade se imprime cotidianamente, e com isso resiste ao urbanismo tantas vezes funcionalista, espetacular e hostil. Pensa-se que, a partir do questionamento a respeito da experiência cotidiana do corpo na cidade, a atividade artística e arquitetônica, possam gerar importantes contribuições ao modo de se pensar a mesma, no sentido de promover espacialidades mais humanas e habitáveis. Destaca-se a teoria da “corpografia” urbana desenvolvida por Jacques como

resposta ao processo de espetacularização dos centros urbanos. A corpografia seria, então, uma espécie de cartografia corporal, a partir da qual o projeto da cidade e de seus edifícios seria constantemente atualizado pela experiência perceptiva de seus usuários, sendo esta atualização de alguma forma impressa no próprio corpo que a gerou. A questão da experiência perceptiva, aqui, se mostra importante na medida em que, acredita-se que ela seja condição fundamental para que os habitantes de um espaço estabeleçam uma apropriação efetiva do mesmo, e assim, tenham condições de transformá-lo.

Já avançando sobre as discussões teóricas envolvendo deslocamentos da arte enquanto objeto do paradigma ótico, Miwon Kwon aponta o grande passo dado pelos artistas *site-specific* nos anos 1960 frente à concepção purista do espaço modernista, que dominou o universo artístico no início do século XX. A preocupação com o lugar encontra-se atrelada a uma nítida intenção de ampliar as possibilidades de interação corpo-objeto, enquanto parte de um escopo mais abrangente de relação entre obra, indivíduo e o contexto no qual se inserem. Exemplo disso é o texto escrito por Morris em 1966 “*Notes on sculpture*”, onde o autor expõe a sua teoria da “estética relacional”. Segundo ele “a simplicidade da forma não se traduz necessariamente por uma igual simplicidade da experiência. As formas unitárias não reduzem as relações. Elas a ordenam” (HUCHET, 2012, p. 90). Como se pode observar, a sua análise refere-se às diferentes formas de percepção *gestáltica* dos objetos unitários, a partir do princípio de que a relação *corpo-objeto* serviria de base para outras possíveis relações. Deve-se salientar ainda, que grande parte das obras deste período – dentre as quais as de artistas como Robert Smithson, Carl Andre, Richard Long, Serra, Christo e Jeanne-Claude – enquadram-se no conceito de *land art*, ocorrendo, muitas vezes, em ambientes naturais isolados, e atuando, assim, muito mais no sentido de promover vivências amplificadas da paisagem natural do que propriamente no de problematizar as questões conflitantes do ambiente urbano. Esse fato não diminui a eficácia destes dispositivos enquanto catalizadores de novas sensações corporais no nível da experiência imanente. Dentre os meios usados para tal, destaca-se o uso de percursos, que relativizam a experiência da paisagem e estimulam o contato direto com o solo, a partir do ato de caminhar.

Em paralelo às práticas da *land art*, alguns artistas dessa época estabelecem no espaço vívido da cidade o foco de suas ações. Dentre eles destaca-se o norte-americano Gordon Matta-Clark, cuja ação se mostra especialmente relevante neste estudo, por suscitar questionamentos críticos a respeito da ocupação e da apropriação do espaço urbano. O interesse do artista pela cidade pode ser facil-

mente explicado pelo fato de que o ambiente mutável que ele busca enfrentar, “no qual as relações entre natureza e artífice tornam-se tensas, no qual se materializa a dialética de poder, linguagem e convenção e onde a história coletiva é estratificada e conglomerada, só pode ser o ambiente urbano” (MOURÉ, 2006, p.10). Matta-Clark opõe-se deliberadamente à prática de “isolamento” dos *land artists*, em prol de ações que se relacionem diretamente com as condições sociais presentes na cidade, seja por meio de construções físicas ou através do envolvimento direto com a comunidade.

A obra de Matta-Clark, por situar-se entre as esferas da arte e da arquitetura envolvendo a relação “artístico-política” na cidade, destaca-se o trabalho *Reality Properties: Fake States* e *Food*. Destaca-se o fato de o artista tratar a própria cidade enquanto *corpo*, vivo e dinâmico, em consonância com a ideia de *sintoma* analisada acima, a partir da qual o *corpo urbano* é analisado a partir da ideia do *pathos*, em suas frestas e interstícios. *Reality Properties: Fake States* consiste, assim, na compra, por Matta-Clark, de 15 terrenos remanescentes da cidade de Nova York, 14 deles no bairro de Queens e 1 em Staten Island. As partes de terra adquiridas pelo artista, cujo valor variou entre 25 e 75 dólares, consistiam em frestas com formas ou dimensões inapropriadas ao uso formal, situadas entre edifícios e, muitas vezes em locais inacessíveis. O trabalho do artista consistiu em documentar tais “propriedades” através de fotografias, textos e documentos oficiais e seria a sua forma de intervir nas mesmas, e usá-las enquanto fragmentos de uma ação “anarquitectural” no espaço urbano (CABINET MAGAZINE, 2009). Tais frestas delimitavam as linhas de demarcação das diversas propriedades na cidade, funcionando como uma espécie de seu negativo. Segundo Matta-Clark, a característica que mais o emocionava a respeito desses lotes seria justamente a sua inacessibilidade. O seu objetivo era o de desenhar lugares não vistos, e portanto, não habitados, contrariando a lógica vigente de relação entre propriedade e uso. Essa ação não só traz à tona questionamentos a respeito da questão do mercado de terras, como conforma um retrato da cidade enquanto organismo, cujos sintomas pontuais revelam formas perceptivas críticas, tanto físicas quanto metafóricas, do corpo social frente ao corpo urbano.

No Brasil, é na obra de Hélio Oiticica que encontramos os exemplos mais emblemáticos de questionamento da relação do corpo enquanto motor de ação no ambiente. Em seus *Penetráveis*, criados a partir de 1960, Oiticica propõe uma série de reflexões a respeito da desconstrução dos conceitos formais da arte, especialmente no que tange o conceito de pintura, que passa a representar, para ele, um modelo teórico a partir do qual se pretende a ressemantização do quadro

e a “sua incorporação no espaço e no tempo” (OITICICA, *apud* HUCHET, 2012). Além disso, tal obra materializa a sua busca por uma forma de arte não-contemplativa, na qual o artista desempenha um papel de proposito de práticas, sendo o espectador – transformado em “participador” – o responsável, com a sua vivência, pela execução das mesmas. Os *Penetráveis* consistem, assim, em estruturas tridimensionais monocromáticas, passíveis de serem distribuídas espacialmente de forma a gerar uma experiência labiríntica ao participador, que pode penetrá-las e percorrê-las. A ação do corpo dentro destes espaços labirínticos é, assim, essencial para a completude da obra.

Nos últimos anos tem se notado o surgimento de alguns trabalhos artísticos que se constroem em relação ao espaço urbano e que pretendem questionar especificamente a relação corpo-cidade. Dentre elas destacam-se os trabalhos ocorridos durante o encontro “Corpocidade”, em 2008 na cidade de Salvador. Esse evento teórico-artístico teve como tônica a discussão das articulações possíveis entre o corpo e cidade e da sua contribuição enquanto estratégia de redesenho das condições participativas no processo de formulação da vida pública. Nele pretendeu-se discutir, através de instalações artísticas e apresentações teóricas, o “cenário” de estetização acrítica e segregadora que caracteriza o processo de espetacularização urbana acima mencionado. Partindo do pressuposto de que tal espetacularização esteja diretamente relacionada à diminuição da participação cidadã e da experiência corporal enquanto prática cotidiana, buscou-se, a partir do estudo entre corpo ordinário e cidade, encontrar caminhos alternativos de micro-política, ou ação molecular de resistência (CORPOCIDADE, 2008). Dentre as intervenções urbanas produzidas na ocasião, destaca-se a performance intitulada “aCerca do espaço” do coletivo belo-horizontino “Zona de Interferência”. Tal trabalho busca essencialmente questionar as barreiras físicas e simbólicas do corpo frente à cidade privatizada. Com os corpos envoltos por cercas – construídas com telas, madeira e metal, os *performers* caminham por quatro pontos escolhidos da cidade de Salvador, de maneira a problematizar a questão da vigilância e do controle, questionando os seus reflexos no contato do corpo com a cidade e com o Outro.

Além do evento “Corpocidade” em Salvador, mostra-se relevante citar a ação do coletivo “Basurama” durante a Virada Cultural de 2013, em São Paulo. A ação, que se constituiu na construção de balanços nos vãos do Viaduto do Chá e do Minhocão. O projeto pretendeu dotar os vãos dos viadutos de caráter lúdico, tornando-os convidativos à apropriação. Através do uso dos balanços, construídos a partir de materiais descartados como banners, cordas e pneus, os cidadãos têm a oportunidade de vivenciar, de forma amplificada, o baixio dos viadutos, espaços

ou “materiais” também de certa forma “descartados” do uso cotidiano. A partir deles, brincadeira e movimento são usados enquanto meios para a promoção de novas formas de interação corpo-cidade.

Estes exemplos citados, assim como inúmeros outros que vêm acontecendo em todo o mundo em tempos de revolução de comportamento e modos de vida, criam um repertório importante de referências para o entendimento da apropriação efetiva do corpo no espaço, que podem ser incorporados, não somente por movimentos artísticos, mas também por arquitetos e urbanistas na concepção de uma cidade mais voltada para a presença do humano, em contraponto à estetização espetacular. Além disso, acredita-se que tais práticas em escala micro, constituem, por si só, meios de resistência. São ações moleculares, que atuam nas frestas e interstícios do tecido urbano espetacularizado, mas que podem representar importantes pontos de partida para novos entendimentos do espaço enquanto corpo vivo a ser impresso e modificado pela ação humana de forma colaborativa e participativa, na constituição de ações micropolíticas que englobem o espaço urbano numa construção comum.

Dentre as vertentes artísticas que constituem o que chamamos arte pública, interessa-nos especialmente a chamada arte comunitária, já que esta refere-se diretamente à busca por uma ressignificação da realidade a partir da prática coletiva, fortemente relacionada à questão política. Para Miwon Kwon, tal esfera da arte conforma-se enquanto desdobramento da própria arte *site-specific* – que emergiu em meio ao minimalismo, no final da década de 1960 – surgindo, segundo ela, a partir da ampliação da ideia do *site*, que deixa de referir-se apenas a preocupações de caráter espacial ou *locacional*, como ocorria na década de 1960 e 1970, e passa a incluir, nas realizações *site-oriented* da década de 1990, a comunidade e os conflitos sócio-políticos a ela relacionados. Para Kwon, o primeiro momento da formação da arte *site-specific* corresponde à ruptura com o caráter ideal do espaço modernista e com a ideia de obra autônoma e auto-referencial, dando lugar à priorização da “experiência fenomenológica da experiência corporal vivenciada”. Esse primeiro momento, a que corresponde a análise feita no item precedente deste trabalho, é denominado por ela fenomenológico, e tem como prioridade a relação da obra com o corpo e a ideia de imediatez sensorial no tempo e no espaço. O segundo momento, por sua vez, apresentaria uma ampliação da noção fenomenológica, já que o *site* passa a ser visto não mais em termos apenas físicos e espaciais, mas enquanto “estrutura cultural, definida pelas instituições de arte”. Esse momento, por lidar diretamente com questões concernentes ao confinamento dentro do qual o artista opera dentro das instituições artísticas,

seria chamado por ela de crítico-institucional. Tal momento caracteriza-se por uma mudança de postura por parte do artista, que passa a priorizar a experiência ideológica ou ética do espectador em detrimento de uma experiência estritamente estética, física e espacial. Apesar de já aí observarmos uma ampliação da noção de *site* e da abrangência dos questionamentos presentes na obra de arte como um todo, é no terceiro momento que esta ampliação atinge, de maneira mais incisiva, a esfera pública, nosso foco de interesse aqui. Esse terceiro momento, refere-se, segundo Kwon, à busca por um maior engajamento da arte com o mundo externo e com a vida cotidiana. Devido à expansão de sua relação com a cultura e com a realidade social, a arte *site-specific* ou *site-oriented* da década de 1990, prioriza locais públicos abertos e não-institucionalizados, e ao fazê-lo aproxima-se da chamada arte pública. Esse vínculo entre arte pública e arte *site-oriented* acaba por redimensionar o caráter da última, tornando-a sinônimo de *community-based art*. A arte *site-oriented* transforma-se assim, em arte comunitária, constituindo um nó de convergência entre práticas culturais ativistas, tradições estéticas da comunidade e políticas de identidade local, em um amplo processo de fortalecimento da prática artística enquanto instrumento social e político.

A nova arte *site-specific* comunitária caracteriza-se, assim, por uma ideia de *site* que não mais refere-se à localidade física ou às “molduras” institucionais, mas define-se a partir do âmbito discursivo. O *site* seria, neste caso, deslocado do âmbito físico para o informacional, baseando-se na troca intelectual e cultural, no movimento e na construção de significação em rede. Diferentemente do que ocorre nos momentos precedentes, este não é mais tido como pré-condição para a realização da obra, mas é “gerado pelo trabalho (frequentemente como “conteúdo”), e então comprovado mediante sua convergência com uma formação discursiva existente”. (KWON, 1997, p. 6) Ao estruturar-se “inter(textualmente) mais do que espacialmente”, o *site* adquire, na arte coletiva, um caráter transitório e consequentemente trans-territorial, constituindo não um mapa, mas um itinerário, “uma sequência fragmentária de eventos e ações ao longo de espaços, ou seja, uma narrativa nômade cujo percurso é articulado a partir da passagem do artista.” (KWON, 1997, p. 172). O artista adquire, nesse contexto, o papel de catalisador ou mediador de ações articuladas, que visam, principalmente, o engajamento político das comunidades locais.

Neste sentido, Hélio Oiticica destaca-se por seu forte caráter experimental e sua nítida intenção em reorientar os rumos da arte contemporânea, a partir da transformação da figura do artista naquela de um verdadeiro proposito de ações. Seu principal objetivo seria o de extinguir o esquema artístico da representação

estetizante, de forma a superar – junto ao desmantelamento da imagem do artista – o modelo de “exposições” e museus, impróprio a absorver a arte que estaria, segundo ele, na ação das pessoas na rua, enfim, na vida cotidiana. Em 1986 o artista escreve: “Adeus, ó esteticismo, loucura das passadas burguesias, dos fregueses sequiosos de espasmos estéticos, do detalhe e da cor de um mestre, do tema e do lema.” (OITICICA, *apud* FAVARETTO, 1992, p. 185). Tal oposição do artista à estetização da arte, vale ressaltar, reflete a sua própria concepção de arte enquanto conceito amplo, já que se expande para o terreno sócio-político, abarcando todo e qualquer esquema fixo e padrão socialmente arraigado. Em seu Programa Ambiental, o artista aponta, ao contrário, na direção de uma liberdade total, de criação e de vivência (que em sua obra constituem sinônimos) no âmbito individual e coletivo. Oiticica formula, assim, o que ele chama de anti-arte. Tal ideia, no entanto, não se pretende afirmar enquanto nova estética, mas procura representar justamente o seu contrário, sendo os *Parangolés* – considerados dentro de um significado expandido – o seu exemplo emblemático. A pesquisa dos *Parangolés* começou em 1964, logo após o artista ter começado a frequentar a Favela da Mangueira, onde passou a atuar como passista da escola de samba de local. Os *Parangolés*, por sua vez, são capas, bandeiras, telas e estandartes a serem vestidas ou carregadas pelos participantes, conformando uma experiência que pretende unir, segundo Huchet (2011), a dimensão ambiental à performática. Tais capas são feitas de panos coloridos e podem conter palavras, imagens e fotos, a serem reveladas apenas durante a ação do participante, em um processo no qual este se torna uma espécie de motor interno para que a obra se concretize. A palavra *Parangolé* é usada por ele enquanto “definição de uma situação experiencial específica, fundamental para a compreensão teórica e vivencial de toda a sua obra”. Nota-se, assim, uma especial preocupação com a definição e com a própria estruturação do objeto plástico, para a qual a participação ativa do usuário se mostra fundamental. Neste processo o corpo do usuário funciona como uma espécie de núcleo estrutural, sendo o objeto moldado, ou fundado, a partir da ação deste no espaço. A participação do espectador seria “uma ‘participação ambiental’ por excelência.” Segundo ele, “trata-se da procura de ‘totalidades ambientais’ que seriam criadas e exploradas em todas as suas ordens, desde o infinitamente pequeno, até o espaço arquitetônico, urbano, etc.” (OITICICA, 1964, p. 3). Tal obra se mostra relevante para a análise da experiência corporal na cidade, por problematizar a questão do corpo enquanto elemento ativo e modulador, atuando no tempo e no espaço – ou em uma “experiência ambiental”, como Oiticica a denomina – que tem na sua

gênese a busca pela própria estruturação do objeto, sendo essa busca passível de ser ampliada aos próprios objetos arquitetônicos e à cidade.

A vivência do artista na comunidade e o seu contato com o samba – motivados, segundo ele, por uma busca pessoal de desintelectualização e pela necessidade de contato com uma forma mais livre de expressão – refletiu-se na própria concepção do *Parangolé*, que coincide, em muitos pontos, com a própria estrutura da favela. Segundo ele, “na arquitetura da ‘favela’, p. ex., está implícito um caráter do *Parangolé*, tal a organicidade estrutural entre os elementos que o constituem.” (OITICICA, 1996, p. 68) A ideia do *Parangolé*, era assim, de uma apropriação ampla, que ultrapassasse os limites do objetos em si (as capas), e abarcasse o próprio território da cidade, priorizando a construção, na comunidade da Mangueira, de moradias populares de caráter provisório (SILVA, 2006). Be- renstein, em seu livro “Estética da Ginga” discorre a respeito da experiência de Oiticica e da sua relação com a arquitetura de tais construções. O *Crelazer*, concebido a partir de 1969, constitui o outro vetor da obra de Oiticica, e caracteriza-se pela busca do artista no desenvolvimento do que seria o “sonho comunitário”. Esse vetor do pensamento oiticiquiano preconiza a ideia de que atividades não-repressivas, que se incluem na noção de lazer, seriam formas políticas por si só, por representarem a não subestimação da vida cotidiana a instâncias regulatórias, ou ao que ele denomina “dessublimação programada”. Dentro dessa ideia, surge a concepção do *Mundo-abrigo* (texto-obra escrito em 1973), e com ela, o projeto *Barracão*, que parte do reconhecimento do espaço urbano, principalmente o da favela, enquanto experimentalmente apto a experiências de grupo, a partir de um caráter inventivo. O *Barracão* foi pensado, assim, a partir da arquitetura experimental das favelas, que representaria a potência viva de uma cultura em formação, em contraponto à concepção folclorística e populista que dominava, na década de 1970, os esquemas culturais, patrióticos e opressores. Tal ideia começou a concretizar-se enquanto protótipo para o desenvolvimento de estruturas-abrigo, que enfatizavam o viver comunitário inventivo. A “célula Barracão 1” foi construída em Sussex, na Inglaterra, junto aos estudantes da universidade, e era constituída por uma série de *Ninhos*, que funcionariam como abrigos, salas de recreação ou *commom room*. A ideia de usar o *Barracão* enquanto princípio estruturador na construção de uma comunidade no Rio de Janeiro não se concretizou, mas nota-se nesta a nítida intenção de expansão da ideia iniciada com o *Parangolé*, de expansão da “para um contexto arquitetônico vivencial o problema da capa”. Mais tarde, Oiticica transpõe os princípios estruturadores desse projeto para a sua própria casa, a qual pretendia transformar em ambiente de experiência criativa total. Essa

ideia abrangente da arte seria, para Oiticica, o ponto de partida através do qual seríamos capazes de derrubar a ordem vigente, e construir algo sólido.

Arquitetura e novos modos de vida: entre a arte e a cidade

Além do exemplo paradigmático de Oiticica, seria importante retornarmos à obra de Matta-Clark, de quem o artista brasileiro se aproximou na década de 1970, durante a sua estada em Nova York. Em 1971, Matta-Clark participou da fundação do restaurante *Food*, no Soho. Tal estabelecimento, que transformou-se em espaço emblemático de convergência entre as esferas da arte e dos rituais que envolvem a comida (em consonância com a ampliação do sentido de arte mencionada acima), tornou-se durante a década de 1970, uma espécie de campo de batalha política do artista. Segundo ele, *Food* representava uma tentativa de reiniciar a arte de “comer com amor”, ao invés do medo. Medo este que teria sido instaurado, segundo ele, pelo Cristianismo e pelos regimes de regulação aos quais a sociedade encontra-se constantemente submetida. (MOURA, 2006) Nesse sentido, *Food* poderia ser relacionado à tentativa oiticiquiana de estabelecer espaços libertários e não-repressivos, nos quais atividades de não submissão seriam usadas enquanto “alimento” criativo de ação e crítica. *Food* representava, assim, o palco de desenvolvimento dos questionamentos de Matta-Clark a respeito da sociedade de consumo norte-americana. Em um de seus trabalhos o artista critica duramente o ideal do *American Way of Life* a partir da contraposição de imagens das cozinhas de casas “ideais” norte-americanas, a fotos de experimentos como o “*agar dinner*”, que fazem alusão aos processos químicos de transformação do resíduo produzido na cidade a partir da chamada “entropia social”. No trabalho do artista, tanto a comida, necessidade humana básica, quanto a sua manipulação e os detritos dela gerados, são utilizados enquanto explicitadores de um lado nada espetacular da vida na cidade, bem como dos processos entrópicos resultantes do quadro de coexistência social nela presente.

Desde o fim da década de 1960, muitos artistas e arquitetos enfrentaram a difícil tarefa de encontrar respostas para o universo efêmero e incontrolável das cidades em vias de expansão e vêm atuando com projetos que desafiam o campo tradicional do pensamento arquitetônico e urbanístico, dentre eles estão Gordon Matta-Clark (com suas incursões físicas nos muros da cidade) e seu grupo *Anar-chitecture*; Vito Acconci, importante representante da *body art*, da arte ativista e da crítica institucional na década de 1970, Acconci passa, nos anos 1990, a trabalhar especificamente com a arquitetura.; grupo austriaco de arquitetura Haus-Rucker-Co, fundado em 1967 por Laurids Ortner, Gunter Kelp (Zamp) e Klaus

Pinter, que partia do pressuposto comum de que a arquitetura deveria deixar a sua função passiva e estática para adquirir uma qualidade ativa e defendia o *Mind-Expanding-Program* trabalhando na produção de soluções urbanas visionárias e de protótipos que materializavam novas ideias de habitação.

Segundo Ricardo Rosas, a ideia de “coletivo” não pode ser atribuída apenas à prática artística contemporânea, já que a formação de agrupamentos artísticos teria ocorrido durante todo o século XX, atravessando as obras de artistas e grupos como a Internacional Situacionista, Matta-Clark e o grupo *Fluxus* de Nova York, para citar alguns exemplos. Apesar disso, é a partir da década de 1990 que os coletivos artísticos parecem atravessar a sua mais ampla expansão, impulsionados pelos novos meios de comunicação em rede e por motivações que expressam a crescente proximidade entre as esferas da arte e da política. É, assim, em meio a um contexto marcado pelo desenvolvimento do capitalismo tardio nos países emergentes, que surgem, em um movimento contrário, os coletivos artísticos enquanto sistemas caracterizados pela ideia de cooperação e reciprocidade. Os agrupamentos criados nessa época apresentavam, normalmente, um caráter híbrido, resultante da união de práticas tanto artísticas quanto arquitetônicas (ROSAS, apud LABRA, 2009).

A arquitetura, realizada no campo expandido da arte, também vem colaborando em processos de realinhamento entre intervenções artísticas em territórios, dentro de seus próprios meios e modos de fazer, e vêm atuando enquanto intervenção no mundo que possui uma enorme potencialidade de transformação social. Se considerarmos a arquitetura como uma ciência pública por excelência e/ou um instrumento de construção de espaços nos quais o foco encontra-se na experiência coletiva do urbano, talvez ela também possa incorporar de maneira efetiva, a frente da construção dos espaços enquanto caráter colaborativo, diluindo a função criativa autoral antes centrada somente na figura do arquiteto. Os centros urbanos enfrentaram, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um período de crescimento espacial e demográfico acelerados, que geravam, continuamente, novas necessidades e programas. As flutuações dos preços das propriedades influenciavam a vida útil das edificações, tornando o seu uso rapidamente obsoleto, e a busca por menores custos e mais segurança esvaziava as áreas centrais, alargando continuamente o perímetro das cidades. Este ambiente urbano de dinâmica nunca antes vista, em que tudo parecia desmanchar-se com a mesma facilidade e rapidez com que era concebido, tornou-se, por sua volatilidade, um suporte cada vez mais complexo para as estruturas arquitetônicas, tradicionalmente concebidas para representarem a eternidade. Tal contexto urbano caótico impulsionará o iní-

cio da discussão, hoje ampliada e dotada de novos elementos, sobre o que de fato deveria representar o fazer arquitetônico em um mundo irremediavelmente fadado à instabilidade e dotado de dinâmicas cada vez mais complexas. (SCHULZ-DORNBURG, 2002).

Muitos coletivos de arquitetura (híbridos entre arquitetos, artistas, urbanistas, designers) vêm se organizando, principalmente a partir da crise econômica de 2008 na Espanha, para repensar formas de intervenção em espaços públicos questionando a forma com que as cidades contemporâneas vêm sendo privatizadas em processos radicais de neoliberalização dos espaços em geral. Alguns destes grupos de arquitetura se configuram enquanto coletivos que incluem designers e artistas, e vêm atuando no sentido de expandir as fronteiras da produção arquitetônica atrelada apenas ao mercado (seja à projetos comerciais funcionais sem características estéticas singulares, sejam em projetos espetaculares). Destacam-se vários coletivos que vêm atuando em rede ibero-americana como o Recetas Urbanas (Espanha), o Todo por la práxis (Espanha), o Arquitectura Expandida (Colômbia), o Al Borde (Equador), o a77 (Argentina), e o próprio Basurama (Espanha, Brasil). Muitos deles vão se construindo dentro de um pensamento que inclui a arquitetura num campo expandido da arte e do urbanismo. Militantes da criação compartilhada e *copyleft* que a partir de processos produtores de intervenções no espaço da cidade, geram zonas autônomas temporárias ou não, acabam por gerar ações que agenciam novos modos de fazer arquitetura, potencializando a experiência colaborativa e a apropriação efetiva da cidade por parte dos indivíduos que dela usufruem.

Salienta-se portanto, que alguns coletivos que envolvem grupos de artistas, arquitetos e designers, vêm adotando uma prática que surge influenciada pela ideia de coletividade e pela lógica do *site-specific*, gerando um novo tipo de produção arquitetônica que pressupõe não só a efetiva ligação com o contexto urbano fragmentado de nossas cidades e com o cotidiano de seus habitantes mas, principalmente, a participação comunitária na constituição do que podemos chamar também de espaços-comum, espaços estes que são concebidos e realizados fora da lógica do mercado e do Estado e se tornam ações moleculares independentes do planejamento urbano majoritário via desobediência civil. Esta outra arquitetura produzida de forma independente e autônoma via utilização e reutilização de objetos e materiais descartados encontrados em caçambas e em terrenos baldios, acabam por abrir um novo leque de possibilidades de intervenção urbana que seja capaz de adequar-se ao caos inerente à vida contemporânea nas metrópoles, de forma não só a não inibir que manifestações culturais de todos os tipos aconteçam,

mas a gerar condições para que elas se deem em toda a sua diversidade e potência. Seria interessante compreender que a noção deste tipo de território comum e autônomo, desde as experiências artísticas de *site-specific* e *land art*, vêm sendo construídas na contemporaneidade a partir da ideia de que é possível fugir à lógica da propriedade privada, dos limites museificados preparados para a arte dentro de uma cidade-espetáculo, tão valorizada pela lógica da cidade criativa.

Conclusão: apostando nas resistências multitudinárias dos novos coletivos de arte e arquitetura como produtoras de espaços do comum

Aposta-se, portanto, nas novas possibilidades de resistência ao capitalismo contemporâneo através, também, da constituição de práticas artísticas e culturais que surgem de processos grupais, coletivos e colaborativos aos moldes supracitados, que surgem de maneira independente dos programas culturais estabelecidos estrategicamente pelo Estado, no sentido de gentrificar áreas ou de produzir uma cidade mais rentável e apropriada para o consumo.

Segundo Pelbart (2008) cada indivíduo representaria um grau de potência específico, relacionado à sua capacidade de afetar-se e de ser afetado. A constituição de uma grupalidade, ou seja, de um corpo múltiplo, abarcaria portanto todas essas singularidades, a partir de uma “variação contínua entre seus elementos heterogêneos, como afetação recíproca entre potências singulares, numa certa composição de velocidade e lentidão.” (PELBART, 2008, p. 34). As ideias cunhadas por Pelbart aproximam-se, nesse sentido, do que Negri denomina multidão enquanto conjunto de singularidades não representáveis, que é sempre produtiva e está sempre em movimento. Esta multidão poderia ser então, um ator social ativo, uma multiplicidade que age; seria também o conceito de uma potência que desconfia da representação e em contraste com de povo, porque é uma multiplicidade singular, um universal concreto. O povo constituía um corpo social; a multidão, não, porque ela é a carne da vida e, ao contrário da pura espontaneidade, é como algo organizado num corpo sem órgãos, fora da organização do Aparelho de Estado, ou seja, é um ator ativo de auto-organização, nos introduzindo num mundo completamente novo, dentro de uma revolução que está a realizar-se. A multidão é para o autor, ao mesmo tempo, sujeito e produto da *praxis* coletiva, assim, como também, cada corpo é multitudinário, ou pode tornar-se uma multidão, formando redes e potencializando contaminações que desejam liberdade na coletividade. A multidão é projeto que se faz cruzando-se multidão com multidão, misturando corpos operando a mestiçagem e a hibridação, já que o próprio corpo é trabalho vivo e recusa, maquinicamente, a

organização constante operada pelo sistema capitalista, é, portanto, expressão e cooperação, ou seja, a multidão é um nome ontológico de produção de resistências ativas contra sobrevivência parasitárias que constituem a engrenagem da máquina capitalista contemporânea (NEGRI, 2010). A multidão representa uma potência, que se dá a partir da cooperação das singularidades. Tal multidão pretende não só se expandir, como se corporificar, segundo Negri, enquanto dimensão coletiva e social da atividade intelectual enquanto meio de produção. Assim, concluímos que, a ideia de biopotência, que para Pelbart corresponde à biopolítica positiva constitutiva da multidão, pode nos dar valiosas pistas a respeito das possibilidades de resistência ao biopoder disciplinar e às biopolíticas de controle onipresentes no mundo globalizado.

A questão que surge aqui é que, a arte e a arquitetura multitudinárias através de suas práticas biopotentes, enquanto produtoras de territórios autônomos e de experiências corporais singulares colaboram para a construção do projeto de constituição espacial e de experiências corpóreas nas quais o comum possa ser produzido no urbano. Fugindo à lógica tanto do Estado quanto do mercado e se afirmando enquanto novos modos de fazer cidade, a prática artística-cultural-arquitetônica realizada colaborativamente, torna-se fundamental para a inversão dos diagramas próprios do capitalismo imaterial que produz um urbanismo neoliberal. Neste sentido, muitos coletivos de arte e arquitetura contemporâneos vêm configurando e participando deste projeto do comum com a constituição de redes rizomáticas entre movimentos de resistência, apontando novas possibilidades de se imaginar e constituir cidades, construindo um caminho que amplifica a potência do fazer-com, atuando tanto na esfera micro, atentando-se para as especificidades locais, quanto a partir da relação entre eles e do compartilhamento das experiências geradas numa dimensão macro.

Além das práticas artísticas e arquitetônicas colaborativas e multitudinárias, conclui-se que, para a conformação de um espaço urbano verdadeiramente múltiplo e democrático, as iniciativas culturais organizadas pela própria sociedade, de maneira independente, desempenham papel fundamental. Eventos culturais e artísticos que envolvam a participação do corpo na cidade e a ocupação de espaços de forma coletiva mostram-se extremamente relevantes para a indução do desenvolvimento de uma lógica de apropriação democrática do território. A partir do estabelecimento de uma relação mais corpórea com o espaço, não somente nos momentos nos quais se experimenta as intervenções, mas também durante o processo de constituição colaborativa delas, surgem experiências criativas como um contraponto direto às experiências meramente contemplativas promovidas pelas

cidades-cenário atuais. Esses processos criativos representam, assim, uma forma de resistência à lógica das novas indústrias criativas, que tendem a transformar a cidade em algo pasteurizado, consensual e apolítico. A intervenção autônoma no espaço da cidade torna-se parte, portanto, de um projeto político da multidão para a pôlis via engajamento político dos corpos biopotentes.

Referências

- ACCONCI, Vito. *Arquitetura é arte?* 16 de Maio de 2013. Disponível em <<http://www.archdaily.com.br/108238/video-vito-acconci-arquitetura-e-arte/>> Acesso em: 24 de jun. 2013.
- BASURAMA. *Construção Relacional*. 2011. Disponível em :<<http://www.basurama.org/blog/2011/10/07/rus-quito-iii-la-construccion-relacional/>> Acesso em: 24 jun. 2013
- BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. O espaço na obra Interseção Cônica, de Gordon Matta-Clark – *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n.16, p. 113-129, jul.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2016%20-%20artigo%207.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2013.
- CABINET MAGAZINE. *Odd Lots: Revisiting Gordon Matta-Clark's Fake Estates*. 2009. Disponível em : <<http://cabinetmagazine.org/events/oddlots.php>> Acesso em: 24 de jun. 2013
- CARL, Andre. *Secant*. 1977. Disponível em: <http://www.mixite.es/land-walk-escultura-vs-paisatge/>. Acesso em : 23 jun. 2013.
- COCCO, Giuseppe Mario. *Mundobraz*: O devir-mundo do Brasil e o devir-brasil do mundo. Rio de Janeiro: Recor. 2009.
- CROW, Thomas. *Gordon Matta-Clark*. London: Phaidon Press. 2004.
- DELEUZE, Gille; GUATTARI, Félix. *MIL PLATÔS, VOL.1: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1995
- FAVARETTO, Celso Fernando. *A invenção de Hélio Oiticica*. São Paulo: Edusp. 1992.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 1986.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Notas sobre espaço público e imagens da cidade*. São Palo: Arquitextos
- JACQUES, Paola Bersen. Guia de Livros: Microplanejamento: Práticas urbanas criativas. *Vitruvius*. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/pesquisa/bookshelf/book/835>> Acesso em 24 jun. 2013.

- HUCHET, Stephane. *Intenções Espaciais a Plastica Exponencial da Arte 1900-2000.* Belo Horizonte: C/Arte. 2012
- KWON, Miwon. *One Place after Another: Site-Specific Art and Locational Identity.* Cambridge: The MIT Press. 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: UFMG. 1999.
- MOUFFE, Chantal. *Práticas artísticas y democracia agonística.* Barcelona: MACBA/UAB. 2007.
- MOURE, Gloria. *Gordon Matta-Clark: Works and Collected Writings.* Barcelona: Polígrafa. 2006.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império.* Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record. 2001.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão: Guerra e Democracia na era do Império.* Rio de Janeiro: Record. 2005.
- NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão in: DIAS, B. e NEVES, J. (org.). *A política dos muitos. Povo, Classes e Multidão.* Lisboa, Tinta da China, 2010.
- OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto.* Rio de Janeiro: Rocco. 1986.
- PEDROSA, Adriano; LAGNADO, Lisette. *Como Viver Junto – Catálogo da 27ª Bienal de São Paulo.* São Paulo : Cosac Naify. 2008
- PELBART, Peter Pál. Elementos para uma cartografia da grupalidade. In: SAADI, Fátima; GARCIA,Silvana (orgs.) *Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea.* São Paulo: Itaú Cultural. 2008.
- PELBART, Peter Pál. Biopolítica. *Sala Preta,* São Paulo, n.7, p.57-65, 2007.
- RANCIERE, Jacques. *A partilha do sensível.* Rio de Janeiro: Editora 34. 2005.
- RIBEIRO, Diego Mauro; JACQUES Paola Berestein. *aCerca do Espaço.* 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>> Acesso em: 24 jun.2013.
- SANTOS, Milton. O retorno do territorio. In : *Observatorio Social de América Latina,* Ano, 6 n. 16, jun. 2005, Buenos Aires.
- SILVA, Cinara de Andrade. *Hélio Oiticica: arte como experiência participativa.* 2006. 137f. Tese (pós-graduação). Instituto de Arte e Comunicação Social. Niterói
- SCHULZ-DORNBURG, Julia. *Arte y Arquitectura: nuevas afinidades.* Barcelona: Gustavo Gili. 2002

SZANIECKI, B., SILVA, G. Megaeventos, pontos de cultura e novos direitos (culturais) no Rio de Janeiro. *Lugar Comum*, n.31, p. 11-22, 2010.

WALKER, Stephen. *Gordon Matta-Clark: Art, Architecture and the Attack on Modernism*. London: I.B Tauris. 2009.

■.....**Natacha Rena** é doutora e professora da Escola de Arquitetura da UFMG. natacha-rena@gmail.com.

■.....**Paula Bruzzi** é mestrandanda da Escola de Arquitetura da UFMG. bruzzi.paula@gmail.com.



Arte, Mídia e Cultura

O fim de um consenso: sublevação popular e democracia controlada no Brasil dos megaeventos

.....**Alex Martins Moraes**

Em 2007, o Brasil foi ratificado como sede da Copa do Mundo FIFA de 2014. Dois anos depois, a cidade do Rio de Janeiro converteu-se em futura anfítria dos Jogos Olímpicos de 2016. Em 2013, o Brasil recebeu a nona edição da Copa das Confederações, um torneio esportivo preparatório no qual a infraestrutura do país sede é finalmente testada com anterioridade à realização do torneio mundial. O ingresso do Brasil no circuito dos megaeventos descreve uma estratégia econômica e geopolítica que está sendo também mobilizada por outros estados nacionais desejosos de incrementar sua projeção nas esferas mundiais de intercâmbio comercial, investimentos financeiros e tomada de decisões políticas. A Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, as Olimpíadas de Inverno de 2013 e a futura Copa do Mundo de Futebol de 2018, na Rússia, são eventos representativos de referida estratégia.

No caso brasileiro, a atração dos megaeventos se associa diretamente com programas modernizadores cujos benefícios são descritos por seus apologistas em termos de “legados” ao desenvolvimento local e nacional. Nestas narrativas, as noções de desenvolvimento e modernização se opõem às de subdesenvolvimento e atraso, formando dois pares binários hierarquizados. Praticamente todas as medidas político-econômicas destinadas a viabilizar a Copa do Mundo foram respaldadas por discursos que atualizavam os termos dessas dualidades. Nos três níveis de governo – municipal, estadual e federal –, os benefícios das obras de infraestrutura associadas ao megaevento futebolístico foram difundidos para o grande público através de campanhas publicitárias oficiais que enfatizaram, essencialmente, os aspectos quantitativos dos investimentos de capital realizados, sublinhando que enormes cifras monetárias estariam sendo destinadas, por exemplo, ao fomento do turismo, à melhoria da mobilidade urbana e ao aperfeiçoamento da segurança pública.

Paralelamente à propaganda oficial, as marcas patrocinadoras da seleção nacional e da própria FIFA atuaram em sintonia com o poder público no esforço de visibilizar as benesses da Copa do Mundo. O trabalho de interpelação da po-

pulação foi favorecido pela mobilização de sentimentos de lealdade nacional, o que permitiu o estabelecimento de relações de justaposição – ou, pelo menos, de continuidade – entre as volições “da sociedade brasileira” e os projetos propalados pelos agentes públicos e privados incumbidos da prerrogativa de organizar o campeonato mundial. Além dos fortes investimentos em propaganda, a construção de sólidos consensos em torno do megaevento da FIFA também demandou esforços individuais por parte dos ministros de Estado, parlamentares e chefes dos poderes executivos em nível federal, estadual e municipal. Enquanto representantes legítimos do “povo”, os políticos ativaram uma singular capacidade de sacralizar as decisões tomadas em favor da Copa do Mundo, permitindo que elas fossem apresentadas como resultado inapelável da vontade coletiva. Graças a este ato de sacralização, todas as eventuais mazelas ocasionadas pela realização do mundial puderam ser inicialmente apresentadas como contingências necessárias à salvaguarda do progresso de toda a sociedade.

A produção de grandes consensos incrementa a rentabilidade dos megaeventos e dificulta, até certo ponto, a possibilidade de surgimento de controvérsias sociais graves, cujas consequências políticas e econômicas poderiam ser desastrosas. No entanto, quando as expectativas geradas pelo programa de consenso precisam ser negociadas no contexto de uma formação social profundamente desigual como a brasileira, é inevitável que muitas esperanças sejam frustradas. Os preparativos para o mundial foram incapazes de contemplar todos os sonhos e fantasias proliferaram no seu entorno; em vez disso, eles contribuíram para a multiplicação acelerada de uma miríade de efeitos de poder e de exclusão muito característicos do atual processo de desenvolvimento urbano no Brasil. Os anos subsequentes à escolha do país como sede do mundial de futebol testemunharam a reconversão e privatização dos espaços de uso comum das grandes cidades (ALFONSIN, 2010), o favorecimento de parcerias público-privadas a reboque de grandes projetos urbanos e a reedição de políticas urbanísticas baseadas na remoção forçada das populações (MESOMO, 2013; MAGALHÃES, 2013).

Quando ficou evidente que a Copa do Mundo precisava ser “de todos” no plano do discurso para que, na prática, apenas alguns pudesse extrair benefícios reais da sua realização, as dissidências começaram a surgir. O que antes paretava ser uma relação de poder estabilizada sob a forma do consenso derrou, pouco a pouco, para um cenário fragmentado de confrontação. As esperanças frustradas que a retórica do consenso parecia desconhecer acabaram encontrando possibilidade de expressão política na maior onda de protestos sociais vivenciada em território brasileiro nas últimas duas décadas. Com as ruas em ebulição – e

frente à disseminação dos incômodos slogans “não vai ter Copa”, “Copa para quem?”, “Fora FIFA”, etc. –, a tarefa de viabilizar a Copa do Mundo deixou de depender da produção ideológica do consenso para respaldar-se na imposição policial da ordem. Se até 2012 a Copa do Mundo era majoritariamente experienciada como uma ambígua máquina desejante que multiplicava esperanças e frustrações, nos meses subsequentes foi possível antever, com crua nitidez, os dispositivos de controle e repressão⁹⁶ que assegurariam em última instância a realização do megaevento.

O caso brasileiro sugere que os mesmos investimentos públicos e privados tomados como emblema para a sedimentação de consensos sociais também podem ocasionar acontecimentos disruptivos e inaugurar períodos de confrontação. Minha proposta no presente artigo é recuperar alguns desses acontecimentos e pensá-los em relação aos dispositivos de poder que pretendem impotenciar sua força anticonsensual. Tomando por referência documentos oficiais, fontes jornalísticas e registros pessoais, organizei uma análise dividida em três partes. Na primeira delas, retomo episódios de confrontação política vivenciados entre 2012 e 2013 na cidade de Porto Alegre, procurando sublinhar seu efeito propriamente sublevatório no que tange ao consenso mundialista. No segundo tópico, avanço a hipótese de que a articulação entre perseguição policial, apologia midiática da repressão e recomposição das tecnologias de segurança estão redefinindo os marcos de expressão da atual conflitividade social. Finalmente, reflito sobre como a emergência de novos sujeitos políticos e a proliferação de discursos autoritários configuraram um cenário de impasse no qual o que está em jogo é próprio sentido da democracia.

Antes de prosseguir, parece-me importante sublinhar que a onda de protestos observada no Brasil há quase dois anos é movida por lutas heterogêneas e até certo ponto, bastante pontuais. Por esta razão, tentar estabelecer generalizações à escala nacional ou relações mecanicistas de derivação do tipo “os protestos começaram aqui, espalharam-se para lá e assim por diante”, sem antes prestar atenção à trajetória específica das expressões mais localizadas do antagonismo

96 Nos primeiros momentos da preparação do país as Olimpíadas e para a Copa do Mundo já estavam começando a ser redefinidos os regimes de vigilância policial das grandes cidades (ver CARDOSO, 2013). No entanto, foi durante e após o auge dos grandes protestos populares que o uso dessas tecnologias tornou-se mais visível e esteve a ponto de ser recrudescido com a tentativa de instalação de novas figuras jurídicas – como terrorista – para dissuadir as manifestações em curso (GARREL; SILVA, 2014). Tais procedimentos de controle serão problematizados ao longo do trabalho como expressões de uma “estratégia do medo”.

social é um procedimento analítico no mínimo questionável. Parte significativa das reflexões contidas neste trabalho diz respeito, fundamentalmente, às lutas populares recentes na cidade de Porto Alegre. Trata-se de agenciamentos coletivos singulares, com historicidade própria e, por isso mesmo, impossíveis de serem reduzidos a categorias homogeneizantes do tipo “Jornadas de Junho”. Isto não quer dizer, contudo, que as eclosões multitudinárias de meados de 2013, às quais costuma estar referido o termo supracitado, não tenham repercutido intensamente – e com consequências diversas – nas configurações locais da luta popular.

O consenso esvaziado

Em quatro de outubro de 2012 um episódio conhecido como “Batalha do Tatu” produziu as condições para o paulatino esvaziamento do consenso público em torno da Copa do Mundo em Porto Alegre. A Batalha do Tatu constituiu o “último ato” de uma grande concentração pública denominada Defesa Pública da Alegría, na qual confluíram diversos coletivos artísticos e políticos para questionar o processo de gentrificação⁹⁷ do centro da cidade. Por volta das 11 horas da noite, o movimento que começara algumas horas antes diante da Prefeitura deslocou-se em direção à contígua esplanada do Mercado Público, onde se encontrava instalado um enorme boneco inflável patrocinado pela Coca-Cola que representava o mascote da Copa do Mundo FIFA 2014. Referida peça publicitária – conhecida popularmente como Tatu Bola – se encontrava protegida por cerca

97 Gentrificação – neologismo derivado da palavra inglesa *gentry*, que numa tradução aproximada significa “alta burguesia”, “pessoas de bem” – diz respeito às dinâmicas de transformação ativa dos bairros humildes e das zonas mais deprimidas da cidade em circuitos da moda, frequentados por pessoas adequadas. Em 11 de março de 2012, José Fortunati (PDT), Prefeito de Porto Alegre, postou em seu blog (FORTUNATI, 2012) uma matéria publicada um dia antes no jornal *Zero Hora*, que parecia endossar certas práticas de apropriação e uso do espaço urbano passíveis de conceptualização através da ideia de gentrificação. Em referida matéria, os jornalistas Erik Farina e Lara Ely enfatizam a chamada “qualificação” do Centro Histórico, sugerindo que “a imagem de um Centro abarrotado de lojas populares e pontilhado de carrocinhas de lanche barato, que se consolidou no imaginário dos porto-alegrenses com menos de 40 anos, está ficando para trás”. Em seu lugar, começam a aparecer “grandes redes de comércio e restaurantes que cobiçam um público de maior poder aquisitivo e mais descolado (...) Diversas inaugurações ocorreram em espaços de antigas galerias, cinemas ou espaços antes ocupados por negócios populares”. Antes de constituirem meras descrições de uma transição urbana “natural”, intervenções como as de Fortunati e as da Zero Hora operam como componentes ideológicos de um processo articulado de reconversão da zona cêntrica. Neste processo incluem-se diversos agentes político-econômicos e repressivos, como imobiliárias, corretores de imóveis, secretarias de cultura, guarda municipal, polícia militar, etc.

de dez efetivos da tropa de choque da Brigada Militar, a polícia militarizada do Estado do Rio Grande do Sul. Depois de discutir de maneira dispersa sobre a pertinência de se aproximar do boneco, a maioria dos manifestantes finalmente posicionou-se junto das grades que o protegiam e, poucos minutos depois, arremeteu contra o Tatu Bola sem que qualquer estratégia de abordagem tivesse sido previamente planejada. Os poucos policiais presentes no local não conseguiram evitar o esvaziamento e posterior derrubada do mascote. Enquanto o Tatu Bola se desfazia lentamente, um novo contingente policial ocupou as ruas do Centro da capital para dar início a uma forte represália que resultou em dezenas de ativistas feridos.

Nos dias subsequentes à queda do Tatu Bola os porta-vozes do governo municipal e os meios de comunicação hegemônicos enunciaram referido evento como um ato incompreensível de violência vandálica, no intuito de avaliar a repressão dos ativistas e legitimar o uso indiscriminado da força por parte da polícia. Este tipo de interpretação só foi publicamente contra-restado quando começaram a ser difundidas na internet imagens e relatos pessoais que retratavam de forma irrefutável os abusos perpetrados pelos contingentes policiais mobilizados na noite de quatro de outubro.

Sensível à experiência de luta e à memória política dos manifestantes de Porto Alegre, uma abordagem alternativa do ocorrido deveria ser capaz de re-apresentar o protesto da Praça Montevidéu enfatizando sua dimensão de acontecimento político. Longe de ser isolado ou absurdo, um acontecimento desta ordem encontra-se inscrito em constelações históricas singulares nas quais a produção de sentido depende, entre outras coisas, da retomada e atualização de combates análogos do passado recente. Nos dias que antecederam a manifestação “em defesa da alegria” era comum escutar nas linhas de ônibus utilizadas por estudantes, nas reuniões onde confluíam militantes políticos e nos bares frequentados pelo público universitário, reiteradas alusões ao incêndio do “Relógio dos 500 Anos”, no dia 24 de abril de 2000, durante o Fórum Social Mundial. Naquela ocasião, um grande relógio digital patrocinado pela TV Globo para fazer a contagem regressiva dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil foi desativado e incendiado por um grupo de ativistas políticos. Esta ação emblemática repercutiu nacionalmente e foi replicada em outras capitais do país.

Ao longo do protesto “em defesa da alegria”, no ano de 2012, a narrativa da destruição do Relógio dos 500 Anos foi retomada em diversos diálogos persuasivos estabelecidos entre os manifestantes. Esta narrativa-de-memória dinamizou retóricas de convencimento que terminaram por associar o mascote da Copa do

Mundo com o mesmo registro de violência e omissão histórica outrora representado pela apologia acrítica do “descobrimento” do Brasil. Nas suas teses *Sobre o Conceito de História*, Walter Benjamin nos dá alguns elementos para compreender como certos objetos podem ser convertidos em potenciais desencadeadores da raiva coletiva. Para o autor, as evidências mais palpáveis de qualquer cultura condensam em si uma dupla natureza: ao mesmo tempo em que dão testemunho de como as coisas realmente são, também constituem um indício da negação violenta de outras possibilidades de existir, de outras experiências históricas e de sociedade: “nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie” (BENJAMIN, 2005 [1940], p. 70). Nesta perspectiva, os “monumentos” ao descobrimento do Brasil e à Copa da FIFA constituem suportes para a expressão de um relato bastante particular sobre a realidade e, mais do que isso, eles parecem nos convocar a assumir certa posição diante do mundo. No caso do Relógio dos 500 anos, esta tomada de posição significava, em alguma medida, reconhecer e celebrar os resultados do colonialismo português na América. Já no caso do Tatu Bola, tratava-se de aceitar e festejar as transformações que vinham sendo operadas sobre a vida cotidiana da cidade – principalmente em sua dimensão espacial – no marco dos preparativos para o campeonato mundial de futebol. Quero sugerir, portanto, que o relógio da Rede Globo e o mascote da Coca-Cola tornaram-se objetos comparáveis na medida em que puderam ser apresentados como obstrutores de outras possibilidades de figurar e narrar a realidade. Para retornar aos termos de Walter Benjamin, foi possível estabelecer uma analogia entre esses objetos porque ambos eram facilmente reconhecíveis enquanto índices de um mesmo procedimento de monumentalização da “barbárie”.

Todas as 12 cidades-sede da Copa do Mundo receberam exemplares do Tatu Bola para serem instalados em zonas de grande fluxo de pessoas. Um desses bonecos foi alojado em frente ao Mercado Público de Porto Alegre graças a uma parceria público privada em que a Coca-Cola se comprometera em financiar a valorização do local – mediante instalação de câmeras de segurança, fontes ornamentais e repavimentação – em troca da autorização para utilizá-lo com fins publicitários. Este acordo foi interpretado por certos grupos que faziam uso cotidiano do lugar como uma verdadeira privatização, na medida em que diversas atividades culturais e comerciais ali desenvolvidas terminariam restringidas em benefício da multinacional. Neste contexto, a Batalha do Tatu poderia ser concebida como a expressão visível de um choque violento entre dois processos de espacialização antagônicos: um deles privatista, promovido por poderes públicos e privados comprometidos com a rentabilização do megaevento futebolístico da

FIFA; o outro, plurívoco e desestratificante, impulsionado por vontades e interesses que haviam sido alijados do debate político enquanto a cidade começava a ser preparada para receber a Copa do Mundo.

Relatos e notícias sobre a Batalha do Tatu repercutiram rapidamente nos meios de comunicação corporativos e nas redes sociais, fomentando um intenso debate coletivo a respeito das consequências indesejáveis da Copa do Mundo. Este ambiente crítico proporcionou o surgimento de um bloco ético-político alternativo (cf. MAZZEO, 2006), ou seja, de uma nova arena de interlocução na qual puderam proliferar e circular narrativas e posicionamentos políticos irredutíveis às concepções hegemônicas sobre melhoramento urbano, bem-estar e progresso social. Ao atacar o monumento da Copa do Mundo, a “defesa da alegria” criou as condições para um redimensionamento da correlação de forças estabelecida em Porto Alegre. Isto foi possível na medida em que demandas parciais esgrimidas por jovens ativistas vinculados, principalmente, ao meio estudantil puderam ser conciliadas com outras demandas igualmente parciais que vinham sendo desenvolvidas em diferentes pontos da metrópole e do espectro das classes sociais⁹⁸.

Em abril de 2013 o preço da passagem dos ônibus municipais foi reajustado em Porto Alegre. Como já havia ocorrido em anos anteriores, o Bloco de Luta pelo Transporte Públíco convocou mobilizações contra o aumento. O Bloco de Luta é uma articulação heterogênea de movimentos sociais protagonizados, em sua maioria, por estudantes de ensino médio e universitário. No início de 2013 este grupo de pressão contemplava desde as juventudes do Partido dos Trabalhadores até agremiações anarquistas de expressão local. Como praticamente todos os coletivos que compunham o Bloco de Luta também haviam estado presentes na Defesa Pública da Alegria, a demanda pela redução do preço da passagem pôde se articular facilmente com uma crítica mais abarcadora do modelo de cidade que as obras da Copa pareciam reiterar.

O aumento da passagem de ônibus nas principais cidades do país, simultâneo ao incremento dos efeitos de exclusão ocasionados pelas obras da Copa do Mundo⁹⁹, potencializou e fez multiplicar mal-estares urbanos que não encontravam

98 Tal composição de forças veio a se expressar publicamente em circunstâncias posteriores, através de marchas conjuntas entre estudantes e moradores de bairros populares no auge dos protestos de junho e julho de 2013.

99 A célebre execução de projetos urbanos destinados a atender exuberantes estruturas esportivas deixou um rastro de especulação imobiliária e remoções mal planejadas que evidenciou disparidades radicais na distribuição dos benefícios de um megaevento que deveria favorecer a “todos”.

ram possibilidade de reconhecimento imediato na ordem de prioridades políticas pactuada entre as diferentes esferas de governo. A luta contra o aumento da passagem – por si só bastante transversal – acoplou-se ao descontentamento com variados processos de segregação espacial, abrindo um horizonte de articulação entre diferentes formas de expressão do antagonismo social na cidade. A partir de então, representantes de movimentos de luta pelos direitos territoriais das comunidades negras, ecologistas, lideranças populares e sindicais passaram a frequentar as assembleias deliberativas do Bloco, fazendo com que este permanecesse mobilizado inclusive depois de conquistar, no mês de maio – e após sucessivas marchas –, a redução do preço da passagem. Em junho de 2013, aqueles agenciamentos relativamente circunscritos que oito meses antes deram origem à Defesa da Alegria já haviam entrado numa dinâmica de bola de neve que convulsionaria a libido dispersa no corpo social.

O Bloco de Luta e agrupações semelhantes em outros estados, como o Movimento Passe Livre de São Paulo, tornaram-se catalizadores do que Félix Guattari (2013) denominara “macro-agenciamento de enunciação”, ou seja, uma agitação social abrangente capaz de operar a negativa pragmática do poder significante das gramaticalidades dominantes. Organizar ocupações de terrenos públicos em áreas de franca valorização imobiliária (como a Ocupação Copa do Povo, protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto em São Paulo), tomar os parlamentos municipais e estaduais (como ocorreu em Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro), disputar os espaços da cidade através do enfrentamento direto com as forças policiais e atrever-se a questionar a própria realização da Copa do Mundo foram meios de expressão de um pragmatismo sublevatório que recuperou o caráter político de certas experiências sociais até então inibidas pela gramática do consenso. Sublevar – vale lembrar – é trazer algo à tona, *sub(embaixo)-levare(levantar)*, erguer o que está embaixo, o que não possuía expressão audível, o que existia como inexistência, ou melhor, o que era produzido como inexistente em razão de um suposto “dever ser” da Copa do Mundo, da reconversão urbana e da rentabilidade das empresas de ônibus.

A polifonia dos macro-agenciamentos de enunciação transbordou por todos os lados a ordem de prioridades manejada pelos governos de turno e pelos partidos políticos que os respaldavam. A cooperação entre as agrupações que haviam saído às ruas, bem como o fortalecimento recíproco de suas demandas, acabaram se desdobrando mais além dos espaços de aglutinação e articulação da esquerda tradicional. Esta última, majoritariamente instalada em posições de mando no governo federal, viu subitamente deslocada sua capacidade de condu-

ção quando o programa de consenso que lhe servira de suporte legitimador terminou parcialmente diluído por uma agenda política “selvagem”. As forças sociais que decidiram explorar as consequências mais radicais abertas pela conjuntura sublevatória foram justamente aquelas cujo projeto de emancipação, as demandas por reconhecimento e a própria experiência de sociedade couberam cada vez menos no horizonte pragmático de uma esquerda institucionalizada. Esta miríade de movimentos – que inclui agrupações de juventude, tendências socialistas dos partidos no governo, agremiações anarquistas, comitês populares da Copa do Mundo¹⁰⁰, organizações de comunidades tradicionais, movimentos pela igualdade de gênero, alguns sindicatos, novos movimentos populares urbanos, etc. – negou o discurso tutelar da política oficial para exercer uma resoluta disposição em cuidar dos próprios assuntos.

A efervescência social que extravasava os aparelhos partidários e sindicais foi interpretada pelos meios de comunicação concentrados como uma oportunidade para desestabilizar o Governo Federal. A realização desta estratégia de captura respaldou-se na sobrecodificação dos protestos, ou seja, na tentativa de re-apresentar as sublevações múltiplas e localizadas que pululavam em todo o país como pseudo-acontecimentos esvaziados de singularidade: tudo se passava como se um “gigante”¹⁰¹ torpe e confuso – as massas – tivesse se despertado para a vida política e aguardasse, impaciente, conselhos e consignas destinados a sofisticar sua ação.

Se as pautas políticas esgrimidas pelos meios de comunicação hegemônicos – denúncia da corrupção, demanda por mais segurança, críticas abstratas à precariedade dos serviços públicos – não eram exatamente as mesmas que haviam desatado os primeiros protestos de rua, isto não impediu que elas conseguissem dialogar com aqueles setores da classe média menos engajados politicamente¹⁰².

100 Uma reflexão sobre o surgimento dos Comitês Populares da Copa do Mundo pode ser encontrada em Araujo (2011).

101 Quando as manifestações de rua tornaram-se multitudinárias e irromperam em diversas cidades brasileiras, era comum ouvir a consigna “o gigante acordou” para metaforizar a robustez inaudita dos protestos.

102 Os dados estatísticos apresentados nesta nota e nas duas subsequentes estão baseados em uma pesquisa de opinião realizada pelo IBOPE no dia 20 de junho de 2013 junto aos manifestantes que integraram os protestos organizados nas capitais de sete estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Bahia). Segundo este levantamento, antes das manifestações de junho, 46% dos entrevistados nunca havia integrado protestos de rua. Quanto à posição sócio-econômica dos manifestantes, 26% possuía renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos e 23% possuía renda familiar acima de dez salários

Estes setores reagiram à interpelação das cadeias de televisão e dos jornais mais importantes do país¹⁰³ afluindo às marchas em grande número. Quando bandeiras nacionais começaram a tremular no meio da multidão dividindo espaço com cartazes que replicavam as problemáticas difundidas na grande mídia, ficou claro que uma linha de fuga regressiva havia sido instaurada na esfera pública inaugurada pelos protestos de rua¹⁰⁴. As manifestações populares desenvolvidas entre finais de junho e durante boa parte do mês de julho eram mais pujantes do que suas predecessoras, mas esta transformação quantitativa redefinira qualitativamente os agenciamentos coletivos em curso, convertendo-nos em um terreno de intensas disputas e polarizações.

Conjurar a violência, defender a ordem.

Em outro lugar (MORAES, 2014) discorri sobre a forma como alguns sujeitos individuais e coletivos mobilizados ao longo de 2013 na cidade de Porto Alegre desenvolveram formas originais de exercer a violência política e a tomada de decisões. Neste tópico me interessa visibilizar as contrapartidas estatais e midiáticas que procuraram neutralizar a experimentação política e normalizar o protesto social. Diferente de outros discursos antropológicos a respeito das sublevações de junho e julho (ver, por exemplo, ENNE, 2013), para mim a disputa sobre os rumos e os significados de determinadas expressões do descontentamento popular não reflete a mera confrontação entre “representações sociais” divergentes.

mínimos. O restante da amostra estava compreendido nas faixas de renda até 2 salários mínimos (15%) e acima de 2 até 5 salários (30%).

103 Apesar de a imensa maioria dos entrevistados afirmar terem sido informados sobre a manifestação através do Facebook (62%), um quarto da amostra (25%) soube dos protestos através de jornais impressos, televisão, rádio ou jornais on-line.

104 A mesma pesquisa de opinião evocada nas notas anteriores convidou os manifestantes a indicar três razões que justificariam sua presença nos protestos. Considerando apenas a primeira resposta dada por cada manifestante, 37,6% dos entrevistados aludiram a reivindicações relacionadas com o “transporte público”, seguidos por 29,8% que manifestaram preocupações com o “ambiente político” (dos quais 24,2% disseram estar “contra a corrupção/desvios de dinheiro público”). 12,1% reivindicavam “melhorias/assuntos relacionados a Saúde”; 5,5% se opunham à PEC 37; 5,3% reivindicaram “melhorias/assuntos relacionados à educação”; 4,5% mencionaram os “gastos com a Copa do Mundo/Copa das Confederações”; 1,3% disseram estar reagindo à “ação violenta da polícia” e outros 1,3% aludiram preocupações com a “justiça/seurança pública”. Outras reivindicações mencionadas pelos manifestantes representavam 2,2% da amostra. 0,1% não se referiu a nenhuma causa específica. 0,2% dos entrevistados não respondeu a esta pergunta.

De forma alternativa, proponho que a multidão de enunciados que acompanhou a eclosão dos protestos de rua nas grandes cidades brasileiras constitui um dos aspectos visíveis – ou audíveis – de uma batalha em torno da produção de subjetividades. Mais do que “representações sociais” contrastantes, as interpretações, disputas e intervenções de distinta ordem realizadas no contexto das sublevações expressam o funcionamento concomitante de processos de subjetivação relativamente novos e inesperados e de tecnologias de assujeitamento normalizantes. Os processos de subjetivação aos quais me refiro são fruto do que mais acima denominei macro-agenciamentos de enunciação. Por sua vez, as tecnologias normalizantes operam no horizonte estratégico dos dispositivos de poder, sua finalidade é fixar regimes de representação orientados à modelização – ou seja, à produção em série – das subjetividades políticas. É sobre a operatória destas tecnologias que repousa meu foco de interesse nos parágrafos seguintes.

Em praticamente todos os grandes protestos organizados no Brasil durante 2013 o uso da violência figurou como parte do repertório expressivo de um contingente senão majoritário, pelo menos muito significativo dos manifestantes. Não obstante, enquanto as manifestações ainda pareciam ser uma fonte promissora de insumos críticos contra o Governo Federal, os meios de comunicação hegemônicos procuraram territorializar sobre uma constelação limitada de singularidades o epicentro dos distúrbios que maculavam o desenrolar supostamente “ordeiro” das marchas populares. Estas singularidades, inicialmente caracterizadas como jovens de periferia vinculados a gangues de delinquentes, receberam o rótulo de “vândalos”. Sua ação – assim como a dos outros sujeitos que passaram a ser progressivamente interpelados por dita categoria – era apresentada como não-política, essencialmente delitiva e passível, por isso mesmo, de soluções unívocas e punitivas.

Na prática, e apesar das versões difundidas pelos meios de comunicação, o uso da violência nos protestos nunca se restringiu a grupos fechados e bem definidos. Da mesma forma que na Batalha do Tatu, narrada no tópico anterior, a passagem dos métodos pacíficos à ação violenta sempre se apresentou como possibilidade latente, altamente difusa e conjuntural. Mesmo com a poderosa campanha de deslegitimização levada a cabo por alguns políticos, oficiais de polícia, grandes jornais e redes de televisão, a ação direta sempre se manteve disponível como repertório tático. Diante deste fato, é possível dizer que a esfera pública das ruas conseguiu estabelecer uma autonomia relativa a respeito dos parâmetros de ação política legítima, propalados pelas autoridades e reiterados pelos meios de comunicação. Esta autonomia relativa tornou-se possível graças a um enorme

investimento em contra-informação, cujo principal suporte foram os coletivos de imprensa alternativos, as redes sociais e, logicamente, as discussões e jogos persuasivos desenvolvidos em cada demonstração pública de força. O êxito parcial da atividade de contra-informação descentrou temporariamente a rígida dualidade entre o “legal” e o “ilegal”, fazendo com que ela deixasse de operar como parâmetro dominante de (auto)avaliação das condutas e abrindo caminho para a experimentação com juridicidades e moralidades alternativas.

O experimentalismo político continuou repercutindo até o final de 2013 sob a forma de uma proliferação molecular “selvagem”. “Selvagem” porque situada mais além do controle policial e das pretensões explicativas totalizantes. A ruptura do modelo de embate político circunscrito a interlocutores previamente reconhecidos pelo Estado e pela opinião pública evidenciou a constrição e o esgotamento de uma esfera institucional que se pretendia em condições de representar e sistematizar todos os desejos e expectativas socialmente vigentes. Atores políticos e econômicos dos mais variados matizes souberam identificar nos sintomas desse esgotamento o umbral de um processo de dissolução muito mais perigoso, que poderia colocar em xeque não apenas uma Copa do Mundo, mas também ambições eleitorais e estratégias hegemônicas nutridas à esquerda e à direita do espectro político-partidário. Este temor compartilhado desembocou na ativação de uma miríade de dispositivos de controle social energizados pela atuação articulada dos meios de comunicação concentrados e dos poderes estatais. Para funcionar, tais dispositivos tiveram que “fabricar seus próprios sujeitos”, ou seja, “capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos” (AGAMBEN, 2011, p. 257). Explicitemos, de forma sintética, o conteúdo de alguns desses procedimentos:

- 1) *Mais além do direito, defender a ordem.* Em dezembro de 2013 o Ministério da Defesa publicou uma portaria (protocolada como MD33-M-10) que regula o uso das Forças Armadas em operações para a garantia da “lei e da ordem”. O texto explicita quais seriam os procedimentos a serem adotados pelos militares em articulação com as demais forças de segurança para neutralizar as “forças oponentes”, definidas como “segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos sociais, entidades, instituições, e/ou organizações não governamentais que poderão comprometer a ordem pública ou até mesmo a ordem interna do País, utilizando procedimentos ilegais” (BRASIL, 2013a, p. 29). A caracterização das “forças oponentes” oferecida pelo Ministério da Defesa parecia descrever, em alguma medida, as práticas adotadas por determinados grupos de pressão durante os meses de junho e julho, fato que provocou uma enorme reação crítica entre os

movimentos sociais e levou o governo a alterar a terminologia do texto. Apesar dessas modificações, a portaria MD33-M-10 já havia deixado claro que a finalidade da estratégia de vigilância e repressão concebida pelo Governo Federal era manter a “ordem pública” acima de tudo, inclusive por meios militares.

Meses antes da publicação da portaria, em outubro de 2013, uma jovem estudante da Universidade de São Paulo foi presa próximo do local onde manifestantes haviam atacado uma viatura da Polícia Militar paulista. Entre outras acusações, pesou sobre ela a de ter transgredido a Lei de Segurança Nacional, aprovada em 1983, durante a ditadura militar. Esta lei prevê penas de três a dez anos a quem “pratica sabotagem contra instalações militares, meios de comunicação, estaleiros, portos e aeroportos”. A estudante e um amigo, que também foi preso, portavam na ocasião da abordagem policial uma mochila contendo latas de tinta, uma bomba de gás lacrimogênio deflagrada e um livro de poesia com conotação e protesto, conforme noticiou o jornal *Folha de São Paulo* do dia primeiro de julho de 2014.

Para compreender o que significa defender a ordem por meios militares no contexto do atual paradigma de segurança é preciso avaliar situações onde a ordem é concretamente produzida. Mesmo que a prisão da estudante não tenha ocorrido no marco das operações previstas pela portaria MD33-M-10, ela nos dá um indício de que o imperativo de manutenção da ordem é processado, na prática, como “estado de exceção” pelas forças repressivas. Walter Benjamin (1998 [1920]) sublinhava que ainda que a polícia mobilize a violência com “fins de direito”, esta mesma prerrogativa autoriza os policiais a fixarem tais fins dentro de limites muito amplos. Na prática, a polícia atua, tal como os advogados e os juízes, em condição de verdadeira operadora do direito, mas com a seguinte particularidade: ela funda e conserva simultaneamente a lei de acordo com critérios de arbítrio não codificados formalmente. Em poucas palavras: a polícia – ou o exército que exerce função de polícia – detecta e ao mesmo tempo configura o ato delitivo instrumentalizando o léxico jurídico de acordo com as necessidades de preservação da ordem em cada contexto particular. Esta constatação permite afirmar que quando se trata, essencialmente, de manter a ordem, os fins buscados e eventualmente alcançados pela violência policial costumam não estar conectados com os objetivos que se arroga o direito.

2) *Disseminar a suspeita.* Em fevereiro de 2014 um cinegrafista da rede de televisão Bandeirantes faleceu em decorrência do impacto de um fogo de artifício contra sua cabeça durante uma manifestação no Rio de Janeiro. Este fato alimentou a impugnação generalizada das manifestações de rua por parte dos grandes meios

de comunicação. Uma pesquisa do instituto Vox Populi alardeada por diversos jornais e redes de televisão indicava, no dia 13 de maio de 2014, que 20% da população continuava apoiando os protestos em comparação com a cifra de 50% registrada no ano anterior. Em declaração à imprensa¹⁰⁵, o diretor do Vox Populi projetou que o “risco” de novos protestos era reduzido no ano em curso.

A grande imprensa utilizou o corpo sem vida de um jornalista como suporte para a propagação da retórica sensacionalista do horror. O corpo mudo foi convertido em índice de uma potência sinistra, de uma violência “gasosa” cuja origem, nos termos de Rossana Reguillo (2011), não é passível de ser atribuída a outra coisa que não a entes fantasmagóricos. Trata-se de uma violência difícil de prever porque não segue um padrão inteligível, porque parece espreitar em todos os lugares. Foi efetivamente neste contexto que a palavra “terrorista”, uma verdadeira fantasmagoria, passou a operar, ao lado de “vândalo”, como dispositivo retórico potencialmente aplicável a qualquer manifestante. O novo sujeito que o dispositivo normalizador fabricava para si já não era facilmente identificável por sua origem social ou indumentária; tratava-se, agora, de um ente sinistro, produzido no calor das aglomerações públicas.

No Senado Federal a categoria terrorista começou a percorrer velozmente os caminhos que poderiam levar a sua instalação jurídica oficial. O senador Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores, justificou a necessidade e o objetivo de uma lei que tipificasse o crime de terrorismo no Brasil com as seguintes palavras: “a lei hoje permite que o cidadão exploda primeiro, atinja a cabeça de alguém, solte um rojão e depois é que nós vamos ver o que fazer com ele. Não dá para ter uma ação preventiva de impedir que ele carregue aquele material que coloca em risco os manifestantes, a estrutura do Estado e a própria União?”¹⁰⁶ Concretamente, o texto em discussão no Senado (Projeto de lei 499) define “terrorismo” como a ação de “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade da pessoa” (BRASIL, 2013b). Nesta caracterização não aparecem quaisquer menções à finalidade do ato de “infundir terror”, de modo que um leque amplíssimo de práticas delitivas – incluídas aquelas sem motivação política explícita – poderia ser enquadrado pela lei em questão. Outro aspecto chamativo do texto é a noção de “pânico generalizado”. Como medir a generalização do pânico? Ou ainda: como um fato “X” pode ser difundido de modo a criar pânico generalizado? Talvez a repercussão dada pela grande imprensa ao falecimento do

105 Ver reportagem de Nice de Paula (2014) para o site do jornal *O Globo*.

106 Citação extraída da matéria de Paloma Rodrigues (2014) para a *Carta Capital*.

cinegrafista da Rede Bandeirantes ofereça alguns indícios para responder a essas indagações. Quem parece medir e mediar a generalização do pânico são os próprios meios de comunicação.

3) Envolver e controlar. Ao longo do mês de fevereiro de 2014 a Polícia Civil do Estado de São Paulo convocou centenas de pessoas a prestar depoimento no marco de um inquérito conhecido pelos policiais como “inquérito do Black Bloc”. Não raro, as datas e horários fixados para tomar os depoimentos coincidiram com aqueles escolhidos para a realização de manifestações populares na cidade. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo, o objetivo do inquérito é “dar um basta à violência, uni[ndo] as polícias Civil e Militar ao MP (Ministério Público) para, numa operação rápida, identificar os suspeitos de atos criminosos que atrapalham o direito de manifestação” (IGLESIAS, 2013). De acordo com diversos manifestantes chamados a depôr em São Paulo, era comum que os agentes policiais baseassem o interrogatório em denúncias publicadas pelos meios de comunicação e demonstrassem especial interesse em mapear as inclinações político-ideológicas dos investigados. Algo semelhante ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul quando, após o cumprimento de sucessivos mandados de busca e apreensão nas sedes de agrupações políticas envolvidas com os protestos iniciados em 2012, o Ministério Público acusou cinco militantes do Bloco de Luta pelo Transporte Público de constituição de milícia privada, entre outros crimes. O inquérito foi acolhido pelo poder judiciário e convertido em processo penal no mês de junho de 2014. A acusação do MP se baseou, fundamentalmente, no relato de policiais encarregados da repressão aos protestos em Porto Alegre e no depoimento de um jornalista do Grupo RBS (associado à Rede Globo) que teria presenciado o planejamento de ações vandálicas em assembleia do Bloco de Luta.

Além das investigações policiais massivas, que envolvem centenas de ativistas políticos em todo o país, as polícias militares vêm aplicando técnicas de cercamento ostensivo das manifestações. Uma dessas técnicas se assemelha ao Caldeirão de Hamburgo – utilizado pela polícia alemã nos protestos de 1986 contra a construção de usinas nucleares – e consiste no cercamento e “amputação” de setores inteiros das marchas para submetê-los, ato seguido, a um verdadeiro estado de exceção marcado por agressões físicas sistemáticas, falsos flagrantes e prisões arbitrárias. Se o panóptico de Bentham emblematiza o desejo de poder nas sociedades disciplinares, o Caldeirão de Hamburgo e seus assemelhados constituem uma sugestiva expressão do desejo de poder nas democracias controladas. Agora já não se trata de vigiar e punir pontual e individualmente. Tampouco está

em questão o direito de manifestação – como esclarece o texto da SSP de São Paulo reproduzido mais acima. O Brasil não está empreendendo o caminho de retorno à ditadura. A democracia controlada parece tolerar relativamente bem as expressões da diferença, do dissenso e do antagonismo, desde que estas não ocasionem acidentes “perigosos”. Envolver os manifestantes num sistema generalizado de interrogatório, controlar as redes sociais, influenciar o curso das marchas mediante cercamento, determinar quando e onde elas devem começar e se dispersar é o mesmo que construir garantias à ordem, é antecipar-se à disruptão. É, no limite, tentar evitar a necessidade de futuras medidas punitivas.

Por sua vez, as investigações policiais, as prisões temporárias e o indiciamento de ativistas políticos expressam algo que vai mais além da pretensão de punir delitos individualizados. Trata-se, nestes casos, do desdobramento de uma “estratégia do medo” (FOUCAULT, 2012 [1994], p. 203). O caráter amedrontador dos expedientes policiais e judiciais em curso é identificável, por exemplo, na elaboração de denúncias baseadas em escassa materialidade, em infrações mal estabelecidas, em teorias do “domínio do fato” segundo as quais o mero exercício de liderança política num protesto em particular seria suficiente para imputar a um sujeito todo tipo de responsabilidade penal. O que vemos, aqui, não é a reação da justiça ao delito comprovado, mas sim seu rechaço ao “perigo real”, aquele representado por todas as marchas vindouras, por todas as potenciais inclinações violentas dessa “população-alvo” difusa que começa a emergir no cenário político depois do esvaziamento de certos programas de consenso.

Conclusões: o que nos espera?

As práticas sublevatórias que marcaram o ano de 2013 terminaram por redefinir os horizontes da democracia brasileira. Se por um lado abriram-se linhas de fuga com enorme potencial transformador, por outro lado velhos dispositivos de controle institucional foram sofisticados e novos elementos jurídicos – como a lei antiterror – aguardam ansiosos para ingressar nas dinâmicas da vida coletiva. Neste momento, estamos defrontados com uma disjuntiva entre a experimentação política no terreno da incerteza e a democracia controlada no terreno da segurança. “Segurança”, aqui, não deve ser entendida como o oposto de incerteza, mas sim como a pretensão de neutralizar tudo aquilo que, no marco de uma dada estratégia de poder, é representado como incerto e, portanto, perigoso.

Neste trabalho, procurei diagnosticar, em linhas generalíssimas, as consequências do funcionamento daqueles dispositivos mobilizados para conjurar quaisquer potências desestruturantes, ou seja, para assegurar certa noção de de-

mocracia calcada nos imperativos de manutenção da ordem e exercício sistemático do controle. Estes dispositivos já entraram em vigor. De fato, nós estamos sendo investidos por processos de assujeitamento que tendem a expurgar paulatinamente de nossas vidas aquelas reservas de expressividade que soubemos cultivar e compartilhar no exercício da sublevação. Com o pacto de segurança posto sobre a mesa, trata-se, agora, de criar os sujeitos que justificariam sua promulgação: terroristas, vândalos, *black blocs* de um lado; o cidadão amedrontado, a vítima indefesa, o Estado ameaçado de outro. A emergência desse tipo de sujeito impõe uma inflexão semântica às noções de governo e política, descolando-as, definitivamente, de qualquer associação *a priori* com ideias mais tradicionais como “bem comum” ou “melhoramento das pessoas”. Governo e política, nesta fase de transição da democracia brasileira, se revelam como sinônimos de uma intenção pura e surda de controle, como um desejo intenso de ordem que já não aponta no sentido de ampliar, mas sim de reduzir as liberdades de uma “população-alvo” sinistra (cf. ESPOSITO, 2009).

A comunidade futura com que nos acenam os novos dispositivos de controle parece ser aquela erigida sobre o paradigma da imunidade, ou seja, da salvaguarda do corpo social através do controle preventivo e permanente; é, em suma – e para utilizar a poderosa imagem construída por Roberto Esposito – a exacerbão da “comunidade dos que não têm comunidade, dos que partilham apenas a lei, a dívida e a culpa” (*ibidem*, p. 27). Ainda existe, no entanto, uma imensa fissura entre os dispositivos de poder vigentes e a energia coletiva liberada no último ano, de modo que continuam abertas diversas perspectivas de inovação militante em condições conferir às expressões políticas da dissidência algum poder efetivo nas relações de força concretas.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. ¿Qué es un dispositivo? *Sociológica*, v.26, n.73, p. 249-264, 2011.
- ALFONSIN, Betânia M. Da escala local à escala global: tendências hegemônicas de privatização do espaço público e resistências contra-hegemônicas em Porto Alegre. *Revista da Faculdade de Direito UniRitter*, n. 10, p. 79-100, 2010.
- ARAUJO, Gabriele. *Dinâmicas da ação coletiva*: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/37305>. Acesso em: 3 mai 2014.

BENJAMIN, Walter. Para una crítica de la violencia. In: Roberto Blatt (comp.). *Para una crítica de la violencia y otros ensayos*. Madri: Tauros, 1998.

BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. *Garantia da Lei e da Ordem*. Brasília, 2013a. 70 p.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 499, de 28 de novembro de 2013b. Define crime de terrorismo e dá outras providências. Portal Atividade Legislativa: Projetos e Matérias Legislativas. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=115549>. Acesso em: 20 jul 2014.

CARDOSO, Bruno. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.19, n.40, p. 119-148, 2013.

ENNE, Ana Lucia. Representações sociais como produtos e processos: embates em torno da construção da categoria “vândalos” no contexto das manifestações sociais no Rio de Janeiro em 2013. *Revista História e Cultura*, Franca, v.2, b.2, p. 174-196, 2013.

ESPOSITO, Roberto. *Comunidad, inmunidad, biopolítica*. Barcelona: Herder Editorial, 2009

FORTUNATI, José. *Reportagem de ZH destaca qualificação do centro histórico de POA*. 2012. Entrada publicada no blog do Prefeito de Porto Alegre. Disponível em: <http://fortunati.com.br/reportagem-de-zh-destaca-qualificacao-do-centro-historico-de-poa/>. Acesso em: 15 mar 2014.

FOUCAULT, Michel. *El poder una bestia magnífica*. Sobre el poder, la prisión y la vida. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

GARRELL, Richard-Paul M; OLIVEIRA, Emílio de. Manifestações Populares e os recentes Projetos de Lei “Antiterrorismo”: expansão do Estado de Exceção? Atas do *Encontro da ANDHEP Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos I*. São Paulo: Faculdade de Direito, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1398278225_ARQUIVO_ANDHEP2014-ARTIGO-ManifestacoesPopularesrecentesProjetosdeLeiAnti-Terror.pdf>. Acesso em: 6 ago 2014.

GUATTARI, Félix. *Líneas de Fuga*. Por otro mundo de possibles. Buenos Aires: Cactus, 2013

IGLESIAS, Rafael. *Força-tarefa vai combater violência em manifestações*. 2013. Notícia publicada no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=32556>>. Acesso em: 15 mar 2014

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.19, n. 40, p. 89-118, 2013.

MAZZEO, Miguel. *El sueño de una cosa*. Introducción al poder popular. Buenos Aires: El colectivo, 2006.

MESOMO, Juliana. Tecnologías de desplazamientos de poblaciones em contextos urbanos: el caso de duplicación de una avenida em Porto Alegre. Atas das *Jornadas de Investigación en Antropología Social* 7. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2013. (s/n). Disponível em: <<http://www.jias.org.ar/conf-cientifica/comunicacionesActasEvento.php>>. Acesso em: 6 ago 2014.

MORAES, Alex. Os vândalos ao poder: violência política e poder popular nos protestos de 2012/2013 em Porto Alegre. Reflexões estratégicas à luz de Benjamin e Lukács. *Sinal de Menos*, Porto Alegre, v. 11, n. 6, p. 239-265, 2014.

DE PAULA, Nice. Apoio a manifestações caiu de 50% para 20%, diz diretor do Vox Populi. Matéria publicada no site do jornal *O Globo*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-manifestacoes-caiu-de-50-para-20-diz-diretor-do-vox-populi-12471288>. Acesso em: 15 mar 2014.

REGUILLO, Rossana. La Narcomáquina y el trabajo de la violencia. Apuntes para su decodificación. *Revista electrónica del Instituto de Performance de New York University*. Nova York, v.8, n.2, p. 1-17, 2011.

RODRIGUES, Paloma. Após morte de cinegrafista, senado tenta acelerar “lei antiterror”. Notícia publicada no portal da revista *Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/lei-antiterrorismo-1873.html>>. Acesso em: 15 mar 2014.

Alex Martins Moraes é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando em Antropologia no Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), Buenos Aires. É membro do Grupo de Estudos em Antropologia Crítica e sócio fundador do Instituto de Experimentação e Pesquisa Social.

O que pode um rosto? O que pode um braço? O levante brasileiro e a nova estética do protesto

.....**Raluca Soreanu^{107, 108}**

A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo.

Félix Guattari, Caosmose

Introdução¹⁰⁹

O presente artigo discute a estética sócio-política das manifestações que ocorreram no Brasil em 2013, a partir do entendimento guattariano da estética como o estudo das formas de contato entre os corpos. Primeiramente, apresento os pontos cegos e excessos das análises que focam nos aspectos violentos dos protestos. Especifico esses pontos cegos em termos da onipresença do significante “fascismo” no imaginário político brasileiro; e em termos dos impasses em torno do significante “revolução”. As análises exacerbando a dimensão violenta dos protestos falham em ver alguns modos de subjetivação emergentes, que são centrados no cuidado e na contenção mútua. Para dar conta desses modos de subjetivação, comparo a ideia da rostidade capitalista de Guattari (a “máquina com quatro olhos”), com a ideia de Freud do jogo do “Fort-Da”. Um novo olhar para a proposição de Freud pode nos levar a um novo paradigma da política e a uma nova semântica da proximidade social. A radicalidade na proposta de Freud consiste em falar de uma subjetividade não-rostificada e corporificada. Voltando-me para episódios do levante brasileiro, proponho duas questões mutuamente elucidativas sobre a nova estética do protesto: “O que pode um rosto?” e “O que pode

107 Tradução para o português por Renata Gomes, Manuela Linck de Romero e Igor Peres.

108 Agradecimentos a Giuseppe Cocco, Carusa Gabriela Dutra Biliatto, Stephen Frosh, Renata Gomes, Jô Gondar, Manuela Linck de Romero, Igor Peres, Barbara Szaniecki.

109 Agradecimentos a Giuseppe Cocco, Carusa Gabriela Dutra Biliatto, Stephen Frosh, Renata Gomes, Jô Gondar, Igor Peres, Barbara Szaniecki.

um braço?”. Aponto então para formas de re-corporificação e re-democratização do rosto e para a des-rostificação dos corpos.

Contextualizações: da violência às novas formas de cuidado

Desde junho de 2013, tanto os principais meios de comunicação quanto as arenas intelectuais do Brasil têm estado sobrecarregados com a preocupação acerca da emergência de um sujeito coletivo violento, pronto para dizimar a “sociedade” em um impulso niilista destrutivo, e para pôr em perigo a “civilização” com sua suposta barbárie. Há uma gramática significativamente binarizadora nessas preocupações. Um novo fenômeno de massa polifônico e surpreendente está sendo descrito por meio dos binários indivíduo/sociedade, razão/emoção, civilização/barbárie. A gramática da produção do abjeto. A gramática da criminalização. Uma gramática que não se historiciza, que não reflete sobre suas fortes afinidades com perspectivas irracionais sobre o fenômeno coletivo, que organiza o coletivo e o rejeita como uma fera descontrolada, uma mera “massa”. Alternativamente, se não puramente irracional, a multidão seria então controlada a distância por poderes ocultos. Como Giuseppe Cocco (2014) afirma, falou-se de “massas hipnotizadas” sem esclarecer, no entanto, quem seria o hipnotizador (p. 12). Sobrecarregados com imagens de violência, da “fera” solta atravessando o gás lacrimogêneo corretivo dos aparatos do Estado, ou quebrando as janelas de bancos e lojas, nós – e quem é esse “nós”, mesmo? – corremos o risco de nos convencermos de que a violência é uma coisa de carne, e não uma questão, sobretudo, de pixels. Saturadas de negatividade, as representações visuais das cenas dos protestos se tornaram foracuídas nelas mesmas. Elas inflam em gestos quase sinfônicos. O triunfo da violência. O registro apocalíptico do pacto neodesenvolvimentista precisa de violência para perpetuar sua legitimidade. Eu argumento que a única visão possível para o caso do levante brasileiro é uma visão de perto, que inclua o toque, a escuta, o cheiro e o sentir na pele. Somente então poderemos começar a entender a escala e a direção da violência (ou a ausência dela! ou a presença de algo além da violência!) e as mutações do laço social.

A imagem da violência montada pela mídia por meio de técnicas de visão a distância esteve necessariamente conectada ao medo emergente do *fascismo*. Desde os primeiros dias do levante em junho de 2013, a frase “o gigante acordou” produziu medos eletrificantes. O que nos interessa aqui é como um medo generalizado diante de monstros e emergências gigantescas se torna um pavor específico do fascismo. Como a categoria “fascismo” ganha tanta força nas repercussões de junho de 2013, tornando-se um tipo de termo chave, dotado de uma falsa potên-

cia de explicar tudo o que estava acontecendo nas ruas? O primeiro movimento discursivo aqui é a mistificação dos microfascismos enquanto macrofascismo, ou o pressuposto implícito de que o fascismo seja um mero regime político – esse “outro” externo que se apossa de uma maneira violenta do pacificado, dócil e vitimizado corpo social. Em seu manifesto “Tudo mundo quer ser fascista” [“Everybody Wants to Be a Fascist”], Guattari (2009) esclarece como o fascismo se dá por uma operação micropolítica. Como ele escreve:

As máquinas totalitárias do capitalismo conseguem separar, particularizar, e molecularizar os trabalhadores, esvaziando-os, entretanto, de seu potencial de desejo. Essas máquinas se infiltram nas posições dos trabalhadores, suas famílias, suas parcerias, suas infâncias; elas se instalam no coração da subjetividade desses trabalhadores e suas visões de mundo. O capitalismo teme movimentos de multidões em larga escala. Seu objetivo é ter sistemas automáticos de regulação em seu comando. Esse papel regulatório é dado ao Estado e aos mecanismos de contratos entre as “parcerias sociais”. E quando um conflito põe em erupção os enquadramentos pré-estabelecidos, o capitalismo busca confiná-lo em guerras econômicas ou locais. (p. 169)

O medo e a criminalização das massas fervorosas nas ruas são parte de um modo fascista de operar. Todo movimento desejante e multiconectivo deve ser contido a qualquer custo. Guattari argumenta: “ao lado do fascismo dos campos de concentração, que continuam a existir em inúmeros países, novas formas de fascismo molecular estão se desenvolvendo: um lento e ardente fascismo no familiarismo, na escola, no racismo, em todo tipo de gueto, o que compensa muito bem a falta de fornos crematórios.” (*ibidem*, p. 171)

O segundo movimento discursivo é mais contextual, e tem a ver com o golpe militar no imaginário social brasileiro, e a consideração correlativa da impossibilidade de processo revolucionário. Todos os processos revolucionários são golpes disfarçados. Expliquemo-nos. Falar sobre revolução no contexto brasileiro nunca significa somente um mero esclarecimento teórico: é como se fosse preciso pronunciar a palavra em uma voz macia, quase em um sussurro, para não chocar, não re-traumatizar e transportar seu interlocutor para um horizonte de associações que necessariamente levem ao golpe – a tentativa de capturar o poder de maneira violenta, seguido pelos terrores e repressões de um regime militar (HOLLANDER, 2010; TELES; SAFATLE, 2010). O golpe assombra o imaginário social, condicionando o que pode e o que não pode ser dito. De fato, o golpe imediatamente transborda em seu plural, golpes. A história sempre ameaça se repetir. O golpe assombra e sempre retorna, logrando um presente revoltado, e criando uma

linha temporal cega ao presente e que une um passado prejudicado e um futuro eternamente vulnerável, decifrado nos termos do passado.

Franco Berardi (2012, p. 64) nos alerta para o fato de que esgotamos as criatividades da ideia de revolução, que essa ideia contém “uma noção exagerada de vontade política”, e que, atualmente, ela pode ser substituída pela noção de “mudança paradigmática”. No meu entendimento, no contexto brasileiro, falar em revolução (mesmo que sussurrando) é mais do que oportuno. Com Julia Kristeva (2000), talvez possamos entender “a necessidade de uma cultura de revolta em uma sociedade que está viva e em movimento, não estagnada. Na verdade, se tal cultura não existisse, a vida se tornaria uma vida mortificada, isto é, uma vida de violência física e moral, de barbárie” (p. 7). Em rechaço à barbárie, talvez precisemos repreender a pronunciar a palavra “revolução”. O segundo passo é trabalhar na direção de uma nova semiótica dos coletivos revolucionários.

Como podemos falar de políticas revolucionárias sem cair na armadilha que Berardi formulou: a inflação da ideia de vontade política? Trabalhando sob uma concepção linear de tempo, as revoluções aparecem como quebras ou cortes em um momento claramente definido – uma suspensão, um momento em que a história prende a respiração. Poderíamos então falar da Revolução Chinesa, de 1959, ou da Revolução Cubana, de 1949. Para pensadores não-lineares, a revolução é recuperada para dentro da história e da luta social: é o fim do poder-sobre e a liberação do poder-para (HOLLOWAY, 2010); é a instalação de novos laços entre as pessoas (DELEUZE e GUATTARI, 1991); é uma força que traz uma maturação da consciência (CASTORIADIS, 1964). Castoriadis considerou que grupos dominados são capazes de auto-instituição, auto-organização e auto-construção; a sociedade, afirma, “é uma forma de auto-criação” (CASTORIADIS, 1991, p. 132-133). As formas de cada sociedade são determinadas dentro da sociedade e por ela; não são o produto de forças externas à sociedade. A revolução de Castoriadis é então uma revolução paciente, uma revolução na qual a criação dos órgãos autônomos das massas vem primeiro. O que ele teve em mente foram comunas, sovietes, comitês de fábrica, conselhos, e – pensando no caso brasileiro e em suas formas emergentes – “plenárias” e comitês de vizinhança.

Trazendo o espírito da crítica castoriadiana para as revoluções compreendidas enquanto capturadoras do poder, Eugène Enriquez observa:

Revoluçãoes globais que têm em vista a ‘totalidade social’ estão talvez produzindo somente as piores aberrações, contrariamente ao que os revolucionários sempre pensaram, porque elas desprezam a ideia de construções pacientes de uma outra realidade social e cultural por indivíduos e grupos, e elas se distan-

ciam das ações de todos aqueles que se lançam enquanto ‘criadores de história’ sem se preocuparem com a ‘direção da história’, uma vez que eles sabem pertinentemente que não há nenhuma direção pré-estabelecida para a história. (ENRIQUEZ, 1989, p. 39)

Ao escrever sobre a dimensão horizontal da política, Castoriadis modifica a própria finalidade da revolução social: não se trata mais da abolição da propriedade privada dos meios de produção, mas da eliminação das distinções definidas entre os líderes e os agentes na produção da vida social em geral (EGUCHI, 1989, p. 51). Castoriadis resgata a amplitude da ideia de revolução: a preocupação principal é que a humanidade tenha à frente um futuro real, e esse futuro não é somente para ser pensado, mas sim para ser construído. O conteúdo mesmo do projeto revolucionário é o ato de chegar a um tipo de sociedade que possa perpetuamente questionar o que está instituído, e, dessa forma, permanecer fundamentalmente aberta. A sociedade pós-revolucionária não terá destilado nenhum princípio miraculoso de auto-regulação, mas continuará a instituir a si mesma de maneira explícita e reflexiva.

A descrição apocalíptica dos protestos nas ruas é então silenciosamente atravessada por esses dois movimentos: a mistificação do microfascismo em macrofascismo; e a redução de todas as políticas radicais ao golpe militar em potencial. Em telas enormes, estamos todos nos tornando guerreiros niilistas fascinados com vidros quebrados. O fantasma translúcido desse guerreiro niilista nos assombra.

No que segue, refleti sobre a emergência de subjetividades de cuidado durante os protestos brasileiros. Plenamente devido aos movimentos do coletivo e capaz de criar textura coletiva com seus movimentos, esse cuidadoso militante é um pacificador complexo ou uma presença que dá continência à violência. Atravessado por uma ética do cuidado pelo outro, esse militante é re-rostificado, profundamente corporificado, e capaz de múltiplas conexões, anunciando uma nova estética. Essa não é uma descrição esperançosa, mas sim fenomenológica.

Estética e Distância Social

Em seu último livro, *Caosmose*, Félix Guattari fala de “um novo paradigma estético”, pelo qual se refere às mutações da sensibilidade, da epiderme, das zonas de contato entre os corpos. O pensamento ocidental parou na ideia da estética como a ciência da beleza de um objeto. Mas quando nós nos libertamos da ideia do belo como um objeto de contemplação, a preocupação central da estética passa a ser a forma como os corpos se percebem através do campo social. A es-

tética se torna uma ciência do contato. Contato entre as epidermes. Contato entre corpos. Contato entre faces. Berardi (2008) se refere ao novo paradigma estético de Guattari como “semântica da proximidade social”. Assim, quão próximos estávamos, exatamente, antes de junho de 2013 e quão próximos nos tornamos, após essa data? Estamos indo da pele a pele de outras maneiras, depois de junho de 2013? Pra começar: o capitalismo opera como uma patologia do contato. Não toque, apenas olhe. Epidermes são substituídas por telas. Faces são substituídas por telas.

Para trazer uma questão epistemológica, o que significaria anunciar uma mudança na semântica da proximidade? Tudo começa com onde e como traçamos o simbólico. Guattari recusa a divisão saussuriana do signo em duas partes constituintes, o significante material (a palavra) e o significado conceitual (a coisa que é referida pelo som). Para ele, as coisas significam em suas materialidades imediatas. O sentido não está descolado delas, situado em algum outro lugar em um domínio abstrato ou conceitual da mente ou das semânticas. Instalar essa divisão dentro do signo é dividir o sentido em aqui e lá, em uma presença da ordem da materialidade e uma ausência da ordem do significado pretendido; é dividir o sentido em uma ordem inferior de materialidade, do mundo mortal em que estamos vivendo, e em uma ordem elevada indefinível de plenitude semântica – um além que gostaríamos de alcançar.

O simbólico, portanto, não se reduz à linguagem verbal. Corpos retornam na equação simbólica, enquanto uma semântica da proximidade social é capaz de entender ambas as distâncias, entre estes corpos materiais e as qualidades destas distâncias. Como diz Guattari:

Não há linguagem em si. O que especifica a linguagem humana é precisamente o fato de que ela nunca se refere a ela mesma, ela sempre permanece aberta a todos os outros modos de semiótização. Quando está fechada em uma língua nacional, uma dialética, um dialeto, uma língua especial ou delírio, é sempre devido a um certo tipo de operação política ou micropolítica. (GUATTARI, 2011, p. 27)

Simbólico é aquilo que precisamente pode significar mais do que uma coisa. José Gil fala do “significante flutuante”, que é uma energia, uma força impossível de ser significada por meio dos códigos. Aqui, o permutador dos códigos é o corpo. (GIL, 1997, p. 23). As unidades semânticas são as unidades gestuais. Afeto é o modulador global que integra uma multiplicidade de unidades numa

sequência individuada. Assim, de uma mera série de elementos em conjunção, movemos para uma forma singular.

O corpo se torna uma *infralíngua* – o que não é de maneira alguma concebido em uma relação binária com a linguagem verbal. Gil (1997, p. 47) nos confronta com a noção de *pós-pré-verbal*, capturando a concomitância entre a linguagem verbal e as linguagens corporais. Na sua argumentação:

*Deve-se entender a *infralíngua* como resultado de um processo de incorporação (*embodiment*) da linguagem verbal, ou melhor, da sua inscrição-sedimentação no corpo e nos seus órgãos. Nesta inscrição perde-se a maior parte das articulações verbais, a gramática simplifica-se, reduz-se, é absorvida pelos movimentos corporais, o léxico quase desaparece. O corpo transforma-se: adquire uma inteligência, quer dizer, uma plasticidade do seu próprio espírito (o espírito do corpo: as prae-tognósias, as antecipações de gestos certos, a ‘geometria natural’, o conhecimento ‘implícito’ do espaço e do tempo), que não possuía antes. (GIL, 1997, p. 46)*

Esta plasticidade do corpo irá fluir de volta ao intelecto, por meio de movimentos sutis, associações, impregnações, contaminações semânticas imperceptíveis, ritmos, modulações, cesuras.

As semânticas da proximidade social estão fundadas na leitura das qualidades *relacionais* da dimensão pós-pré-verbal da vida. Como se conectam as unidades gestuais e como ressoam com outras unidades gestuais? Diversas relações com a alteridade estão emergindo – ou a conexão está gradualmente caindo em um espelhamento fechado em si mesmo? Em outras palavras, a heterogeneidade das unidades gestuais da relação está aumentando ou diminuindo? Com tais questionamentos já estamos em diálogo com a noção guattariana de “coletivo”, que “deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos.” (GUATTARI, 1995, p. 9) Ao invés de intensidades pré-verbais, mantemos a produtividade do termo pós-pré-verbal, mostrando os corpos como uma *infralíngua* que não se opõe à linguagem verbal, mas passa através dela.

Guiado por uma ética da heterogeneidade, Guattari teoriza o coletivo enquanto uma multiplicidade (*ibidem*, p. 17). O que pulsa nessa multiplicidade para nós – enquanto pensamos nas semânticas de proximidade – são os complexos de subjetivação, onde, através de um “entrar em contato”, as pessoas podem realizar suas singularidades.

O que importa aqui não é unicamente o confronto com uma nova matéria de expressão, é a constituição de complexos de subjetivação: indivíduo-grupo-máquina-trocas múltiplas, que oferecem à pessoa possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos e, de alguma forma, de se re-singularizar. (...) Assim, operam-se transplantes de transferência que não procedem a partir de dimensões “já existentes” da subjetividade, cristalizadas em complexos estruturais, mas que procedem de uma criação e que, por esse motivo, seriam antes da alcada de uma espécie de parâigma estético. Criam-se novas modalidades de subjetivação do mesmo modo que um artista plástico cria novas formas a partir da palheta de que dispõe.

Uma vez que entendemos da estética enquanto uma “ciência do contato”, podemos especificar nossa questão. Como a distância social é atravessada? Como o contato se dá? De que maneira podemos decifrar as múltiplas trocas entre indivíduos-grupos-máquinas dos quais Guattari fala? Ou, como descrevemos as qualidades relacionais do pós-pré-verbal? Para responder tais perguntas, retorno a uma ideia freudiana que Guattari criticou fortemente (talvez demasiadamente), em suas reflexões sobre os perigos das noções edípianas operando dentro (e fora) da psicanálise. Trata-se da ideia do jogo do “Fort/Da”, escrita por Freud em 1920, em *Além do princípio do prazer*. Argumento que uma reapropriação criativa da ideia freudiana do jogo do “Fort/Da” pode ser um passo importante para responder a questão a respeito de como a distância social é atravessada. Freud nos dá um exemplo convincente sobre o ensaio da distância enquanto condição obrigatória para a vida social em seus registros do jogo de infância conhecido como “Fort/Da” – “agora você vê, agora não” – ou mais literalmente, “foi embora” / “está aqui de novo”.¹¹⁰ Para mim, todas as elaborações psicanalíticas postulando a existência

110 Freud escreve: “Esse bom menininho, contudo, tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, sob a cama, de maneira que procurar seus brinquedos e apanhá-los, quase sempre dava bom trabalho. Enquanto procedia assim, emitia um longo e arrastado ‘o-o-o-o’, acompanhado por expressão de interesse e satisfação. Sua mãe e o autor do presente relato concordaram em achar que isso não constituía uma simples interjeição, mas representava a palavra alemã ‘fort’. Acabei por compreender que se tratava de um jogo e que o único uso que o menino fazia de seus brinquedos, era brincar de ‘ir embora’ com eles. Certo dia, fiz uma observação que confirmou meu ponto de vista. O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorreu puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-o’. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reapareci-

de um “terceiro” ou de um “terceiro espaço” (ver especialmente Donald Winnicott, Jessica Benjamin) se assentam na análise de Freud acerca do “Fort/Da”.

Em sua tentativa de estabelecer sua própria proposta esquitoanalítica, contrastando-a com as psicanálises de Freud e Lacan, Guattari talvez não tenha reconhecido o brilhantismo da descoberta de Freud sobre o jogo do “Fort/Da”, e seu potencial em ser um ponto de partida radical para a compreensão da distância social. Nas suas palavras:

Ao contrário de Freud, a esquitoanálise não faz o Fort-Da depender de um afeto de frustração em relação à mãe e aos princípios universais da vida e da morte; nem, parecido a Lacan, a uma ordem significante transcendente. Considera-o como máquina desejante, trabalhando para a composição do eu verbal – em simbiose com as outras composições do eu emergente, do eu nuclear e do eu subjetivo – e, assim, inaugurando um novo domínio sobre objeto, sobre o toque, de uma espacialidade diferente do espaço transicional de Winnicott. (GUATTARI, 1995, p. 74-75)

Esclareçamos como podemos dialogar com Guattari e Freud sobre o “Fort/Da”, e não com Guattari *contra* Freud. Primeiramente, não há nada no texto freudiano que instrua sobre um eterno retorno à figura da mãe. A frustração da criança é mais enigmática do que Guattari parece considerar: pode ser endereçada à mãe, mas também à presença de um outro diferente da mãe. Este outro não é somente um indivíduo substituto da mãe, mas pode ser concebido como um coletivo ou uma composição de presenças interarticuladas. Além disso, quando Guattari (1995) sugere que devemos escolher “entre uma concepção mecânica de repetição mortífera e uma concepção máquinica de abertura processual” (p. 75), ele perde de vista o fato de que há uma solução profundamente esperançosa no “Fort/Da”, em que a criança encontra uma solução ativa para o problema da solidão. A repetição assim não aparece em uma série não-ambígua ou necessária com a pulsão de morte. Para concluir, é importante repolitizar o jogo do “Fort/Da” desde dentro: o interlocutor da criança não é a mãe, exclusivamente, e a criança não repete morbidamente, ela também inventa e se reapropria do espaço – ela anima o que é imóvel através dos movimentos de sua própria imaginação.

Ao jogar seu brinquedo no espaço, a criança primeiramente deseja. Junto com o brinquedo, ela então cria uma máquina desejante (e não um mero “teatro da linguagem”, ou uma mera fundação do lugar onde posteriormente o “teatro da

mento com um alegre ‘da’ (‘ali’). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno.” (1920, p. 25-26).

linguagem” vai ser encenado), para usar os termos guattarianos. A criança também encontra o imprevisto: em seu ativo atravessamento do espaço, ela abre um mundo de possíveis, cujos desdobramentos não são calculáveis. Há algo tanto enigmático quanto não-prescrito no jogo, embora concordemos que seja aparentemente uma sequência de movimentos repetitivos. O jogo tem um vetor centrífugo em seu núcleo: é um alcançar o fora, em direção ao território imaginado onde um “outro” começa.

Após ter concedido à criança a posição de sujeito (trata-se de um movimento temporário, como vamos ver), é válido perceber que qualquer re-politização da psicanálise terá pelo menos três elementos de investimento, talvez mais. Sigo aqui Jessica Benjamin em suas ideias do “terceiro espaço”, onde o sujeito/outro/terceiro espaço são os elementos em questão, cada qual tratado com igual interesse. O “outro” se refere a outro sujeito com sua própria singularidade, e não um simples “objeto” constituído por fantasias inconscientes, por falta ou por defesa. Um “objeto” nunca escapa à posição de um simples subordinado do sujeito e, assim, não escapa à onipotência do sujeito. Para complexificar o esquema de Benjamin, o outro pode ser também uma composição de singularidades, um coletivo, uma multiplicidade. O “terceiro espaço” se refere a um tipo particular do espaço entre o sujeito e o outro, onde o reconhecimento mútuo é possível, com ambos os sujeitos reconhecendo a subjetividade do outro. O terceiro espaço assim concebido já é uma qualidade da relacionalidade – é a intersubjetividade numa versão qualificada, com uma referência direta à possibilidade de mutualidade: tanto o sujeito quanto o outro se alternam sendo ativos e passivos, fazendo e deixando o outro fazer. Voltando à nossa ideia de distância social, o “terceiro espaço” é um atravessamento horizontal da distância, que reconhece o outro.

Em um acontecimento mais bem sucedido ainda, pode se dar um atravessamento oblíquo da distância social, onde sujeito e outro não somente se encontram enquanto parceiros iguais na troca, mas também criam um novo modo de se relacionar em seu encontro. Este “terceiro espaço” oblíquo tem forte afinidade com os agenciamentos coletivos de enunciação de Guattari; e com a transversalidade. Em *Caosmose*, Guattari escreve:

Novos agenciamentos coletivos de enunciação estão começando a formar uma identidade fora dos empreendimentos fragmentários, em tempos de iniciativas arriscadas, experimentos de caminhos e erros, diferentes formas de ver e fazer o mundo, diferentes maneiras de ser e de trazer à luz novas modalidades de ser vão abrir possibilidades, irrigar e enriquecer uns aos outros. Trata-se menos

de uma questão de ter acesso às novas esferas cognitivas do que de aprender e criar, em modos páticos, virtualidades mutantes existenciais. (GUATTARI, 1995, p. 120)

O esquema triádico sujeito/outro/terceiro espaço silenciosamente encapsula a temporalidade. O sujeito não é eternizado, nunca está sendo engendrado em um único ponto de perspectiva a partir do qual uma única história é contada. O sujeito está fundamentalmente no lugar do outro em novo momento do desdobramento temporal. Em outro corte temporal, o “terceiro espaço” se torna nosso foco. De certa maneira, consideramos o “terceiro espaço” enquanto um sujeito, ou estamos preocupados com as qualidades da relação. Fazemos uma semântica da proximidade social.

A reflexão sobre a estética do atravessamento da distância social não é um sinal de estetização do social, mas é uma forma de reconhecer que a emergência de uma subjetividade tem uma maneira de estabelecer contato entre epidermes, entre corpos. O social tem uma estética. Por isso que incursões no mundo da arte podem desenvolver nossos sentidos enquanto observadores sociais. Em entrevista dada no fim de sua vida, Guattari responde aos seus críticos, formulando três áreas onde o retorno à arte pode ser frutífero:

Não pode haver nenhum mal-entendido: não estou propondo uma estetização do social. Refiro-me somente à arte enquanto paradigma que sublinha três tipos de problemas: o da criatividade processual, o questionamento permanente acerca da identidade do objeto; aquele da polifonia da enunciação; e finalmente, o da autopoesis, que quer dizer, a produção de núcleos [foyers] de subjetivação parcial. (GUATTARI, 1992, p. 30)

Através de Guattari, retornamos a Freud. Primeiramente, a criança do “Fort/Da”, jogando ativamente uma mensagem no espaço social, lança múltiplas perguntas acerca do que ela pode devir em seu encontro com o outro. Ela nunca está suficientemente identificada consigo mesma para se constituir enquanto um “sujeito” eterno. Em segundo lugar, não há certeza de que ela repetidamente joga seu brinquedo na direção de sua mãe – o endereçamento de suas atividades varia. Na descrição de Freud, nos é apresentado só uma face da atividade de jogar algo no espaço. Em outro momento, talvez outros jogassem coisas para a criança; ou jogassem coisas com a criança em suas mentes. Em terceiro lugar, vemos a criança se auto-produzindo em sua atividade relacional. A criança, no momento antes de começar a jogar, não é a mesma criança depois da brincadeira.

O que pode um rosto?

As mudanças estéticas trazidas pelo despertar político de junho de 2013 no Brasil talvez tivessem surpreendido Félix Guattari. Em *Mil platôs*, que escreve com Gilles Deleuze, a rostificação do social e o inevitável sistema “muro branco-buraco negro” (que produz o rosto) são centrais. A significância é um muro branco, enquanto que a subjetivação é um buraco negro. A rostificação começa com o rosto de Cristo no ano zero. O rosto de Cristo é elevado ao nível de um paradigma: Cristo é o Homem Branco que equaliza todos os desvios e divergências. “Uma história de terror, o rosto é uma historia de terror”, (GUATTARI e DELEUZE, 1987, p. 186). Eles desnaturalizam o rosto e mostram como os processos de rostificação não são restritos à face. Quase tudo pode ser rostificado – outras partes do corpo, animais, coisas, casas:

O rosto é uma superfície: traços, linhas, rugas do rosto, rosto comprido, quadrado, triangular; o rosto é um mapa, mesmo se aplicado sobre um volume, envolvendo-o, mesmo se cercando e margeando cavidades que não existem mais senão como buracos. Mesmo humana, a cabeça não é forçosamente um rosto. O rosto só se produz quando a cabeça deixa de fazer parte do corpo, quando pára de ser codificada pelo corpo, quando ela mesma pára de ter um código corporal polívoco multidimensional — quando o corpo, incluindo a cabeça, se encontra descodificado e deve ser sobre-codificado por algo que denominaremos Rosto. É o mesmo que dizer que a cabeça, que todos os elementos volume-cavidade da cabeça devem ser rostificados. Eles o serão pela tela esburacada, pelo muro branco-buraco negro, a máquina abstrata que irá produzir rosto (ibidem, p. 188).

No *Inconsciente maquinico*, Guattari (2011) introduz o par analítico rostidade significante/rostidade diagramática, que já configura mais saídas da captura pela rostidade do ano zero. A rostidade capitalista pertence à primeira categoria: trata-se de uma rostidade significante. Rostos impressos pelo capitalismo são rostos em que nada acontece; são benevolentes e binarizantes; são carregadores de papéis sociais. Para ele, no capitalismo, “uma rostidade abstrata fala no coração do discurso, vestindo buracos negros subjetivos, mascarando colapsos semióticos, implementando estruturas personológicas de poder” (GUATTARI, 2011, p. 76). Isso leva à individuação da enunciação – afirmações são sempre controladas e censuradas – sobre o pano de fundo de um medo constante de que o ego sucumba, se exponha, perca o controle. A distância social é assim cancelada, já que o percurso é muito curto: do eu ao eu, nunca do eu ao outro. Essa “pequena viagem” do ego equivale à abolição do socius. O rosto, o pênis e a autoconsciência fun-

cionam juntos como uma série: todos os três estão envolvidos numa operação de produção de um sentimento de apropriação. Temos poder sobre o rosto abstraído, também temos poder sobre os outros abstraídos. Assim, para Guattari, “nenhuma nova conjunção semiótica é concebível, nenhum nomadismo criativo, nenhum encontro surpreendente, nenhum brilho do desejo” (2011, p. 98)

A constituição da rostidade abstrata tem uma característica crucial: é baseada na conexão de rostos primários dois a dois. Isso resulta em uma “máquina com quatro olhos”, funcionando de acordo com uma lógica de binarização: enquanto parte da máquina, tudo e qualquer um, é ou X ou Y, “rosto de professora e de aluno, de pai e de filho, de operário e de patrão, de policial e de cidadão, de acusado e de juiz (DELEUZE e GUATTARI, 1987).

Guattari e Deleuze se referem aqui a uma prisão afetiva baseada na produção de infinitas instâncias de um duplo olhar: o contato do olhar entre dois participantes, excluindo o mundo em volta e constituindo um ao outro em um binarismo. O poder flui através dessa máquina com quatro olhos: “poder maternal que passa pelo rosto no aleitamento; poder passional que passa pelo rosto do ser amado num transe amoroso; poder político que passa pelo rosto do chefe [...]; poder do cinema que passa pelo rosto da *star* e pelo seu grande plano...” (DELEUZE e GUATTARI, 1987, p. 42). Essa gaiola escópica empobrece e homogeniza o mundo e os nossos encontros possíveis. Toda alteridade que cai fora do esquema binário deve ser extinta: “Ah, não é nem um homem nem uma mulher, é um travesti: a relação binária se estabelece entre o ‘não’ de primeira categoria e um ‘sim’ de categoria seguinte que tanto pode marcar uma tolerância sob certas condições quanto indicar um inimigo que é necessário abater a qualquer preço (*ibidem*, p. 197). Em uma máquina com quatro olhos a distância social é zero. Os dois participantes não têm intimidade um com o outro, estão somente espelhando um ao outro. Esse tipo de par escópico também necessita silenciosamente ser visto (como, por exemplo, um casal no restaurante) – caso contrário, os componentes deixam de existir.

Como eu havia sugerido, na obra *Mil Platôs* de Guattari e Deleuze, o paradigma da rostidade aparece mais aprisionador do que em *O Inconsciente macônico*, de Guattari. Em *Mil platôs*, a solução proposta é mais enigmática: “se o homem tem um destino, esse será mais o de escapar ao rosto, desfazer o rosto e as rostificações, tornar-se imperceptível, tornar-se clandestino”; e “[o] programa, o slogan da esquizoanálise vem a ser este: procurem seus buracos negros e seus muros brancos, os conheçam, conheçam seus rostos, de outro modo vocês não os desfarão, de outro modo não traçarão suas linhas de fuga” (DELEUZE e GUATTARI,

1987, p. 208). Mas o que é encontrar o buraco negro de cada um se a máquina com quatro olhos é o paradigma do Ocidente? Em *O Inconsciente maquinico* Guattari introduz a ideia de uma “rostidade diagramática”. Isso traz um rosto recaído no corpo; um rosto que está levando sua materialidade a sério; um rosto que é poroso; um rosto que está compondo e decompondo o tempo todo; um rosto que “emite signos-partículas numa rede” (GUATTARI, 2011, p. 102); um rosto que não é dependente de um espelhamento constante. Movemo-nos da questão “o que é um rosto?” para a questão “o que pode um rosto?”.

Aqui, percebemos a radicalidade do paradigma da relacionalidade contida no jogo do “Fort/Da” de Freud, onde o rosto já é diagramático, já é re-corporificado e equalizado com outras partes do corpo – com respeito ao quanto de sentido esperamos emanar dali. O rosto da criança é desejante, e não se autoconsome com um espelhamento perfeito. O outro pode estar ou não estar materialmente no recinto! Ainda que o outro esteja no mesmo ambiente, a criança e ele estariam ou demasiadamente próximos ou demasiadamente distantes – assim o jogo não se torna redundante. Sempre há algo para se jogar ao longo do espaço como um ato de demarcação desejante da “boa” distância do outro.

Jogo do “Fort/Da” [criança jogando um brinquedo para frente e para trás]	A máquina com quatro olhos [um casal em um restaurante]
corporificado ativo centrífugo cria sentido potencialmente inclui outros não assume um ponto de vista externo	rostificado e rostificante atividade falsa/espelhamento passivo centrípeto engole o sentido em seus buracos negros se desliga do mundo assume um espectador

A virada estético-política mais profunda de Junho de 2013 é o movimento de uma rotidade que pode ser lida como uma “máquina com quatro olhos”, para uma que pode ser melhor compreendida por meio do jogo do “Fort/Da”. Nos protestos, o rosto não é mais significante do que uma mão ou um joelho – tudo depende do que um rosto pode. O rosto é então democratizado, em relação às outras partes ou órgãos do corpo. Ele volta para a cabeça e volta para o corpo. Ele

também é coletivizado já que seus movimentos e modulações não estão abrindo os buracos negros específicos para a produção de um Homem Branco, mas eles estão se conectando com outros em velocidades diferentes, examinando a cena da ação e alertando para o perigo.

Como a política retornou ao rosto? Como o desejo retornou ao rosto? Como os rostos deixaram de ser buracos negros subjetivos depois de junho de 2013? Primeiramente, houve uma recusa da dicotomia entre processos materiais e processos semióticos. A maneira como os manifestantes dão sentido é diretamente no corpo. Eles entregam seu rosto e sua pele à política e dessa forma, ele (o rosto) se resingulariza. Um milhão de pessoas saíram às ruas na mesma noite – esse encontro colapsou temporariamente a necessidade de uma rostidade abstrata, ao condensar e alterar qualitativamente o espaço social. Após tanto tempo andando nas ruas seguindo meramente trajetórias funcionais e dóceis, as pessoas andaram na rua questionando a ordem social e política. Os rostos estavam próximos uns dos outros, carregando uma interrogação. Isso marca a emergência de um novo social. A amarração do vínculo social em novos termos.

Segundo, os novos rostos desejantes emergiram pela ação de um aparato estatal violento e repressivo. Por causa das muitas nuvens de gás lacrimogênio, os manifestantes sentiram seus rostos. Eles ficaram dormentes, doeram, incharam, vazaram. Aqui, é importante desnaturalizar a escolha das técnicas repressivas do estado. A fumaça tóxica da bomba atinge um objetivo principal: garante que paremos de enxergar uns aos outros – e talvez alcance a possibilidade de que percamos nosso caminho. Do lado corporificado desta forma de violência, os manifestantes ainda se movem, respiram, piscam, franzem a testa. Uma nova sociabilidade emerge – a sociabilidade de atravessar nuvens de gás lacrimogêneo uns com os outros. Soluções para os olhos temporariamente cegos são inventadas e colocadas em prática. “Quer vinagre, companheiro?” – aqui está uma das questões centrais dessa sociabilidade, posta com tanta frequência nas ruas do Rio de Janeiro após junho de 2013. O vinagre torna-se a solução para o rosto nos protestos. Torna-se uma substância muito poderosa, uma poção, um antídoto para a tentativa do estado de arrancar os olhos.

Terceiro, precisamos investigar a forma como o uso de máscaras durante os protestos se coloca em relação à emergência de novas rostidades. A máscara é um espelho performativo para a violência do Estado. Essa performance alerta que o Leviatã cegou-se há um longo tempo. Não vê mais os cidadãos como iguais, e em lugar disso, enquanto vigia e controla os fluxos, identifica entre eles elementos que poderiam vir a interromper o fluxo tranquilo da máquina. A máquina que

move os corpos para o trabalho. A máquina do consumo. A máquina do lazer. Quando o jovem negro usa seu próprio rosto, ele é parado, revistado e agredido pela polícia. Assim, o uso da máscara equivale à redistribuição do “perigo” através do espaço social. Com máscaras, somos todos igualmente perigosos, antes e acima de tudo a partir de uma violência categorial: o que entra em colapso são precisamente as categorizações racistas e classistas que estão em ação no julgamento do perigo dos corpos. A máscara preta dos protestos é parte de uma nova semiótica; não é a volta ao rosto inexpressivo, ao buraco negro capitalista, mas a construção ativa de uma rostidade pela qual o capitalismo pode ser tocado: uma rostidade que ele não pode codificar. A pele-rosto sob o tecido-rosto (a máscara) é sentida cada vez mais como o lugar de produção de uma individualidade política.

Após junho de 2013, portanto, passamos a produzir mais rostidades sensíveis e multiconectivas. O caso do Amarildo condensa muitas das mudanças estético-políticas do junho de 2013. Antes de cruzar para o lado do símbolo, lembremo-nos da pessoa. Amarildo de Souza era um pedreiro, morava na comunidade da Rocinha, Rio de Janeiro, e foi visto pela última vez em 14 de julho de 2013. Ele desapareceu sem deixar rastros após uma investigação policial. Esse desaparecimento converteu-se num evento político de ressonância nacional e até internacional, tornando-se símbolo da violência policial e estatal e sua capacidade de tornar a vida algo supérfluo, dispensável. Pilhas de corpos (uma pilha imaginária, pois sua materialidade nos é negada) desaparecidos cristalizaram-se numa referência singular. Essa cristalização é um dos acontecimentos simbólicos mais densos que o levante brasileiro produziu. A força do símbolo é dada pelo espaço impresso no imaginário social por todos os outros desaparecidos, por todas as vidas politicamente desqualificadas que são dispensadas e se mantêm anônimas. Ao gritar “Onde está Amarildo?” a multidão deu nome à perda. Temporalidades diferentes se sobrepõem. Os desaparecidos da ditadura militar encontraram os desaparecidos dos tempos de pacificação das favelas. A passagem do tempo da perda sem um luto possível para a perda com luto acontece quando os tempos se cruzam.

A pergunta “Onde está o Amarildo?” é o jogo do “Fort/Da” da subjetividade coletiva. Uma pergunta é lançada no espaço político, sem fechamento ou endereçamento predeterminado. A subjetividade coletiva está tentando estabelecer um laço com o outro via uma pergunta. Mas este outro falha em enviar uma mensagem de volta ao coletivo, deixando-o em um estado de não-reconhecimento. Ainda assim, o espaço político ganha uma nova qualidade, que tem a ver principalmente com a abertura da interpelação: o outro político dessa sequência

é muito mais uma virtualidade do que uma autoridade predeterminada (o Estado, um partido político, a polícia militar etc).

Não apenas as mudanças estão condensadas no caso do Amarildo. Também estão as repetições, os pontos mórbidos, as reações paranóicas da nossa cultura. Logo após a desaparição de Amarildo, ouvi alguém dizer: “Vi uma foto do Amarildo. Ele tem buracos nas bochechas. Tem cara de traficante”. Comparemos a gramática dessa observação – a formação do imaginário racista – com o episódio sobre o impacto do olhar alienante, de Fanon, centrado no grito da criança: “Mamãe, veja o negro! Estou com medo!” (1986, p. 111). Esse episódio é crucial para as discussões sobre alienação, reconhecimento e colonialismo. O poder colonial é construído a partir da capacidade do colonizador de negar ao colonizado a fonte da subjetividade; é um gesto de roubar o espelho do outro (FROSH, 2013). Guattari e Deleuze (1987, p. 197) mostram como o racismo precisa de um rosto, e como ele abstrai e redistribui o rosto de Cristo no rosto generalizado do homem qualquer, o Homem Branco:

Se o rosto é o Cristo, quer dizer o Homem branco médio qualquer, as primeiras desvianças, os primeiros desvios padrão são raciais: o homem amarelo, o homem negro, homens de segunda ou terceira categoria. [...] O racismo procede por determinação das variações de desvianças, em função do rosto Homem branco que pretende integrar em ondas cada vez mais excêntricas e retardadas os traços que não são conformes, ora para tolerá-los em determinado lugar e em determinadas condições, em certo gueto, ora para apagá-los no muro que jamais suporta a alteridade (é um judeu, é um árabe, é um negro, é um louco..., etc). Do ponto de vista do racismo, não existe exterior, não existem as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem.

O que é comum aos dois relatos (sobre Amarildo e sobre o negro de Fanon) é a redução da subjetividade humana a um traço racializado (cor da pele, marcas no rosto). Mas o que difere os dois? Primeiro, o imaginário racista contemporâneo não necessita mais da presença do corpo real que carrega esses traços. Uma imagem desse corpo é suficiente. Uma foto de Amarildo é Amarildo para o imaginário racista. O racismo contemporâneo é um entusiasta das telas, pois se baseia em técnicas de vigilância. Ele transforma os rostos em algo bidimensional e as codifica. Decide à distância quais são perigosas. Essa perda de profundidade passa despercebida, é uma parte do que “nós” fazemos. A partir de uma projeção, as características indesejáveis e impensáveis do eu são evacuadas rumo ao outro. É o outro que é um sujeito do excesso (aqui, envolvido com drogas). Mas outra característica marcante se revela aqui: o racismo contemporâneo muitas vezes

contém um elemento de profanação. O outro racializado aqui escolhido é um desaparecido – que provavelmente morreu. O encontro entre corpos e rostos é negado duplamente: Amarildo é apenas uma foto, até porque está desaparecido. Não podia estar mais longe. Não pode nos tocar. O novo tipo de imaginário racista tem uma inclinação por cadáveres – vamos chamá-lo de racismo profanatório. A terceira emergência é uma eugenia plácida e distante – que possibilita comentários precisos sobre os “buracos nas bochechas” e o estabelecimento da cadeia causal a que pertencem. Aqui, seria interessante lembrar qual o papel das medidas faciais na criação da raça no Brasil (MORITZ SCHWARCZ, 1993). O capitalismo tardio nos confronta com uma eugenia introjetada. Cada indivíduo é transformado num laboratório para a realização das menores medidas racializantes. Um juiz com um rosto abstrato (o “buraco negro” de Guattari) anota de forma indiferente as conotações de excesso dos “buracos nas bochechas” de um outro desempoderado e perigoso. Um buraco negro rostizado procura morbidamente deslocar sua falta para o rosto de um outro.

Sem dúvida, houve muita profanação da foto de Amarildo. Há toda uma ecologia de ideias racistas para acomodar essas profanações. O que nos anima aqui, contudo, é a emergência de um outro tipo de ecologia mental, e uma nova estética. O que deu ao racista a chance de construir o outro como um “traficante” foi o fato de a foto de Amarildo já ter chegado ao espaço público, alcançando mutações complexas do imaginário político: aqui, refiro-me à resingularização e ao luto público. O luto público em si pode ser lido pelo paradigma do jogo do Fort/Da. A voz coletiva é lançada no espaço político de maneira que quando retorne à escuta coletiva, algo da perda coletiva se move, saia de seu lugar e seja experimentada diferentemente.

Num primeiro corte da semiotização, Amarildo representa apenas ele mesmo, afirmando a natureza não-supérflua da vida humana. Uma fuga da trilha infinita de corpos não identificados – de corpos em sacos de lixo preto, de corpos enterrados sem um funeral – é o que busca a resingularização de Amarildo.

Num segundo corte da semiotização, somos todos Amarildos, no sentido de que estamos todos expostos à violência do Estado. Por vários meses, a pergunta “Cadê o Amarildo?” foi ouvida nos protestos do Rio de Janeiro. Centenas de milhares de pessoas cantando um nome em uníssono contam como uma cerimônia de luto coletivo. Uma noite quieta no Rio de Janeiro, na qual o silêncio é rompido por um grito, em algum lugar distante – “Amarildo!” – é uma noite de luto. Um ônibus urbano, lotado de pessoas que subitamente começam a gritar seu nome, “Cadê o Amarildo?”, marca uma reconfiguração profunda do espaço público.

co. Os restos dos mortos e desaparecidos da ditadura militar, cujo luto não pôde ser feito, assim como aqueles da democracia, começam a migrar para um novo lugar do imaginário social. Agora parece que começamos a conseguir falar sobre o assunto. Enquanto Amarildo corre o risco de ser desfigurado pelas operações do inconsciente racista, seu rosto foi reconstruído, não tanto através de imagens, mas por vozes em coro, por ritmos dos cantos dos protestos. A nova ecologia mental desliza para longe do visual: é às vezes anti-escópica, é auditiva e cines-tésica. A partir da voz, reconstruímos um rosto em movimento. Nossa rosto. O rosto do outro.

As correntes de semiotização em torno de Amarildo são, muito simplesmente, uma imensidão, no que diz respeito aos deslocamentos do imaginário político. Algo aconteceu e, por algum tempo, seria bom refletir acerca de sua estética e sua poética. O símbolo político vem se tornando cada vez menor. É delgado. É versátil. É elíptico. E seu sentido não está fechado. Ultimamente, uma questão tem aparecido nos muros do Rio de Janeiro: “Cadê?” Uma palavra de quatro letras, que já contém um verbo e uma referência à existência. Essa palavra de quatro letras é parte de uma política pós-edipiana, que não traz referência necessária ao pai político – a suas numerosas autorizações e instituições, assim como a suas mortes e destituições. Novas formas políticas emergem sem referência necessária à Autoridade e à Lei do Pai (Razão, Ordem, Estado e Mercado). “Cadê?” opera um corte na subjetividade e, ao operar esse corte, constitui a responsabilidade do sujeito político. Onde está a dor? Onde estão os mortos da ditadura? Onde está o luto? Onde está a memória? Cada sujeito político deve preencher a elipse de forma diferente.

Finalmente, a pergunta “Cadê?” marca uma radicalização da abertura ao outro, se lida à luz do paradigma do “Fort/Da”. Ela indica que o sujeito sabe que algo foi deslocado, escondido ou simplesmente perdido. Quando a pergunta se torna tão aberta em suas referências, o outro é encontrado em sua alteridade radical. Após junho de 2013, fomos longe o suficiente em termos de criatividade política ao ponto de não ficarmos mais inseguros diante de uma questão em aberto, diante de uma gramática delgada ou diante da pequenez de nossos atos.

O que pode um braço?

Até agora, vimos um inesperado retorno do rosto como um modo de fazer do corpo: um rosto ativo recorpurificado. Outras partes do corpo podem ser também democratizadas. No que segue, descrevo um episódio onde os protagonistas são braços e mãos. A pergunta aqui se torna: “o que pode um braço?”. Os braços

...
não agem sozinhos, tampouco se rostificam sendo elevados a uma abstração totalizadora; pelo contrário, eles entram em um agenciamento criativo: braços-olhos-voz-multidão em movimento.

O episódio ocorreu durante a manifestação de 20 de junho, no Rio de Janeiro, quando mais de um milhão de manifestantes foram caminhando pela Avenida Presidente Vargas. Ao passar a Estação Central, os manifestantes encontraram a primeira barreira policial, ouviram-se as primeiras explosões das “bombas de efeito moral”, e sentiu-se o efeito das primeiras bombas de gás lacrimogêneo em suas narinas. A densidade da multidão ao redor da Estação Central naquele momento era imensa. O encontro com a barricada fez a primeira parte do corpo coletivo engrossar consideravelmente, a medida que os manifestantes continuavam chegando de trás. No momento em que as primeiras explosões foram ouvidas e o gás sentido, a tensão elevou, e imediatamente vários segmentos de manifestantes começaram a circular dentro do mesmo espaço, com fricção corpo a corpo, na medida em que alguns estavam decididos a avançar, enquanto outros queriam retornar. Este poderoso novo tráfego urbano das grandes manifestações foi acumulando em termos de segundos em direção a um pânico geral, em que as pessoas começam a correr e arriscam pisotear umas aos outras.

Nesta hora de grande tensão, aconteceu um jogo de “Fort/Da” coletivo. Um dos manifestantes se levantou em um bloco de cimento, ergueu os braços longos obliquamente sobre a multidão, movendo-os lentamente para cima e para baixo, e pronunciou numa voz grave e forte, em sintonia com seus movimentos: “Sem correr! Sem correr!” Os cânticos repetidos pararam o corpo coletivo, que, em seguida, deixou-se modulado pela voz-movimento que é capaz de dar continência. Os fios irregulares de pessoas que estavam preparadas para fugir em pânico desaceleraram e voltaram a padrões mais ordenados. Aqui a distância social é atravessada obliquamente, por uma linha de som e movimento. Esta linha cria um “terceiro espaço” contenedor (BENJAMIN, 1988), onde o coletivo não devenha em uma coleção de indivíduos, mas mantenha suas modulações sincronizadas.

A eficácia dos longos braços levantados, seu poder social no local, sua criatividade oblíqua é possível pelo tipo de corporificação-rostificação do manifestante. Ao invés do que Guattari (2011, p. 80) chama da “tela semiótica vazia da rostidade capitalista”, baseada na individualização da enunciação, e assombrada por obsessões de colapso semiótico, nós descobrimos aqui a rostidade do cuidado kairótico para o tecido coletivo. Em vez do olho vazio da consciência rostificada do capitalismo, vemos o olho cuidadoso examinando o movimento de dezenas de milhares de pessoas, e desenhando uma linha de som-movimento em direção a

elas. Em vez de uma rostidade abstrata, temos uma voz rítmica profunda emanando de um corpo ondulante. Escapando do “triângulo facializante olho-nariz-testa que coleta, formaliza, neutraliza, e esmaga os traços específicos dos outros componentes” (GUATTARI, 2011, p. 75), encontramos os braços longos levantados como um novo local de significação e observamos um gesto de eficácia político-social. Os braços levantados obliquamente não reivindicam a autoria e não se transformam em totalização personalista. O rosto do militante não almeja se instituir a si mesmo como um Rosto (o rosto de um Homem Branco), mas, pelo contrário, está investido na eficácia do agenciamento rosto-braços-olhos-voz-multidão. O rosto está ligado ao corpo e também a um coletivo.

Uma linha oblíqua viaja para fora do corpo do indivíduo para conter e modular o ritmo do *socius*. Ao fazê-lo, cria um novo *socius*, um novo complexo de subjetivação. O coletivo incorporou a obliquidade do cuidado. Um novo conjunto semiótico torna-se imaginável através a obliquidade do agenciamento braços-olhos-voz-multidão em movimento.

Conclusão

Ainda não sabemos o que pode um corpo, diz Espinosa. Essa descoberta é uma questão de experimentação, mas também é uma questão de prudência. A ética surge justamente dessa tensão entre a necessidade de experimentação e a necessidade de prudência. As manifestações de 2013 trouxeram novas composições de corpos, com diferentes velocidades e intensidades. Também trouxeram novas composições do *socius*. Para observar as criatividades das manifestações, precisamos atravessar uma série de fantasmas. É o fantasma do indivíduo enquanto “sujeito” da história ou da política. É o fantasma da dualidade entre o indivíduo e o social. É o fantasma do “social” em si, entendido como fusional, homogêneo e constituído através da lógica da identidade. Por fim, é o fantasma da violência em potencial que pode se voltar para esse “*socius*” entendido em termos de identidade e homogeneidade – uma espécie de nostalgia da comunidade que nunca existiu (PELBART, 2013). Nesse momento, nossas questões mais quentes em teoria social e política são aquelas sobre como a distância social é atravessada. A semântica da distância social encontra uma maneira de qualificar e descrever os surpreendentes modos singulares de atravessamento da distância social. Aqui, o jogo do “Fort-Da” de Freud abre novos caminhos. Este é, entretanto, um Freud que não teme o encontro com a crítica da rostificação, de Guattari. Assim, a distância se torna o ponto umbilical da política.

Referências

- BENJAMIN, Jessica. *The Bonds of Love*. Nova York: Pantheon, 1988.
- BERARDI, Berardi Bifo. *Félix Guattari: Thought, Friendship, and Visionary Cartography*. Trad. G. Mecchia and C.J. Stivale. Nova York: Palgrave, 2008.
- BERARDI, Berardi Bifo. *The Uprising*. Los Angeles: Semiotext(e), 2012.
- CASTORIADIS, Cornelius. Recomencing the Revolution. In CURTIS, D. A. (Org.) *The Castoriadis Reader*. Londres: Blackwell, 1964.
- CASTORIADIS, Cornelius. Power, Politics, Autonomy. In: D. A. Curtis (org.) *Philosophy, Politics, Autonomy*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1991. p 143-146.
- COCCO, Giuseppe. Introdução – A dança dos vagalumes. In: Bruno Cava e Giuseppe Cocco (orgs.). *Amanhã vai ser maior – o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Anna Blume, 2013.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus*. Trad. Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987 [1980].
- ENRIQUEZ, Eugène. Cornelius Castoriadis: un homme dans un oeuvre. In: G. Busino (org.) *Autonomie et autotransformation de la société. La philosophie militante de Cornelius Castoriadis*. Genebra: Librairie Droz, 1989, p. 27-48.
- FANON, Frantz. *Black skin, White masks*. Trad. C.L. Markmann. Londres: Pluto, 1986.
- FREUD, Sigmund. Beyond the Pleasure Principle, trad. James Strachey. In: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. Nova York: Norton, 1961 [1920].
- FROSH, Stephen. Psychoanalysis, Colonialism, Racism. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, vol. 33, no. 3, 2013. p. 141-154.
- GIL, José. *Metamorfoses do corpo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- GUATTARI, Félix. *Chaosmosis: An Ethico-Aesthetic Paradigm*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 1995.
- GUATTARI, Félix. Everybody Wants to Be a Fascist. In: *Chaosophy: Texts and Interviews 1972-1977*. Los Angeles: Semiotext(e), 2009. p. 154-175.
- GUATTARI, Félix. *The Machinic Unconscious: Essays in Schizoanalysis*. Los Angeles: Semiotext(e), 2011.
- HOLLANDER, Nancy Caro. *Uprooted Minds: Surviving the Politics of Terror in the Americas*. Nova York, Londres: Routledge, 2010.
- HOLLOWAY, Jack. *Crack Capitalism*. Londres: Pluto Press, 2010.

KRISTEVA, Julia. *The Sense and Non-sense of Revolt.* Nova York: Columbia University Press, 2000.

MORITZ SCHWARCZ, Lilla. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 -1930.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PELBART, Peter Pál. *O Avesso do niilismo – cartografias do esgotamento/ Cartography of exhaustion – nihilism inside out.* São Paulo: n-1 publications, 2013.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura.* São Paulo: Boitempo, 2010.

■.....•**Raluca Soreanu** é psicanalista e socióloga. Atualmente é pesquisadora Marie Curie em sociologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e no Birkbeck College, em Londres. É doutora em sociologia pela University College London, Reino Unido, com uma tese sobre criatividade coletiva. É membro associado do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

■.....•**Renata Gomes** é doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP.

■.....•**Manuela Linck de Romero** é mestranda em psicologia clínica pela PUC-Rio.

■.....•**Igor Peres** é doutorando em Sociologia pelo IESP/UERJ.



Navegações

■ Agenciamentos antropodigitais, subjetividades e criatividade constituinte

.....**Antonino Condorelli**

Introdução

Em junho de 2013, protestos populares eclodiram em dezenas de cidades do Brasil. As manifestações aconteceram de forma espontânea e auto-organizada, se articularam via redes sociais da internet, não tiveram linhas de ação e lideranças unívocas e apresentaram uma pluralidade de bandeiras. O fenômeno surpreendeu atores sociais tradicionais (partidos de esquerda e de direita, movimentos populares, sindicatos, meios de comunicação de massa) e revelou uma insatisfação difusa com estruturas clássicas de representação e participação política (partidos e movimentos sociais organizados). A onda de protestos se desdobrou em feixes de sentidos múltiplos, não reconduzíveis a linhas únicas de pensamento e ação, que (re)inventaram constantemente suas formas de ação, produziram comunidades temporárias e multiplicaram o tempo todo suas demandas.

Essas características fizeram com que alguns autores (PILATTI, COCCO e NEGRI, 2014) enxergassem nas manifestações uma expressão da multidão, que Antonio Negri (2012) conceitua como uma cooperação de singularidades que expressa uma imanência (não é redutível a unidades abstratas que transcendam a concretude de suas singularidades), uma dimensão de classe (é uma realidade produtiva, em devir incessante, explorada na cooperação¹¹¹) e uma potência (um todo

111 Escreve a esse respeito Negri: “O conceito de classe aplicado à multidão deve ser visto de um ângulo diferente do conceito de classe trabalhadora. ‘Classe trabalhadora’ é um conceito limitado, tanto pelo aspecto da produção (já que necessariamente inclui operários de fábrica), quanto pelo lado da cooperação social (uma vez que compreende apenas uma pequena parcela de trabalhadores que operam no conjunto da produção social). (...) Se postularmos a multidão como um conceito de classe, precisamos redefinir a noção de exploração como exploração da cooperação: cooperação não de indivíduos, mas de singularidades, exploração do conjunto de singularidades, das redes que compõem o conjunto e do conjunto que abarca estas redes e assim por diante. Note-se que a ‘moderna’ concepção de exploração (como descrita por Marx) é adequada à ideia de produção em que os atores são os indivíduos. É somente porque existem indivíduos que atuam que o trabalho pode ser medido pela lei do valor. Também o conceito de massa (como multiplicação indefinida dos indivíduos) é um conceito de medida, e mais ainda,

que produz além da soma de suas singularidades, expandindo-se como intelecto geral). Por ser potência constituinte (de ideias, práticas, instituições, maneiras de estar no mundo e de vivê-lo), a multidão negriana possui uma criatividade inerente, produto da colaboração de suas singularidades e essa criatividade parece, pelo menos em parte, ter se manifestado em algumas práticas (produção e divulgação colaborativas de vídeos, imagens e textos sobre as manifestações; apropriação e ressignificação de espaços urbanos etc.) postas em ato durante os protestos. Mas até que ponto as subjetividades emergentes das que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho manifestaram uma diferença¹¹² criativa, constituinte, capaz de construir alternativas biopolíticas às atuais ecologias sociotécnicas e até onde manifestaram/reproduziram tendências produzidas por dispositivos de subjetivação antropodigitais contemporâneos?

Rudá Ricci (2014) mostra que a maioria dos que participaram das manifestações são jovens entre 20 e 30 anos e que as redes sociais digitais desempenharam um papel determinante no surgimento e na configuração dos protestos. Isso parece sinalizar a emergência nas novas gerações brasileiras de tendências

foi construído pela política econômica do trabalho com esta finalidade. Nesse sentido, a massa é o correlato do capital – assim como o povo é o correlato da soberania. (...) Por outro lado, a exploração da multidão é incomensurável; em outras palavras, é um poder que se confronta com o poder de singularidades fora de qualquer medida, singularidades que se encontram em cooperação para além do mensurável” (2004, p. 16).

112 Adoto aqui a ideia de *diferença* de Gilles Deleuze, que a subtrai do atrelamento à representação ao qual o pensamento ocidental clássico a tinha submetido (vinculando-a às categorias de identidade, oposição, semelhança e analogia), e a transforma no “*acontecimento maior do ser*” (SCHÖPKE, 2004, p. 150, grifo da autora). Para Deleuze, “pertence mais ao ser ‘diferenciar-se’ do que ‘igualar-se’. O ‘igualar-se’ é um efeito, mas em profundidade, todo ser guarda um diferencial – algo que só diz respeito a ele mesmo. (...) a diferença pura, como expressão do próprio *ser*, revela-se inacessível à representação – que tende a subordinar todos os seres a um único fundamento e tende, sobretudo, a reduzir a diferença pura a manifestações empíricas. Mas a diferença está no âmago do próprio *ser*. O *ser* não pode se dizer de outra maneira, uma vez que *existir* já é *diferenciar-se*. Trata-se de entender a diferença como um desdobramento do próprio *ser* – que se diz assim em todas as suas relações. O *ser* não se apresenta, não se efetua fora dessas relações diferenciais. (...) Logo, falar do *ser* é falar de todas as diferenças que o expressam” (*Idem*, p. 155-156, grifo da autora). Nessa perspectiva, toda subjetividade é produto de uma diferenciação relacional: procurar uma subjetividade *diferente* não consiste, portanto, em buscar um diferencial ontológico, já que este é inerente, mas manifestações mais ou menos intensas dele. É uma questão de intensidades, não de qualidades.

de subjetivação¹¹³ fortemente relacionadas aos – embora não derivadas de forma determinista dos – agenciamentos¹¹⁴ antropodigitais contemporâneos, expressão que forjei para referir-me a ecologias de relações das quais participam sujeitos humanos e tecnologias digitais de comunicação em mútua inter-(re)definição. Subjetividades, estas, que – como sugere Manuel Castells (2013) – se manifestaram também em muitos movimentos que nos últimos anos, em diversos países e continentes, surgiram e se auto-organizaram espontaneamente de forma horizontal, colaborativa, não-hierárquica, não mediada por organizações sociais tradicionais (partidos políticos, sindicatos, movimentos populares organizados etc.), criando entre seus participantes vínculos efêmeros baseados em uma afinidade temporária de sentimentos e tendo como principal plataforma de mobilização e articulação as redes sociais da internet. Movimentos como as revoltas reformistas no Irã em 2009; as chamadas Primaveras Árabes; o Occupy Wall Street nos Estados Unidos; os Indignados na Espanha, em Portugal, na Grécia e em Israel; a “Revolução das Panelas” na Islândia; os protestos populares de 2011 no Chile e os de 2013 na Turquia, entre outros, expressaram, como as Jornadas de Junho brasileiras, tendências de auto-eco-organização da ação coletiva que revelam subjetividades fortemente impregnadas de sensorialidades, sentimentos, estratégias cognitivas e de interação com o mundo produto (não mecânico, mas complexo e híbrido) de agenciamentos digitais.

Tanto no Brasil como no resto do mundo, porém, essas tendências de subjetivação parecem não sobrepor-se ou substituir, mas hibridar-se, complementar e reforçar modos de subjetivação pré-existentes, produtos de ecologias antropo-sócio-tecnoculturais complexas. Além disso, parecem não constituir alternativas reais às lógicas estruturantes que permeiam e dominam as redes sociotécnicas, mas expressar apenas algumas entre as múltiplas possibilidades inscritas nelas.

Como pensar os sujeitos que emergem/participam das ecologias antropodigitais brasileiras contemporâneas? As subjetividades que emergem dos agenciamentos antropodigitais são essencialmente reprodutoras ou criadoras? Para contribuir com essa reflexão, na primeira parte deste artigo realizo uma análise de

113 Neste artigo entenderei subjetividade como o conjunto de tendências perceptivo-cognitivo-relacionais que configuram a entidade que se auto-experiencia como sujeito individual e das percepções/representações que tem si e de sua relação com os outros sujeitos e com o mundo, compreendendo por subjetivação os processos que contribuem – de maneira complexa, não-linear e não-determinista – para a emergência de determinadas subjetividades.

114 Utilizo o termo “agenciamento” no sentido que lhe atribui Karen Barad (2003), o de relação constitutiva das partes nela envolvidas.

discurso de algumas concepções do digital que mais circulam pelo pensamento contemporâneo, buscando em seus pressupostos epistemológicos as percepções do sujeito que delas emergem e a forma como pensam a relação entre redes digitais e cultura enquanto modos de subjetivação. Na segunda parte, teço um diálogo entre essas concepções e traços perceptivo-cognitivo-comportamentais que uma pesquisa com base empírica de Ricci (2014) e outras análises identificaram nos protestos de junho de 2013, mostrando que as subjetividades produzidas no Brasil pelos agenciamentos antropodigitais estão se configurando essencialmente como reorganizações de tendências pré-existentes, embora encerrem de forma embrionária um efetivo potencial constituinte. Por último, me interrogo sobre a possibilidade teórica de uma biopolítica digital alternativa aos mecanismos de subjetivação predominantes nas ecologias sociotécnicas contemporâneas.

Epistemologias digitais, subjetividades e cultura

A ideia de sujeito como elemento determinante na configuração das redes digitais que, simultaneamente, o (re)configuram desponha de forma contundente nas perspectivas teóricas mais recentes sobre o digital. Mas qual é o sujeito que emerge das redes antropodigitais?

As concepções de Pierre Lévy (1998; 2010a; 2010b) de nova ecologia cognitiva¹¹⁵ e inteligência coletiva¹¹⁶ como emergências das interconexões cada vez mais generalizadas propiciadas pelas tecnologias digitais de comunicação, que harmonizariam todas as diversidades em uma rede universal de trocas permanentes cujo sentido seria o progresso do espírito humano, remetem para um

115 A ecologia cognitiva produto das redes digitais de comunicação se constituiria, para Pierre Lévy (2010b), como uma teia de atores humanos e não-humanos, processos e dinâmicas cognitivas que geraria a emergência de uma mente pensante coletiva não-redutível às individuais que dela participam. Na esteira das ideias de Gregory Bateson, para Lévy, “todo sistema dinâmico, aberto e dotado de um mínimo de complexidade possui uma forma de ‘mente’” (*Idem*. p. 142). A emergência de uma ecologia cognitiva, portanto, não seria uma prerrogativa específica das interconexões digitais, mas a própria natureza do processo de cognição. O adjetivo “nova” que Lévy atribui à ecologia cognitiva produzida pelas interações digitais revela, porém, o caráter peculiar que o autor atribui a esta última, que representaria o momento culminante de um processo histórico de progressiva realização dos potenciais humanos.

116 Na esteira de sua concepção de ecologia cognitiva, Pierre Lévy (1998) concebe a inteligência coletiva como a emergência de uma mente coletiva a partir das interações digitais que promovem o compartilhamento de memórias e competências, uma mente capaz de produzir pensamento, solucionar problemas, levantar questões, processar informações autonomamente, de forma não redutível às atividades das inteligências individuais que a integram.

processo orgânico – embora não planejado – com a finalidade social e histórica de levar os potenciais humanos (entendidos como inerentes) de liberdade e cooperação à sua suposta plenitude, isto é, a apropriação da técnica pelo social em favor dos indivíduos. Indivíduos que, embora Lévy os insira em ecologias bio-noo-socio-técnicas que relativizem sua suposta autonomia. “Fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, ‘eu’ não pensaria. O pretenso sujeito inteligente nada mais é que um dos micro atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe” (LÉVY, 2010b, p. 137), tendem a emergir dessas ecologias muito parecidos com os sujeitos clássicos do pensamento humanista: autônomos, totalmente livres e abertos ao diálogo e à cooperação.

Para o autor, a simples conexão de sujeitos entre si criaria “uma suposta vontade coletiva de construir laços sociais baseados na partilha de conhecimentos” (RÜDIGER, 2011, p. 168). Se essa concepção parece limitada para dar conta da complexidade dos agenciamentos antropodigitais, por outro lado parece ser (conscientemente ou não) exatamente a percepção de si das atuais gerações digitais.

Para além do sujeito, para diversos pensadores a dimensão dos significados, do imaginário, das práticas simbólicas desempenha um papel fundamental na (re)configuração das redes antropodigitais e, recursivamente, essas últimas participam da incessante (re)invenção dos imaginários. O que emerge das interações digitais não é o mero produto da pesquisa tecnológica de novas maneiras de transmitir e armazenar informações, mas, como afirma Francisco Rüdiger (2011), elas articulam também o “profetismo religioso e secular, as utopias sociais, a sensibilidade estética e, mais genericamente, a nossa capacidade de imaginação, veiculada pela literatura e as artes mas, sobretudo, pelas práticas de indústria cultural (p. 14). André Lemos (2010) reconduz a própria técnica ao campo da cultura, defendendo que suas formas precisam ser compreendidas no “movimento caótico e sempre inacabado” (p. 17) que as atrela aos conteúdos da vida social. Isso explica a centralidade que adquiriu no pensamento sobre o digital o conceito de cibercultura e a solução culturalista prospectada por vários autores, sobretudo brasileiros, para a compreensão da relação entre tecnologia e vida social.

André Lemos (2010), ao entender a cultura como “o conjunto das formas sociais que emergem do conflito entre o homem e a natureza, construindo o que chamamos temporariamente de realidade” (p. 260), sustenta que a tecnologia “não é uma forma *a priori* que determinaria os conteúdos da vida social” (*Idem*, p. 261). A cultura técnica contemporânea, nessa perspectiva, seria “uma solução particular do conflito entre o sujeito e o objeto” (*Idem*, p. 261). Lemos manifesta a percepção – amplamente compartilhada entre os pensadores do digital – de que

as dinâmicas da produção de sentido, das projeções imaginárias, da noosfera (ou seja, daquilo que é da ordem da intersubjetividade) participa ativamente, e de maneira determinante, da configuração da *tekhnè* que, por sua vez, participa ativamente da (re)configuração incessante do sujeito. Um pensamento que, apesar de reproduzir dicotomias clássicas do pensamento ocidental como homem-natureza e sujeito-objeto, busca uma síntese dinâmica entre esses termos em interação e revela a centralidade da própria interação na configuração de um e de outro.

Em uma linha de pensamento semelhante à de Lemos, Erick Felinto (2006), propõe uma teoria da cibercultura como imaginário, sugerindo considerar-la uma totalidade cultural coerente – o que, na opinião do autor, não quer dizer sem contradições, mas um sistema dotado uma lógica própria e dirigido para determinados fins – a ser investigada em seus múltiplos aspectos (econômicos, sociais, tecnológicos, comunicacionais) a partir da análise das mútuas imbricações e inter(re)configurações entre aspectos materiais e culturais que cercam as tecnologias digitais.

Cruzar essas perspectivas teóricas com a ideia de sujeito como, simultaneamente, emergência e elemento determinante na (re)configuração das ecologias antropodigitais nos permite conceber estas últimas mais como rearranjos, inacabados e em incessante (re)construção, de (inter)subjetividades e processos/dispositivos de subjetivação pré-existentes. Isso quer dizer que elas estão permeadas de paradigmas transsociais e transhistóricos de inteligibilidade do real; de múltiplas relações sócio-econômico-políticas; de práticas discursivas; de entidades noológicas; de percepções, sensações e emoções individuais e coletivas, etc. e não operam cortes epistemológicos no devir-mundo, como idealizam (ou temem) as visões humanistas modernas que, em seu afã de “purificar” o real dos híbridos, se revelam incapazes de conceber a politemporalidade inscrita nos dispositivos tecnológicos (LATOUR, 2008).

A multidão que emerge de agenciamentos antropodigitais

Rudá Ricci (2014) aponta algumas características que emergiram com força das manifestações de junho de 2013. Entre as mais relevantes para a reflexão aqui posposta sobre quais tendências de subjetivação permeiam o que emergiu então das ruas, a primeira é a lógica das redes sociais, que “não estiveram apenas no processo de convocação, mas no próprio conceito de organização e mobilização” (p. 21) forjando uma comunidade “entrelaçada pela identidade e afeto” (*idem*):

A convocação não se deu por uma organização central ou lideranças. Ocorreu de maneira horizontalizada, pela identidade e confiança entre aquele que convidava (não se tratava de convocatória) e o que recebia o convite. (...) Uma rede gigantesca que se formou a partir destas relações individuais, grupais, íntimas (ibidem, p. 21-22).

As ideias de Lévy (2010a), que enxerga na própria conexão entre sujeitos a condição de emergência de uma vontade de cooperação baseada no conhecimento compartilhado e a ação conjunta, parecem manifestar-se na concepção de mobilização que permeou os protestos de 2013 no Brasil¹¹⁷.

Essa concepção parece sustentar também outra característica dos protestos apontada por Ricci (2014): a lógica do enxameamento ou *swarming* – pessoas e grupos que coordenam espontaneamente suas ações sem dar-se nem receber ordens – que pode ser observado em manifestações de massa com tecnologias que permitam a interatividade e a conexão instantânea. Para Ricci, é um fenômeno que se relaciona “com a noção de comunidade provisória, fortemente articulada com a identidade afetiva e com a convocação horizontalizada” (p. 33).

Ambos esses aspectos – a mobilização articulada por identidade afetiva e a dinâmica do enxameamento – favoreceram a emergência nas manifestações de feixes de sentido e de ação múltiplos, não-orgânicos e extremamente heterogêneos: “cada um ou pequeno grupo constituía uma manifestação em si” (*ibidem*, p. 22), o que fez com que a rua se constituísse em uma “escola política em movimento, dinâmica, sem dono” (*idem*). Características também imputáveis à comunicação e organização em rede, que “não se fecham, são irremediavelmente abertas e fluidas, dinâmicas e que se refazem na sua própria comunicação difusa e incompleta” (*idem*). Ricci aponta a heterogeneidade de demandas e a provisoriadade das agrupações surgidas nas manifestações de junho como mais uma característica da subjetivação em rede, que batiza de utopia no presente: “Uma utopia provisória, de demonstração de força imediata, niilista porque negava toda forma de organização e estrutura de poder” (p. 22). Isso seria o produto de uma percepção não descontínua do universo das interações virtuais e o das não-virtuais,

117 Na esteira de Lévy (2010b), também me parece possível afirmar que a ecologia cognitiva que emerge das inter-retroações digitais – uma teia de percepções, sensações, emoções, sentimentos, ideias, ações gerada pela interação entre os agentes em comunicação com propriedades não encontráveis separadamente nos atores que participam delas – contribuiu para reconfigurar o sentir, o pensar e consequentemente o agir (pelo menos durante um certo período) de muitos de seus pontos de rede que, isoladamente e participando de outros agenciamentos, talvez não tivessem encontrado estímulo e razão para saírem às ruas.

própria das subjetividades digitais acostumadas à manipulação direta e imediata dos próprios dados – pelo mouse ou com os dedos – facilitada pelas interfaces amigáveis ao usuário. Nessa perspectiva, “a representação não direta de nossa vontade se revelaria, de fato, supérflua já que o mundo real/virtual seria concebido como espelho da nossa vontade” (RICCI, 2014, p. 29). Por esses motivos, o autor conclui: “As manifestações de junho não foram motivadas por uma intenção nitidamente oposicionista em relação a uma força política determinada, mas a toda estrutura de poder e sua lógica elitista e excludente” (*ibidem*, p. 223), ou pelo menos experienciada como tal pelos sujeitos envolvidos nos protestos.

A pesquisa de Ricci parece apontar que os movimentos de junho teriam feito emergir tendências de subjetivação estritamente relacionados com agenciamentos antropodigitais (embora não sejam necessariamente produto exclusivo destes últimos). Inegavelmente, as ecologias antropo-sócio-tecnoculturais contemporâneas (isto é, as teias de inter-retroações entre elementos humanos e não-humanos, materiais e simbólicos que redefinem constantemente o mundo experienciado e os sujeitos que o experienciam) favoreceram a emergência, em muitos países, de novas subjetividades. Novas não no sentido de radicalmente distintas das que as precederam – pois, como afirmei anteriormente, não acredito em cortes epistemológicos no devir que (re)configura o mundo incessantemente, mas em politemporalidades e mútuas imbricações (LATOUR, 2008) – mas que combinam de uma maneira peculiar características herdadas de modos de subjetivação anteriores e elementos que surgiram tanto dos processos sócio-tecnoculturais das últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, como da recente digitalização do cotidiano.

Entre essas tendências da subjetividade contemporânea, Zygmunt Bauman (2013) enfatiza a extrema individuação – que não é necessariamente sinônimo de diferença e singularidade, apenas ênfase perceptiva em uma suposta autonomia, independência e essencial disjunção do sujeito individual do resto do mundo – e o anseio constante, em nome da segurança existencial proporcionada pelo vínculo, por novas formas de comunidade que não sufocuem (pelo menos na percepção de quem delas participa) a individualidade, nem a submetam a normas rígidas não compatíveis com a atual condição existencial fluida do sujeito. Um sujeito crítico (embora não necessariamente autoconsciente de seus condicionamentos e das mediações que participam de sua subjetivação), mas ansioso em um universo social e cultural em incessante movimento, cuja atenção é dispersa, que processa superficialmente a informação e que espera resultados imediatos. Um

sujeito, portanto, mais à vontade nas redes sociotécnicas contemporâneas do que nas tradicionais comunidades:

Uma rede (...) pode ter pouca ou nenhuma preocupação por sua obediência a normas por ela estabelecidas (se é que uma rede tem normas, o que frequentemente não ocorre), e, portanto, o deixa muito mais à vontade, e acima de tudo não o pune por sair dela. (BAUMAN, 2013, p. 44).

A convivência em redes – não apenas digitais – permite, segundo Bauman, viver a experiência da solidariedade sem relacioná-la à necessidade de qualquer compromisso duradouro: “Solidariedade não tanto em compartilhar a causa escolhida quanto em ter uma causa; você e todo o resto de nós (‘nós’, quer dizer, as pessoas da praça) com um propósito, a vida com um significado” (*ibidem*, p. 53).

Essa cooperação de individualidades, que se auto-experienciam como disjuntas, dentro redes de solidariedade temporária não emergiu especificamente com o surgimento das redes sociais digitais, como revelam fenômenos como as Assembleias Populares que brotaram na Argentina durante a violenta crise econômica, social e política que o país vivenciou entre o final de 2001 e o começo de 2002¹¹⁸, ou a tática de luta social anarquista conhecida como *black bloc*, surgida em Seattle (Estados Unidos) em 1999 e que se disseminou rapidamente em muitos países¹¹⁹. Porém, como sugere Bauman (2013), existe uma mútua imbricação entre um fenômeno e outro: em um incessante movimento recursivo, as mídias sociais são simultaneamente produto e produtor de relações sociotécnicas e subjetividades, e as ecologias de inter-retroações bio-psico-noo-tecno-socioculturais

118 “No dia 25 de janeiro de 2002, os manifestantes nas ruas começam a decidir seus rumos em Assembleias Populares, sem presença de partidos políticos, sindicatos e organizações populares já existentes. (...) As assembleias se multiplicaram. Muitas foram convocadas entre vizinhos do mesmo bairro. (...) Estudantes, comerciantes, aposentados, empregados públicos e até produtores rurais se somaram em encontros coletivos para discutir sua situação e encontrar algum rumo para a reconstrução do país. (...) Manifestantes testemunham que começaram como catarse. Desde o início, foram marcas pela horizontalidade” (RICCI, 2014, p. 105-106). Tudo isso aconteceu alguns anos antes do nascimento e a popularização das tecnologias digitais de comunicação *peer-to-peer*, que incluem as redes sociais da internet.

119 A tática *black bloc* consiste na congregação temporária, sem hierarquias e lideranças, de individualidades que se auto-organizam nas ruas, durante manifestações, para destruir bens materiais e confrontar violentamente a polícia vivenciando, no próprio ato de destruição e na provisória solidariedade grupal assim criada e rapidamente desfeita no fim dos protestos, uma catarse subjetiva.

das quais as tecnologias digitais de comunicação participam se constituem em um mecanismo complexo, não-linear, polilógico e rizomático de subjetivação.

As redes sociais, afirma ainda Ricci (2014), “conectam emoções, micro-narrativas, comentários sobre situações cotidianas. Forjam uma comunidade de intenções e, quando muito, constroem uma escalada de indignação ou admiração coletiva” (p. 223). Sentimentos que emergem de um húmus fertilizado por uma sensação – característica da subjetividade contemporânea – de autonomia, de iniciativa individual que se soma voluntariamente, por afinidade, a uma multidão auto- organizada:

Em todas as entrevistas e discussões envolvendo manifestantes de junho, a palavra autonomia aparece como uma vírgula em uma frase, despontando em algum momento ao longo da conversa. (...) Parece um traço geracional, tal a preocupação de todos em ressaltar que não há intenção alguma de uma ou outra força liderar qualquer ato ou falar em nome de alguém. (RICCI, 2014, p. 36).

Portanto, se de um lado o sujeito independente, autônomo, autoconsciente e espontaneamente colaborativo pela simples interconexão de Lévy (2010a) parece inadequado como operador conceitual para inteligir a complexidade das ecologias digitais, por outro parece ser exatamente a experiência de si que os sujeitos que emergem dessas ecologias vivenciam.

Por outro lado, como venho enfatizando desde o início, as subjetividades que emergiram nas manifestações de junho de 2013 não são um produto exclusivo, radicalmente novo dos agenciamentos antropodigitais contemporâneos, mas uma (re)configuração temporária, instável, aberta e em incessante (re)modelação que surge do entrecruzamento complexo de redes sociotécnicas com ecologias antropo-sócio-culturais brasileiras historicamente consolidadas, que – como lembram as perspectivas culturalistas sobre o digital – funcionam como dispositivos de subjetivação tão importantes quanto as teias digitais. Os traços identificados por Ricci (2014) nas manifestações podem ser atribuídos simultaneamente às subjetivações digitais contemporâneas e às ecologias antropo-sócio-tecnoculturais brasileiras que, historicamente, tem produzido subjetividades marcadas pela inconstância, pela construção de laços sociais centrada na afetividade e a emoção mais do que no compartilhamento de projetos de longo prazo, pela *hybris carnavalesca* que incentiva um extravasamento “controlado” dos excedentes criativos, substancialmente não ameaçador para a ordem.

Também participou da configuração dos protestos um imaginário juvenil permeado por signos, conceitos, sensorialidades e emoções construídos – de

forma não determinista e unilinear, mas pela intervenção de múltiplas mediações em processos de constante absorção e ressignificação (MARTÍN-BARBERO, 1997) – na interação diária com as mensagens veiculadas pela indústria cultural, como revelam o poder de mobilização que tiveram certos slogans de campanhas publicitárias e sua ampla circulação entre os manifestantes. Junto a esses fatores, o *ethos* das manifestações também foi influenciado pelos sentidos construídos na inter-retroação diária – direta ou indireta – dos jovens com os meios de comunicação de massa gerenciados pelos oligopólios históricos da comunicação no Brasil. Como lembra Venício Lima (2013):

Desde que a televisão se transformou em “mídia de massa” hegemônica, a cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil tem sido a de permanentemente desqualificar não só a política em si como seus atores. E é no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura foram formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia (p. 90).

O entrecruzamento das mensagens dos meios controlados pelos oligopólios da “velha mídia” com as produzidas pelas teias de interações antropodigitais geraram vetores de sentido múltiplos, por vezes antagônicos, que conviveram e se miscigenaram nas ruas:

O que começou como veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes (ibidem, p. 92).

As Jornadas de Junho parecem, portanto, produto de múltiplas lógicas de subjetivação entrecruzadas, ecologias complexas de inter-retroações das quais participaram agenciamentos antropodigitais e redes antropo-sócio-tecnoculturais pré-existentes com suas próprias noosferas, tendências cognitivas e relacionais, sensorialidades etc.

Sob outra perspectiva (não antagônica, mas complementar), alguns autores viram nas manifestações de junho centelhas de um autêntico poder constituinte e características de multidão no sentido negriano do termo. É o que, no calor dos acontecimentos, enxergaram Adriano Pilatti, Giuseppe Cocco e o próprio Antonio Negri (2014):

Independentemente dos desdobramentos futuros, a multidão mostrou sua potência. À direita e à esquerda se disse, com escândalo, que o movimento não tem

“*organicidade*”, nem “*linha*”, nem “*lideranças*”. Até a esquerda dita radical teve de constatar que não há bandeiras abstratas que possam ser impostas, “de fora para dentro”, ao magma que se constitui a partir “de baixo”. “Como isso é possível? Como ousam?” Mas o movimento continua, passou a ser difuso, acelerando seus ritmos: nos centros e periferias, nas grandes e pequenas cidades, nas favelas e no asfalto, multiplicando as reivindicações.

A visível pluralidade de sujeitos, grupos, comunidades, movimentos (já existentes e organizados ou surgidos espontaneamente nas próprias ruas, não-hierárquicos e descentralizados) que engrossaram a onda de protestos em dezenas de cidades, sua enorme diversidade de origens sociais, aspirações e objetivos (de estudantes de classe média e jovens das periferias, de trabalhadores intelectuais a precários da economia terceirizada, de sem-teto a docentes universitários...) permitem uma compreensão das manifestações como expressões de multidão, que Antonio Negri e Michael Hardt (2005) concebem como conceito de classe e biopolítico. Neste último sentido, é um conceito que transcende a dimensão clássica do trabalho assalariado – material ou imaterial¹²⁰ – e faz referência “às capacidades criativas humanas em toda a sua generalidade” (p. 145), abrangendo tanto os pobres excluídos do processo produtivo como “os inúmeros e específicos tipos de trabalho, formas de vida e localização geográfica” (p. 146) num projeto de construção cooperativa do comum. Características que estiveram presentes em todas as mobilizações, como lembram Pilatti e Cocco (2014):

Exigem autonomia para a produção cultural, liberdade de trabalho, tempo livre, fruição comum dos espaços públicos. Protestam contra as remoções de populações pobres e outros desmandos macabros da farra dos megaeventos. Desejam uma polícia que respeite e proteja pobres e manifestantes em vez de massacrá-los, um modelo aberto e plural de comunicação de massa, instituições que sirvam à liberação e não ao seu contrário, novas formas de democracia direta. Lutam, enfim, “por uma vida sem catracas”.

120 “Devemos enfatizar que o trabalho envolvido em toda produção imaterial continua sendo material – mobiliza nossos corpos e nossos cérebros, como qualquer trabalho. O que é imaterial é o seu produto. Reconhecemos que a este respeito a expressão *trabalho imaterial* é muito ambígua. Talvez fosse melhor entender a nova forma hegemônica como ‘trabalho biopolítico’, ou seja, trabalho que cria não apenas bens materiais, mas também relações e, em última análise, a própria vida social. O adjetivo *biopolítico* indica, assim, que as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural tornam-se cada vez menos claras” (NEGRI e HARDT, 2005, p. 150).

Por isso, concordo com os dois autores quando afirmam que as Jornadas de Junho “demonstraram que a multidão existe – e excede. Desperta esperanças, estimula desejos, produz comunidade, devém insurgente. Multiplicidade de singularidades em permanente recomposição” (PILATTI e COCCO, 2014). As formas criativas de auto-organização (assembleias populares abertas a todos, realizadas em espaços públicos, sem lideranças reconhecidas e com caráter deliberativo) que movimentos como o Passe Livre em São Paulo e o Revolta do Bussão em Natal, entre outros, inventaram; a vivência estética de diversos protestos expressa em máscaras, fantasias, danças, músicas, intervenções urbanas, performances e outras ações criativas; os acampamentos em espaços públicos visando a reapropriação destes pela cidadania e a ressignificação de suas formas de uso; o surgimento de coletivos como o Ocupa Rede Globo, grupo auto-organizado de ativistas sem estruturas hierárquicas que colocou em pauta a regulamentação das comunicações e inaugurou formas criativas de intervenção como a projeção de palavras de ordem em prédios públicos e privados são manifestações, entre muitas que emergiram, de uma criatividade coletiva produto dos processos cooperativos da multidão.

Como disse, não percebo como antagônicas a emergência, nas mobilizações de 2013, de subjetividades impregnadas de tendências perceptivo-cognitivo-relacionais e de imaginários inscritos nas redes antropo-sócio-tecnoculturais das quais a juventude brasileira participa e a concepção dos protestos como expressões da multidão. Enquanto cooperação de singularidades que, inevitável e inherentemente, surgem de ecologias de inter-retroações bio-psico-noo-sócio-tecnoculturais, a multidão não pode deixar de estar impregnada dos modos de subjetivação que essas ecologias promovem. Por sua vez, como defendem Negri e Hardt (2005), a cooperação entre singularidades que institui uma multidão pode – o que não implica que necessária ou inevitavelmente aconteça: é apenas um potencial inherente – reconfigurar essas ecologias. Da mesma forma, a multidão pode representar apenas uma centelha de criatividade constituinte, um potencial (re)criador de novas possibilidades de real que, como uma chama fugaz, mingua e se apaga à primeira lufada de vento contrário ou pela escassa força de combustão interna. As Jornadas de Junho parecem não ter reconfigurado as ecologias sócio-tecnoculturais das quais emergiram e as tendências de subjetivação que elas estimulam (tendências que, como mostrei, as permearam e contribuíram para seu surgimento e para as múltiplas configurações que assumiram), nem produziram subjetividades digitais alternativas às existentes, mas escancararam e transfor-

maram definitivamente em sujeito político uma nova juventude que não se sente representada nas estruturas de poder e representação dominantes.

Essa constatação põe, a meu ver, duas grandes questões: 1. Em quais condições, num mundo cada vez mais permeado por agenciamentos antropodigitais, a multidão pode instituir algo realmente novo e não apenas manifestar possibilidades criativas inerentes aos modos de subjetivação existentes? 2. Os agenciamentos antropodigitais podem produzir subjetividades que percebam e manifestem diferença, na forma de criatividade constituinte?

Por uma biopolítica digital

As subjetividades que emergem de forma complexa e não determinista das ecologias antropodigitais contemporâneas, apesar de se experienciarem como autônomas e agirem conforme essa percepção, como vimos não o são totalmente, posto que falta-lhes a autoconsciência das teias de mediações que fomentam suas tendências perceptivo-cognitivo-comportamentais, a dos pressupostos axiomáticos de sua auto-percepção e também a dos processos e tensões que permeiam as redes e que contribuem para (re)configurar os sujeitos que delas participam. Entre esses processos, a vigilância das interações digitais, o armazenamento e uso de informações pessoais para fins comerciais ou de espionagem, a manipulação daquilo que pode ser acessado e compartilhado promovidos pelas corporações que detêm os meios de acesso à comunicação digital – o fenômeno que Slavoj Žižek (2012) chama de privatização do intelecto geral – ou por órgãos de inteligência ou segurança de governos.

Umas das principais condições para que a criatividade expressa pela multidão que emerge de agenciamentos antropodigitais possa realmente instituir e não apenas manifestar/reproduzir é, portanto, a meu ver, a auto-observação consciente dos mecanismos de subjetivação que a perpassam, que pode originar a percepção de seus condicionamentos estruturais e sua reconfiguração (não sua eliminação, impossível dada a imanência das teias das quais somos parte), produzindo a condição (re)criadora de “livre necessidade” concebida por Spinoza e reproposta por Negri (1993):

A liberdade, insiste Spinoza, (...) não consiste “no livre-arbítrio mas na livre necessidade” – em outras palavras, então, não na ignorância das causas que a determinam, não na ‘ficção de liberdade’, mas sim na consciência de seu movimento. Neste ponto, a liberdade então não é mais um resultado, mas também não só um pressuposto formal: é um sujeito. (...) A livre necessidade é a atualidade

do processo constitutivo que se torna explícita como potência ontológica dinamicamente estendida. (p. 246-247).

Admitindo essa possibilidade, a estreita relação que percebi nas manifestações de junho de 2013 entre subjetividades rebeldes e mecanismos dominantes de subjetivação não implica necessariamente que uma micropolítica digital efetivamente alternativa aos dispositivos contemporâneos de produção de subjetividade seja inconcebível. Junto à autoconsciência das complexidades inerentes às redes, penso ser possível a partir da própria (poli)lógica rizomática e aberta delas a emergência de modos alternativos de subjetivação e de outras lógicas de constituição – não apenas de uso – das tecnologias digitais. Nesse sentido, acredito que uma concepção do digital a partir da teoria ator-rede, proposta por Bruno Latour (2008; 2012) para ampliar o conceito de social, ajude a esboçar instigantes pistas de reflexão. A antropologia de Latour (2008) concebe o humano, o não-humano e as representações como *híbridos*, conjuntos indissociáveis de elementos simultaneamente materiais e simbólicos sem características inerentes, que se reconfiguram reciprocamente o tempo todo dentro de múltiplas redes de associações. Nessa perspectiva, não há sujeitos e objetos, homem e natureza, realidade e representações: os sujeitos são codefinidos pelos objetos e vice-versa, o humano é codefinito constantemente pelo não-humano e as representações são emergência e elemento constitutivo desse devir incessante.

Se entendermos que as atividades dos atores de redes antropodigitais “consistem em fazer conexões e alianças com novos elementos de uma rede e, com isso, ser capazes de redefinir e transformar os componentes dessa rede” (FELINTO, 2008, p. 38), podemos incluir nesse processo a dialética entre forças biopolíticas (simultaneamente materiais e imateriais, sociais e simbólicas) envolvidas na configuração das teias de inter-retroações digitais. Isso transforma esses elementos de estruturas, forças e materialidades, com a carga semântica de rigidez que tais termos implicam, em atores cujo status e nível de participação na definição dos arranjos temporários das redes são os mesmos de todos os demais atores envolvidos. Isto é, nem as materialidades, nem os interesses, poderes, projetos e forças sociais em jogo, nem os sujeitos, nem a cultura em todas suas manifestações, nem as conexões em si desempenhariam um papel mais ou menos determinante, mais ou menos decisivo do que o de todos os outros atores na configuração do digital. E mais: nenhum desses atores possui qualquer “essência” fixa e pré-definida; o que define temporariamente algo como materialidade, como interesse, como elemento cultural, etc. são as teias de agenciamentos das quais o elemento considerado participa. O que não quer dizer que os agenciamentos não

possam originar arranjos temporariamente estabilizados que conferem, durante determinados períodos, um poder maior ou menor a conjuntos determinados desses elementos na definição das tendências hegemônicas das próprias redes.

Para Latour (2012), uma rede define o poder de cada ator de determinar que outros façam coisas inesperadas. E acrescenta:

A distinção entre humanos e não humanos, habilidades corporificadas e descorporificadas, personificação e maquinização é menos interessante do que as cadeias ao longo das quais competências e ações são distribuídas. (LATOUR, 1992, p. 243 apud SANTAELLA e LEMOS, 2010, p. 49).

Lúcia Santaella e Renata Lemos (2010) sintetizam a principal consequência dessa perspectiva teórica para o pensamento sobre o digital:

Uma das grandes lições que as tecnologias da inteligência vêm nos dando é que, quando as aplicações tecnológicas chegam às mentes e mãos dos usuários, estes produzem desvios mais ou menos drásticos no planejamento originalmente esperado. O uso, portanto, flexibiliza o programa. Os processos bottom-up (de baixo para cima) refinam e trazem resultados que não estavam previamente codificados. (p. 49-50).

Não se trata simplesmente de novos usos sociais e culturais das tecnologias digitais não programados pelos detentores do poder tecnológico, como quer Lemos (2010). Trata-se da instituição de novas lógicas estruturantes das formas de acesso ao digital por parte de sujeitos proprioceptivos, isto é, conscientes – pelo menos em certo grau – dos condicionamentos das ecologias das quais participam e, por isso mesmo, em condição de estimular mudanças estruturais. Na perspectiva sobre o digital aberta pela teoria ator-rede, em articulação com o conceito negriano de multidão, os indivíduos, as tecnologias e as lógicas e possibilidades que as estruturam são produtos instáveis de seus interagenciamentos. Isso mantém uma porta sempre aberta para a propriocepção que produz livre necessidade, para a diferença, o desvio e a emergência de subjetividades não encaixáveis nas tendências perceptivo-cognitivo-relacionais e nas formas de auto-percepção dominantes na contemporaneidade. Fenômenos como o movimento internacional pelo *software livre*; o movimento hacker; o movimento pelo *copyleft*¹²¹; o surgi-

121 O *copyleft* é uma forma de garantir a livre difusão de obras intelectuais, que se opõe ao conceito de propriedade intelectual. Pressupõe como única exigência a autorização por parte do autor para a livre reprodução de sua obra, implicando que qualquer pessoa possa divulgá-la

mento das chamas *Dark Internet*¹²² e *Deep Web*¹²³; entre outros, parecem apontar para a emergência, entre os atores envolvidos na dialética que permeia as redes sócio-tecnoculturais do mundo digital, de uma consciência dos condicionamentos nos quais essas mesmas redes os envolvem e a instituição de novas maneiras não apenas de utilizá-las, mas de concebe-las.

Considerações finais

As redes bio-psico-noo-sócio-tecnoculturais contemporâneas, que envolvem agenciamentos antropodigitais, fizeram emergir subjetividades que se auto-experienciam como autônomas, autoconscientes, separadas dos demais sujeitos e que (re)criam digitalmente vínculos baseados na afinidade e na ausência de compromissos de longo prazo. São subjetividades essencialmente críticas e com um elevado potencial de mobilização espontânea, mas impacientes e ansiosas por resultados imediatos. Subjetividades que – como revelam, no Brasil, os protestos de junho de 2013 – têm se revelado hábeis em se auto-organizar por meio de tecnologias digitais de comunicação, capazes de tecer relações, práticas sociais e micropolíticas alternativas às dominantes nas ecologias sociotécnicas atuais, mas ao mesmo tempo incapazes de manter vivas por longos períodos as comunidades criadas e de refletir sobre as tendências de subjetivação que permitem suas percepções, sua cognição e suas tendências de ação. Epistemologias do digital tecnoutópicas, como a de Pierre Lévy (1998; 2010a; 2010b), refletem bem essa subjetividade emergente, mas não ajudam a compreender os processos que a configuraram e – ao aferrar-se a uma percepção fechada e sólida do sujeito – os condicionamentos, as limitações e as manipulações desse mesmo sujeito nas redes sociotécnicas, assim como não auxiliam na concepção de possibilidades de subjetivação alternativas.

Por isso, sugiro a articulação de epistemologias não-humanistas do digital – como a que emerge da aplicação da teoria ator-rede de Bruno Latour (2008; 2012) às redes digitais – com o conceito de multidão de Negri e Hardt (2005) e o de “livre necessidade” spinozano recuperado por Negri (1993) pode

sem fins comerciais. O conceito de *copyleft* baseia-se na lógica de livre compartilhamento da informação que emergiu das redes digitais.

122 A *Dark Internet* é constituída por servidores de rede inalcançáveis por quaisquer meios convencionais, o que dificulta sua localização e, consequentemente, reduz as possibilidades de interceptação de interações digitais realizadas por meio deles.

123 A *Deep Web* são conteúdos da internet não encontráveis por meio dos mecanismos de busca padrão.

ajudar na exploração teórica das condições de uma micropolítica digital alternativa aos mecanismos de subjetivação predominantes nas ecologias sociotécnicas contemporâneas.

Referências

- BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs – Journal of Women in Culture and Society*. University of Chicago Press, vol. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância líquida*. Diálogos com David Lyon. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- FELINTO, Erick. *Think different*: estilos de vida digitais e a cibercultura como expressão cultural. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 37, dez. 2008, p. 13-19.
- _____. Os computadores também sonham? Para uma teoria da cibercultura como imaginário. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 15, jul./dez. 2006, p. 1-15.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*: uma introdução à teoria ator-rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.
- _____. *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. Trad. Carlos Irineu da Costa. 4 ed. São Paulo: Editora 34, 2008.
- LEMOS, André. *Cibercultura*. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. 7 ed. São Paulo: Editora 34, 2010a.
- _____. *As tecnologias da inteligência*. O futuro do pensamento na era da informática. 15 ed. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010b.
- _____. *A inteligência coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.
- LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. *Cidades rebeldes*. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Ermínia Maricato... [et al.]. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. *Multidão*. Guerra e democracia na era do Império. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. *Lugar comum. Estudos de mídia, cultura, democracia*. Rio de Janeiro: LABTeC/UFRJ e Rede Universidade Nômade, nº 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004.

_____. *A anomalia selvagem*. Poder e potência em Spinoza. Trad. Raquel Ramalhete. São Paulo: Editora 34, 1993.

PILATTI, Adriano; NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *Levante da multidão*. Texto on-line. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/senadonamidia/noticia.asp?n=850051&t=1>. Acesso em: 30 ago 2014.

PILATTI, Adriano; COCCO, Giuseppe. Quem tem medo do poder constituinte? Texto on-line. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521906-quem-tem-medo-do-poder-constituinte-#.UeKFnRYZHF0.facebook>. Acesso em: 30 ago. 2014.

RICCI, Rudá. *Nas ruas*: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura*. Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. *Redes sociais digitais*. A cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.

■.....Antonio Condorelli é Mestre em Educação e Doutorando em Ciências Sociais, Professor do Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A mercantilização educacional e a ideologia do ensino espetacular

.....Renato Nunes Bittencourt

A lógica do mercado é de prazer e pluralidade, do efêmero e descontínuo, de uma grande rede descentrada de desejo da qual os indivíduos surgem como meros reflexos passageiros

Terry Eagleton

Introdução

A proliferação de instituições superiores de ensino de fomento privado tornou-se algo natural no cenário educacional brasileiro. Grandes corporações empresariais investem maciçamente nesse lucrativo segmento de mercado e aplicam em suas práticas profissionais métodos próprios do capitalismo neoliberal, tais como imposição da flexibilidade dos direitos trabalhistas e a precarização da assistência profissional. Simultaneamente a tal processo de mercantilização do sistema de ensino, constata-se o estabelecimento de relações educacionais cada vez mais mediadas pelos signos espetaculares, em que se exige do professor capacidades histrionicas para que se conquiste a adesão de um alunado que em geral se revela incapaz de focar sua atenção para temas abstratos, reflexivos.

Uma vez que o sistema de ensino mercantilizado pressupõe a plena satisfação dos interesses dos seus clientes, os alunos, os professores submissos ao crivo das determinações capitalistas neoliberais se encontram na necessidade de se adequarem aos caprichos estudantis, tornando assim suas atividades docentes mais “agradáveis”, isto é, “divertidas”, “dinâmicas”. A consequência maior desse processo é a infantilização estudantil pela exaltação das suas disposições narcísicas, na qual se impede o florescimento da verdadeira autonomia existencial, o desenvolvimento de uma genuína formação intelectual, assim como o preparo para um mercado de trabalho extremamente competitivo, circunstância que revela o paradoxo de tal situação. Com efeito, será que nosso modelo de ensino tecnocrático visa de fato promover a emancipação cultural dos seus estudantes?

O capitalismo educacional e a espetacularização do ensino

A relação pedagógica entre professor e aluno se converte em uma relação comercial, na qual o docente se encontra na obrigação de tal como um vendedor de conhecimento, a satisfazer todos os caprichos de seu cliente; tanto pior, o próprio processo de ensino se flexibiliza e se torna cada vez menos exigente intelectualmente e cada vez mais superficial em suas atividades cognitivas, ao mesmo tempo em que visa modelar o estudante para um mercado de trabalho que exige a supressão da identificação existencial com seu ofício. Conforme Richard Sennett argumenta,

A expressão “capitalismo flexível” descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais (SENNETT, 2002, p. 9).

Esse sistema de poder esconde nas modernas formas de flexibilidade três elementos básicos: a reinvenção descontínua de instituições; a especialização flexível de produção e a concentração de poder sem centralização. Reinventar a empresa tornou-se uma regra em um mercado no qual o que interessa é o retorno em curto prazo para os acionistas e a pronta resposta à demanda do consumidor. Nesse quesito, nada melhor do que lermos as indicações messiânicas do grande ideólogo neoliberal, Ludwig von Mises:

Numa economia de mercado o consumidor é soberano. É ele que manda, e o empresário tem que se empenhar, no seu próprio interesse, em atender seus desejos da melhor maneira possível (VON MISES, 2010, p. 20).

No sistema comercialista de ensino, o aluno é o consumidor por excelência, perante o qual toda a estrutura pedagógica deve se inclinar, pois é ele quem sustenta as finanças da empresa, isto é, da “instituição educacional”. Segue ainda Ludwig von Mises em sua apologia da submissão do mercado aos imperativos do consumidor:

O empresário bem-sucedido é aquele que consegue antever os futuros desejos dos consumidores, melhor do que os seus competidores. Para o empresário, na qualidade de vassalo do consumidor, é irrelevante se os desejos e necessidades dos consumidores decorrem de uma escolha, racional ou emocional, moral ou imoral. O empresário procura produzir o que o consumidor quer. Nesse sentido pode-se dizer que ele é amoral (VON MISES, 2010, p. 22).

No âmbito educacional a ideologia do capitalismo flexível, ao afetar imediatamente o rigor acadêmico proposto pelo professor promove a massificação da consciência estudantil e sua incompatibilidade com todo esforço de progresso da inteligência, da cultura e da consciência crítica. Para José Contreras,

A escola começa a se movimentar para oferecer o que atrai a clientela. E a clientela se movimenta em função do que sente como competitivo no mercado social. Assim, enquanto escola e usuários não se sentarem para discutir o que acreditam que deveria ser a prática educativa, ambos estarão fazendo movimentos de ajuste a partir de demandas e necessidades que eles próprios não construíram, porque não atuam enquanto grupo que toma decisões deliberativas e compartilhadas, senão como agentes isolados guiados por interesses individuais, não sociais. Não participam na definição coletiva da educação e de sua vinculação com a sociedade, mas tão somente em processos de escolha e de adequação a partir de decisões dos quais estão excluídos, porque são decisões tomadas pela administração (CONTRERAS, 2012, p. 285-286).

É de suma importância ressaltar que não existe relação imediata entre mercantilismo e instituição educacional de cunho privado. Obviamente que em uma estrutura econômica regida pela ordem capitalista qualquer iniciativa requer se adequar de algum modo ao sistema financeiro em vigor; contudo, constata-se no avanço do neoliberalismo um violento processo de agregação do sistema de ensino ao poder plutocrático de empresas que fazem da comercialização educacional uma grande fonte de lucro. Conforme salienta Dany-Robert Dufour,

Na narrativa da mercadoria, cada desejo deve encontrar seu objeto. Com efeito, tudo deve necessariamente encontrar uma solução na mercadoria. A narrativa da mercadoria apresenta os objetos como garantia de nossa felicidade e, ademais, de uma felicidade realizada aqui e agora [...] Apresenta-se a necessidade de submissão ao mercado como uma injunção à qual seria preciso, sem cessar, tudo subordinar como se estivéssemos lidando com uma nova e inultrapassável racionalidade (DUFOUR, 2005, p. 76; p. 79).

Corporações capitalistas travestidas de instituições de ensino impõem suas diretrizes na atual conjuntura educacional e impedem assim a consolidação de melhorias na qualidade de vida dos professores e no próprio desenvolvimento das suas atividades pedagógicas. Nessa conjuntura, Beatriz Sarlo afirma que

Quando a administração educacional perde poder e recursos, os grandes ministros da educação são, na verdade, os gerentes e programadores do mercado,

cujos valores não incentivam o surgimento de uma sociedade de cidadãos iguais e sim o de uma rede de consumidores fiéis (SARLO, 2005, p. 101-102).

De modo geral, o aluno encontra na estrutura comercialista de ensino um projeto econômico-ideológico que visa atender aos seus imperativos narcísicos desde que cumpra com sua parte junto ao departamento financeiro da instituição na qual está matriculado; caso contrário, sua aura mágica de consumidor é obscurecida pelas trevas que circundam os economicamente inviáveis, tornando-se assim descartável para os mandatários de tal instituição. Nesse ponto, podemos nos apropriar das colocações de Adorno e Horkheimer acerca da sociedade administrada da “indústria cultural”:

Quanto mais a realidade social se afastava da consciência cultivada, tanto mais esta se via submetida a um processo de reificação. A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do fatal isolado. Rejeitam-se as relações conceituais porque são um esforço incômodo e inútil (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 184).

O espírito crítico do Esclarecimento sucumbe perante a infantilização sociocultural legitimada pela conversão da educação em mercadoria acessível para todos que possam pagar por seus benefícios; eis assim a diluição do projeto iluminista e sua proposta de emancipação do homem perante toda forma de dominação externa, tal como apresentada por Kant:

Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dele não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere Aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung]. (KANT, 2005, p.63-64)

Curiosamente, muitos alunos reproduzem o ideário servil no cotidiano educacional ao agradecerem ao professor quando este lhes dá com justiça uma nota elevada; ora, se a nota representa o mérito decorrente do esforço intelectual do aluno, por qual motivo este agradece ao docente? Como todo ato assistencialista, permanece assim a relação de heteronomia do estudante para com a economia capitalista, tal como apontado por Paulo Freire: “No assistencialismo não há res-

ponsabilidade, não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e ‘domesticção’ do homem. Gestos e palavras” (FREIRE, 2006, p. 66).

A intenção de dispositivos capitalistas nas relações pedagógicas certamente cria indivíduos incapazes de promoverem em suas vidas o processo de esclarecimento intelectual em sua máxima radicalidade. Conforme apontado por Karl Mannheim, “a comercialização miúda do conhecimento em pacotes padronizados paralisa o impulso para questionar e inquirir” (MANNHEIM, 2012, p. 136). Ironicamente, apesar de vislumbrarem a emancipação perante toda forma de autoridade social (pais, professores, políticos, líderes religiosos), permanecem atrelados ainda diante de uma autoridade, a do dinheiro, grande mediador de uma existência reificada incapaz de proporcionar qualquer exercício de singularização existencial. Christian Laval, ratificando essa crítica, argumenta que “na cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento, velha herança das Luzes, passa como uma ideia obsoleta” (LAVAL, 2004, p. IX).

O estudante somente é útil aos ditames financeiros do regime comercialista de ensino na sua figura de consumidor-cliente, jamais na condição de um futuro profissional que possa intervir positivamente na estrutura social através do exercício de sua competência intelectual. Nesse contexto, a análise que Marx estabelece acerca da realidade fetichista do sistema capitalista, onde as relações sociais passam a ser mediadas por coisas que adquirem como que vida própria, é fundamental para compreendermos o processo fetichista produzido pela inserção dos critérios monetários na composição das modernas interações interpessoais:

O que é para mim pelo dinheiro, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isto sou eu, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – de seu possuidor – qualidades e forças essenciais (MARX, 2004, p. 159).

A conversão do estudante em um cliente-consumidor se configura como um processo de manutenção forçada desse indivíduo nos parâmetros da menoridade existencial, pois as decisões éticas fundamentais de sua vida serão mediadas pelo poder do dinheiro que pretensamente soluciona de forma satisfatória todos os problemas humanos. Segundo aponta Ivan Illich,

Ensina-se aos alunos-consumidores que adaptem seus desejos aos valores à venda. São levadas a sentirem-se culpadas caso não ajam de acordo com as preedições da pesquisa de consumo, recebendo os graus e certificados que os colocarão na categoria de trabalho pela qual foram motivados a esperar (ILLICH, 1982, p. 79).

Entretanto, inserido em uma dinâmica societária regida pela flexibilidade profissional e pela exigência de doação plena da vitalidade aos designios corporativos, o aluno que se constituiu psicologicamente pelos signos da menoridade existencial será incapaz de agir de forma madura e responsável no decorrer da sua atividade laboral, sofrendo radicalmente os efeitos deletérios de um estilo de vida do qual não estava preparado para participar. Para Cleon Cerezer e José Outeiral

Na atualidade, um novo valor de competência profissional é a habilidade de readaptação rápida aos contextos. A rapidez exigida nesse processo é proporcional ao não questionamento das atitudes necessárias para a manutenção do lucro das empresas, inclusive “as da educação”, pois isto cada vez mais também é visto e tratado como mercadoria (CEREZER & OUTEIRAL, 2011, p. 43).

Nessas condições, o comercialismo educacional engana duplamente o aluno-cliente, primeiro por prometer uma formação acadêmica sólida, o que não acontece de fato, segundo por não prepará-lo adequadamente para o mercado de trabalho, marginalizando-o socialmente, graças ao estado de alienação intelectual no qual esse indivíduo se encontra. Para Paulo Freire,

A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios (FREIRE, 1983, p. 35).

Com efeito, qualquer processo seletivo que vise contratar o candidato academicamente mais competente certamente escolherá o postulante formado em uma instituição de ensino rigorosa em detrimento do estudante que investiu seu tempo e seu dinheiro para se “formar” em um curso universitário cujo diploma é inferiorizado no mercado de trabalho em decorrência da má fama corporativa de sua instituição. Segundo Paula Sibilia,

Na oferta educacional contemporânea busca-se oferecer um serviço adequado a cada perfil de público, proporcionando-lhe recursos para que cada um possa triunfar nas árduas disputas de mercado. Isso não é para todos, como a lei, mas tem uma distribuição desigual como o dinheiro: todos os consumidores querem ser distintos e únicos, singulares, capazes de competir com os demais para se destacar com suas vantagens diferenciadas, num mundo globalizado no qual impera um capitalismo cada vez mais jovial, embora também feroz (SIBILIA, 2012, p. 132).

Na conjuntura do ensino mercantilista, professores academicamente exigentes são incitados pelos administradores-educacionais a que sejam razoavelmente flexíveis nas suas avaliações, tendo-se em vista a manutenção da massa discente nos quadros de pagadores assíduos da instituição de ensino, que funciona assim como uma agência de capitalização econômica. Conforme destaca brilhantemente Paulo Freire, no contexto dessa realidade educacional norteada pelo primado economicista:

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas, e o lucro, seu objeto principal (FREIRE, 2005, p. 51).

O ato de se reprovar um aluno de rendimento pedagógico insatisfatório é imputado como um desestímulo moral para ele, circunstância que pode vir a motivar sua transferência para outra instituição pedagógica menos rigorosa em suas avaliações, ocasionando prejuízo financeiro para a empresa educacional que perdeu assim um cliente-consumidor. Gilda de Castro aponta: “Na escola-empresa, eles se transformam em clientes e, como tal, não podem sofrer qualquer contrariedade por quem é simples empregado da organização” (CASTRO, 2003, p. 53).

Essas instituições continuamente interferem no processo de avaliação dos professores, pois se estes exigem demais dos estudantes, acarretando muitas reprovações, a universidade comerciária corre o risco de perdê-los para outras instituições academicamente mais complacentes; desse modo, o professor se encontra na “obrigação” profissional de ser condescendente com a carência intelectual desses estudantes. Tal como aponta Jean-François Lyotard,

O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (bildung) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu “valor de uso” (LYOTARD, 2002, p. 45).

É importante destacar que de modo algum se trata de defender a retomada do ideário tradicionalista da autoridade absoluta do professor, pois tal dispositivo se caracteriza como supressor de toda capacidade de diálogo entre docente e

discente, mas sim de se revalorizar a figura do professor em uma dinâmica social, cultural, política e econômica pautada pela desvalorização de todo pensamento crítico e emancipador. Aliás, no mundo educacional neoliberal toda autoridade foi transferida para os detentores do poder financeiro. Conforme aponta Néstor García Canclini,

A educação foi cedendo autonomia ao diminuir a importância da escola pública e laica e crescer o ensino privado que, com frequência, subordina o processo educacional às aptidões de mercado e se preocupa mais em capacitar tecnicamente do que formar para aptidões culturais. Em vez de formar profissionais e pesquisadores para uma sociedade do conhecimento, treina peritos disciplinados (CANCLINI, 2008, p. 23).

O mercantilismo educacional imperante no capitalismo tardio impede a emancipação existencial dos estudantes, cada vez mais coisificados pela crença do poder fetichista do dinheiro em resolver todos os seus problemas cotidianos e, por conseguinte, de sua falta de inteligência em ascender academicamente por méritos próprios. Paula Sibilia salienta que

Quando a lógica mercantil passa a imperar sem nenhum tipo de cerceamento, os direitos e os deveres podem virar mercadorias ao alcance de alguns clientes, mas não de todos os cidadãos. A educação formal não ficou alheia a essa transformação (SIBILIA, 2012, p. 95).

Nessas condições, professores intelectualmente exigentes que labutem em instituições de ensino regidas pela lógica comercialista da educação se encontram em continua situação de risco de demissão, pois as benesses capitalistas são incompatíveis com as exigências de uma vida elevada em constante processo de superação de si. José Carlos Libâneo aponta que

A tese da substituição da relação docente está obviamente associada a determinado paradigma de qualidade da educação em que importaria mais o saber fazer e o saber usar do que uma formação cultural sólida. Ou seja, o pensar eficientemente é uma questão de “saber como se faz algo”. A aprendizagem não é mais do que o domínio de comportamentos práticos que transformam o aluno num sujeito competente em técnicas e habilidades (LIBÂNEO, 2011, p.67).

A qualidade da educação é posta de lado em prol da aceleração da transmissão de conteúdos visando pretensos resultados profissionais favoráveis aos alunos-clientes. István Mészáros elabora uma pertinente indagação:

Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto-emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento dos objetivos reificados do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47-48).

O professor se torna responsável por todo desinteresse e desatenção cognitiva do estudante, e os resultados negativos das avaliações são imputados diretamente ao docente que não foi capaz de seduzir pedagogicamente o alunado para os conteúdos transmitidos. Quando ocorre uma reprovação, a culpa é do professor, quando o aluno não comprehende o conteúdo da disciplina, a culpa é do professor, e assim sucessivamente. Para Gilda de Castro,

Atualmente, os alunos são encarados como clientes por escolas privadas; logo, não podem sofrer qualquer contrariedade, embora todos saibam que muitos vão às aulas sem interesse pela aprendizagem. Estão ali apenas para cumprir uma determinação paterna ou exigência legal/paternal, rebelando-se, principalmente, diante de atividades que classificam como mais difíceis ou maçantes. O mestre torna-se, então, uma figura desprezível, porque cobra produção de quem deseja impor conteúdo, métodos, cronograma e normas de conduta, embora esses estudantes não tenham ainda condição para avaliar a relevância que futuramente terão os exercícios escolares na sua formação acadêmica ou profissionalizante nem pretender cumprir plenamente seu papel que implica assimilação das mensagens apresentadas pela escola (CASTRO, 2003, p. 16-17).

Cria-se, dessa maneira, uma relação social injusta e tendenciosa que torna o professor o bode expiatório por toda degradação educacional, na qual o estudante não desenvolve a consciência de autonomia na regulação de sua existência, projetando toda responsabilidade pedagógica apenas na pessoa do professor, sem que haja na consciência do estudante o desenvolvimento do senso crítico acerca de sua própria necessidade de participação ativa no processo de formação intelectual. Adorno apresenta um comentário perspicaz acerca da crise de legitimização da figura do professor na sociedade capitalista: “O professor é o herdeiro do monge; depois que este perde a maior parte das suas funções, o ódio ou a ambiguidade que caracterizam o ofício do monge é transferido para o professor” (ADORNO, 1995, p. 102-103).

Os estudantes paulatinamente “infantilizados” pelo espírito do consumismo são ludibriados com as pretensas facilidades pedagógicas prometidas pelas instituições educacionais privadas regidas pela lógica plutocrática. Surgem assim

vestibulares absurdamente flexíveis onde se faz valer o infame ditame comerciista do “pagou, passou”, associada diretamente a um método de ensino deficitário que não prepara efetivamente o alunado para o mercado de trabalho, tampouco promove o desenvolvimento da consciência cidadã e da criticidade perante os acontecimentos da realidade. Fernando Savater indaga:

A educação deve preparar gente apta a competir no mercado de trabalho ou formar homens completos? Deve dar ênfase à autonomia de cada indivíduo, com frequência crítica e dissidente, ou à coesão social? Deve desenvolver a originalidade inovadora ou manter a identidade tradicional do grupo? Atendem à eficácia prática ou apostam no risco criador? Reproduzirá a ordem existente ou instruirá os rebeldes que possam derrubá-la? (SAVATER, 2012, p. 17).

O professor sofre um processo de alienação em suas funções profissionais, circunstância que acarreta inevitavelmente sua descartabilidade laboral, pois quem não é capaz de lutar por seus direitos básicos progressivamente perde sua representatividade existencial. Nesse contexto, as colocações de Moacir Gadotti demonstram sua pertinência:

A escola tornou-se válvula de escape da sociedade opressiva. E quem está suportando a pressão é o professor. Os professores deveriam, por isso, lutar por um adicional no seu salário, uma taxa de insalubridade, decorrente de um sistema social em decomposição (GADOTTI, 1987, p. 125).

O regime capitalista se configura, nessas condições, como um processo de dissolução de toda capacidade humana de se realizar como pessoa criadora em sua mediação com o mundo circundante. Para István Mészáros,

Limitar uma mudança educacional às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar imagens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capitalismo é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

O ritmo vertiginoso da vida do indivíduo da sociedade moderna exclui dele o apreço pela reflexão e pelo exercício da consciência, e esse processo torna-o mais suscetível de sucumbir perante as forças envolventes da “cultura das imagens”, potencializando ainda mais os seus efeitos deletérios na subjetividade humana. Olinda Maria Noronha aponta que, nessa conjuntura,

O professor é entendido como um trabalhador polivalente e flexível, que precisa ter as ferramentas para se adequar às demandas do mundo globalizado em constante mutação, priorizando as atividades práticas e as situações concretas na aprendizagem dos alunos, para que estes também respondam de maneira rápida e criativa aos problemas enfrentados no cotidiano (NORONHA, 2008, p. 34).

Por conseguinte, toda atividade educacional reflexiva, que demande tempo de pensamento, análise, amadurecimento, recebe da massa intelectualmente alienada o estigma de “chato”, “sem importância”, “cansativo”, além de muitos outros estereótipos que representam o empobrecimento da experiência de pensamento na era tecnocrática. Conforme salienta Alain Finkielkraut,

No momento mesmo em que a técnica, pela interposição da televisão e dos computadores, parece capaz de introduzir nos lares todos os saberes, a lógica do consumo destrói a cultura. A palavra permanece, porém, esvaziada de toda ideia de formação, de abertura ao mundo e de cuidado da alma. Doravante, é o princípio de prazer – forma pós-moderna do interesse particular – que rege a vida espiritual. Não se trata mais de fazer dos homens sujeitos autônomos, trata-se de satisfazer seus desejos imediatos, de divertir os pelo menor custo (FINKIELKRAUT, 1988, p. 146).

Exige-se do professor capacidades histriônicas tendo-se em vista a sedução da consciência dos estudantes, e que os conteúdos pedagógicos sejam transmitidos em revestimentos didáticos agradáveis para um alunado que sofre de um embotamento cognitivo epidêmico mediante a sua vivência cotidiana em uma estrutura social regida pelo despejo incessante de estímulos sensórios cada vez mais intensos. Conforme Beatriz Sarlo destaca,

As escolas consideradas mais avançadas são aquelas que adulam os governos, e que chegam a tratá-los como clientes. Este viés mercantil “progrê” fica evidente quando se ouve falar; o que é rotineiro, em prover a escola de conteúdos que sejam interessantes para os alunos (SARLO, 2005, p. 107).

Isso nada mais é que a inserção totalitária do espetáculo no cotidiano educacional, fato que se revela axiologicamente incompatível; todavia, acredita-se que os ditames mercantis do capital são capazes de resolver todas as incompatibilidades. O professor não é um animador de auditório, tampouco é um palhaço que sempre deve rir para agradar uma massa estudantil embrutecida pela própria vida lesada da ordem societária capitalista e suas promessas de felicidade sem maiores esforços. Anselm Jappe postula que

.....

O enorme desenvolvimento da indústria do entretenimento é ao mesmo tempo causa e consequência da proliferação do narcisismo. Assim, essa indústria é uma das principais responsáveis pela verdadeira “regressão antropológica” em direção à qual o capitalismo passa a nos arrastar (JAPPE, 2013, p. 212-213).

O professor que aceita espetacularizar o seu discurso educacional contribui para a reificação da consciência estudantil e para a manutenção da menoridade existencial do mesmo. Conforme Guy Debord,

A consciência espectadora, prisioneira de um universo achatado, limitado pela tela do espetáculo para trás da qual sua própria vida foi deportada, só conhece os interlocutores fictícios que a entretêm unicamente com sua mercadoria e com a política de sua mercadoria (DEBORD, 2006, p.140).

O professor se encontra cada vez mais acuado em suas atividades profissionais, tornando-se uma espécie de servidor incondicional dos desejos imbecilizantes de uma estrutura socioeconômica que identifica no sistema educacional apenas um veículo para legitimação dos interesses das classes detentoras do poder de consumo de bens materiais e de diplomas que permitam sua inserção facilitada no mercado de trabalho. Segundo István Mészáros,

Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização misificadora por uma alternativa concreta abrangente (MÉSZÁROS, 2008, p. 47).

A educação é um exercício constante contra a barbárie, mas no sistema capitalista a barbárie prevalece sobre todo projeto civilizatório, ao menos enquanto não ocorrem medidas radicais da classe docente na sua luta por reconhecimento social e consequentes melhorias nas suas condições laborais. As inúmeras arbitrariedades cometidas pelos empresários do ramo educacional contra a classe docente atualmente é combatida pelos sindicatos dos professores dos diversos estados brasileiros, destacando-se em especial a CPI do Ensino Privado, capitaneada por parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro cujas agendas políticas se fundam na defesa dos interesses educacionais, assim como o comando de greve que conduziu a paralisação das atividades pedagógicas em inúmeras instituições universitárias que se caracterizaram ultimamente pela precarização das condições de vida dos professores, submetendo-os a constantes casos de assédio moral, atrasos salariais (não obstante o fato de que tais instituições apresentam superávit de dividendos obtidos com os pagamentos das mensalidades), sujeição

a trabalhos em condições precárias (salas superlotadas). Contudo, se porventura houvesse mais coesão entre os próprios professores dessas instituições, os seus mandatários seriam obrigados a tratá-los com maior respeito profissional. As palavras de José Carlos Libâneo somente confirmam essa perspectiva:

É preciso fortalecer as lutas sindicais por salários dignos e condições de trabalho. É preciso, junto com isso, ampliar o leque de ação dos sindicatos envolvendo também a luta por uma formação de qualidade, de modo que a profissão ganhe mais credibilidade e dignidade profissional (LIBÂNEO, 2011, p. 12).

No tocante ao processo de espetacularização das relações sociais e suas influências imediatas nas práticas educacionais, talvez nos encontremos em uma situação irreversível, devido ao inerente avanço tecnológico que cada vez mais naturaliza a diluição da consciência estudantil nos estímulos fortes da sociedade informática e seus apetrechos eletrônicos. Guy Debord afirma que

Não é de se estranhar que, desde pequenos, os alunos começem, com grande entusiasmo, pelo saber absoluto da informática: enquanto isso, ignoram cada vez mais a leitura, que exige um verdadeiro juízo a cada linha e é a única capaz de dar acesso à vasta experiência humana antiespetacular. A conversação já está quase extinta, e em breve também estarão mortos muitos dos que sabiam falar (DEBORD, 2006, p. 189).

Ocorre assim a morte da narrativa, fundamentada em uma relação dialógica de recepção e capacidade de acolhimento da fala do outro, na qual valorizamos o discurso de nosso interlocutor e aquilo que ele anseia nos dizer. Segundo Claudine Harouche,

Outrora, o professor apontava a via da sabedoria e compartilhava sua experiência, distribuía conselhos, indicava modelos a que se conformar; transmitia conhecimentos. Não conseguindo mais captar a atenção de seus alunos, ele não é mais ouvido nem compreendido: dirige-se, então, a indivíduos formados e desatentos (HAROUCHE, 2008, p. 183-184).

Na civilização espetacular o professor precisa se capacitar para obter a adesão desse alunado narcotizado pela navegação nas redes sociais e no usufruto das tecnologias comunicacionais, propondo talvez o desenvolvimento de atividades pedagógicas que promovam justamente a inserção e utilização desses dispositivos eletrônicos no cotidiano educacional. Tal como argumentam Cleon Cerezer e José Outeiral,

A ampliação e democratização do acesso a informação traz consigo o questionamento acerca da postura do professor diante dos seus alunos, pois deixa de ser uma das únicas fontes de informação e o obriga a repensar sua prática pedagógica. Aspectos como flexibilidade e tolerância no encontro com o aluno tornam-se necessários, principalmente no sentido de observar a realidade que se apresenta e ver como vai administrá-la para tornar sua aula possível (CEREZER e OUTEIRAL, 2011, p. 37).

Por outro lado, caberia uma maior ênfase no letramento estudantil, propondo-se cursos de aperfeiçoamento de Língua Portuguesa, interpretação e redação de textos, circunstância que permitiria o enriquecimento do vocabulário e o subsequente domínio apurado de nossa língua vernácula. Para Beatriz Sarlo,

As escolas podem usar as habilidades adquiridas pelos telespectadores apenas até certo ponto. Os telespectadores terão um dia que virar leitores e uma página muito simples será capaz de oferecer dificuldades (SARLO, 2005, p. 99).

O analfabetismo funcional deve ser suprimido radicalmente dos espaços universitários, e se o ensino secundário não consegue eliminá-lo dos quadros educacionais pela ausência de uma política pública eficaz nesse empreendimento cultural de cunho libertador, cabe ao professor universitário se empenhar essa tarefa, pois a alienação social muitas vezes se origina na incapacidade pessoal de se compreender os próprios meandros e possibilidades discursivas do idioma. Afinal, uma das formas mais basilares de dominação política da elite opressora sobre a massa espoliada ocorre através de sua crônica incapacidade de conhecer os recursos semiológicos da linguagem, ao mesmo tempo em que esse mesmo grupo social afirma seu discurso mediante suas intervenções sociais na luta por reconhecimento dos seus direitos sociais.

Considerações finais

A exposição crítica do presente artigo visa o estabelecimento de uma reflexão radical sobre as relações sociais no cotidiano educacional brasileiro. Em uma era de mudanças e reivindicações contundentes em nossa agenda política, é talvez o momento propício debatermos com clareza o problema da desvalorização social e profissional do professor na dinâmica econômica do modelo de trabalho neoliberal e a crise de paradigmas pedagógicos concernente aos processos da espetacularização da consciência humana. Assim poderemos estabelecer uma linha de frente contra a própria degradação da esfera pública, continuamente espoliada pela ação autoritária da elite empresarial associada ao militarismo policial do Es-

tado Neoliberal que integra a espetacularização da vida em suas múltiplas expressões com a inerente corrupção de toda experiência cidadã.

Referências

- ADORNO, Theodor. “Tabus acerca do magistério” In: *Educação e Emancipação*. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 97-117.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. Trad. de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CASTRO, Gilda de. *Professor submisso, aluno-cliente*: reflexões sobre a docência no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CEREZER, Cleon & OUTEIRAL, José. *Autoridade e mal-estar do educador*. São Paulo: Zagodoni, 2011.
- CONTRERAS, José. *A autonomia dos professores*. Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo* – Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças*: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Trad. de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Trad. de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FINKIELKRAUT, Alain. *A derrota do pensamento*. Trad. de Mônica Campos de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- _____. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e poder*: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1987.
- HAROUCHE, Claudine. *A condição sensível*: formas e maneiras de sentir no Ocidente. Trad. de Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1982.

JAPPE, Anselm. *Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas*. Trad. de Robson J. F. de Oliveira. São Paulo: Hedra, 2013.

KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: que é Esclarecimento”? In: Textos Seletos. Trad. de Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 63-71.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Ed. Planta, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2011.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. Trad. de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. Trad. de Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do Capital*. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

NORONHA, Olinda Maria. “Globalização, mundialização e educação”. In: LUCENA, Carlos. *Capitalismo, Estado, Educação*. Campinas: Alínea, 2008, p.13-42.

SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Trad. de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SAVATER, Fernando. *O Valor de Educar*. Trad. de Monica Stahel. São Paulo: Planeta, 2012.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SIBILIA, Paula. *Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VON MISES, Ludwig. *Intervencionismo: uma análise econômica*. Trad. de Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

■.....Renato Nunes Bittencourt é doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ, professor do Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião da UERJ, professor do Curso de Comunicação Social da Faculdade CCAA e da Faculdade Duque de Caxias-UNIESP. É também membro do grupo de pesquisa Spinoza & Nietzsche. E-mail: renatonunesbittencourt@gmail.com.

Tecnoxamanismo: por uma cibernética insurgente

.....Adriano Belisário

Nos últimos anos, observamos a emergência de uma série de conceitos e práticas que operam um deslocamento dos sentidos atribuídos à técnica em certa tradição moderna. Assim, hoje, proliferam-se trabalhos, teorias e ações artísticas com foco em noções como tecnoxamanismo, tecnomagia, tecnoanimismo, ciberxamanismo, entre outras combinações possíveis. A despeito das diferenças, em geral, tais combinações operam uma conjunção da técnica (indicada pelo prefixo *tecno* ou *ciber*) com noções rejeitadas pelos padrões científicos modernos (magia, xamanismo, animismo etc.).

Para muitos, tais ideias parecem realizar uma aliança improvável entre domínios distintos: de um lado, a técnica ou a tecnologia, concebida usualmente a partir dos paradigmas objetivos do conhecimento científico da natureza; de outro, o xamanismo ou a magia, entendido como pensamento e prática baseados em esoterismos meramente subjetivos ou culturais. Desta perspectiva, a tecnologia é a intervenção instrumental e humana em uma natureza única e objetiva, enquanto o xamanismo e a magia não passam de uma prática cultural pré-científica. Seriam então tais novos conceitos apenas oxímoros, carentes de lógica e embasamento?

A partir de uma reflexão crítica sobre a cibernética, seguramente um dos projetos tecnocientíficos mais ambicioso do século XX, pretendo afastar tal hipótese, utilizando as noções de alta tecnologia (*high tech*) e baixa tecnologia (*low tech*) para identificar diferentes inflexões deste imaginário tecnológico não-cientificista. Após uma breve introdução à noção de homem e máquina na cibernetica de Wiener, bem como sua revisão crítica em Maturana, Varela e Simondon, passaremos à noção de xamanismo segundo o perspectivismo ameríndio. Apesar de díspares entre si, acreditamos que tais referenciais poderão nos ajudar a nos aproximar transdisciplinarmente daquela emergência conceitual, encarando-a em sua complexidade. Não temos aqui sistemas fechados de pensamento, trata-se antes de um imaginário estético, técnico e político em disputa. Portanto, não se trata de delimitar ou exaurir os sentidos dos conceitos, mas antes investigar suas potências, particularidades e atualidade.

I

A definição mais comum de cibernética a elucida como um campo de pesquisa transdisciplinar voltado ao estudo das funções de controle automatizado e regulação entre fluxos de informação (comunicação) nas máquinas e nos seres vivos. Mesmo tão ampla, a noção de cibernética hoje é utilizada, em geral, para indicar a relação de determinados fatos com a Internet: crimes cibernéticos, guerra cibernética, ataques cibernéticos etc. Mais proficia que tais reduções, outra sobrevivência do termo se deu – por meio da ficção científica – nos conceitos de ciberespaço [espaço cibernético] e ciborgue [organismo cibernético].

No entanto, tomando-a apenas como adjetivo ou prefixo, ignora-se a dimensão própria da cibernética. Após uma rápida popularização, parte das discussões que vieram à tona nas pesquisas cibernéticas sobre sistemas complexos, em especial nas Conferências Macy, foram desprovidas de seu caráter transdisciplinar e reincorporadas em suas áreas específicas, deixando aí suas marcas e vestígios. Tal operação merece atenção, principalmente no contexto atual, onde uma série de ideias oriundas da chamada ‘virada cibernética’ permeiam as mais diversas áreas do saber. Assim, conceitos como informação, entropia, retroalimentação, controle ou comunicação, são encontrados hoje da Física à Administração, passando pela Filosofia, Computação e Biologia, entre outras disciplinas.

Entre teóricos de esquerda, a cibernética é muitas vezes reduzida a uma ideologia capitalista, fruto de uma cosmovisão burguesa, individualista e baseada em um determinismo tecnológico. De fato, não faltam fatos históricos que poderiam sustentar tal perspectiva, em especial o posicionamento político de alguns de seus principais difusores no século XX. É impossível compreender as implicações políticas das teorias cibernéticas sem mencionar a busca dos EUA pela hegemonia bélica mundial, após a Segura Guerra e durante a Guerra Fria.

Porém, a identificação da cibernética meramente como uma ideologia capitalista nos parece obliterar alguns fatos importantes. Ignora, por exemplo, o trabalho do filósofo russo Alexander Bogdanov (1873-1928), que desenvolveu a noção de *tectologia*: uma espécie de ciência transdisciplinar e sistêmica, que buscava explicar a organização de seres vivos e não-vivos. Marxista não-ortodoxo, Bogdanov foi expulso do Partido Comunista e teve sua obra censurada. Hoje, a *tectologia* é considerada uma precursora da cibernética por trazer, além de ideias básicas da Teoria Geral dos Sistemas e dos princípios da primeira cibernética, noções desenvolvidas posteriormente, como a de desenvolvimento sistêmico, a teoria da complexidade e da auto-produção (*autopoiesis*), que será melhor elaborada a seguir. Na União Soviética, após certa resistência inicial, a cibernética também

passou a ser estudada e, no início da década de 1970, tornou-se tema central de um projeto estratégico no Chile socialista. Na ocasião, Stanford Beer – especialista britânico em gestão cibernetica – foi convocado por Salvador Allende para comandar o desenvolvimento do “CyberSin”¹²⁴, que contou também com a colaboração de outros pesquisadores influenciados pela cibernetica, como os biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela.

Porém, não é o objetivo deste artigo realizar uma revisão histórica da cibernetica. Por ora, basta-nos evitar simplificações e compreender a proposta da chamada ‘primeira cibernetica’ segundo Wiener e alguns reflexos críticos na biologia e na filosofia da técnica, bem como sua relevância para os debates em torno de noções como tecnoxamanismo ou tecnomagia.

II

Baseado na termodinâmica e na teoria matemática da comunicação, Norbert Wiener concebe a cibernetica fundamentalmente a partir da oposição entre informação e entropia. É necessário abandonar aqui qualquer concepção substancialista da informação: a noção não se refere – somente – a uma mensagem transmitida entre um emissor e um receptor. Mais que isto, implica a própria medida de uma organização qualquer, portanto, de certa relação ordenada entre partes de um todo. Inversamente, entropia é compreendida como medida de desorganização. Assim, durante um jogo de pôquer, por exemplo, o embaralhamento serve para aumentar a entropia das cartas, dificultando a decodificação de sua organização própria por parte dos jogadores.

Comprendendo o Universo como um sistema fechado, Wiener sustenta que há uma tendência entrópica na Natureza. Os seres orgânicos são vistos como enclaves organizacionais, locais e temporários, frente a um mundo de voraz desintegração e decomposição. A Natureza degrada o orgânico e destrói o significativo, afirma. “A vida é uma ilha, aqui e agora, num mundo agonizante” (WIENER, 1950, p. 94). Ora, como é possível compreender assim a emergência e sobrevivência de seres complexos como os humanos em tal ambiente? Wiener oferece então a noção de retroalimentação (*feedback*) como o princípio capaz de dominar

124 O CyberSin tinha como objetivo construir uma rede eletrônica interligando teletipos em fábricas a um centro de computação para permitir o gerenciamento da economia em tempo real. Patologista, Allende rapidamente compreendeu a “inspiração biológica” do modelo cibernetico e “começou a reforçar os aspectos políticos do projeto, insistindo que o sistema funcionasse de ‘modo descentralizado, participativo para o trabalhador e antiburocrático’” (MEDINA, 2006, p. 10)

a entropia natural. Para ele, toda retroalimentação envolve uma entrada (*input*) e saída (*output*), bem como um instrumento regulador, dando a capacidade do ente em questão alterar seu comportamento futuro com base no desempenho pretérito. Em organismos biológicos, estas seriam as funções homeostáticas do corpo. O cérebro faria as vezes de instrumento regulador de um sistema sensório-motor (*input-output*).

Com base nisto, Wiener estabelece uma analogia entre o funcionamento dos indivíduos vivos e as máquinas modernas. Segundo ele, a capacidade de retroalimentação é justamente o critério de distinção com máquinas pré-modernas, que apenas repetem um funcionamento pré-definido e em nada interagem com o meio no qual estão. Por assim dizer, agem unidirecionalmente. Ao contrário, as máquinas modernas possuem órgãos sensórios. Podem perceber o meio no qual estão inseridas e modificar seu funcionamento de acordo com isto. O relógio ou uma caixa de música seriam exemplos do primeiro tipo, enquanto o míssil teleguiado, um ar-condicionado com termostato ou o regulador de velocidade de uma máquina a vapor poderiam ilustrar o segundo. Tanto os reflexos condicionados, instintivos, quanto os comportamentos humanos apreendidos também seriam apenas casos particulares de funcionamento deste mesmo mecanismo.

Para todas essas formas de comportamento e particularmente para as mais complicadas, é mister possuirmos órgão decisórios centrais, que determinem o que a máquina fará a seguir, com base na informação que lhe foi retransmitida e que ela armazena por meios análogos aos da memória de um organismo vivo [...] O sistema nervoso e a máquina automática são, pois, fundamentalmente semelhantes por constituírem, ambos, aparelhos que tomam decisões com base em decisões feitas no passado. [...] Este é o fundamento da analogia entre máquinas e organismos vivos” (WIENER, op. cit., p. 34, grifo nosso)

Wiener defende o excepcionalismo do ser humano frente aos animais, afirmando-o com base na dimensão semântica de sua linguagem, considerada inerente ou inata ao seu corpo. Para ele, a linguagem é a consecução mais característica do homem e seu maior interesse. No entanto, a redefinição dos organismos vivos – humanos, inclusive – como um tipo de máquinas de autorregulação abre um novo campo de possibilidades tanto para humanos, como para as máquinas.

No caso dos humanos, exige a compreensão do organismo como informação ou, mais precisamente, como um padrão organizacional dinâmico, que depende menos de seus componentes materiais do que das relações às quais estão submetidos. A individualidade de certo organismo é “antes a de uma chama que a

de uma pedra, de uma forma mais que de um bocado de substância.” Deste ponto de vista, a organização própria de um organismo pode ser compreendida também como informação ou mensagem. Portanto, é possível de ser teletransmitida. Em 1950, Wiener afirmava: “o fato de não podermos telegrafar [...] o padrão de um homem, parece dever-se a dificuldades técnicas [...] A ideia, em si mesma, é muito plausível”. (p. 101)

Já para as máquinas, com a crescente incorporação de mecanismos de *feedback*, abrem-se as possibilidades da “nova era da automação”. Diz-se que, aos sete anos, Wiener já estava familiarizado com a obra de Darwin. De fato, o pensamento evolucionista parece ter deixado marcas em suas reflexões sobre a tecnologia. Não raro, o cientista concebe o desenvolvimento tecnológico como um processo linear e progressivo: as máquinas automáticas seriam como objetos técnicos superiores, capazes de desenvolverem até mesmo inteligência artificial. “Pode parecer curioso ao leitor admitirmos máquinas ao campo da linguagem e, no entanto, negarmos quase totalmente linguagem às formigas”, diz. No entanto, explica, na construção das máquinas estendemos a elas certos atributos humanos, “que não são encontrados entre os membros inferiores da comunidade animal”. E adverte: apesar de serem de extensões humanas, as máquinas modernas nos ultrapassam, pois “não pararão de funcionar quando tivermos deixado de dar-lhes apoio humano”. (*ibidem*, p. 76)

Rapidamente, as teorias cibernéticas de Wiener suscitarão um imaginário mágico, onde as possibilidades do desenvolvimento tecnológico pareciam des cortinar possibilidades outrora consideradas sobrenaturais. O próprio autor explorou o tema no livro “*Deus e Golem Inc.*”, onde traça paralelos entre as máquinas pensantes e a figura do *Golem* na magia judaica: um ser animado antropomórfico, criado a partir de matéria sem vida. As repercuções de suas ideias foram imediatas. Quando um dos primeiros computadores israelenses foi inaugurado, em Tel Aviv, no dia 17 de junho de 1965, o historiador judaico Gersom Scholem solicitou a formalização das pesquisas sobre magia e computação, amparado em alguns dos desdobramentos da cibernetica de Wiener: “Todos os meus dias tenho me queixado de que o Instituto Weizmann não mobilizou os fundos para construir o Instituto de Demonologia Experimental e Magia que tenho há muito tempo proposto. Eles preferiram o que eles chamam de Matemática Aplicada e suas possibilidades siniestras à minha abordagem mais direta e mágica”¹²⁵.

125 Discurso transcrito em: <http://www.commentarymagazine.com/article/the-golem-of-prague-the-golem-of-rehovoth/>.

Entusiasta das novas tecnologias de comunicação em rede, o guru psicodélico Timothy Leary enfatizou tempos depois a relação entre *cyberpunks* e os antigos alquimistas:

Os paralelos entre a cultura dos alquimistas e dos adeptos cyberpunks de computadores são muitos. Ambos empregam conhecimento de um arcano oculto desconhecido pela população em geral, com símbolos secretos e palavras de poder. Os “símbolos secretos” compõem a linguagem dos computadores e matemática, e as “palavras de poder” instruem sistemas operacionais para realizarem tarefas hercúleas. (LEARY; GULLISCHEN).¹²⁶

Ainda hoje, ideias outrora consideradas mágicas ou sobrenaturais, como a metempsicose ou a imortalidade da alma, são resgatadas por movimentos herdeiros do pensamento cibernetico. É o caso de certas filosofias transumanistas, como o Extropianismo. Não se fala mais em “telegrafar um homem”, porém persiste a crença na possibilidade de se realizar um “*upload* da mente” para um novo *hardware* menos obsoleto que o corpo humano. Tais possibilidades são seriamente debatidas, não só por cientistas, como Ray Kurzweil, diretor de engenharia do Google, como também por empresários, que rapidamente identificaram um potencial de mercado. Assim, diversas empresas oferecem hoje serviços de suspensão criogênica para cadáveres milionários, que ficarão à espera da invenção de uma tecnologia capaz de ressuscitá-los.

Há ainda outras vertentes transumanistas, como a Teoria da Singularidade Tecnológica e o Tecnogaianismo. A primeira é uma espécie de determinismo tecnológico hiperbólico, baseada na previsão de que, por conta do crescimento exponencial da computação física (Lei de Moore), a inteligência artificial em rede irá “em breve” superar a inteligência humana. As consequências exatas de tal fato hipotético são consideradas imprevisíveis, porém os adeptos desta corrente asseguram que as mudanças atingiriam drasticamente todos os níveis de nossa existência. Já o tecnogaianismo configura-se como uma resposta à crise ecológica em curso, sem abrir mão da crença inabalável no desenvolvimento tecnológico como motor do progresso da humanidade. Assim, seus defensores tendem a reduzir os problemas ecológicos a questões tecnológicas, acreditando que os avanços da biotecnologia e da nanotecnologia podem reverter o impacto ambiental das

126 No livro ‘Words Made Flesh’, Florian Cramer traça uma história mais detalhada da centralidade da noção de código no pensamento órfico em Pitágoras, passando por Raymond Lull e Giordano Bruno, para chegar à cibercultura, net.arte e softwares livres para manipulação audiovisual, como o *Pure Data*.

atividades humanas. No entanto, mesmo anos antes da popularização dos debates ecológicos, o próprio Wiener parecia adotar postura mais cética:

Pois quanto mais tiramos do mundo, menos deixamos e, no fim das contas, teremos de pagar nossos débitos num tempo que talvez seja muito inconveniente para a nossa própria sobrevivência. [...] A simples fé no progresso não é uma convicção da própria força, mas da própria aquiescência e, por isso, da fraqueza. (op. cit., p. 47)

De todo modo, vale ressaltar aqui como a noção de “alta tecnologia” se faz presente na cibernetica segundo Wiener e neste imaginário tecnológico contemporâneo, alimentado por teorias como a da singularidade tecnológica, extropianismo e tecnogaianismo. Em ‘Futuros Imaginários’, Richard Barbrook analisa as ideias de McLuhan à luz das teorias ciberneticas e traça a história do surgimento do tecnofetichismo nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria. “Na sua forma mais fantástica, o mcluhanismo embaralhou-se com o misticismo da Nova Era”, diz. Traçando as relações entre a corrida armamentística e as promessas de um futuro melhor graças ao desenvolvimento tecnológico, Barbrook define a chamada “ideologia californiana”: um misto de retórica comunista com capitalismo cibernetico, sintetizado pela revista *Wired*. Em sentido semelhante, Matteo Pasquinelli apresenta a noção de ‘digitalismo’ como um modelo político inspirado pela tecnologia e não por conflitos sociais, definindo-o como uma “espécie de *gnose* moderna, igualitarista e barata, na qual o fetichismo do conhecimento foi substituído pelo culto a uma rede digital”:

Ontologicamente, o paradigma-técnico dominante acredita que os domínios semiótico e biológico são perfeitamente paralelos e especular um ao outro (como na utopia do Google da digitalização universal). Um evento material pode ser facilmente traduzido no plano imaterial, e, inversamente, o imaterial pode ser incorporado no material. Esta segunda passagem é a passagem de um mal-entendido milenar e a antropologia tem muito a dizer sobre a relação entre magia e logocentrismo. [...] Nesse contexto, o digitalismo funciona como uma política desencarnada sem reconhecimento do trabalho off-line que está sustentando o mundo on-line (a divisão de classes que precede qualquer exclusão digital) (PASQUINELLI, 2011, p. 54)

Em geral, este imaginário tecnológico encontra na frase de Arthur Clarke a síntese de seu pensamento sobre tecnologia e magia: “Qualquer tecnologia suficientemente avançada é indistinguível da magia”. Merece destaque aqui a noção de “suficientemente avançada”, que desvela o pano de fundo do evolucionismo

tecnológico por trás da afirmação, como se o progresso tecnológico fosse uma flecha a caminho de um alvo. Diante da afirmação, vale também o questionamento: indistinguível para quem? Ao que parece, somente para seus usuários ou consumidores, já que seus produtores seguramente a desenvolveriam tais objetos de “última geração” com base em uma técnica objetiva e científica. Como na cena inicial do filme 2001 – Uma Odisseia no Espaço, baseado na obra de Clarke, a tecnologia seria aquilo que nos permitiria superar nossa condição de animalidade para nos aproximar dos deuses.

III

De certa maneira, Wiener parte da cibernética para construir certas noções aplicáveis à biologia. Ao contrário, os chilenos Maturana e Varela partem da biologia pós-cibernética para reformular algumas noções caras à própria cibernética, como a noção do homem como máquina. No âmbito da filosofia da tecnologia, Simondon faz um movimento similar, apropriando-se do pensamento cibernetônico para então criticar a postulação dos autômatos como máquinas superiores.

Tal como Wiener, Maturana e Varela concordam na abordagem não-substancialista sobre a individualidade dos organismos. Segundo eles, a organização dos corpos são as relações que devem ocorrer entre as suas partes estruturais para que ele seja o que é. Enquanto a estrutura dos organismos vivos varia, sua organização permanece constante. Para eles, os corpos vivos se diferenciam por suas estruturas, mas são organizacionalmente iguais, pois são todos seres autopoieticos, ou seja, seres com capacidade ou potência de produzirem a si mesmo.

Ao enfatizarem a noção de autoprodução (*autopoiesis*), os biólogos distanciam-se assim da concepção do homem como máquina. Do ponto de vista biológico, alertam, não existe informação transmitida na comunicação, de modo que não faz sentido conceber que as palavras, imagens ou objetos portam informações. Aquilo que ocorre em um sistema durante uma interação qualquer não é determinado pelo agente perturbador (a mensagem), mas pela dinâmica estrutural de tal sistema. “É possível correlacionar o nomear das cores com estados de atividade neuronal, porém não com comprimentos de onda”, dizem. (MATURANA e VARELA, 2010, p. 27). Ou seja, o fato de – em geral – concordarmos com as cores dos objetos depende mais de correlações internas comuns aos nossos sistemas nervosos do que propriamente da luz que interage com nossa retina. Os biólogos destacam, assim, a dimensão comportamental da linguagem: palavras são ações. “Donde se conclui que não há separação entre produtor e produto. O ser e o fazer

de uma unidade autopoética são inseparáveis, e isso constitui seu modo específico de organização” (*ibidem*, p. 57).

Segundo eles, a auto-consciência configura-se como a experiência mais íntima do ser humano, mas está longe de ser uma experiência individual. Pelo contrário, sempre ocorre a partir dos acoplamentos que os corpos estabelecem socialmente e não por alguma substancialidade privada. Por isto, dizem, “somos na linguagem”, pois “é dentro da própria linguagem que o ato de conhecer, na coordenação comportamental que é a linguagem, faz surgir um mundo” (*ibidem*, p. 257).

Maturana e Varela também criticam a noção do cérebro como instância decisória central no corpo. “O comportamento dos seres vivos não é uma invenção do sistema nervoso e não está exclusivamente ligado a ele [...]. O que a presença do sistema nervoso faz é expandir o domínio de condutas possíveis” (*ibidem*, p. 154). Assim, os autores rejeitam a comparação do cérebro com um computador que comanda o corpo, a partir de *inputs* e *outputs*. “O sistema nervoso não ‘capta informações’ do meio, como frequentemente se diz. Ao contrário, ele constrói um mundo, ao especificar quais configurações do meio são perturbações e que mudanças desencadeiam no organismo”. (*ibidem*, p. 188). Ou seja, a experiência nunca é passível: não computamos e reagimos ao mundo, mas antes o criamos incessantemente.

Passando às máquinas, vejamos alguns aspectos da filosofia elaborada por Gilbert Simondon, para quem o sentido da cibernetica foi mal compreendido, pois “esta tentativa eminentemente nova foi reduzida, julgada em função de noções ou tendências antigas” (SIMONDON, 2008, p. 165). Seu propósito é desfazer aquilo que chama de alienação pré-capitalista essencial, por meio de elucidações sobre a natureza dos objetos técnicos e dos seres humanos. “É difícil tornar se livre transferindo a escravidão a outros seres, sejam homens, animais ou máquinas; reinar sobre um povo de máquina que converte em servo o mundo inteiro segue sendo reinar, e todo reino supõe a aceitação de esquemas de servidão”. (SIMONDON, op. cit., p.21).

Enquanto para Wiener trata-se de uma organização individual dada, Simondon concebe a informação como uma potência relacional que fornece uma resolução a uma tensão pré-individual e viabiliza uma integração. A informação

É a singularidade real através da qual uma energia potencial se atualiza, através da qual uma incompatibilidade é superada. [...] A informação é a instituição de uma comunicação que contém uma quantidade energética e uma qualidade estrutural (SANTOS, s/d, p. 43).

Para Simondon (2008), faltou à cibernética “a noção de reversibilidade da recepção e da emissão de informação” (p. 158). Ou seja, informação não é apenas o que é transmitido, mas também o que é recebido. O significado não se encontra nem na saída, nem na chegada – mas no meio. Assim ao invés de focar na relação dada e constituída entre informação e indivíduo, Simondon se recusa a pensar o devir da individuação teleologicamente, a partir do ser individuado. Para os objetos técnicos, isso significa pensá-los a partir de sua gênese própria, e não de critérios econômicos ou sociológicos.

Deste modo, diferentemente de Wiener, Simondon não considera as máquinas completamente autônomas como o último resultado de uma longa evolução técnica. Muito pelo contrário, na sua compreensão da natureza sociotécnica dos objetos, um autômata possui funcionalidades reduzidas. Para Simondon, mais do que máquinas que independem do ser humano, interessam os objetos abertos com margens de indeterminação, que não estão submetidos a uma separação entre sua construção e sua utilização, entre produtor e consumidor. “Não é o indivíduo quem inventa, é o sujeito, mais vasto que o indivíduo, mais rico que ele e que leva consigo, além da individualidade do ser individuado, uma certa carga de natureza, do ser não individuado (SIMONDON, 2008, p. 264).

Ainda assim, a máquina é um “gesto humano depositado, fixado, convertido em estereotipia e em poder de recomeçar” (*ibidem*, p. 155). O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002) oferece uma leitura similar dos artefatos: “Os artefatos possuem esta ontologia interessantemente ambígua: são objetos, mas apontam necessariamente para um sujeito, pois são como ações congeladas, encarnações materiais de uma intencionalidade não-material” (p. 361).

Tecnicidade e religiosidade não são formas degradadas da magia, nem sobrevivências da magia; são provenientes do desdobramento do complexo mágico primitivo, reticulação do meio humano original, em figura e fundo. [...] A religião não é mais mágica que a técnica; é a fase subjetiva do resultado do desdobramento, enquanto a técnica é a fase objetiva destes mesmos desdobramentos. Técnica e religião são contemporâneas uma da outra e, tomadas cada uma em separado, são mais pobres que a magia da qual emergem (SIMONDON, 2008, p. 191)

Enquanto a técnica e a ciência pressupõem sempre um objeto, a religião e a ética legislam sobre o sujeito. Anterior a esta distinção, o pensamento mágico seria equivalente à experiência estética, por esta implicar sempre uma dimensão tanto subjetiva, quanto objetiva. Segundo Laymert Garcia, o paradig-

ma tecnológico de Gilbert Simondon e teorias como a de James Lovelock, que formulou a hipótese de Gaia, apagam fronteiras tradicionais e dissolvem polarizações encontradas em binômios como: humano *versus* natural; cultural *versus* técnico; etc. Viveiros de Castro também aponta a insuficiência destas oposições frente ao perspectivismo ameríndio. Segundo ele, ao conceber cultura e natureza como perspectivas de um mesmo campo sociocósmico, o pensamento ameríndio antecipou “lições fundamentais da ecologia”, constituindo-se como uma “sabedoria ecosófica que devemos emular, tanto quanto permitam os limites de nosso objetivismo”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 370) Segundo ele, palavras indígenas usualmente traduzidas por “ser humano” funcionam, “pragmática quando não sintaticamente, menos como substantivos que como pronomes”, ou seja, indicam a posição de um sujeito, “um marcador enunciativo, não um nome” (*ibidem*, p. 371).

Trata-se aqui de um perspectivismo, onde os animais enxergam da mesma forma que nós coisas diversas do que vemos, pois seus corpos são diferentes. E a diferença dos corpos não decorre de suas fisiologias particulares, “mas aos afetos, afecções ou capacidades que singularizam cada espécie de corpo. [...] O que estou chamando de corpo, portanto, não é sinônimo de fisiologia distintiva ou de anatomia característica; é um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *habitus*” (*ibidem*, p. 380). Neste sentido, Viveiros diz: “A *Bildung* [Educação, Formação] ameríndia incide sobre o corpo antes que sobre o espírito: não há mudança espiritual que não passe por uma transformação do corpo, por uma redefinição de suas afecções e capacidades”. (*ibidem*, p. 390). Em rituais indígenas, por exemplo, as máscaras animais operam menos pela ocultação do que pela potência. Seu objetivo é “transformar metafisicamente a identidade de seus portadores”. Segundo ele, o correlato destas máscaras não são os adornos carnavalescos. Elas assemelham-se mais aos trajes espaciais e escafandros, que permitem ao corpo humano funcionar como um peixe, respirando sob a água, ou como um ser extraterrestre, respirando além da Terra.

Ou seja, os animais enxergam, do mesmo modo que nós, coisas diferentes daquilo que vemos, porque sua estrutura, seus acoplamentos e, portanto, seus afetos são diferentes dos nossos. No entanto, possuem em comum uma mesma organização autorreferencial. “O ponto de vista humano é sempre o ponto de vista de referência [...] Todo animal, toda espécie, todo sujeito que estiver ocupando o ponto de vista de referência se verá a si mesmo como humano” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 485). Então, “o que chamamos de ‘sangue’ é a ‘cerveja’ do jaguar”. (*ibidem*, p. 361).

Tal formulação do perspectivismo está associada a duas importantes características das sociedades da Amazônia: “a valorização simbólica da caça, e a importância do xamanismo” (*ibidem*, p. 357). De fato, os dois temas estão intimamente relacionados. A caça envolve sempre uma perspectiva, ou seja, posições relacionais de predador e presa. “O xamanismo é a continuação da guerra por outros meios: mas isso nada tem a ver com a violência em si mesma, e sim com a comunicação” (*ibidem*, p. 469). Já o xamanismo consiste na elaboração de “correlações ou traduções entre os mundos respectivos de cada espécie natural, isto é, na busca de homologias e equivalências entre os diferentes pontos de vista em confronto”.

A ciência moderna opera pela “desanimização” do mundo: para obter um conhecimento objetivo, é preciso remover qualquer vestígio de subjetividade. Pelo contrário, o xamã não só reconhece, como é capaz de dialogar com as subjetividades não-humanas, atribuindo a elas faculdades de intencionalidade e agência. Enquanto certa cosmologia científica moderna supõe a unidade da natureza, objetiva e real, e a pluralidade subjetiva de culturas, o multinaturalismo do perspectivismo ameríndio supõe “uma unidade do espírito e uma diversidade de corpos”. (*ibidem*, p. 349) Na interpretação naturalista da modernidade, o sujeito é um objeto insuficientemente analisado. Para o pensamento ameríndio, ocorre o inverso: “um objeto é um sujeito incompletamente interpretado” (*ibidem*, p. 360).

O xamanismo é uma potência (“capacidade manifestada”) de certos humanos de “cruzar as barreiras corporais e adotar a perspectiva de subjetividades não-humanas” e, principalmente, conseguir voltar à perspectiva humana para estabelecer uma comunicação com seus pares. Cruzar as fronteiras do corpo indica aqui menos uma desencarnação espiritual, uma alma que sai do corpo e entra em outro, mas antes uma encarnaçāo de outras potências de sentir e agir naquele corpo: uma metamorfose. “O xamã utiliza – e literalmente, encarna – as diferenças de potencial inerentes às divergências de perspectivas que constituem o cosmos: seu poder, e os limites de seu poder, derivam dessas diferenças” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 469).

Através de uma série de relatos antropológicos da relação entre tecnologia e xamanismo em diferentes sociedades, como os Barasana, Macus, os xamãs *tamus* (Nepal) e os Araweté, o antropólogo Pedro Peixoto tece considerações úteis sobre a relação xamãs e as máquinas. Sobre aquele último povo, o pesquisador retoma uma descrição de Viveiros de Castro, que relata uma associação direta entre potencialidades xamânicas e tecnológicas: “‘O xamã é um rádio’, dizem. Com isto [os Araweté] querem dizer que ele é um veículo, e que o corpo-sujeito da voz está alhures, que não está dentro do xamã.” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986a, p. 543; sublinhado no original). Em seguida, Pedro Peixoto questiona:

Poderíamos perguntar: qual é o limite entre o xamã enquanto ser humano e o rádio enquanto objeto técnico? Ora, tal não parece ser a questão colocada pelos próprios xamãs. Antes, eles parecem evidenciar a existência de uma realidade pré-individual, anterior à distinção entre sujeito e objeto, entre o homem e a máquina, na qual um devir xamã-rádio (ou outros devires homem-máquina) se forma e passa a funcionar enquanto máquina desejante mítico-ritual. Talvez os Araweté não estejam sendo tão metafóricos afinal, quando dizem que “o xamã é um rádio”, visto que o próprio rádio não parece ser mais do que um aspecto da virtualidade tecnológica do corpo do xamã que foi externalizado e tornado objeto atual (PEIXOTO, 2006)

Nesta perspectiva, em consonância com as observações sobre o pensamento mágico e a tecnologia em Simondon, o xamã pode ser considerado como o primeiro técnico, pois “traz para sua comunidade um elemento novo e insubstituível produzido num diálogo direto com o mundo, um elemento escondido e inacessível para a comunidade até então” (SANTOS, s/d, p. 45). Como a arte, o xamanismo procede segundo o princípio de subjetivação do mundo.

IV

Tendo em vista a crítica à cibernetica em Maturana, Varela e Simondon, bem como a noção de perspectivismo ameríndio elaborada por Viveiros de Castro, é interessante notar o contexto onde se deu a emergência de trabalhos artísticos ou pesquisas sobre as noções de “tecnoxamanismo” ou “tecnomagia” na América Latina. Vejamos o relato do *hacktivista* espanhol Pedro Soler, acerca de dois diferentes encontros sobre tecnologia e magia em que participou:

A linha entre magia e ilusão é muitas vezes confusa. O que entendemos por magia é, geralmente, hoje, prestidigitação ou a capacidade de enganar o público. Em 2007, Medialab Prado trabalhou no tema de magia e tecnologia a partir deste ponto de vista. Não só eles fizeram uma série de obras de arte, em particular usando realidade aumentada, incluindo o trabalho com um mágico profissional, mas também um seminário. Um dos palestrantes do simpósio salientou que, a magia do século 18 e 19 e a ciência não eram separadas, bem como parte de um ramo independente do show business. [...] O encontro Tecnomagias em maio de 2012 em Nuvem, um espaço ecotech de pesquisa nas montanhas a 2 horas do Rio de Janeiro, nasceu com um foco diferente. A reunião foi convocada para explorar as interseções entre tecnologia e magia a partir de uma visão mais ampla, ecológica, mística e política” (SOLER, s/d)

Por sua vez, Soler recorre à descrição de Eah de Apsu: “As questões de embates já não são mais aquelas de expulsão de espíritos malignos, curas milagrosas, transmutações alquímicas e conquistas pessoais ou tribais”, diz. Tampouco são questões relativas a um futuro imaginário. Trata-se antes de um presente urgente e insurgente, frente a desequilíbrios sociais e ecológicos de toda sorte. Segundo Eah, os desafios passariam antes pelo anticapitalismo, a democracia real, a sustentabilidade, a busca da energia limpa e consciência coletiva.

Seria possível remontar a figura do tecnoxamã ou tecnomago à tradição antropofágica, como o “bárbaro tecnizado” de Oswald de Andrade, bem com suas ressonâncias na chamada cultura digital no Brasil, em redes o Submidialogia, Metareciclagem, Movimento dos Sem Satélites, entre outros. Enquanto o digitalismo e a ideologia californiana apoiam-se firmemente na crença do progresso tecnológico (alta tecnologia), tais iniciativas escapam da tecnofilia sem incorrer na tecnofobia, oferecendo uma visão certamente mais crítica, ao enfatizar aspectos ecológicos e sociais da apropriação tecnológica.

Refletindo sobre a noção de tecnomagia como uma guerrilha ontológica entre humanos e máquinas, Thiago Novaes traça um paralelo entre a MetaReciclagem e o movimento de rádios livres, baseando-se na ruptura entre a distinção entre produtor-consumidor e na utilização de equipamentos de baixo custo (*low tech*) para garantia de autonomia comunicacional. Assim, a metareciclagem pertence-ria a um domínio estético e tecnológico com íntima relação com a tecnomagia, por ser “pedagogicamente construído na relação de montagem e desmontagem de elementos e conjuntos técnicos que compõem a reciclagem e o funcionamento de computadores”. Retomando a noção de bricoleur em Lévi-Strauss e tecnoestética em Simondon como conceitos úteis aos pensamentos e práticas tecnomágicas, Novaes o define como um “campo de desvio que se constrói intuitiva e coletivamente, a partir do manuseio cotidiano e refletido de objetos técnicos que passam de um destino pré-definido pela indústria ou cultura hegemônica à efetiva função de ruptura histórico-social”.

*Neste sentido, a tecnomagia se vale de um outro entendimento da técnica, que não o mero uso instrumental com relação a fins, mas gerando um campo problemático objetivo cuja produção de soluções parte do desejo e da sensibilidade compartilhados, construídos, e cuja potência é sua atualização permanente [...] O papel da tecnomagia na comunicação social é, portanto, um ataque à apro-
priação representativa de qualquer espécie e refundadora da ação comunicativa
interpessoal, direta e de interesse coletivo, público” (NOVAES, s/d)*

A alta tecnologia está sempre porvir. Trata-se precisamente da criação de futuros prometidos. Não por acaso é descrita como “tecnologia de ponta”: situa-se como na ponta da flecha imaginária de um desenvolvimento tecnológico tido como linear e progressivo. Lidera-a os investimentos do Exército e as grandes corporações, prontas para cercear seus produtos por meio de patentes ou segredos industriais. Ao contrário, a noção de baixa tecnologia – ou de uma tecnologia menor – aponta para o presente, para a tecnologia das pontas, que está nas bordas do sistema capitalista de produção e consumo de tecnologia. Ao invés de corporações, cooperações. No lugar de patentes, a gambiarra e a produção de recursos comuns.

Além disto, a baixa tecnologia envolve também o reconhecimento de saberes e técnicas há muito tempo menosprezados. Neste contexto, parece-nos importante enfatizar acima a relevância da tradição afro-indígena na América Latina nas abordagens sobre a noção de tecnoxamã e tecnomagia, como apontam Fabiane Borges e Camilo Melo a respeito do tecnoxamanismo como metodologia estética.

[O tecnoxamanismo possui] indícios de uma nova ética, uma ética ecológica, ou ainda uma ética transformadora que conceba a tecnologia não como um projeto evolucionário mas como um organismo vivo, interdependente do seu meio e, assim como o próprio planeta Terra, capaz de auto-regulação. É uma tentativa de juntar duas formas de conhecimentos que são constantemente separadas. A bruxa e o cientista. O curandeiro e o médico. A feiticeira e o robô. A convergência entre técnica e xamanismo é um investimento de reparação de erros antigos de má distribuição de saberes e julgamentos deterministas precipitados a respeito das formas de conhecimento. O tecnoxamanismo apela ao animismo, às religiões da natureza, às visões de mundo mais tradicionais, ou ainda ancestrais, a fim de trazer à tona suas sincronicidades, fazê-las interpenetrarem-se. (BORGES; MELO)

Como discutir biotecnologia sem lembrar os saberes ancestrais das ervéiras, ialarixás e xamãs? Quem delimita as fronteiras da ciência? Como a noção de tecnoxamanismo pode ser útil para práticas de descolonização tecnopolítica no século XXI? Poderia constituir-se como uma cibernetica insurgente de baixa tecnologia? Enquanto a já citada máxima de Arthur Clarke parece resumir o imaginário tecnomágico da alta tecnologia e futuros imaginários, a frase de Viveiros de Castro poderia muito bem sintetizar a inflexão *low tech* do tecnoxamanismo em um presente urgente: “O chocalho do xamã é um acelerador de partículas”.

Referências

- BARBROOK, Richardo. *Futuros imaginários*. Editora Petrópolis, 2009.
- BORGES; Fabiane; MELO, Camila. *Tecnoxamanismo*. Disponível em: <http://catahistorias.files.wordpress.com/2012/07/nanopolitics-texto23.pdf>.
- LATOUR, Bruno. *Perspectivism: 'Type' or 'bomb'?*. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-141-DESCOLA-VIVEIROSpdf.pdf>
- LEARY, Timothy; GULLISCHEN, Eric. *O cyberpunk como alquimista moderno*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/henrique/oficinas/cibercultura/cyberpunk.htm>.
- MASSARO, Leonardo. *Cibernética: ciência e técnica*. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000770484>
- MATTOS, Max Cirino de; DUDLEY, Peter. *Uma introdução à tectologia de Bogdanov: Reflexões para a transdisciplinaridade?* – Revista Prisma.com n 18
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Editora Palas Athena, 2010.
- MEDINA, Eden. *Designing Freedom, Regulating a Nation: Socialist Cybernetics in Allende's Chile*. Cambridge University Press. 2006.
- PEIXOTO, Pedro. *O Xamã e as máquinas: sobre algumas técnicas contemporâneas do êxtase*. Revista Alegrar. Disponível em: <http://www.alegrar.com.br/02/02pedro.pdf>
- NOVAES, Thiago. *Tecnomagia: metareciclagem e rádios livres no front de uma guerra ontológica*. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-2/textos/tecnomagia>
- SANTOS, Laymert Garcia. *Predação high tech, biodiversidade e erosão cultural: O caso do Brasil*. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cteme/txt/predacao.pdf>, s/d.
- SIMONDON, Gilbert. *El modo de existencia de los objetos técnicos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- SOLER, Pedro. *Magia e tecnologia*. Disponível em: http://nuvem.tk/wiki/index.php/Magia_e_Tecnologia.
- VIVEIROS, EDUARDO. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. Editora Cosac Naify, 2002.
- WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade – o uso humano de seres humanos*. Editora Cultrix, 1950.



Resenhas

Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle

Pierre Dardot e Christian Laval
Paris: La Découverte, 2014

Comum, entre Marx e Proudhon

*Toni Negri*¹²⁷

A metafísica do comum¹²⁸

Depois de seu livro juntos, *Marx. Prénom: Karl* (ed. Gallimard, 2012), Pierre Dardot e Christian Laval nos apresentam um *Proudhon. Prénom: Pierre-Joseph*. Na Itália, tal título fictício bastaria para liquidar o livro, lembremos a operação reacionária conduzida, entre outros, por Pellicani e Coen na revista *Mondo Operaio* nos anos 1970, sob inspiração de Bettino Craxi. Mas este livro não está por certo do lado deles. Ele introduz na França e reabre, assim esperamos. na Europa, o debate sobre o “comum”.

127 Resenha originalmente publicada no *Il Manifesto*, em 6/5/2014. Trad. UniNômade

128 Para Negri, o comum além de superar a dialética público x privado, permite situar os problemas práticos da organização, instituição e produção no contexto das lutas hoje, com conceitos fortes para enfrentar as formas de dominação capitalista. No livro dos autores franceses, no entanto, Negri aponta insuficiências devido à tendência prudhoniana do “associacionismo” — que transcende as relações de produção capitalista — e da ideia de propriedade como roubo — e não, como em Marx, como concreção de relações de força decorrentes da relação do capital, que é um processo produtivo de integração do trabalho. (N. T.)

Vamos então ao livro. Enquanto a obra anterior dos autores era caracterizada por uma resoluta “des-teologização” do socialismo (vale dizer, por uma argumentação crítica contra qualquer teoria socialista que tentasse encapsular o projeto final e a força de libertação comunista dentro do desenvolvimento capitalista); a nova obra se caracteriza por uma resoluta “des-materialização” do conceito de socialismo – esta é a operação desenvolvida neste *Ensaio sobre a revolução*: uma verdadeira e própria liquidação do materialismo histórico, da crítica marxista da economia política do capitalismo avançado, tudo em nome de um novo “princípio”. “Comum”: não comuns [*commons*], não “o” comum, mas “comum” – “comum” como princípio que anima tanto a atividade coletiva dos indivíduos na construção de riqueza e vida, quanto o autogoverno interno a esta atividade.

No livro, um quadro ideal preciso é apresentado e discutido, segundo este escopo. Ele parte “da prioridade do comum como princípio de transformação do social, afirmado antes de ser estabelecida a oposição entre um novo direito de uso e o direito à propriedade”. A seguir, se estabelece que “o comum é princípio de libertação do trabalho, além do mero princípio de que a empresa comum e a associação devam prevalecer na esfera da economia”. É afirmada, além disso, “a necessidade de refundar a democracia social, assim como a necessidade de transformar os serviços públicos numa verdadeira instituição do comum. Enfim, é estabelecida a necessidade de for-

mar comuns mundiais e, nesta finalidade, “inventar uma federação global dos comuns”.

Uma visão idealista

A explicitação política do princípio do “comum” é precedida de um longo trabalho de análise crítica e construtiva, desenvolvido em dois tempos. Um primeiro – chamado “a emergência do comum” – consiste em reconstruir o contexto histórico em que se afirmou o novo princípio do comum, bem como em criticar os limites das concepções de comum e comuns, elaboradas nos últimos anos por economistas, filósofos e juristas, bem como por militantes.

Na segunda parte – “Direito e instituições do comum” –, o livro pretende mais diretamente refundar o conceito de comum. Faz isso situando-o sobre o terreno do direito e da instituição. O livro, que nasce da influência do seminário “Do público ao comum” (realizado de maneira ampla e contraditória no *Collège International de Philosophie*, de 2011 a 2013) e aprofunda a ideia de comum ao referi-la, fundamentalmente, àquela corrente do “socialismo associacionista”, que vai de Proudhon à Jean Jaurès e Maxim Leroy e, a seguir, até Mauss e Gurvitch, até chegar ao último Castoriadis (aquele de *Instituição imaginária do social*) – sem nunca subtrair-se à tentativa de absorver qualquer traço do pensamento marxiano, neste desenvolvimento “idealista” da projeção de um socialismo vindouro próximo.

Desenvolvimento idealista: não poderia ser outro o efeito produzido pela

crítica e reconstrução do conceito de comum, neste livro, porque, retomando Proudhon contra Marx, à ruptura correta e sempre mais efetiva contra qualquer *telos* do socialismo, se segue dessa manobra uma não menos obsessiva desmaterialização do conceito de capital e do contexto da luta de classe – por conseguinte, no fim do livro, não se entende mais como o comum é reivindicado, onde estão os sujeitos que o constituem, e quais são as figuras do desenvolvimento do capital que lhe desdobram o pano de fundo.

Num cenário idealista, do livro sopra um vento gélido – um pessimismo forte, quase uma constatação resignada de que a produção de subjetividade, da parte capitalista, seja materialmente implacável e historicamente irresistível. Diante do que estão a submissão dos trabalhadores e a internalização do comando, sempre mais duras na época do capital cognitivo – como gostaria a atual ciência do *management*, e como testemunharia o novo sofrimento sentido pelos próprios trabalhadores (psicologia do trabalho adjuvante).

Então, que mais é o “comum”? Uma comunhão de sofrimento? Algum deus que nos virá salvar? A mim parece, para retomar o conceito de “comum”, que se deva indubitavelmente começar seguindo uma via análoga àquela percorrida por Dardot-Laval. A crítica que eles conduzem à noção de “comum”, seja em sua figura teológica, jurídica, ecológica – em suma, em todas as formas de objetivação/reificação que se repetem incansavelmente nesse fio condutor – seja também naquela filosófica, que tende a banalizar

o “comum” como um novo ou alternativo “universal” – essa crítica é uma via justa.

Um verdadeiro conceito de “comum” pode dar-se somente como produto de uma práxis política consciente e, assim, compor-se num “processo instituinte”, num dispositivo de “instituições do comum”. O “comum” encontra sua origem não em objetos ou condições metafísicas, mas somente na atividade.

Além da tragédia dos comuns

Neste quadro, a crítica que Dardot-Laval conduzem à ecologia dos comuns [*commons*] de Elinor Ostrom é sem dúvida magistral, porque esclarece a natureza liberal e individualista dessa ecologia – em que um sistema de normas é trazido à baila para responder ao problema da “tragédia dos comuns”. Seguindo a via indicada por Dardot-Laval, nós nos encontramos rapidamente diante de uma encruzilhada – que se abre quando é alertado que o comum não é simplesmente produzido por uma atividade genérica (antropológica e sociológica) – mas, sim, produzido pela atividade produtiva. Aqui, o confronto com Marx se torna inevitável e decisivo. Dardot-Laval aparentam, no entanto, estar esmagados pela complexidade da questão.

Por um lado, de fato, os autores estão encorajados pelas próprias hipóteses radicalmente dessubstancializadoras (idealistas?) do comum, subvalorizando a sua dimensão “social” – inclusive daquela proposta de Proudhon; por outro lado, ao acusar os marxistas que enfrentaram o tema do “comum” (tendo bem presente a nova figura “social” da ex-

ploração) de serem “inconscientemente” proudhonianos.

Vejamos como se põe o problema, com quais apontamentos poderemos caminhar para além desta confusão.

É de todo evidente (e sem dúvida também a Dardot-Laval), que o desenvolvimento capitalista atingiu tal nível de “abstração” (no senso marxiano de definição do valor) e, portanto, uma capacidade de exploração que se estende por toda a sociedade. Nesta dimensão da exploração, se constrói uma espécie de “comum perverso”, de uma exploração exercida sobre e contra a sociedade inteira. Sobre a vida inteira. O capital se tornou biopoder capitalista. Em Dardot-Laval, o alerta a respeito desta globalidade e pervasividade do biopoder, – ou melhor, da potência do “comum perverso”, – retoma as razões da crítica à teleologia, tão denunciada no socialismo marxista, quase como se o dado do biopoder por si só já levasse a uma nova deriva teleológica. Porém, assinalar corretamente o limite marxiano da análise dialética do desenvolvimento capitalista pode, talvez, anular ou nos fazer esquecer as *dimensões atuais do biopoder capitalista*?

A crítica que Dardot-Laval fazem à “exploração por desapossamento”, conforme D. Harvey, e de todas as análises neomarxistas que apareceram no modelo marxiano da “acumulação originária”, análogas ao que está havendo agora em nível global – isto é, uma “exploração extrativa” – essa crítica é equívoca, porque termina por negar o problema, ao mesmo tempo em que critica sua solução. E é tanto mais equívoca porque ignora total-

mente a função do capital financeiro (ou, mais diretamente, a função produtiva do dinheiro, juro e renda), ao acusar outros autores marxistas – atentos à recomposição do rentismo como instrumento de exploração e nova figura do lucro – de terem reduzido (proudhonianamente) o lucro a mero “roubo” de um comum substancializado, “coisificado”.

Um roubo de mais-valor

Aqui, a posição de Dardot-Laval parece esquecer, nos fogos da crítica, os lineamentos mais elementares do pensamento marxista – e, em particular, que o capital não é uma essência independente, um Leviatã, mas sempre uma relação produtiva de exploração. E que, na condição atual, o capital financeiro investe o mundo produtivo socialmente organizado, acumulando nos procedimentos de extração de mais-valor: quer a exploração direta do trabalho operário, quer o desapossamento de bens naturais, territórios e estruturas de bem estar social [*welfare*], quer a extração indireta de mais-valor social, por meio do exercício da dominação monetária. Se quiserem chamar tudo isto de “roubo”, não me escandalizarei – não se está sendo prouthonian porque ao usar tal ou tal palavra, desde que se dê a ela o significado que hoje o capital lhe dá: isto é, um modo de acumulação diretamente enervado em novas formas do processo laboral e de sua socialização – tanto na dimensão individual, quanto em sua figura associativa. Quando Marx diz que o capitalista se apropria do excedente de valor que a cooperação entre dois ou mais trabalhadores produz, não nega de-

certo ao mesmo tempo que o capital também seja apropriado pelo mais-valor dos trabalhadores individuais. O “roubo” integra a exploração de mais-trabalho e torna o capital tanto mais indecente quanto mais a produção se desenvolve.

No *Marx* de Dardot-Laval, se sentia pulsar uma veia foucaultiana (penso com isto uma abordagem histórica atravessada pela atenção às subjetividades agentes). Agora, essa veia floresceu – florescendo, ela é conduzida em direção à frutificação, numa consideração vivaz e dinâmica da história do capitalismo. Aqui há – na ausência de uma metodologia historicamente reflexiva – uma abordagem, certamente, *durkheimiana* (talvez diretamente categorial, kantiana) ao desenvolvimento capitalista. O capital fica parecendo uma máquina atemporal e onipotente. A “subsunção real” não é mais vista como conclusão de um processo histórico, mas considerada apenas como figura do processo da “reprodução alargada” do capital.

Sem a classe e o capital

Ao lado disso, todavia, uma certa historicidade é reintroduzida na consideração – de maneira historicamente distendida – da eficácia destrutiva (sempre mais realizada) da produção capitalista das/sobre as subjetividades no trabalho. A luta de classe não existiria mais. Esta parece ser a hipótese conclusiva de uma concepção que começou com a exclusão da luta de classe – entendida marxianamente – pela constituição do conceito de capital. Parece que a desmaterialização do “comum”, assim conduzida tão labo-

riosamente (e a definição exclusiva do “comum” como “ação”, como princípio de atividade), implica de maneira correspondente a desmaterialização da “luta de classe” – como se também a exasperada insistência sobre uma produção capitalista de subjetividade laboral, interiormente assujeitada pelo comando, implicasse a negação da subjetividade produtiva enquanto tal.

Mas sem subjetividade produtiva não há nem sequer conceito de capital. Assim se conclui que, diante da mutação histórica da exploração (no livro, incompreendida), diante da definição do capital sempre mais como “poder social” (no livro, negada), diante da emergência tão intensificada do “comum”, imposta à realização de um novo modo de produção (e se nota que esta emergência já determinou novas formas de processo laboral) – em face de tudo isto, se esquece que só o “trabalho vivo” é produtivo. Que só a subjetividade é resistente. Que somente a cooperação é potente. Que o comum não é, portanto, simplesmente “atividade”, mas atividades produtivas de riqueza e de vida – e transformadoras do trabalho. O “comum” não é um ideal (pode também sê-lo), mas é a forma mesma na qual a luta de classe hoje se define.

Perguntamos a Dardot e Laval: se o comum não é hoje um desejo plantado pela crítica da atividade produtiva, e se somente brilha diante de nossa consciência atordoada ante a violenta penetração do biopoder, se é simplesmente um “princípio” – que coisa então nos leva a lutar? Dardot e Laval parecem responder que o princípio do comum é uma catego-

ria da atividade, da instituição: isto não se funda sobre o real, mas funda o real; não o conquista mas (eles longamente argumentam enquanto o conceito vai pra outro lugar) eventualmente o administra. Por que então lutar?

Além de cada uma das críticas, este livro reabre o debate sobre o comum e ninguém se surpreenderá que, dessa forma, seja reaberto também o debate sobre o comunismo.

Junkspace: per un ripensamento radicale dello spazio urbano

Rem Koolhaas

Macerata: Quodlibet, 2006

Junkspace e a metrópole biopolítica

Toni Negri¹²⁹

Dos textos reunidos no livro *Junkspace*, “Bigness” é para mim o texto chave, formando, junto com “*Delirious New York*” a base para a leitura e crítica da arquitetura de hoje.

“A Bigness é o ponto em que a arquitetura se torna ao mesmo tempo máxima e minimamente arquitetônica: ao máximo por causa da enormidade do objeto; minimamente por sua perda de autonomia – ela se converte em instrumento de outras forças, se torna dependente. A Bigness é impessoal: o arquiteto já não está condenado ao estrelismo. (...) A Bigness já não precisa da cidade, compete com ela, representa-a, apropria-se dela, ou melhor, é a cidade. Se o urbanismo gera potencialidades e a arquitetura as aproveita, a Bigness desdobra a generosidade do urbanismo contra a mesquinhez da arquitetura. Bigness = urbanismo contra arquitetura.”

Com isso, superamos a poesia e a história da cidade. Entre os séculos XIX e XX, entre G. Simmel e M. Weber, entre Burckhardt e Braudel, a cidade tinha se convertido de novo em polis, no centro

imperial. Hoje, o espaço e o tempo desistem a centralidade utópica. A complexidade do mercado mundial reconfigura a forma da cidade: “mais da metade” da população mundial que vive nas cidades afirma uma centralidade real. A Bigness está presente, a desmedida da metrópole. O que é então o corpo metropolitano?

O texto *A cidade genérica* complementa *Bigness*, ilustra e aprofunda suas reflexões. Estou parcialmente de acordo com o texto. Dos dezessete parágrafos que o integram, estou de acordo com mais da metade da primeira seção. Nela, se desestruturam os conceitos de identidade metropolitana, da história da cidade, do espaço público. Os conceitos são desconstruídos mostrando de que maneira a metrópole se fez fractal, anômica, enorme, multinacional etc. Mas eu concordo menos com a metade restante do texto, especialmente os últimos pontos, em que a metrópole aparece como uma máquina que esvazia a cidade de realidade, como um campo sociológico em que a horizontalidade se apresenta em via de desaparição, em que qualquer estabilização é hipócrita e fugaz – uma cidade de espaços vazios, pânico e insegurança contínua, gritos e alaridos, parasitismo infraestrutural etc.

Aqui, o pós-moderno – categoria fundamental do pensamento de Koolhaas, já inaugurada plenamente no manifesto retroativo para Manhattan, que foi *Delirious New York* – se estabelece como uma categoria irreversível, como um modo de ver o presente, mas ao mesmo tempo este presente se mostra a nós perverso, corrupto, e se converte no ele-

129 Publicado originalmente em *Radical philosophy*, n.º 154 (2009). Trad. UniNômade BR.

mento fundamental para a descrição do espaço metropolitano.

Não estou de acordo, e mais à frente explicarei e discutirei melhor o desacordo. Mas antes vejamos Junkspace. Aqui, a modernização alcança o cume, é a apoteose da modernidade, sem rota de fuga, um fascismo sem ditadura:

“É o fascismo isento de ditador. Desde o repentina beco sem saída em que você é deixado por uma gigantesca escada de granito, escadas rolantes levam você a um destino desconhecido num trajeto com uma vista provisória de vidro (...) vivemos sempre num sanduíche (...) entre o supérfluo e o inevitável (...) sem caráter, anônimo, repetitivo, vazio, disperso, vazio, risível, pós-existencial (...) etc.”

Estamos ante uma situação rabelaisiana, plena de sarcasmo e intensa ironia, em que falta completamente o sorriso. A metrópole em que habitamos é um enorme e grotesco teatro, sem escapatória, efetivamente sem esperança. O arquiteto está cansado. Esse mesmo urbanismo que deveria vencer a arquitetura e desmistificar o arquiteto só existe como não-planificação de uma paisagem metropolitana indefinida e perversa. O arquiteto desmistificado segue existindo como acusador laico, amargo, testemunhal e desencantado.

Apesar disso tudo, alguma coisa ainda acontece por aqui, um estalo, uma fagulha, um evento. Será literatura? Aqui o texto desloca a argumentação de Koolhaas... De fato, aqui está o ponto chave, em Junkspace, quando aparece um paradoxo

manifesto. Quanto mais se aprofunda a crítica da cidade e, portanto, desaparece o seu horizonte como cidade; quanto mais se transforma a metrópole num horizonte infinito, tanto mais esse Junkspace perde a aparência matemática e plástica da arquitetura tradicional e assume, ao contrário, uma fisicalidade corpórea e extraordinária, transpondo o nível da análise do surrealismo de um De Chirico à sonhada hipercorporalidade de Bacon. O Junkspace é biopolítico.

Como o científico do Renascimento, crescido entre linhas e compassos, que vaga pela cidade para encontrar os açougueiros que esquartejam bezerros para vender a carne e oferece a possibilidade de anatomizar seus corpos, da mesma forma Koolhaas atravessa a metrópole para encontrar o corpo dela, para anatominhá-lo. Os primeiros teatros anatômicos tinham sempre rotas de fuga clandestinas – normalmente um poço ou passadiço, levando até a o rio – através do que se faziam passar os restos pestilentes do trabalho anatômico. No Junkspace se desenvolve a análise de Koolhaas. Mas é aí também onde começa o descobrimento do corpo metropolitano.

Junkspace, lixo: mas é aí dentro que habitamos. Recentemente, Agamben falou da metrópole referindo-se a Foucault, para notar como, ao marcar a passagem do poder territorial do Antigo Regime ao biopoder moderno, Foucault apresentava dois modelos disciplinares distintos: o do tratamento da lepra e do controle da peste. O paradigma da lepra era o da exclusão: tratava-se de tirar os leprosos da cidade, estabelecendo uma divisão clara

entre fora e dentro. No caso da peste, diferentemente, se trata de dividir, vigiar e controlar cada um dos bairros, cada rua, cada casa, examinar e registrar tudo. Segundo Foucault – prossegue Agamben – o poder político da modernidade resulta da convergência e superposição dos dois paradigmas. Os leprosos se tratam como empesteados e os empesteados como leprosos. O resultado é a superposição de estratégias e dispositivos baseados em oposições binárias do tipo: inclusão/exclusão, são/doente, normal/anormal, dirigidos a subjetivar disciplinarmente e/ou controlar os sujeitos.

“Se aplicarmos este duplo paradigma ao espaço urbano, teremos um primeiro esquema para a compreensão do novo espaço metropolitano ocidental. Trata-se de um esquema complexo dentro do que os dispositivos simples de inclusão e visão (do tipo “lepra”) convivem com uma articulação complexa dos espaços e seus habitantes (do tipo “peste”), como fim de produzir um governo global dos homens e das coisas.

Agamben junta a essa consideração a referência ao controle do espaço urbano em Gênova, em julho de 2001, por ocasião da cúpula do G-8. Poderíamos acrescentar também o governo do espaço público ao redor de Rostock, em 2007.”

O que significa tudo isso? Que o *Junkspace* é um lugar de inclusão disjuntiva, do mesmo modo que, em geral, também é o processo capitalista de produção. O capital não existiria se não existisse a

força-trabalho e não seria produtivo se não lhe extraísse o valor. Mas ao mesmo tempo, o valor deve ser separado da força-trabalho, para dominá-la. Na metrópole produtiva, a inclusão disjuntiva investe a população inteira da metrópole como espaço produtivo e, a seguir, a distribui por funções, móveis e flexíveis, substancialmente precárias, visando à produção do valor, isto é, a produção de riqueza e a extração de lucro.

Subjetivemos a realidade pós-moderna da metrópole. Quando se passa de uma condição analítica pura, de uma reflexão fenomenológica objetiva e desencantada, para levar em conta também a dimensão biopolítica da metrópole, aí o quadro que se oferece, além de ser extraordinariamente complexo, mostrará a coextensividade das produções de subjetividade com a metrópole: na circulação de mercadorias, nas redes de informação, nos movimentos contínuos e no nomadismo radical da força de trabalho, a exploração feroz dessas dinâmicas... Ao mesmo tempo excesso contínuo e inacabável de poder biopolítico da multidão e excesso em relação à capacidade de controle das instituições dominantes. Todas as energias disponíveis foram postas a trabalhar, a sociedade foi posta a trabalhar: *Junkspace* é igual à sociedade do trabalho. Dentro desta totalidade explorada, dentro deste mandato laboral, vive, portanto, uma liberdade intransitiva, irredutível ao que tenta subjugará-la. E sim é certo que a liberdade, quando o domínio exerce sua função para voltá-la contra si própria, está aqui de certa maneira absorvida pelas consciências (e isto se chama

fascismo), e sem embargo dentro desta ambivalência se abrem linhas de fuga: o sofrimento é por vezes produtivo, mas nunca revolucionário – o revolucionário é o excesso, a abundância, a potência.

Eis novamente – visto de fora – o *Junkspace*: desequilíbrio e ruptura que se multiplicam sobre o indefinido espaço metropolitano... Mas este também é um momento em que se multiplicam as fronteiras e os obstáculos, as linhas de fratura e os muros, que não podem já ser considerados simplesmente como bloqueios colocados pelo poder, ou como pântanos em que nos atolamos, mas sim interfaces que polarizam as relações. Uma interface é uma membrana que vibra revezadamente com os golpes de dois mundos diferentes, de duas pulsões de vida diferentes. A interface é um lugar de entrada e saída, de conversão e tradução de linguagens, de transformação daquilo que chega e daquilo que se vai. Na metrópole pós-moderna, existe sempre uma fratura entre pulsões e direitos, um décalage que constitui ao mesmo tempo bloqueio e potência das forças produtivas. Talvez, de novo, aqui se deva considerar como tema central, para compreender precisamente o *Junkspace* que habita a *Bigness*, um vínculo entre forças produtivas e relações de produção dissolvidas na forma biopolítica. Poderão ser reconstruídas de forma revolucionária?

Duas notas breves destinadas aos urbanistas contemporâneos. Ao lado do pós-modernismo de Rem Koolhaas está sempre o reformismo urbanístico. Este sempre seguiu as transformações da metrópole reconhecendo a transformação,

certamente, mas amiúde mistificando-a e tornando-a utópica. Este é seu máximo esforço: o reformismo hipermoderno se empenha no intento de corrigir a metrópole desde dentro, regulado pela ideologia da transparência (materiais ligeiros, figuras lineares, predomínio do vidro etc). Trata-se então de dobrar a consistência complexa da metrópole num só eixo de leitura, ao mesmo tempo plástico e formalista. Aqui a indústria arquitetônica revela seu parentesco com a da moda e do cinema. Este projeto se estende a todos os setores da produção arquitetônica, os decompõe e recompõe segundo lógicas que, na realidade, escondem a vontade de desarticular qualquer possível antagonismo dos sujeitos e das consciências. E assim inundam de luz artificial todos os espaços em que a exploração e a dor não podem ser mostradas. O racionalismo e o funcionalismo se tornaram brandos, mas ainda são eficazes na obra de mistificação.

Assim o cinismo pós-moderno se opõe justamente ao reformismo hipermoderno: este tem um olho atento à *Bigness* e sempre um olhar perverso sobre o *Junkspace*. O pós-modernismo ataca a história, mas é historicizante, ataca a Santíssima Trindade “renda, lucro, salário” como uma estratificação arqueológica, mas sabe que não vai destruí-la, além disso, sabe que ao herdá-la acabará reproduzindo-a. Existe uma crueldade que o pós-modernismo consegue fazer ver de maneira exemplar: é o reconhecimento de que o homem qualquer – o cidadão, o trabalhador, o nômade – em definitivo está imerso no mundo da mer-

cadoria, numa metrópole que o explora. É também o pós-modernismo uma declaração da incapacidade de subtrair-se a essa realidade? Estaria a Bigness dominada por um sentimento de impotência? Conduz ao reconhecimento do Junkspace a conclusão asmática de que é impossível atuar?

Tudo isto está aí, diante de nós, as ciências da cidade foram submetidas ao biopoder. Basta. Esta situação não pode durar mais, é necessário invertê-la. Estou convencido de que as forças da vida não se submeteram jamais ao controle e que, somente se as considerarmos superficialmente, se possa dizer que estão cada vez mais submetidas ao mandato capitalista. Desde este ponto de vista do capital, a metrópole é horrível. E também estou convencido de que não há mais esperança de encontrar outro valor de uso que não seja o da circulação do valor de troca, e de que também não haja nenhuma possibilidade de escavar uma natureza, uma Zoé, mais além da consistência pesada do poder sobre o bios.

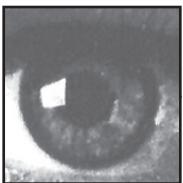
E, apesar disso, quanto mais as cidades e metrópoles se convertem em lugares de produção, mais elas são lugares de resistência. Hoje atravessar uma metrópole é atravessar uma fábrica imaterial. E da mesma maneira que, nas fábricas fordistas, coabitavam a dureza da produção e a alegria do encontro, de estar juntos, de constituir a classe, na metrópole coabitam agora a solidão e a multidão. A metrópole é capital constante em ação, é uma expropriação louca da força de trabalho. Mas é também o lugar em que a multidão se reapropria do capital

e do comum produto do trabalho. Em consequência, a metrópole é ao mesmo tempo lugar de exploração e terreno do êxodo. Da mesma maneira que se havia construído a hegemonia do operário sobre a fábrica no projeto comunista, assim é na hegemonia do trabalho imaterial e da multidão cognitiva da metrópole, que pode ser construída, dentro e contra o projeto de produção, no comum. A partir dessa consciência, tudo pode recomeçar, tudo deve voltar a começar.

Eu realmente não sei o que podem fazer os arquitetos presos na crise da modernidade. Mas me parece que eles devem decidir bem como interpretar a relação de inclusão/disjunção, quer dizer, a relação produtiva que se estende entre metrópole e multidão. Será possível abrir a metrópole à possibilidade de encontro e construção de lutas? Certo que já não é mais o momento de confinamentos resistentes nem tampouco haja espaço para utopias. Mais além da transparência hipócrita do hipermoderno, mais além da ilusão de que os espaços urbanos possam ser gentrificados por classes criativas ao gosto de Tony Blair (na verdade, aqui o Junkspace se converte numa arma de desmistificação e luta), se trata de liberar novas formas de vida e investigar novas formas de comunidade que tendam em direção do êxodo.

Eu quase rio quando meus companheiros mais próximos me falam, tomando-as como indicações de alternativas, de comunas habitacionais, de jardins e hortos autogeridos, de casas ocupadas multifuncionais, de ateliês culturais e políticos, de empresas de uma Bildung [NT.

cultura formativa] comum... O realismo cínico pós-moderno mereceu a minha crítica, mas é justo partir de seu realismo e não se alimentarem mais ilusões sobre o fato que a cidade e a metrópole estejam consignadas ao exercício do biopoder; é justamente a partir desse reconhecimento consciente que sou levado a me perguntar: o que quer dizer restituir a metrópole à produção biopolítica? Na dimensão da Bigness, não do artesanato, mas do General Intellect, talvez nós precisemos voltar a falar em democracia e comunismo.



Resumos

UMA REFLEXÃO SOBRE O ATUAL CICLO DE LUTAS DO COMUM NO BRASIL

Alexandre do Nascimento

RESUMO: No Brasil, as manifestações por transporte público de maio de 2013 e seus desdobramentos, ainda inconclusos no momento em que este texto foi escrito, e de como reagiu o Estado e setores conservadores da sociedade, revelam que a constituição material da democracia é, ainda, um longo caminho. Neste contexto, do nosso ponto de vista, o desafio das lutas por dignidade é muito grande, vai além das manifestações e demanda intervenções em todos os espaços de sociabilidades. Este texto tem como propósito apresentar uma análise do atual ciclo de lutas a partir do levante da multidão de maio/junho de 2013, de como o poder no Brasil se organiza e reage frente às lutas, bem como uma reflexão teórica e política sobre alguns dos desafios que estão postos para o movimento democrático no Brasil.

Palavras Chave: Manifestações; Levante da Multidão; Movimentos Sociais; Democracia; Lutas por Dignidade; Comum, Ubuntu

ABSTRACT: In Brazil, the manifestations by public transport, 2013 and its aftermath, still unfinished at the time of this writing, and how the state reacted and conservative sectors of society, from our point of view show that the material constitution of democracy also goes a long way. In this context, in our view, the challenge of struggles for dignity is very large, goes beyond demonstrations and demand interventions in all spaces of sociability. This text aims to present an analysis of the current cycle of struggles from the crowd up the May / June 2013, as the power in Brazil is organized and responds to the struggles ahead, as well as a theoretical and political reflection on some of the challenges that are put to the democracy movement in Brazil.

Keywords: Manifestations; Rise of the Crowd; Social Movements; Democracy; Struggles for Dignity; Common; Ubuntu.

O PODER DO PODEMOS

Raul Sanchez

RESUMO: O artigo se apoia em conceitos filosóficos de Giambattista Vico para elaborar a inovação que o Podemos traz ao cenário representativo espanhol. O Podemos se constituiu como partido de novo tipo ou partido-movimento, graças à capacidade de exprimir as singularidades atuantes nos processos de luta ao redor do Movimento do 15 de Maio (15-M). O poder do Podemos reside na capacidade de manter o tumulto constituinte em aberto, buscando a porosidade institucional.

Palavras Chave: Podemos; Crise da representação; Giambattista Vico

ABSTRACT: This article builds on philosophical concepts of Giambattista Vico in order to entangle innovations brought by Podemos party in Spanish representative scenario. Podemos was established as a new type party or movement-party, thanks to its proficience in expressing acting singularities and processes of struggle within 15-M (Movement of May 15). Podemos's power exists together with its capacity of keeping constituent turmoil as an open field, striving for institutional porosity.

Keywords: Podemos; Crisis of representation; Giambattista Vico

MÁQUINAS DE CRIATIVIDADE: VALOR E CONFLITO NA PRODUÇÃO DO COMUM NA CIBERCULTURA

Bruno Tarin

RESUMO: O artigo investiga a cultura livre como um campo de disputa sobre a produção do comum, que no contexto da produção biopolítica tem no exercício da liberdade conjuntamente com a criatividade, a comunicação e a cooperação seus elementos centrais. Para isso, em primeiro lugar, o artigo se concentra no tema das relações de exploração, investigando as experimentações de novas formas de acumulação e extração de mais-valia, assim como de controle e captura do comum por meio do relaxamento das formas de propriedade – principalmente no meio digital. Depois dessa etapa o artigo está dedicado a uma análise da produção do comum por meio da autonomia com base, principalmente, nos trabalhos ligados a escola teórica pós-autonomista ou pós-operaísta. Esta escola, cuja principal referência é o filósofo e cientista social Antonio Negri, leva a cabo uma importante distinção entre biopoder e biopolítica. Sobre esta distinção que o artigo investiga os elementos que articulam a liberdade e a criatividade no campo da arte e da cultura na internet. Através de uma cartografia dos discursos da cultura livre, tratamos de demonstrar que a cultura livre como parte da cibercultura e do ciberativismo não é uma unidade, como muitas vezes é apresentada, sendo sim um espaço complexo, indeterminado e em disputa. Para realizar a cartografia foram trabalhadas três perspectivas distintas: *Creative Commons*; arte livre; e *copyfarleft*. A última parte do artigo é centrada na articulação da cartografia com análises sobre os elementos tanto de produção como de captura do comum no contexto de um comunismo do capital e da produção biopolítica.

Palavras Chave: Cultura livre; Comunismo do capital; Produção do comum.

ABSTRACT: This work investigates the free culture as a field of dispute of the production of the common that in the context of biopolitical production contains as your central elements the exercise of creativity together with freedom, communication and cooperation. Through a cartography of free culture, this work on one hand focuses on the question of exploitation relations, understanding that there are currently experimentations of new forms of accumulation and extraction of

profit, as well as capture of the common that eases the property issue. On the other hand this work focuses on the producing of the common as autonomy. To carry out the cartography were analyzed three different perspectives: *Creative Commons*, free art, and *copyfarleft*.

Keywords: Free Culture; Communism of Capital; Production of common

GESTOS, FABRICAÇÕES E CARTOGRAFIAS POLÍTICAS DA CIDADE: SOBRE OS PROJETOS SOLOS CULTURAIS E GUIA CULTURAL DE FAVELAS

Carolina Ferreira da Fonseca

RESUMO: O artigo discute das credibilidades políticas engendradas pelas múltiplas formas de articulação entre a dimensão midiática das cartografias contemporâneas e os processos de produção das cidades, de constituição dos sujeitos e de instauração das políticas de subjetivação urbanas. Uma trama composta por dois projetos interrelacionados, Solos Culturais e Guia Cultural de Favelas, deflagram inflexões políticas relevantes na compreensão do jogo de representações travado pelas implicações entre Rio de Janeiro, cidade-olímpica, UPPs, favelas e cartografia. Um intrincado jogo em plena composição, tensionamento, sobreposição e imbricamento, confrontado pela perspectiva das cartografias políticas da cidade, tal como propõe Vera Telles.

Palavras Chave: política; cartografia; subjetivação; representação

ABSTRACT: The article discusses the political credibility engendered by multiple forms of articulation between the media dimension of contemporary cartography and the production processes of cities, the constitution of the subject and the establishment of policies for urban subjectivity. A plot consists of two interrelated projects, Soils Cultural and Cultural Guide Slums, trigger relevant policies inflections in understanding the representations game caught by the implications between Rio de Janeiro, city-Olympic, UPP's slums and mapping. An intricate game in full composition, tension, overlapping and interweaving, confronted by the prospect of political cartography of the city, as proposed by Vera Telles.

Keywords: politics; cartography; subjectivity; representation

A CRIATIVIDADE DA MULTIDÃO: REDES, REVOLTAS E AFETOS

Giuliano Djahjah Bonorandi

RESUMO: Este artigo busca relacionar os recentes fenômenos de mobilização que aconteceram em diversas metrópoles do mundo com os conceitos de organização em rede que desafiam as velhas formas de organização política e social manifestadas nos métodos de representação. Ao analisar os conceitos que emergem para identificar

padrões e modos de ações dos atores envolvidos, também identifica o afeto e subjetivação como motores de criação de novos métodos de participação política e invenção de novas institucionalidades.

Palavras Chave: Redes; Revoltas; Afetos; Internet; Multidão

ABSTRACT: This article seeks to relate the recent phenomena of mobilization that took place in several cities in the world with the concepts of network organization that challenge the old ways of political and social organization manifested in the methods of representation. By analyzing the concepts that emerge to identify patterns and modes of actions of the actors involved, also identifies the affection and subjectivity as motors of the creation of new methods of political participation and invention of new institutionalities.

Keywords: Networks; Riots; Affects; Internet; Multitude

PRÁTICAS COLABORATIVAS EM TORNO DO COMUM: ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO CONCHA ATIVA

Carlos Eduardo Falcão Luna

Isaac Fernando Ferreira Filho

RESUMO: Estabelecer um comum é condição primordial para articular pessoas em torno de uma realização ou da mudança de uma estrutura local ou mesmo global. Para que se atinja estas metas é preciso ter em mente quais tecnologias disponíveis podem ser aplicadas, quais recursos podem ser mobilizados e que ações podem frutificar destes processos. Para exemplificar estes esforços, analisamos o movimento Concha Ativa, movimento de ocupação criativa da Concha Acústica localizada no Universidade Federal de Pernambuco, que reúne diversos coletivos e pontos de cultura, em torno da ressignificação do espaço.

Palavras Chave: Tecnologias Livres; Movimento Concha Ativa; Economía Solidaria; Ocupación Criativa

RESUMEN: Establecer un común es fundamental para articular en torno a una realización o el cambio de una condición de estructura local o incluso mundial. Para el logro de estos objetivos hay que tener en cuenta que se pueden aplicar las tecnologías disponibles, que se pueden movilizar los recursos y qué acciones pueden fructificar de estos procesos. Para ejemplificar estos esfuerzos, hemos analizado el movimiento “Concha Activa”, creativo movimiento de ocupación de la Concha Acústica ubicada en la Universidad Federal de Pernambuco, que reúne a diversos colectivos y puntos de interés cultural alrededor de todo el replanteamiento del espacio.

Palabras clave: Tecnología Libre; Movimiento Concha Activa; Economía Solidaria; Ocupación Creativa

CRIATIVIDADE E RESISTÊNCIA EM LUTHER BLISSETT: O NOME MÚLTIPLO COMO TÁTICA ANTIMIDIÁTICA

Dairan Mathias Paul

RESUMO: O objetivo deste artigo é contextualizar o nome múltiplo Luther Blissett a partir de algumas perspectivas. Para tanto, discorremos sobre o seu nascimento nos Centros Sociais, bem como a influência do Neoísmo e da mail art na organização do nome múltiplo em forma de network. Por fim, caracterizamos Blissett como uma mídia tática, em oposição à mídia alternativa, a partir de duas peças feitas por ele contra a mídia Italiana. A análise trabalha com quatro dimensões: política, discursiva, midiática e espaço-temporal.

Palavras Chave: luther blissett; mídia tática; nome múltiplo

ABSTRACT: The purpose of this article is to contextualize the multiple name Luther Blissett from some perspectives. For that, we discourse about its birth in the Social Centers, as well as the influences from Neoism and mail art in the multiple name organization in form of network. By the end, we characterized Blissett as a tactical media in opposition to alternative media, from two pranks made by it against the Italian media. The analysis works with four dimensions: politic, discursive, mediatic and space-temporary.

Keywords: luther blissett; tactical media; multiple name

A ECONOMIA CRIATIVA E O URBANISMO CULTURALIZADO: AS POLÍTICAS CULTURAIS COMO RECURSO

Amanda Wanis

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar e relacionar os conceitos de economia criativa, urbanismo culturalizado e políticas culturais no contexto em que a cultura ganha centralidade nos processos sociais contemporâneos. A partir destas relações, tomamos os conceitos para uma análise da realidade brasileira no momento em que o país, e em especial a cidade do Rio de Janeiro, é sede de megaeventos esportivos e busca se inserir no mercado internacional de cidade. Esses momentos, em que a própria gestão pública entende como uma ‘janela de oportunidades’, percebemos o aceleramento dos processos de criação da chamada cidade-empresa-cultural.

Palavras Chave: Economia Criativa; Urbanismo Culturalizado; Políticas Culturas; Megaeventos e Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article aims to analyze and relate the concepts of creative economy, culturalized urbanism and cultural policies in the context in which culture wins centrality in contemporary social processes. From these relationships, we take the concepts to an analysis of the Brazilian reality at the moment the country, and

especially the city of Rio de Janeiro, is host mega sporting events and seeks to enter the international market of city. These moments, in which public management itself understands as a ‘window of opportunity’, we see the acceleration of the process of creating the so-called city-company-cultural.

Keywords: Creative Economy; culturalized urbanism; Cultural Policies; Mega events; Rio de Janeiro

A CULTURA E A CIDADE COMO BEM COMUM: OS CASOS ITÁLIANOS DO TEATRO VALLE OCCUPATO EM ROMA E DE M^C^O EM MILÃO

Laura Burocco

RESUMO: O artigo, inspirado em uma palestra com Antonio Negri com titulo “A Cidade e o Levante da Multidão” realizada no Rio de Janeiro em Maio de 2014, quer traçar uma trajetória entre as mudança das condições trabalhistas na Itália dos primeiros anos de 2000 (a introdução da Legge Biagi) e as experiências do Teatro Valle em Roma e do M^C^O em Milão vistas como o resultado (não a conclusão) de um devir de “novos movimentos” que levantam novas questões como aquelas do entendimento da cultura como um bem comum; o valor do trabalho coletivo entendido como um trabalho vivo capaz de produzir um surplus; e a relação entre cultura e direito à cidade. Temáticas que podem ser relacionadas à pergunta de uma ativista carioca referindo-se as Jornadas de Junho de 2013 no Rio. “O que a gente que esta na rua quer? Quer ter respeitado o próprio direito à vida! Queremos viver de forma tranquila, andar seguro nas ruas, não ter que trabalhar loucamente por não ter tempo por nada.”

Palavras Chave: Bem comum; Biopoder; Trabalho Coletivo; Cultura; Direito à cidade

ABSTRACT: This article was inspired by a talk by Antonio Negri titled “The City and the raise of the multitude” held in Rio de Janeiro in May 2014. The aim of the article is to draw a line between the changing of labor conditions in Italy in the early 2000s (the introduction of Legge Biagi) and the experiences of Teatro Valle in Rome and M ^ c ^ o Milão, seen as the result of, and not the end of, the formation of “new movements”. These new movements raise new questions around: the understanding of culture as a common good; the value of collective work understood as a means of earning a living able to produce a surplus; and the relationship between culture and access to the city. These are issues that can be easily related to the question of a carioca activist referring to the June Days in 2013 in Rio. “What do the people in the street want? They want to have their life respected! We want to live in peace, we want to walk the streets safely, we do not want to have to work like crazy and not have time for anything.”

Key Words: Commons; Biopower; Collective Work; Culture; Right to the city

A POPULARIZAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA MÚSICA, E CRISE NA INDÚSTRIA FONOGRÁFICA. REVOLUÇÃO DO PRECARIADO MUSICAL E CONTRARREVOLUÇÃO

Manoel de Souza Netto

RESUMO: No começo do século XXI ocorreram mudanças globais nas relações de produção e consumo da música devido a micronização tecnológica, popularização dos meios de produção, difusão de obras através da internet e redes de telefonia móvel. Cenas independentes e regionais tiveram novas chances de vida entrando em renegociação com os mídias que por décadas foram hegemônicos nos meios de emissão e circulação de trocas simbólicas, enquanto majors entraram em crise, devido a quebra de direitos autorais, pirataria de CDs e *downloads* ilegais que, segundo eles, estariam “matando a música”. Com a reorganização dos processos de trabalho, surgem novas categorias de artistas/produtores (mestres artesões) com autonomia relativa que detém os meios tecnológicos e cognitivos para a realização de seus ofícios, resultando no florescimento de novas economias criativas baseada em espetáculos, monetização de conteúdo on-line e crowdfunding, apropriados por coletivos, cooperativas, festivais e gravadoras indies. Pretende-se com este artigo o entendimento dos significados da disputa entre o precariado em oposição aos modelos oferecidos pelos médias tradicionais e pela antiga industria fonográfica através da análise das origens do conflito, bem como da leitura do que os autores escreveram sobre o tema até a atualidade.

Palavras Chave: Música; Tecnologia; Revolução.

ABSTRACT: In the early twenty-first century some global changes in the relations of production and consumption of music were caused by the technological “micronization”, the popularization of the means of production, the dissemination of works across the internet and the mobile phone networks. Independent and regional scenes have obtained new chances of living and entering into renegotiation with the media that for decades have been hegemonic in the means of broadcasting and circulation of the symbolic exchanges. Meanwhile, the Majors have gone through a crisis caused by *copyright* infringement, piracy and illegal *downloads* of CDs, which (as they said) would have been “killing music”. By reorganizing the working processes, new categories of artists/producers (master craftsmen) have emerged, with relative autonomy and the technological and cognitive means to carry out their trades, resulting in blossoming new creative economies based on shows, monetization of on-line content and on crowdfunding, appropriated by collectives, cooperatives, festivals and indie labels. Based on the analysis of the origins of this conflict, as well as on what authors have written about this subject until today, this paper intends to understand the meanings arisen from the dispute between the “precariat” as opposed to the models offered by traditional media and by the former phonographic industry.

Keywords: Music; Technology; Revolution.

PROCESSOS CRIATIVOS BIOPOTENTES CONSTITUINDO NOVAS POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO DO COMUM NO TERRITÓRIO URBANO

Natacha Rena

Paula Bruzzi

RESUMO: Acredita-se que eventos culturais e artísticos que envolvam uma ocupação multitudinária do espaço, podem configurar novos territórios biopotentes nas metrópoles contemporâneas. Alguns processos criativos apresentam uma evidente capacidade resistência à lógica da cidade-empresa, própria do urbanismo neoliberal, que adota o conceito de indústrias criativas para pensar a criatividade urbana. O presente artigo tem como objetivo a análise de algumas práticas que incluem experiências artísticas e arquitetônicas que podem suscitar contribuições para a constituição do comum no espaço contemporâneo.

Palavras Chave: Arte Contemporânea; Cultura; Território; Biopotência; Multidão

RESUMEN: Se cree que los eventos culturales y artísticos que involucran la participación multitudinaria del espacio, pueden establecer nuevos territorios biopotentes en la metrópolis contemporánea. Algunos procesos creativos tienen una evidente capacidad de resistencia a la lógica de la ciudad-empresa propia del urbanismo neoliberal, que involucran el concepto de industrias creativas para pensar acerca de la creatividad urbana. Este artículo tiene como objetivo analizar algunas prácticas que incluyen experiencias artísticas y arquitectónicas que pueden generar aportes a la creación del común en el espacio contemporáneo.

Palabras Clave: Arte Contemporáneo; La Cultura; Territorio; Biopotencia; Multitud

O FIM DE UM CONSENSO: SUBLEVAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA CONTROLADA NO BRASIL DOS MEGAEVENTOS

Alex Martins Moraes

RESUMO: As práticas sublevatórias que marcaram o ano de 2013 terminaram por redefinir os marcos de expressão da atual conflitividade política brasileira. Se por um lado abriram-se linhas de fuga com enorme potencial transformador, por outro lado velhos dispositivos de controle institucional foram sofisticados e novos elementos jurídicos – como a lei antiterror – aguardam ansiosos para ingressar nas dinâmicas da vida coletiva. No presente artigo me interessa, fundamentalmente, visibilizar as contrapartidas estatais e midiáticas que procuraram neutralizar a experimentação política e normalizar as atuais expressões do protesto social. A análise que proponho está dividida em três partes. Na primeira delas, retomo episódios de confrontação política vivenciados entre 2012 e 2013 na cidade de Porto Alegre, procurando sublinhar seu efeito disruptivo no que tange à tentativa de produção de um consenso

social em torno da realização da Copa do Mundo. No segundo tópico, avanço a hipótese de que uma articulação entre perseguição policial, apologia midiática da repressão e recomposição das tecnologias de segurança está redefinindo as possibilidades atuais de manifestação e canalização do dissenso social. Finalmente, reflito sobre como a emergência de novos sujeitos políticos e a proliferação de discursos autoritários configuram um cenário de impasse no qual o que está em jogo é próprio sentido da democracia.

Palavras Chave: Sublevação; Controle; Agenciamentos Coletivos; Brasil; Megaeventos

RESUMEN: Las prácticas sublevatorias que marcaron el año de 2013 han redefinido los marcos de expresión de la actual conflictividad política en Brasil. Si bien puede decirse que las manifestaciones callejeras introdujeron líneas de fuga con enorme potencial transformador, también es verdad que se han sofisticado viejos dispositivos de control social y hay nuevos elementos jurídicos – como la ley antiterror – que aguardan expectantes por su inclusión en las dinámicas de la vida colectiva. En este artículo me interesa visibilizar las contrapartidas estatales y mediáticas orientadas a neutralizar la experimentación política y normalizar las actuales expresiones de la protesta social. Mi análisis está dividido en tres etapas. Primero retomo algunos episodios de confrontación política vivenciados entre 2012 y 2013 en la ciudad de Porto Alegre, procurando evidenciar su efecto disruptivo en lo que se refiere al intento de estabilizar cierto programa de consenso en torno a la realización de la Copa del Mundo. En la segunda etapa planteo la hipótesis de que la articulación entre persecución policial, apología mediática de la represión y recomposición de las tecnologías de seguridad está redefiniendo el modo como actualmente se expresa y canaliza el disenso social. Finalmente, reflexiono sobre cómo la emergencia de nuevos sujetos políticos y la proliferación de discursos autoritarios configuran un escenario de impasse en donde está en juego el sentido mismo de la democracia.

Palabras Clave: Sublevación; Control; Agenciamientos Colectivos; Brasil; Megaeventos

WHAT CAN A FACE DO? WHAT CAN A ARM DO? THE BRAZILIAN UPRISENG AND A NEW AESTHETIC OF PROTEST

Raluca Soreanu

RESUMO: O artigo discute a estética sócio-política das manifestações que ocorreram no Brasil em 2013, a partir do entendimento guattariano da estética como estudo das formas de contato entre os corpos. Primeiramente, apresenta os pontos cegos e excessos das análises que focam os aspectos violentos dos protestos. Especifica esses pontos cegos em termos da onipresença do significante “fascismo” no imaginário político brasileiro; e em termos dos impasses em torno do significante “revolução”. As análises que exacerbam a dimensão violenta dos protestos falham em ver alguns modos de subjetivação emergentes, que são centrados no cuidado e na contenção mútua. Para dar conta desses modos de subjetivação, a ideia da rostidade capitalista de Guattari (a “máquina com quatro olhos”) é comparada com a ideia de Freud do jogo do “Fort-Da”. Um novo olhar para a proposição de Freud pode levar a um novo paradigma da política e a uma nova semântica da proximidade social. A radicalidade na proposta de Freud consiste em falar de uma subjetividade não-rostificada e corporificada. Retomando episódios do levante brasileiro, duas questões mutuamente elucidativas sobre a nova estética do protesto são propostas: “O que pode um rosto?” e “O que pode um braço?”. São então apontadas formas de re-corporificação e re-democratização do rosto e da des-rostificação dos corpos.

Palavras chave: Félix Guattari; Sigmund Freud; Rostidade; Corporalidade; Jogo do “Fort/Da”

ABSTRACT: The paper discusses the socio-political aesthetic of the Brazilian uprising in 2013, relying on a Guattarian understanding of aesthetics as a study of the ways that bodies come in contact with one another. I first show the blind spots and excesses of the analyses of the protests that focus on their violent aspects. I particularise these blind spots in terms of the pervasiveness of the signifier “fascism” in the Brazilian political imaginary; and in terms of the deadlocks around the signifier “revolution”. I argue that analyses conflating the violent dimension of the protests fail to see some emergent modes of subjectivation, which are centred on care and mutual containment. To account for these modes of subjectivation, I compare Guattari’s image of capitalistic faciality as a “four-eye machine”, with Freud’s image of the “Fort/Da” game. While I acknowledge Guattari’s critiques to the Freudian account of the “Fort/Da” game, I argue that a fresh look at Freud’s proposition can lead us toward a new paradigm of politics and toward a new semantics of social proximity. The radicality in Freud’s proposal is that it relies on a non-facialised and a corporeified subjectivity. Turning to actual contents and episodes of the Brazilian uprising, I ask two mutually elucidating questions about the new aesthetics of protest: “What can a face do?” and “What can an arm do?”. I

thus point to forms of re-incorporation and re-democratisation of the face; and to the de-facialisation of bodies.

Keywords: Félix Guattari; Sigmund Freud; Facialization; Corporality; “Fort/Da” game

AGENCIAMENTOS ANTROPODIGITAIS, SUBJETIVIDADES E CRIATIVIDADE CONSTITUINTE

Antonio Condorelli

RESUMO: Os protestos populares de junho de 2013, em cuja configuração as redes sociais da internet desempenharam um papel determinante, sinalizam simultaneamente a emergência nas jovens gerações brasileiras de subjetividades fortemente enraizadas nos agenciamentos antropodigitais contemporâneos e de uma centelha de multidão constituinte criativa. Como pensar as subjetividades que participam das ecologias sociotécnicas brasileiras atuais? Elas são tendencialmente reprodutoras ou criadoras? Para contribuir com essa reflexão, na primeira parte deste artigo analiso as percepções do sujeito que emergem de concepções clássicas do digital e como estas pensam a relação entre redes digitais e cultura enquanto modos de subjetivação. Em seguida, teço um diálogo entre essas concepções e traços perceptivo-cognitivo-comportamentais que – segundo apontam pesquisas com base empírica – emergiram nos protestos de 2013, mostrando que as subjetividades produzidas no Brasil pelos agenciamentos antropodigitais estão se configurando essencialmente como reorganizações de tendências pré-existentes, embora encerrem de forma embrionária um efetivo potencial constituinte. Por último, me interrogo sobre a possibilidade teórica de uma biopolítica digital alternativa aos mecanismos de subjetivação predominantes nas ecologias sociotécnicas contemporâneas.

Palavras Chave: Multidão; Redes Sociais; Subjetividades

RESUMEN: Las protestas populares de junio de 2013, en cuya configuración las redes sociales digitales desempeñaron un papel determinante, señalan simultáneamente la emergencia en las nuevas generaciones brasileñas de subjetividades fuertemente arraigadas en los agenciamientos antropodigitales contemporáneos y de una chispa de multitud constituyente creativa. ¿Cómo pensar las subjetividades que participan en las ecologías sociotécnicas brasileñas actuales? ¿Ellas son tendencialmente reproductoras o creadoras? Para contribuir con esa reflexión, en la primera parte de este artículo analizo las percepciones del sujeto que emergen de concepciones clásicas de lo digital y cómo estas piensan la relación entre redes digitales y cultura como modos de subjetivación. A continuación, entrelazo un diálogo entre esas concepciones y trazos perceptivo-cognitivo-comportamentales que – según sugieren investigaciones con base empírica – emergieron en las protestas de 2013, mostrando que las subjetividades producidas en

Brasil por los agenciamientos antropodigitales se están configurando esencialmente como reorganizaciones de tendencias preexistentes, aunque encierren de forma embrionaria un efectivo potencial constituyente. Por último, me interrogo sobre la posibilidad teórica de una biopolítica digital alternativa a los mecanismos de subjetivación predominantes en las ecologías sociotécnicas contemporáneas.

Palabras Clave: Multitud; Redes Sociales; Subjetividades

A MERCANTILIZAÇÃO EDUCACIONAL E A IDEOLOGIA DO ENSINO ESPETACULAR

Renato Nunes Bittencourt

RESUMO: O artigo aborda a degradação cultural promovida pela inserção de parâmetros econômicos alheios ao autêntico projeto de promoção da educação em nossa estrutura social, e de que maneira vivemos uma crise da atividade profissional do professor a partir da ofensiva neoliberal.

Palavras Chave: Mercantilismo; Tecnocracia; Emancipação; Menoridade; Espetáculo

ABSTRACT: The article discusses the cultural degradation promoted by inserting economical parameters unrelated to the authentic education promotion project in our social structure, and that way we have a crisis of professional activity of professor from the neoliberal offensive.

Keywords: Mercantilism; Technocracy; Emancipation; Minority; Spectacle

TECNOXAMANISMO: POR UMA CIBERNÉTICA INSURGENTE

Adriano Belisário

RESUMO: A partir de uma reflexão sobre a noção de humanidade e máquina após a chamada “virada cibernetica” nas ciências, será esboçada uma abordagem possível ao tecnoxamanismo. Buscaremos situar tal conceito como parte de uma emergência de múltiplas expressões tecnológicas não-científicas, delineando aí duas inflexões neste campo simbólico: uma marcada pelo imaginário da ‘baixa tecnologia’, outra pela ‘alta tecnologia’. Para abordar a cibernetica, atravessaremos o trabalho de Norbert Wiener, Maturana, Varela e Gilbert Simondon, aproximando tais ideias com a formulação do xamanismo no perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro.

Palavras Chave: Tecnologia; Cibernetica; Estética; Mídias Digitais; Tecnomagia; Tecnoxamanismo; Alta Tecnologia; Baixa Tecnologia

ABSTRACT: Beginning with a reflection on the notion of humanity after the so called ‘cybernetic turn’ on sciences, it will be drafted a possible approach to technoshamanism. We seek to place this concept as part of an emergence of multiple

non-scientific technological expressions, outlining two inflections on this symbolic field: one marked by a ‘low-tech’ imaginary, another by a ‘high-tech’. To approach cybernetics, we will cross works of Norbert Wiener, Maturana, Varela and Gilbert Simondon, approximating those ideas with the conceptualization of shamanism in the Amerindian perspectivism of Eduardo Viveiros de Castro.

Keywords: Technology; Cybernetics; Aesthetics; Digital Media; Technomagic; Technoshamanism; High Technology; Low Technology



1



2 / 3

NOTAS DE CONJUNTURA

- As cidades visíveis do Rio
Karl Erik Schöllhammer e Micael Herschmann
Evita (nos) Madonna
uma história do terceiro mundo
Sofia Tiscornia e Maria Victoria Pita
A co-produção da greve:
as greves de dezembro de 1995 na França
Giuseppe Cocco

A CULTURA DA PRODUÇÃO X A PRODUÇÃO DA CULTURA

- Linguagem e pós-fordismo
Christian Marazzi
O hibridismo do império
Michael Hardt
Espaços, corpos e cotidiano: uma exploração teórica
Byrt Wammack
Ruínas modernistas
Beatriz Jaguaribe

CIBERESPAÇO

- Notas sobre o conceito de cibernáutica
Franco Berardi (Bifo)

CORPO E SEXUALIDADE

- Procura-se um corpo desesperadamente
Nizia Villaça
Travesti: Eva num corpo de Adão... e eu fui expulso do paraíso
Hugo Denizart
aids e comunicação: repensando campanhas e estratégias
Antonio Fausto Neto

NAVEGAÇÕES

- Nação em fluxo: Brasil e África do Sul
fernando Rosa Ribeiro
Comunidade, etnicismo e externalidades urbanas, handicap ou vantagem para o Brasil: da "longa duração" aos problemas contemporâneos
Yann Moulier Boutang.

NOTAS DE CONJUNTURA

- As escatologias do segundo milênio
Javier Lifschitz
As novas lutas sociais e a constituição do político
Giuseppe Cocco
Fala um policial
Carlos Alberto Messeder Pereira

CORRUPÇÃO

- A máfia e a dinâmica do capitalismo
Carlo Vercellone
Das propriedades ainda desconhecidas da corrupção universal
René Scherer
Da corrupção, do despotismo e de algumas incertezas: uma perspectiva cética
Renato Lessa

CIBERESPAÇO

- O manifesto do cyber
Coletivo Cyber
Um pesadelo do qual nada poderá nos despertar/
Anders Michelsen
Cibercidades
André Parente

CORPO E SEXUALIDADE

- Rituais de troca e práticas sexuais masculinas.
Sexo impersonal
P. de Busscher, R. Mendès-Leite e B. Proth
Discursos sobre o masculino: um panorama da masculinidade nos comerciais de TV
Benedito Medrado

NAVEGAÇÕES

- Escravagismo pós-moderno
Yann Moulier Boutang
Os territórios da mundialização
Thierry Baudouin

MEDIAÇÕES

- Equilíbrio distante: fascínio pelo biográfico, descuido da crítica
Anamaria Filizola e Elizabeth Rondelli.



4



5 / 6

NOTAS DE CONJUNTURA

As lutas dos desempregados na França
Entrevista com Laurent Guilloteau
Pós-fordismo verde e rosa
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha
Drogas e cidadania
Gilberta Acselrad

NOVOS REGIONALISMOS

Populações de Estado:
Nação e regionalização da economia
Mirtha Lischetti
Nações, racismo e nova universalidade
Toni Negri
Entre cooperação e hierarquia: sujeitos sociais e conflitos no Nordeste italiano
Giuseppe Caccia
Carta aos federalistas do Nordeste italiano
Toni Negri
Velhos e novos regionalismos: o RS e o Brasil
Ruben George Oliven
O espaço e o tempo no discurso zapatista
Manuela Feito
Novas paisagens urbanas e identidades sócio-culturais
Edson Farias

CIBERESPAÇO

Zapistas e a teia eletrônica da luta
Harry Cleaver

CORPO E SEXUALIDADE

A Aids na pornografia: entre ficção e realidade
Alain Giami

NAVEGAÇÕES

A quem interessa o fim do trabalho
Gláucia Angélica Campregher

MEDIAÇÕES

Espetáculo e imagem na tautologia do capital
Giuseppe Cocco

NOTAS DE CONJUNTURA

1998 - A eleição que não houve
Luis Felipe Miguel
O significado político das eleições
Yves Lesbaupin
Entre um pacote e outro: entre a constituição formal e a constituição material
Giuseppe Cocco

NOVOS ESPAÇOS DE MASSIFICAÇÃO DO CONSUMO E DE PRODUÇÃO CULTURAL

Televisão aberta e por assinatura
Elizabeth Rondelli
Funk: um circuito "marginal/alternativo" de produção e consumo cultural
Micael Herschmann
Para uma definição do conceito de bio-política
Maurizio Lazzarato
Invasão de privacidade?
Maria Celeste Mira
Viver na cidade da Bahia
Antonio Albino Canelas Rubin

CORPO E SEXUALIDADE

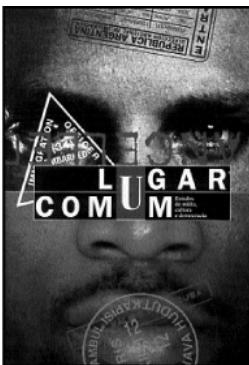
Escrito sobre um corpo: linguagem e violência na cultura argentina
Juan Manuel Obarrio
Cultura, Gênero e Conjugalidade: as "transformações da intimidade" como desafio
Marlise Míriam de Matos Almeida

NAVEGAÇÕES

Entrevista com André Gorz: o fim do trabalho assalariado
Thomas Schaffroth e Charling Tao

MEDIAÇÕES

O evento modernista
Hayden White
Os grafites de Brassaï
Suzana M. Dobal
Motoboy: o carniceiro da fama
Henrique Antoun



7

NOTAS DE CONJUNTURA

O novo Finanzkapital

Christian Marazzi

O cinema como folclore-mundo

Ivana Bentes

VIAGENS, DESLOCAMENTOS E FRONTEIRAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Dos pântanos ao paraíso: Hugh Gibson e a (re)descoberta do Rio de Janeiro

Bianca Freire-Medeiros

Fronteira, jornalismo e nação, ou de como uma ponte separou duas margens

Alejandro Grimson

"Campo"

Antonio Negri e Michael Hardt

Onde começa o novo êxodo

Giorgio Agamben

Melancolias, viagens e aprendizados

Denilson Lopes

Notícias sobre a história trágico-marítima

Maria Angélica Madeira

O lugar habitável no mundo global

José Luiz Aidar Prado

CIBERESPAÇO

Agentes na rede

Paulo Vaz

CORPO E SEXUALIDADE

Deleuze e a questão homossexual:

Uma via não platônica da verdade

René Schérer

NAVEGAÇÕESA nação entre o esquecimento e a memória:
uma narrativa democrática da nação

Hugo Achugar

MEDIÇÕESSobre ratos e homens: a tentativa de
reconstrução da História em Maus

André Cardoso



8

NOTAS DE CONJUNTURA

Universidade: crise também de crescimento

Ivo Barbieri

a vida sob o império

Michael Hardt

ACELAÇÃO E NOVAS INTENSIDADESCrash: uma antropologia da velocidade ou
por que ocorrem acidentes ao longo
da estrada de Damasco

Jeffrey T. Schnapp

Máquinas e estética

Guillermo Giucci

Do refúgio do tempo no tempo do instantâneo
Mauricio Lissovsky**CIBERESPAÇO**Hipertexto, fechamento e o uso do conceito
de não-linearidade discursiva

Marcos Palácios

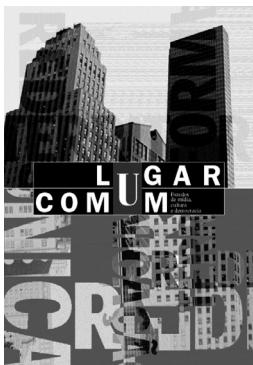
CORPO E SEXUALIDADE

Do tabu ao totem: Bundas

Nízia Villaça

NAVEGAÇÕESImaginários globais, medos locais:
a construção social do medo na cidade
Rossana Reguillo**MEDIÇÕES**Adeus, AM/FM. o rádio nunca será o mesmo
Marcelo KischinhevskyA respeito da questão do espaço em the
emperor of the north pole

Jorge Luiz Mattar Villela



9 / 10

NOTAS DE CONJUNTURA

Política de segurança e cidadania
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
MST: o julgamento das vítimas
Ignez Paulilo
Biopirataria ou bioprivatização?
Richard Stallman

TRABALHO E TERRITÓRIO

Globalização das economias, externalidades, mobilidade, transformação da economia e da intervenção pública
Yann Moulier Boutang
A cidade policêntrica e o trabalho da multidão
Giuseppe Cocco
O valor da informação: trabalho e apropriação no capitalismo contemporâneo
Marcos Dantas

CIBERESPAÇO

Matrix, o fim do panóptico
Katia Maciel
As novas tecnologias e a democratização da informação
Luis Felipe Miguel

CORPO E SEXUALIDADE

Somos todos travestis: o imaginário Camp e a crise do individualismo
Denilson Lopes

NEVEGAÇÕES

Rio de Janeiro, cidade cinematográfica.
A cidade como produção de sentido
Karl Erik Schöllhammer

MEDIAÇÕES

Gattaca: sobre o governo totalitário das identidades
Sérgio Oliveira
A viável democratização do acesso ao conhecimento
Waldimir Pirrò e Longo

memoria 11

**NOTAS DE CONJUNTURA**

Como bloqueamos a OMC
Starhawk
O paradigma das duas fronteiras do Brasil
Abdul-Karim Mustapha

ESTRATÉGIAS DA MEMÓRIA

A mídia e o lugar da história
Ana Paula Goulart Ribeiro
Isso não é um filme? Ídolos do Brasil contemporâneo
Micael Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira
Museu da Tecnologia jurássica
Erick Felinto
Cidade de Deus: Memória e etnografia em Paulo Lins
Paulo Jorge Ribeiro

CIBERESPAÇO

Cooperação e produção imaterial em softwares livres. Elementos para uma leitura política do fenômeno GNU/Linux
Laurent Moineau e Aris Papathéodorou

CORPO E SEXUALIDADE

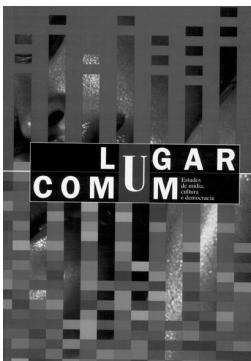
Navegar é preciso, viver é impreciso
Ieda Tucherman

NAVEGAÇÕES

Caminhando para uma renovação da economia política. Conceitos antigos e inovação teórica
Antonella Corsani

MEDIAÇÕES

José Oiticica filho e o avatar da fotografia brasileira
Antônio Fatorelli
O Joelho aprisionado: o “caso Ronaldo” como construção das estratégias discursivas da mídia
Antônio Fausto Neto



12

NOTAS DE CONJUNTURA

Notas e impressões sobre as eleições norte-americanas
Américo Freire
Pós-modernismo.com e a geração 'Y'
Felipe Ehrenberg

INTENSIDADES ERÓTICAS

O homossexual no texto
Christopher Lane
O sadomasoquismo em dois tempos
Nízia Villaça
Prazeres desprezados: a pornografia, seus consumidores e seus detratores
João Freire
Revistas masculinas e pluralização da masculinidade entre os anos 1960 e 1990
Marko Monteiro

CIBERESPAÇO

O samba em rede:
comunidades virtuais e carnaval carioca
Simone Pereira de Sá

CORPO E SEXUALIDADE

'A Berlim imoral' dos anos 30:
cinema homossexual pré-Hitler
Adriana Schryver Kurtz

NAVEGAÇÕES

Itinerários recifenses
Angela Prython
Tráfico: paisagens sexuais - Alguns comentários
Anders Michelsen

MEDIAÇÕES

Imaginário tecnológico em David Cronenberg
Ivana Bentes
Tropicália, pop canônica
Liv Sovik
Lars von Trier - Escapando do estético
Bodil Marie Thomsen



13 / 14

NOTAS DE CONJUNTURA

Totalidades
Michael Hardt e Toni Negri
Minha luta no Império
Luca Casarini (entrevista)
Diário de viagem da caravana pela dignidade indígena
Marco Rigamo

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

E CAPITALISMO COGNITIVO
Riqueza, propriedade, liberdade e renda no capitalismo cognitivo
Yann Moulier Boutang
A música em rede: um magma contraditório
Alessandro Ludovico
As Patentes e a saúde pública brasileira: o caso da AIDS
Carlos André Passarelli e Veriano Terto Jr.
O Brasil e a quebra de patentes de medicamentos anti-AIDS
Eloan dos Santos Pinheiro (entrevista)

CIBERESPAÇO

Cronologia da internet
Paulo Vaz

CORPO E SEXUALIDADE

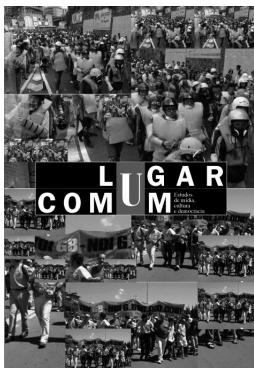
A preferência é mais para a mulata
Natasha Pravaz
Estudos gays: panorâmica e proposta
Denilson Lopes
Cagar é uma licença poética
Steven Butterman

NAVEGAÇÕES

Que "negro" é esse na cultura popular negra?
Stuart Hall

MEDIAÇÕES

Etienne-Jules Marey
Suzana M. Dabal
Prozac, meios e máfia
Fernando Andacht



15 /16

NOTAS DE CONJUNTURA

Bem-vindo ao deserto do Real!

Slavoj Zizek

A Argentina na indiferença

Reinaldo Laddaga

A POLÍTICA DA MULTIDÃO

Comunidades virtuais, ativismo e o combate pela informação

Henrique Antoun

Sem o macacão branco

Luca Casarini (por Benedetto Vecchi)

O contra-império ataca

Antonio Negri (por Marcelo Matellanes)

De Porto Alegre a Gênova, a cidade na globalização

Giuseppe Cocco

Transformar a guerra globalista em seção ativa da inteligência

Franco Berardi (Bifo)

CIBERESPAÇO

Capitalismo flexível e educação em rede

Alberto Rodrigues

História, comunicação e sociedade na era da informação

Gustavo Said

CORPO E SEXUALIDADE

O policial, o massagista e o garoto de programa: figuras emblemáticas de uma erótica gay?

Carlos Alberto Messeder Pereira

NAVEGAÇÕES

Geopolítica do conhecimento e diferença colonial

Walter Mignolo

MEDIAÇÕES

Música da deriva, a MTV-Brasil

Luis Carlos Fridman

Afeto, autenticidade e socialidade:

uma abordagem do rock como fenômeno cultural

Jeder Janotti Junior



17

NOTAS DE CONJUNTURA

Porto Alegre 2002:

o trabalho das multidões

Coletivo

Ação contra a guerra global:

a caravana internacional na Palestina

Luca Casarini

RESISTÊNCIAS

Resistir a quê?

Ou melhor, resistir o quê?

Tatiana Roque

Poder sobre a vida, potência da vida

Peter Pál Pelbart

Universidade e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares

Alexandre do Nascimento

Panelações e ruídos:

a multidão em ação

Graciela Hopstein

O "quilombo" argentino

Gerardo Silva

Emprego, crescimento e renda: história de conteúdo

e forma de movimento

Antonella Corsani e Maurizio Lazzarato

UNIVERSIDADE NÔMADAO *copyright* da miséria e os discursos da exclusão

Ivana Bentes

Rádios livres, rádios comunitárias,

outras formas de fazer rádio e política

Mauro Sá Rego Costa e Wallace Hermann Jr

12 proposições:

resistência, corpo, ação- estratégias e forças na produção plástica atual

Ericson Pires



18

PARA UMA UNIVERSIDADE NÔMADA**NAVEGAÇÕES**

Sobre a política cultural dos Cacá Diegues
Tatiana Roque

TRANSIÇÃO E GUERRA

Sobre o 'medo' e a 'esperança'
em Baruch de Espinosa
Gerardo Silva
Quem disse que o medo venceu a esperança?
Márcio Tavares d'Amaral
O ocaso da vítima. Para além da separação
entre criação e resistência
Suely Rolnik
Do silêncio zapatista à euforia petista:
fica algum lugar para nós?
Walter Omar Kohan
As políticas de ação afirmativa como
instrumento de universalização dos direitos
Alexandre do Nascimento
Por que este novo regime de guerra?
Philippe Zarifian
Guerra, informação e resistência
Ricardo Sapia

UNIVERSIDADE NÔMADA

O Direito como potência constituinte: uma crítica
à teoria do Direito
Thamy Pogrebinschi
Comunicação e diferença nas cidades
Janice Caiafa
As ilusões etno-genealógicas da nação
Lorenzo Macagno



19 / 20

INTRODUÇÃO

Modulações da resistência

A POTÊNCIA DA MULTIDÃO

Para uma definição ontológica da Multidão
Antônio Negri
Multidão e princípio de individuação
Paolo Virno
Poder constituinte em Maquiavel e Espinosa:
a perspectiva da imanência
Francisco Guimaraens
O direito de resistência na teoria política
contemporânea
Thamy Pogrebinschi
Representações do poder,
expressões de potência
Barbara Szaniecki

**O CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DE
SUBJETIVIDADE**

Trabalho e produção de subjetividade
Thiago Drummond
A clínica como prática política
Jô Gondar
Pensando o contemporâneo no fio da navalha:
entrelaces entre capital e desejo
Claudia E. Abbès Baeta Neves
Clínica, política e as modulações do capitalismo
Eduardo Passos e Regina Benevides

REDES E MOVIMENTOS

Movimentos sociais, ações afirmativas e
universalização dos direitos
Alexandre do Nascimento
As migrações e o trabalho da resistência
Leonora Corsini
Piqueteros: dilemas e potencialidades
de um movimento que emergiu apesar do Estado
e à margem do mercado
Graciela Hopstein



21/22

23/24



UNIVERSIDADE NÔMADE

Manifesto pela radicalização democrática e contra a desestabilização do governo Lula
Rede Universidade Nômade
Manifesto para Piero Mancini
Antonio Negri

POLÍTICAS DO DESEJO DESFIGURAÇÕES DO CORPO

Apresentação
Carlos Augusto Peixoto Junior e Ana Kiffer
A desidentidade
Evelyne Grossmann
O corpo político em Marguerite Duras
Evelyne Grossmann
Expressão ou pressão? Desfigurações poético-plásticas em Antonin Artaud
Ana Kiffer
Sobre o corpo social como espaço de resistência e de reinvenção subjetiva
Carlos Augusto Peixoto Junior
Políticas do desejo na atualidade: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual
Márcia Arán
A clínica como política de resistência da vida
Regina Néri
Trabalho imaterial: sobre a subjetividade para uma leitura do trabalho no século XXI
Eduardo Rozenthal

NAVEGAÇÕES

Liberdade: da alegoria transcendente à forma resistente
Barbara Szaniecki
A impotência do pensamento: a condenação moral do corpo, do falso e da imagem
Rodrigo Guérion
Solidariedade subjetividade coletiva e filosofia do desejo
Telma Mariasch
Confinados!
Eduardo Losicer

UNIVERSIDADE NÔMADE

Os manifestos, o debate público e a proposta de cotas
Alexandre do Nascimento
Mensagem aos parlamentares
Alexandre do Nascimento
Políticas da restauração. Novas direitas e velhas esquerdas, ou como reciclar o fundo raspado do tacho
Judith Revel
Classe e Multidão
Sandro Mezzadra

MÍDIA E CULTURA
Uma genealogia da Blogosfera
Fabio Malini
Uma fala inconclusa
Alexandre Curtis
Democracia e políticas de governo eletrônico
José Antônio Martinuzzo

DELEUZE-GUATTARI:

AGENCIAMENTOS, REDES, NOMADOLOGIA
Sobre Mille Plateaux
Antonio Negri
Entre o migrante e o nômade, Intermezzo
Leonora Corsini
V de Viagem (do Abecedário Deleuze)
Gerardo Silva
Sobre a noção de problema
Tatiana Roque
A nomadologia de Deleuze-Guattari
Paulo Domenech Oneto

DELEUZE E A CULTURA CONTEMPORÂNEA

Apresentação / Antonio Cavalcanti Maia
O agenciamento Foucault/Deleuze
Antonio Cavalcanti Maia
Gilles Deleuze em combate contra a impostura
Guilherme Castelo Branco
Beckett-Berkeley: percepção e cinema segundo Deleuze
Jorge Vasconcelos
Deleuze e a arte
Ovídio Abreu Filho
O tempo que já não rima: Deleuze e Hölderlin
Cláudia Castro

ECONOMIA POLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO

Economia política das multidões
Yann Moulier Boutang
Trabalho e Serviço Social na era pós-fordista
Marina Bueno e Thais Mazzeo
A feminilização do trabalho no capitalismo cognitivo
Cristina Morini
A transformação do sistema capitalístico e as novas contradições sociais
Andrea Fumagalli
Do controle da endemias à luta contra a miséria
Francis Sodré

NAVEGAÇÕES

Antropofagias / Giuseppe Cocco
Crítica do humanismo penal moderno
no pensamento de Michel Foucault
Alexandre Mendes

RESENHAS

Virtuosismo e revolução [Por Gilvan Vilarim]
Jô, a força do escravo [Por Wanessa Canellas]

25 / 26

**UNIVERSIDADE NÔMADE**

Os novos manifestos sobre as cotas

Alexandre do Nascimento

Vida no e contra o trabalho: afetos, crítica feminista

e política pós-fordista

Kathi Weeks

Os direitos humanos no contexto da globalização: três précisões conceituais

Joaquín Herrera Flores

Análise da Nova Constituição Política do Estado

Raúl Prada Alcoreza

MÍDIA E CULTURA

Mídia, Subjetividade e Poder: Construindo os Cidadãos-Consumidores do Novo Milênio

João Freire Filho

Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil

Henrique Mazetti

Guerra Civil Imaterial: Protótipos de Conflito dentro do Capitalismo Cognitivo

Matteo Pasquinelli

Midialivristas, uni-vos!

Adriano Belísario, Gustavo Barreto, Leandro Uchoas, Oona Castro e Ivana Bentes

CIDADE E METRÓPOLE

Cidade e Metrópole: a lição da barragem

Gerardo Silva

Potências do samba, clichês do samba – linhas de fuga e capturas na cidade do Rio de Janeiro

Rodrigo Guérion

Trabalho – operação artística: expulsões

Cristina Ribas

Cidades, cegueira e hospitalidade

Márcia de N.S. Ferran

Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole

Antonio Negri

A CULTURA MONSTRUOSA

A potência da hibridação – Édouard Glissant e a creolização

Leonora Corsini

Expressões do monstruoso precariado urbano: forma M, multiformances, informe

Barbara Szaniecki

Artaud, momo ou monstro?

Ana Kiffer

O corpo e o devir-monstro

Carlos Augusto Peixoto Junior

Do experimental informe ao Quasi-cinema, observações sobre "COSMOCOCA - programa in progress", de Hélio Oiticica

Inês de Araujo

Culturas múltiplas versus monocultura

Pedro de Niemeyer Cesarino

NAVEGAÇÕES

"Faxina" e "pilotagem": dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional

Adalton José Marques

Lutas operárias em São Paulo e no ABC nos anos 70

Jean Tible

Nas peles da cebola ou da "segunda natureza" em excesso. A delicada luta pelo estado de exceção benjaminiano

João C. Galvão Jr.

RESENHAS

Consumismo e Globalização – faces e fases de uma mesma moeda? [Por João Batista de Almeida Sobrinho]

Um novo Imperialismo? [Por Marina Bueno]

27

**UNIVERSIDADE NÔMADE**

Thomas Jefferson ou a transição da democracia Michael Hardt

Para meu Parceiro Vanderlei

Marta Peres

LUTAS, GOVERNOS E A CRISE GLOBAL

As categorias abertas da nova Constituição boliviana. Formação do Estado Plurinacional: alguns percursos intelectuais

Salvador Schavelzon

Governo islâmico e governamentalidade
Leon Farhi Neto

Sobre a crise: finanças
e direitos sociais (ou de propriedade!)
Maurizio Lazzarato

GOVERNO LULA: DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA DO COMUM

Pontos de MídiaBarbara Szaniecki
Gerardo Silva

Por um mundo democrático produzido
democraticamente (ou: o desafio da produção do
comum): contribuições a partir da experiência do
Sistema de Saúde Brasileiro

Francini Guizardi e Felipe Cavalcanti

Direito à Cidade no Horizonte Pós-Fordista
Alexandre Fabiano Mendes

Estabilidade de contratos na indústria de energia:

Uma visão sul-americana
André Garcez Ghirardi

Refugiado, Cidadão Universal: uma análise
do direito à identidade pessoal
Patricia Magno

O Programa Bolsa Família entre a assistência
condicionada e o direito universal
Pedro Barbosa Mendes

MÍDIA E CULTURA

Web 2.0 e o Futuro da Sociedade Cibercultural

Henrique Antoun

Uma armadilha de Vertov

Discussão coletiva proposta por Inês Araújo

NAVEGAÇÕES

A clínica do corpo sem órgãos, entre laços
e perspicácia. Em foco a disciplinarização
e a sociedade de controle

Emerson Elias Merhy

Tráfico de Drogas: Biopoder e
Biopolítica na Guerra do Império

Maria Elisa da Silva Pimentel

Bula

Cão Mulato/Canis mutatis

Viralata In Progress

Edson Barrus

RESENHAS

BACHELARD, Gaston. A intuição do instante
Por Wanessa Canellas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção
Por Antonio Negri



28

UNIVERSIDADE NÔMADE

Manifesto da Rede Universidade Nômade em apoio
à luta dos trabalhadores pobres sem-teto da cidade
do Rio de Janeiro

Antonio Negri no Fórum Livre do Direito Autoral
Conferência de Abertura

Nada será como antes: dez teses sobre a crise
financeira Para uma reflexão sobre a situação socio-
econômica contemporânea

Andrea Fumagalli

A revolução inconclusa dos direitos humanos: pres-
supostos para uma nova concepção de cidadania
Alexandre Mendes

As novas formas de lutas pós-mídias digitais
Ivana Bentes

A crise da política é a crise da representação e da
grande mídia
Giuseppe Cocco

O kirchnerismo e as últimas eleições: uma leitura
crítica
Cesar Altamira

UNIVERSIDADE

Tecendo a democracia – Reforma universitária,
governo e movimentos sociais

Pedro Barbosa Mendes

Todo o poder à autoformação!
Coletivo edu-factory

Universidade Aberta
Paolo Do

Movimento Estudantil e Universidade: apontamentos
a partir da experiência da UFPB
Felipe de Oliveira Lopes Cavalcanti e Paulo Navarro de
Moraes

NAVEGAÇÕES

Educação na saúde, saúde coletiva e ciências
políticas: uma análise da formação e desenvolvi-
mento para o Sistema Único de Saúde como política
pública

Ricardo Burg Ceccim, Fábio Pereira Bravin e Alexandre
André dos Santos

Poder Viver

Simone Sobral Sampaio

Tecnologias, hacks e liberdade
Gilvan Vilarim

As comunidades que vêm... Experiência e pensamento em torno de uma utopia contemporânea – ONG CEASM/Maré
Glaucia Dunley

MÍDIA E CULTURA

Rádio: alguns aspectos estéticos dos estudos de recepção
Vanessa Canellas

Gordon Matta-Clark entre fotografias: fragmentos de uma performance
Elena O'Neill

A gente saía de manhã sem ter ideia
Yann Beauvais

Colaboração, uso livre das redes e a evolução da arquitetura p2p
Fabio Malini

A Prática da Vida (Midiática) Cotidiana
Lev Manovich

RESENHAS

Entre os muros da escola
Por Leonora Corsini

Glob(AI): Biopoder e Luta em uma América Latina Globalizada
Por Alexandre Mendes

INTERSEÇÕES RAÇA/GÊNERO/CLASSE

Apresentação
O Devir-“Mulher Negra”: uma proposta ontológica e epistemológica
Vanessa Santos do Canto

Devir mulher do trabalho e precarização da existência. A centralidade dos componentes afetivos e relacionais na análise das transformações do trabalho
Lucia del Moral Espin e Manu Fernández García

A discriminação do negro em Cuba: causas e consequências
Dimas Castellanos

A ideologia da miscigenação e as relações interraciais no Brasil
Otávio Velho

Os riscos da comunidade capturada X a plataforma da “favelania”
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

NAVEGAÇÕES

O desmoronamento da verdade social na Colômbia de Camilo Torres
Alejandro Sánchez Lopera

Trabalho Vivo em Ato na Defesa da Vida Até na Hora de Morrer
Magda de Souza Chagas e Emerson Elias Mehry

Poder constituinte e poder constituído: os conceitos de Antonio Negri aplicados às alterações constitucionais em Portugal e no Brasil
Maira Tito

Legados/efeitos de Félix Guattari
Sylvio Gadelha

ARTE, MÍDIA E CULTURA

Laroyé Exú! O “Trabalho” de Ronald Duarte
Barbara Szaniecki

Proximidades Metropolitanas
Cecília Cotrim

Imagen polida, imagem poluída: artifício e evidência na linguagem visual contemporânea
Marcos Martins

RESENHAS

Segurança, Território, População (de Michel Foucault)
Por Wanessa Canellas

A People's History of the United States (de Howard Zinn)
Por Thaddeus Gregory Blanchette

UNIVERSIDADE NÔMADA

Para introduzir “Otimismo da Razão”, de Perry Anderson
Antonio Negri

O triunfo do cérebro
Alberto De Nicola

- As condicionalidades do Programa Bolsa Família: o avesso da cidadania
Marina Bueno

Seis de dezembro de 2009: o porquê do voto cidadão
Oscar Vega Camacho

Porque Luiz Inácio desagrada a Caetano Veloso
Marta Peres





30

UNIVERSIDADE NÔMADA

Liberdade Operaista (Homenagem a Romano Alquati)
Gigi Roggero

Antecedentes políticos do operaísmo: os *Quaderni Rossi*
César Altamira

MUNDO-BRASIL: GOVERNO/POLÍTICA/ MOVIMENTOS

Lutas cosmopolíticas: Marx e América Indígena (Yanomami)
Jean Tible

Manifesto Político Cosmopolita Antropofágico
Carlos Enrique Ruiz Ferreira

Conversações no impasse: dilemas políticos do presente, parte 1
Coletivo Situaciones

Figuras da subjetividade e da governabilidade na América Latina
Enzo Del Bufalo

O caso Battisti e o caso dos refugiados congoleses: a justiça em termos de luta
Fabrício Toledo de Souza

Os Cursos Pré-Vestibulares para Negros e as Políticas de Cotas nas Instituições de Ensino Superior no Brasil
Alexandre do Nascimento

Vivendo no limbo?
Projeto Turbulence

ARTE, MÍDIA E CULTURA

Biopolítica e teatro contemporâneo
José da Costa

Em torno do 'vírus de grupo'. Seminário *Guattari não cessa de proliferar*
Ricardo Basbaum

Transgredir as sigilosas siglas do não": a linguagem como espaço de criação de saídas
Mariana Patrício

NAVEGAÇÕES

Entre a representação e a revelação. Kevin Lynch e a construção da imagem (do nomadismo) da cidade
Gerardo Silva

Play-Ground X Work-Out – Devaneios nefelibáticos sob o céu de Copacabana
Marta Peres

RESENHA

MundoBraz. O Devir-Mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo (de Giuseppe Cocco)
Por Bruno Cava



31-32

UNIVERSIDADE NÔMADA

Megaeventos, pontos de cultura e novos direitos (culturais) no Rio de Janeiro
Barbara Szaniecki e Gerardo Silva

Biopoder, Trabalho e Valor
Simone Sôbral Sampaião

COMUNISMO

É possível ser comunista sem Marx?
Antonio Negri

Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza
David Bollier

Inquietações no impasse – Parte II
Coletivo Situaciones

Querela pela democracia: Sociedade em movimento e processo constituinte
Oscar Vega Camacho

Fuga como resistência: a pobreza criando excedentes
Fabrício Toledo de Souza

ARTE, MÍDIA E CULTURA

Revalorizar o plágio na criação
Leonardo F. Foletto e Marcelo de Franceschi

Narrativas no Twitter: o fenômeno no Brasil e as suas implicações na produção da verdade
Fábio Malini

O Chão nas Cidades – Performance e população de rua
Andréa Maciel Garcia

Contraponto Brown Sugar
André Gardel

Experimento carne: Um pouco sobre a "Estética da fome" de Bertolt Brecht e a performance FatzerBraz
Alexander Karschnia

Deleuze e o cinema político de Glauber Rocha:
Violência revolucionária e violência nômade
Jean-Christophe Goddard

NAVEGAÇÕES

Acerca da moralidade do suicídio
Fermín Roland Schramm

Saúde do trabalhador no governo Lula
Mônica Simone Pereira Olivar

RESENHA

Commonwealth: Amor e Pós-capitalismo
(de Antonio Negri e Michael Hardt)
Por Bruno Cava



33-34

UNIVERSIDADE NÔMADE

Manifesto Uninômade global: Revolução 2.0

DIREITOS HUMANOS/**HOMENAGEM A JOAQUÍN HERRERA FLORES**

Apresentação

Joaquín Herrera Flores e a dignidade da luta
Alexandre MendesJoaquín Herrera Flores e os Direitos Humanos a partir da Escola de Budapeste
André Luiz MachadoTrabalho e Regulação: o Direito Capitalista do Trabalho e as crises econômicas
Wilson Ramos Filho

Diálogos pertinentes: micropolítica do trabalho vivo em ato e o trabalho imaterial: novas subjetivações e disputas por uma autopoiése anticapitalística no mundo da saúde

Emerson Elias Merhy, Laura Camargo Macruz Feuerwerker, Paula Cerqueira e Túlio Batista Franco

A persistência da Escravidão ilegal no Brasil
Ricardo Resende FigueiraVestfalha – A constituição do Império e as aporias da Paz Perpétua
Gerardo Silva Leonora CorsiniA influência da esquerda e/ou do socialismo para a afirmação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e ideias para uma nova agenda, a *avant-garde*, dos Direitos Humanos
Carlos Enrique Ruiz Ferreira e Giuliana Dias Vieira**ARTE, MÍDIA E CULTURA**

O animismo maquínico

Angela Melitopoulos e Maurizio Lazzarato

Entrevistas – Agenciamentos

Projeto de pesquisa visual de Angela Melitopoulos e Maurizio Lazzarato

Imaginação e Representação: *Whose Utopia?*
André Keiji KunigamiPara colocar de vez a comunicação imidiática
Cleber Daniel Lambert da SilvaA galinha dos ovos virtuais
Mariano Canal e Patrício Erb**NAVEGAÇÕES**O nascimento da filosofia: uma peça em três atos
Rodrigo Siqueira-Batista**RESENHAS**Estética da multidão (de Bárbara Szaniecki)
Por Bruno CavaVida Capital: Ensaios de Biopolítica (de Peter Pál Pelbart)
Por Thaís Mazzeo

35-36

UNIVERSIDADE NÔMADE

O comum e a exploração 2.0

Universidade Nômade

Do amor pela rua: aprendendo com o outro nos cotidianos das cidades
Sarah NeryDevir-índio, devir-pobre
Bruno CavaNa trama da sapucaia: geofilosofia e a floresta hipertecnizada
Cleber Daniel Lambert da Silva**FOUCAULT E AS TECNOLOGIAS DO COMUM**

Apresentação

Bio-economia e produção do comum: reflexões a partir do pensamento de Michel Foucault
Alexandre Fabiano MendesEntre determinismo e liberdade: a construção do comum como novo universal
Judith RevelResistências, subjetividades, o comum
Judith RevelTecnologias do comum: reflexões sobre o pós-fordismo
Arianna BoveÉtica e política na relação sujeito e verdade
Simone Sobral SampaioPotência do Ser: o cuidado de si, o político e o comum
Ludmila GuimarãesPistas para a produção de experiências comunitárias
Adriana Rodrigues Domingues**ARTE, MÍDIA E CULTURA**Uma política cultural para as práticas criativas
Barbara Peccei SzanieckiMetrópole, cultura e breves reflexões sobre os novos museus cariocas
Vladimir Sibylla PiresIndignados globais por uma cultura política digital
Aline CarvalhoO rock dos anos 60 e as utopias privatizadas da contemporaneidade
Luis Carlos Fridman**NAVEGAÇÕES**O lugar do animal laborans e as transformações no mundo do trabalho
Mariangela Nascimento

RESENHAS

- Il risveglio della storia: Filosofia delle nuove rivolte mondiali (de Alain Badiou)
Por Gigi Roggero
- Febre do rato (de Claudio Assis)
Por Bruno Cava
- Violeta foi para o céu (de Andrés Wood)
Por Hugo Albuquerque



37-38

UNIVERSIDADE NÔMADA

- A copesquisa nas lutas da cidade
Alexandre F. Mendes
- A copesquisa militante no autonomismo operaísta
Bruno Cava
- A ascensão selvagem da classe sem nome
Hugo Albuquerque
- As duas faces do Apocalipse: uma carta de Copenhague
Michael Hardt

DOSSIÊ 40 ANOS DO ANTI-ÉDPO

- Dois desejos, dois capitalismos
Carlos Augusto Peixoto Junior e Pedro Sobrino Laureano
- Tratado de nomadologia: desejo e revolução
Vladimir Lacerda Santa Fé
- Memória-máquina
Murilo Duarte Costa Corrêa
- Rachar as imagens, contraefetuar o acontecimento, conceituar a comunidade: a experiência comunitária em registros fotográficos de Maio de 68
Eduardo Yuji Yamamoto
- Os Quarenta Anos do Anti-Édipo, Política, Desejo e (sub) Deleuze-Guattarianismo
Hugo Albuquerque
- Potências do político em Deleuze e Guattari: a megamáquina política
Aldo Ambrôzio e Davis Moreira Alvim

ARTE, MÍDIA E CULTURA

- Por um design desejante: e(ntr)e o virtuo-design e o act-design
M. Lucilia Borges
- Pelas “gagueiras” da língua: a oficina poética de Vladimir Maiakóvski
Pedro Guilherme M. Freire

NAVEGAÇÕES

- Falsificar a moeda!
Michael Hardt
- A destruição da universidade. Considerações sobre a universidade que vem (esboços)
Carlos Enrique Restrepo
- Racificar a história e outros temores...
María Iñigo Clavo

RESENHAS

- O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia (de Gilles Deleuze e Félix Guattari)
Por Bruno Cava
- Uma democracia a procura de radicalidade (de Étienne Balibar)
Por Sandro Mezzadra



39

UNIVERSIDADE NÔMADA

- Capitalismo maquinico e mais-valia de rede: Notas sobre a economia política da máquina de Turing
Matteo Pasquinelli
- ReFavela (notas sobre a definição de favela)
Gerardo Silva
- A fronteira como método e como “lugar” de lutas segundo Sandro Mezzadra
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
- Entrevista com Antonio Negri em viagem à América do Sul
- Occupy: a democracia real como construção da indignação
Bruno Cava

DOSSIÊ COPESSQUISA

- Apresentação
- Breve notas sobre o método. Produção de saber e copesquisa
Gigi Roggero
- Para fazer copesquisa: os lugares da luta de classe
Coletivo Universidade Nômada (Itália)
- Pesquisa-Cartografia e a Produção Desejante do Espaço Urbano
Simone Parrela Tostes
- Homofobia e cartografia: marcas do medo na Avenida Paulista
Luan Carpes Barros Cassal

O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde
 Ana Lúcia Abrahão, Emerson Elias Merhy, Maria Paula Cerqueira Gomes, Claudia Tallemburg, Magda de Sousa Chagas, Monica Rocha, Nereida Lucia Palko dos Santos, Erminia Silva e Leila Vianna

Por uma cidade menor: hegemonia e resistência na cidade do Rio de Janeiro
 Erick Araujo de Assumpção e Túlio Batista Franco

Uma proposta de pesquisa-ação aplicada em uma aldeia Mbyá-Guarani
 Franklin da Silva Alonso

ARTE, MÍDIA E CULTURA

To be or not to be a white limousine? Arte, instituição e subjetividade: fricções na cidade
 Barbara Szaniecki

Verdade, ideologia e violência nas primeiras fotografias do povo em Portugal
 Frederico Ágoas

NAVEGAÇÕES

Criando o Comum e Fraturando o Capitalismo: uma troca de cartas entre Michael Hardt e John Holloway (Parte I)

Por uma Escola Plural
 Alexandre do Nascimento

As forças demoníacas das pulsões no pensamento freudiano e suas marcas na filosofia da diferença
 João C. Galvão Jr.

RESENHAS

Estratégias de articulación urbana: proyecto y gestión de asentamientos periféricos en América latina; un enfoque transdisciplinario
 (de Jorge Mario Jáuregui)

Por Pedro Cláudio Cunca Bocayuva



40

UNIVERSIDADE NÔMADA

O PT se reduziu a um partido da ordem e pela ordem?

DOSSIÊ: A POTÊNCIA DOS POBRES

Apresentação
 Lulismo e o fazer-se de uma nova classe
 Jean Tible

Nova classe média ou nova composição de classe?
 Giuseppe Cocco

A produção do atraso e do isolamento do campesinato: juventude no campesinato brasileiro
 Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro

As imagens da Multidão
 Vladimir Lacerda Santafé

O "estado de exceção" e a internação compulsória
 Ricardo Gomes

Gestão escolar, democracia, Maria o semiárido e nós
 André Antunes Martins

APTO, 01 qto, sl, coz, bnh, s/gar. Revisitando o Edifício Master: devires e alegrias num campo controlado
 Frederico Canuto

"Novo desenvolvimentismo": as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a "integração" dos pobres urbanos na metrópole carioca
 Eduardo de Oliveira Rodrigues

Um novo paradigma constitucional: o árduo caminho da descolonização
 Melissa Mendes de Novais

Ocupação Mauá e poder de fabulação: considerações a partir de uma atividade de formação
 Stella Zagatto Paterniani

Pobreza e tecnologia social: o que isto tem a ver?
 Rosa Maria Castilhos Fernandes e Aline Accorssi

Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze
 Domenico Uhng Hur

A pobreza e a dimensão ética da militância
 Ricardo Luiz Sapia de Campos

ARTE E MÍDIA

Espectro Livre: o Direito do Povo à Comunicação
 Thiago Novaes

Bibliotecas em Rede, DIY: pirataria de e-books no ensino superior brasileiro
 Gabriel Menotti

A Co-produção Televisiva: o envolvimento dos públicos e dos não-humanos no processo comunicacional mediado pela TV
 José Pedro Arruda

RESENHAS

Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?
 (de Jessé Souza)

Por Bruno Cava

Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador
 (de André Singer)

Por Bruno Cava



41

UNIVERSIDADE NÔMADA

Nem Xenios, nem São Francisco de Assis. O milagre pertence aos pobres.
Fabrício Toledo de Souza

Ubuntu, o comum e as ações afirmativas
Alexandre do Nascimento

Cidades insurgentes
Ricardo Gomes

A favor de Althusser. Notas sobre a evolução do pensamento do último Althusser
Antonio Negri

A persistência da Escravidão ilegal no Brasil
Ricardo Resende Figueira

Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes
Natacha Rena, Paula Berquó e Fernanda Chagas

DOSSIÊ DEVIR MENOR (ORG.: SUSANA CALÓ)

Devir menor, espaço, território e emancipação social. Perspectivas a partir da Ibero-América.
Susana Caló

Devir Autônomo e Imprevisto: Por novos espaços de liberdade.
Susana Caló

O sul também (não) existe. A arquitetura ficcional da América Latina
Eduardo Pellejero

O Devir-Mundo das Práticas Menores
Anne Querrien

Dionora. Para uma Arquitetura Menor
Patrício del Real

Arquitetura, Feitiço e Território. Matéria e impulso de libertação na obra baiana de Lina Bo Bardi
Godofredo Pereira

Abertura Trilogia da Terra
Paulo Tavares

A Cidade Multiforme: O caso do Indoamericano
Atelier Hacer-Ciudad e Colectivo Situaciones

Algumas Considerações acerca da Prática do Mapeamento Coletivo
Iconoclastas

NAVEGAÇÕES

O desejo do motorista de ônibus: esquizofrenia e paranoia situadas
Jésio Zamboni e Maria Elizabeth Barros de Barros

Proliferar oásis: por uma história politizada do desejo e da contingência
Pedro Demenech

Sobre as manifestações de junho e suas máscaras
Javier Alejandro Lifschitz

ARTE, MÍDIA E CULTURA

O modo artístico de revolução: da gentrificação à ocupação
Martha Rosler

ECONOMIA E SUBJETIVIDADE: O ACELERACIONISMO DO PONTO DE VISTA DO MARXISMO

Apresentação
Bruno Cava

Manifesto Acelerar: por uma política aceleracionista
Alex Williams e Nick Srnicek

Sobre o aceleracionismo
Steven Shaviro

O antiprometeísmo entre neoliberais e catastrofistas
Alberto Toscano

Uma crítica hacker ao manifesto aceleracionista
McKenzie Wark

RESENHA

Vinte centavos: a luta contra o aumento. (de Elena Judensnaider, Luciana Piazzon e Pablo Ortellado)
Por Bruno Cava



42

UNIVERSIDADE NÔMADACinco teses sobre o comum
Gigi RoggeroNegri e Badiou, comunismos
Bruno CavaMarx contra o estado
Jean TibleA nova luta da Vila Autódromo e dos moradores
que resistem à remoção: reconstruir a Defensoria
Pública e sua autonomia
Alexandre F. MendesOperaísmo e pós-operaísmo
Sandro MezzadraO comum da cooperação social na metrópole
Entrevista a Toni Negri por Federico Tomasello**ECONOMIA E SUBJETIVIDADE**Sobre a possibilidade de acelerar o capitalismo para
gerar seu colapsoEntrevista a Daniel Urbina e Javier Luna, por Alonso
AlmenaraO trabalho da abstração: sete teses sobre marxismo
e aceleracionismo
Matteo PasquinelliA medida da fera coletiva: o valor na era das
novas instituições algorítmicas de ranqueamento e
avaliação
Matteo PasquinelliReflexões sobre o manifesto aceleracionista
Antonio Negri**ARTE, MÍDIA E CULTURA**Fotografia, parrésia e poéticapólica dos vaga-lumes
Bárbara Szaniecki / fotos de Kátia SchiliróA “multidão” e o “espetáculo” na queda do
comunismo romeno: análise a partir do filme
“Videogramas de uma revolução”
Roberto Lopes JúniorComunicação, Mídia e Lugar; A apropriação
socioespacial dos meios de comunicação, da
perspectiva material/conceitual
Carlos Fernando Leite e Paulo Celso da Silva**NAVEGAÇÕES**Forma jurídica e luta de classe
Pedro Eduardo Zini DavoglioUniversidade biopolítica; razões para novas lutas
estudantis
Carlos Enrique RestrepoAlém do bem e do mal: a vontade de potência e a
multidão
Alemar RenaDiscriminação da pobreza e segregação urbana no
Rio de Janeiro
Marcos MaiaPeter Seeger, 1919 – 2014
Thaddeus Gregory Blanchette“Para a sua segurança, você está sendo filmado”:
notas sobre a segurança/consenso na cidade
contemporânea
Eledison SampaioProstituição: um estudo sobre as dimensões de
sofrimento psíquico entre as profissionais e seu
trabalho

Luciano Ferreira Rodrigues Filho

Divagações; a potência dos pobres e os desafios do
processo criativo
Monique Borba Cerqueira**RESENHAS**Selvagens do Mundo, Uni-vos! Resenha de *Marx*
Selvagem, de Jean Tible
Hugo AlbuquerqueRevoltas antipemedebistas, o fim da
redemocratização. Resenha de *Imobilismo em
movimento*, de Marcos Nobre
Bruno Cava



Lugar Comum - Estudos de mídia, cultura e democracia é uma publicação trimestral da Rede Universidade Nômade. Reúne autores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros se apresenta como um lugar especializado do debate sobre a produção contemporânea e as manifestações políticas e culturais.

SOLICITAÇÃO Número avulso.....R\$ 35,00
Indicar o(s) número(s) desejado(s)
.....
Total.....R\$

PAGAMENTO

Para solicitar números avulsos, peça um boleto bancário ou faça um depósito no valor correspondente em nome de E-papers Serviços Editoriais Ltda em uma das contas abaixo:

Banco Itaú agência 0408, conta 41900-0

Banco do Brasil agência 0093-0, conta 23943-7

Envie o comprovante de depósito, juntamente com os dados para entrega da revista, através do fax (21) 2502-6612. Se preferir, pague com cartão de crédito Amex, Diners, MasterCard ou Visa pelo telefone (21) 2273-0138.

Estamos à sua disposição pelo telefone (21) 2273-0138, em horário comercial, ou no site <http://www.e-papers.com.br>

nome.....
empresa.....cargo.....
e-mail.....
endereço para entrega.....
bairro.....cep.....
cidade.....UF.....
telefone.....fax.....

ENCAMINHAMENTO DE ARTIGOS

Colaborações à revista *Lugar Comum* podem ser enviadas por *e-mail*.

As colaborações deverão conter:

- a) notas de rodapé de acordo com as normas de referência bibliográfica;
- b) referências, ao final do texto, apenas das obras mencionadas;
- c) resumo de, no máximo, 250 palavras na língua original do texto;
- d) palavras-chaves;
- e) breve nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de atuação e principais publicações;
- f) indicação, em nota à parte, caso o texto tenha sido apresentado em forma de palestra ou comunicação;

As colaborações por *e-mail* devem ser enviadas para:

uninomade@gmail.com

OS EDITORES